MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 662.2022.DCCON.0878869.2022.016003

Manaus, 16 de agosto de 2022.

Ao Senhor
Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicações
Gestor do Contrato Administrativo nº 001/2021–MP/PGJ

Ao Senhor
RAPHAEL VITORIANO BASTOS
Fiscal do Contrato Administrativo nº 001/2021–MP/PGJ

Assunto: Aviso de expiração do Contrato Administrativo nº 001/2021–MP/PGJ

Senhores Gestor e Fiscal,

Considerando a Portaria n.º 655/2022/SUBADM (0878884);

Considerando o disposto no Ato n.º 112/2012 – PGJ, o qual determina que a instrução dos processos administrativos, quando não definida em lei, deverá ser realizada e encerrada no prazo de até 120 (cento e vinte) dias; e,

Considerando que o **Contrato Administrativo nº 001/2021–MP/PGJ (0878883)**, firmado entre o Ministério Público do Amazonas e a **empresa EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM LTDA, cujo objeto consiste na prestação de serviço de conectividade ponto a ponto, em fibra óptica, na cidade de Manaus, tem vigência até 09.02.2023,** solicito a tomada de providências cabíveis, caso seja necessária a continuação da prestação dos serviços objeto contrato.

Outrossim, informo que tal manifestação deve ser dirigida à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, acompanhada do Termo de Referência/Projeto Básico ou acompanhada de pedido de prorrogação, com as devidas justificativas.

Em tempo, caso Vossa Senhoria já tenha adotado as providências necessárias, solicito que informe a esta Divisão de Contratos e Convênio (DCCON), via expediente, qual procedimento adotado.

Por fim, informo que foi(ram) relacionado(s) aos presentes autos o(s) processo(s) SEI nº(s):

- 2020.009404 – Processo Original.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de**

Contratos e Convênios - DCCON, em 18/08/2022, às 09:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0878869** e o código CRC **4EBC42E8**.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2021 - MP/PGJ

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa **EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM LTDA**, visando à prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Exmo. Sr. **Géber Mafra Rocha**, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º 07300891 - SSP/AM e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 384.778.582-68, e a empresa **EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM LTDA**, localizada na Av. Ephigênio Salles, 711, Parque 10, 69055-736, Manaus/AM, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 07.244.008/0002-23, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada legalmente pelo Sr. **José Ricardo Ferreira**, portador do documento de identidade n.º 19.186.087 - SSP/SP e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 137.615.128-64, residente e domiciliado em Manaus/AM, e, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2020.009404**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do Pregão Eletrônico n.º 4.023/2020-CPL/MP/PGJ, resolvem firmar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONECTIVIDADE PONTO A PONTO EM FIBRA ÓPTICA**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente ajuste consiste na prestação de serviço de conectividade ponto a ponto, em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.023/2020 - CPL/MP/PGJ, que integra este termo contratual, com seus anexos, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto deste contrato compreende a prestação de serviços de conectividade ponto a ponto, em fibra óptica, na cidade de Manaus/AM, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B.

Parágrafo primeiro. Os serviços deverão ser disponibilizados com instalação e configuração mínimas para suportar plenamente os requisitos descritos nas especificações deste termo.

Parágrafo segundo. Os serviços devem atender às seguintes condições e especificações:

1. Conexão entre as redes de dados, da PONTA A – SEDE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, localizada na Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, 69037-430, Manaus/AM, às redes constantes da seguinte tabela, conforme os endereços e velocidades descritos:

Item	Links	Endereço Ponta B (Unidades do MPAM na Capital)
1	Unidade da Delegacia da Infância e Juventude Infracional	Av. Desembargador João Machado, s/n, Alvorada I, CEP 69058-789.
2	Unidade Descentralizada da Belo Horizonte	Rua Belo Horizonte, 500, Aleixo, CEP 69060-601

Item	Links	Endereço Ponta B (Unidades do MPAM na Capital)
3	Unidade Descentralizada Shopping Cidade Leste	Avenida Autaz Mirim, 288, Loja 8, Tancredo Neves, CEP 69087-215.
4	Unidade Descentralizada da Paraíba.	Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho, nº 175 (Antiga Rua Paraíba).
5	Fórum Henoch da Silva Reis (Plantão MPAM)	Av. Paraíba, s/n - São Francisco - 2° Andar — Sala do Plantão Ministerial do MPAM
6	Sede Tribunal de Justiça do Amazonas	Av. André Araújo, s/n° Sede do TJAM - Edifício Desembargador Amoldo Péres

2. A capacidade de acesso total contratada deverá ser de **210 Mbps**, somando individualmente todos os links ponto a ponto em fibra óptica da PONTA B, com taxa simétrica de transmissão/recepção (velocidade de acesso), medida em camada 4 (Layer 4).

3. Ao longo da prestação do serviço, a **FISCALIZAÇÃO** poderá, a seu critério e de acordo com as necessidades de consumo, solicitar à **CONTRATADA** a redistribuição da capacidade total entre as unidades descentralizadas listadas na tabela anterior.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO INÍCIO DOS SERVIÇOS:

A **CONTRATADA** fica obrigada a fornecer, instalar, ativar e manter os circuitos e todos os equipamentos que compõem o serviço contratado em perfeito e total funcionamento, ou seja, disponibilizar os serviços à **CONTRATANTE**, ativados e prontos para uso, em todas as unidades, em até **30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente à **CONTRATANTE**, **com 5 (cinco) dias de antecedência do término do prazo para instalação**, a impossibilidade de instalação e ativação do acesso no prazo estipulado, expondo as razões que a impossibilitaram de cumprir o referido prazo, solicitando a sua devida prorrogação.

Parágrafo segundo. A **CONTRATANTE**, por meio dos servidores designados pela fiscalização e pela gestão do contrato, serão responsáveis por analisar e deliberar pela anuência, ou não, do pleito.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATANTE** poderá solicitar, a qualquer tempo, a suspensão do serviço de quaisquer localidades atendidas, sem ônus, de acordo com sua especificidade.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá realizar o remanejamento no prazo máximo de **10 (dez) dias** corridos a contar da data de recebimento da solicitação da **FISCALIZAÇÃO**.

a. O remanejamento do circuito, que compreende a desativação do circuito no endereço de origem e a ativação no novo endereço, deverá ser feito de maneira que a comunicação seja interrompida por um período máximo de 24 (vinte e quatro) horas contínuas.
b. Qualquer circuito poderá ter seu endereço alterado, respeitando os limites da cidade de Manaus/AM. Nesse caso, a taxa de remanejamento deverá incluir todos os custos referentes a desinstalação e reinstalação do circuito.
c. Caso a empresa não cumpra o prazo estipulado para mudança de endereço, sujeitará a **CONTRATADA** as sanções administrativas previstas no edital e neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO:

O recebimento dos serviços será realizado pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE** ou servidor designado para este fim**.**

Parágrafo primeiro. Para efeito de ACEITE da instalação e ativação, a **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente a efetiva disponibilização do serviço em todas as unidades.

Parágrafo segundo. No prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contados a partir da comunicação pela **CONTRATADA**, a **FISCALIZAÇÃO** deverá concluir os testes necessários à constatação do regular funcionamento dos serviços

contratados.

Parágrafo terceiro. Tendo sido realizados com sucesso os testes de funcionamento, a **CONTRATANTE**, por meio da **FISCALIZAÇÃO**, emitirá o **Termo de Aceite**, atestando a conformidade dos serviços com as especificações constantes no edital, liberando o início de faturamento.

Parágrafo quarto. O início da cobrança da mensalidade dos serviços será na data da sua efetiva disponibilização para uso da **CONTRATANTE**, sendo que tal disponibilização deverá estar confirmada por meio da emissão do Termo de Aceite.

Parágrafo quinto. Os custos relativos à ativação dos serviços serão pagos uma única vez, no primeiro mês seguinte à liberação para início de faturamento.

Parágrafo sexto. A qualidade do serviço será avaliada, sendo considerados os critérios e indicadores referentes à latência, à perda de pacotes e à velocidade de acesso (*throughput*).

Parágrafo sétimo. Caso sejam verificados erros ou impropriedades impeditivos de recebimento do serviço prestado, a **CONTRATADA** deverá promover as correções necessárias, conforme diretrizes a serem estabelecidas pela **CONTRATANTE**, sem prejuízo de aplicação de penalidades previstas, inclusive a rescisão contratual.

Parágrafo oitavo. O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do produto ou serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

O serviço deverá estar disponível sob o regime 7x24, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias da semana, de forma permanente, dedicada, exclusiva e com total conectividade IP, a partir de sua ativação até o término do contrato, devendo também ser observado o seguinte:

1. O acesso dar-se-á através de link ponto a ponto, em fibra óptica, com terminação única para conexão à porta óptica do *firewall* da **CONTRATANTE**, sendo que todos os dispositivos de comunicação necessários para estabelecimento do link deverão ser **fornecidos pela CONTRATADA em regime de comodato.**
2. Cada enlace deverá ter suporte às tecnologias empregadas na internet (pilha de protocolo TCP/IP) e ser completamente livre de restrições de conteúdo ou qualquer tipo de filtro sobre os dados transmitidos entre os pontos conectados.
3. O endereçamento IP das interfaces LAN a serem configurados nos equipamentos instalados nas unidades devem ser estabelecidos em conjunto com a equipe técnica da **CONTRATANTE**.
4. Os indicadores de latência, perda de pacotes, taxa de erro e disponibilidade do serviço deverão atender aos valores expressos abaixo:
    a. Taxa de erro em bits – Máxima 1x10-6.
    b. Latência – Máximo de 15 ms.
    c. Perda de Pacotes (%) – Máximo 1%.
    d. Disponibilidade (%) – Mínimo 99,5%.
    e. Velocidade do link deve ser medido em camada 4 (Layer 4).

    4.1. Os testes de aceitação dos serviços serão compostos, no mínimo, por testes de conectividade e funcionalidade, os quais utilizarão ferramentas de medição presentes na infraestrutura de rede da **CONTRATANTE** (speedtest.mpam.mp.br/ e iperf) ou ferramentas equivalentes, e teste de acesso aos sistemas da **CONTRATANTE**. Todos os testes deverão atender aos requisitos mínimos de latência, taxa de erro, perda de pacotes, disponibilidade e velocidades especificados.

    4.2. Os valores dos indicadores de taxa de erro, latência, velocidade e perda de pacotes superiores aos valores exigidos, enquanto apresentados, serão considerados como interrupção do serviço.

5. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pela instalação dos pontos de acesso nos locais (endereços) citados, configuração, fornecimento e conexão dos equipamentos necessários ao pleno funcionamento do serviço, garantindo compatibilidade com o ambiente de cada uma das pontas do circuito.
6. Todas as obrigações envolvidas (tributos, aluguéis, licenças) com a instalação e manutenção do cabeamento de fibra óptico aéreo posteado, são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.
7. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pela realização de todos os serviços e pela solução de quaisquer problemas que, porventura, venham ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste projeto.

8. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por todas as medidas preventivas indispensáveis à realização dos serviços, de forma a evitar danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, direta ou indiretamente a terceiros no decorrer do desenvolvimento do contrato.
9. Todos os equipamentos e enlaces fornecidos pela **CONTRATADA**, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, deverão obedecer rigorosamente às normas e às recomendações em vigor, elaboradas por órgãos oficiais competentes, como a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, ou entidades autônomas reconhecidas na área.
10. Sempre que houver necessidade de intervenção programada por parte da **CONTRATADA**, para manutenção preventiva e/ou substituição de equipamentos e meios utilizados no provimento do(s) acesso(s) objeto deste instrumento, que possa causar interferência no desempenho do serviço, a **CONTRATANTE** deverá ser previamente comunicada, com antecedência mínima de **5 (cinco) dias úteis** da data da execução do serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS PARA ATENDIMENTO DOS CHAMADOS TÉCNICOS:

A **CONTRATADA** deverá ser disponibilizar serviço de suporte técnico, em regime de 24x7, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, que será efetuado por meio eletrônico e/ou por telefone com número de DDD igual ao da localidade da **CONTRATANTE**, ou por meio de prefixo "0800". Em ambos os casos, o atendimento deve ser efetuado em Língua Portuguesa.

Parágrafo primeiro. Após abertura de chamado técnico, o prazo máximo de solução das ocorrências deverá obedecer ao limite de **4 (quatro)** horas, contados a partir da abertura do chamado.

Parágrafo segundo. O descumprimento do prazo máximo para reativação serviço, sem motivo de força maior e/ou caso fortuito, bem como o não cumprimento de sua execução dará à **CONTRATANTE** o direito de cancelar a proposta e/ou rescindir o contrato, bem como aplicar as penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á, indiretamente pela **CONTRATADA**, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

1. Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.023/2020 - CPL/MP/PGJ e seus anexos, conforme a Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 10.520/02 e demais legislações correlatas
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de 6 de janeiro de 2021, que, simultaneamente:
    - constem no Processo n.º **2020.009404**;
    - não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do art. 67, da Lei n.º 8.666/1993, do edital e ainda:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização dos serviços.
2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, realizando diretamente toda e qualquer comunicação com a **CONTRATADA** (seja mediante ofício ou outros documentos).
3. Verificar se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos, em especial as metas e padrões de qualidade convencionados no Acordo de Níveis de Serviços – ANS.
4. Fiscalizar o cumprimento do padrão de qualidade do serviço contratado, podendo acionar a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, caso julgue necessário.

5. Realizar os chamados técnicos, observadas as exigências preliminares correlatas.
6. Receber e visar os relatórios emitidos pela **CONTRATADA**.
7. Realizar reunião com a **CONTRATADA**, com o objetivo de detalhar a implantação dos serviços, bem como o cronograma de trabalho.
8. **Informar à Administração Superior, com a antecedência necessária, o término do contrato;**
9. Atestar o faturamento dos serviços, emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento.
10. Verificar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**, quando da liquidação dos serviços por meio da emissão da nota fiscal.
11. Verificar a **manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista** da **CONTRATADA**, exigindo a sua regularização, durante a vigência do contrato.
12. Emitir os termos de aceite/recebimento do objeto, conforme disposto no contrato.
13. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato.
14. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
15. Comunicar à Administração Superior, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.
16. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
17. Assegurar o acesso dos empregados da **CONTRATADA** aos locais de exercício das suas atividades.
18. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
19. Atestar a liberação da garantia fixada, conforme estabelecido neste contrato, em cláusula específica.
20. Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

Parágrafo primeiro. A **FISCALIZAÇÃO** será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo, **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento**, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato operacional e financeira.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails ou por telefone.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Para o fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, caberá à **CONTRATADA**:

1. Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes deste termo, observando as prescrições e as recomendações do fabricante/fornecedor, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.
2. Manter contato e realizar o planejamento dos serviços com a **CONTRATANTE**, de forma a executar quaisquer tarefas ou ajustes inerentes ao serviço contratado.
3. Fornecer, instalar, ativar e manter todos os equipamentos ou acessórios que compõe o serviço contratado.
4. Atender aos chamados para correção de falhas ou interrupções no serviço, sanando os problemas dentro dos prazos estipulados neste contrato.
5. Fazer diagnóstico das falhas no serviço relatadas pela **CONTRATANTE**, eliminando os defeitos nos componentes sob sua responsabilidade.
6. Atender às reclamações ou aos pedidos de esclarecimentos sobre a cobrança dos serviços contratados.

7. Oferecer RELATÓRIO MENSAL referente aos períodos e às causas das indisponibilidades ocorridas na prestação dos serviços, quando do faturamento.
8. Não transferir, sob pretexto algum, qualquer responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, e outros.
9. Oferecer serviço de suporte técnico para resolução de problemas.
10. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
11. Fornecer todos os equipamentos e acessórios, de sua propriedade, necessários para o perfeito e total funcionamento dos serviços, assim como da conectividade. Toda manutenção, reparo e substituição dos equipamentos e assessórios estarão a cargo da **CONTRATADA**.
12. Efetuar a instalação e a configuração dos equipamentos, atendendo integralmente às características e às necessidades da **CONTRATANTE** e responsabilizando-se por todas as conexões, materiais, acessórios e mão de obra necessários.
13. Acatar as observações feitas pela **FISCALIZAÇÃO** quanto à execução dos serviços.
14. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.
15. Disponibilizar profissionais devidamente identificados, qualificados e suficientes para o perfeito cumprimento da prestação dos serviços contratados.
16. Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a tornar-se aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido a sua aceitação.
17. Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.
18. Inspecionar os serviços prestados por seus colaboradores, obrigando-se a corrigir, de imediato, qualquer divergência que, porventura, venha a ocorrer na execução deste contrato.
19. Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela **FISCALIZAÇÃO**.
20. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste contrato, assim como toda e qualquer irregularidade observada em suas avaliações, tão logo sejam detectadas, prestando os esclarecimentos julgados necessários.
21. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.
22. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
23. Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo da **CONTRATANTE**, sendo vedada sua cessão, locação ou venda a terceiros.
24. Responder por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE** ou terceiros, motivada pela sua ação ou omissão, na forma dolosa ou culposa, independente de outras cominações pactuadas neste contrato, ou pela legislação a que estiver sujeita, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos e aplicações da lei.
25. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
26. Todos os serviços não explícitos nestas especificações, mas necessários à execução dos serviços programados e ao perfeito funcionamento das instalações, serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.
27. Responder por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução do contrato, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

28. Além dos encargos pertinentes, ser responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato.
29. Entregar os **documentos fiscais** devidamente discriminadas, em nome da **Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85**, e acompanhadas das respectivas certidões negativas de débito com as Fazendas Federal (incluindo seguridade social), Estadual e Municipal, certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e ainda certidão de regularidade com a justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período do contrato.
30. Fazer constar nas notas fiscais a descrição dos serviços, o número da nota de empenho e do instrumento contratual correspondente.
31. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A inobservância das presentes especificações técnicas, bem como das cláusulas contratuais, implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

Parágrafo terceiro. Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), contados da notificação à **CONTRATADA** do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de multa

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE**, durante a vigência deste contrato, obriga-se a:

1. Designar, conforme dispõe o art. 67, §1º e §2º, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, representante(s) da **CONTRATANTE** a ser(em) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços e do contrato sob os aspectos quantitativos e qualitativos.
2. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei n.º 8.666/1993, o exato cumprimento das obrigações previstas neste contrato.
3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, necessários ao desenvolvimento das tarefas, durante o prazo de vigência deste contrato.
4. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
5. Efetuar regularmente o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste contrato, quanto aos serviços/produtos devidamente realizados e fornecidos, após o atesto da nota fiscal/fatura pelo fiscal do contrato.
6. Permitir o livre acesso dos empregados da **CONTRATADA** às instalações da **CONTRATANTE**, sempre que se fizer necessário, exclusivamente para prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR:

O valor total do presente contrato é de **R$ 83.591,20 (oitenta e três mil, quinhentos e noventa e um reais e vinte centavos)**, a ser executado da seguinte forma:

Item	DESCRIÇÃO	QTD (A)	UND	VALOR UNIT. (B)	VALOR TOTAL (A X B)
1	Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B				

Item	DESCRIÇÃO	QTD (A)	UND	VALOR UNIT. (B)	VALOR TOTAL (A X B)
1.1	**Valores mensais referentes à prestação dos serviços**				
a)	Capacidade Total de 210 Mbps	24	meses	R$ 3.352,63	R$ 80.463,12
				SUBTOTAL 1	**R$ 80.463,12**
1.2	**Valores referentes à instalação e ativação dos serviços**				
a)	Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)	6	und	R$ 149,00	R$ 894,00
				SUBTOTAL 2	**R$ 894,00**
1.3	**Valores referentes ao remanejamento do link por mudança de endereço**				
a)	Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas)	2	und	R$ 1.117,04	R$ 2.234,08
				SUBTOTAL 3	**R$ 2.234,00**
				Valor total (Subtotal 1 + Subtotal 2 + Subtotal 3):	**R$ 83.591,20**

Parágrafo primeiro. A proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de 6 de janeiro de 2021, faz parte deste instrumento contratual como anexo.

Parágrafo segundo. No preço total contrato já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

A **CONTRATADA** deverá apresentar mensalmente, documento fiscal, na sede da **CONTRATANTE**, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas aos impostos decorrentes do objeto do contrato.

Parágrafo primeiro. No caso de os documentos fiscais serem emitidos e entregues à **CONTRATANTE** em data posterior à indicada na condição acima, será imputado à **CONTRATADA** o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

Parágrafo segundo. A nota fiscal devidamente atestada pela **FISCALIZAÇÃO** e os documentos exigidos neste Contrato e anexo, deverão ser entregues mensalmente, no Setor de Protocolo da **CONTRATANTE** ou enviados para o e-mail protocolo@mpam.mp.br, e será paga mediante depósito na conta corrente da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** fica ciente de que o pagamento da instalação será único e efetuado somente após a instalação e ativação dos serviços em todas as localidades e aceita pela **FISCALIZAÇÃO,** mediante emissão de termos de aceite.

Parágrafo quarto. O início da cobrança da mensalidade dos serviços será na data da efetiva disponibilização destes para uso da **CONTRATANTE, ASSEGURADO PELA EMISSÃO DO TERMO DE ACEITE GLOBAL (todas as localidades).**

Parágrafo quinto. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRATANTE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) os serviços não abrangidos pelo objeto contratual; e b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**.

Parágrafo sexto. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a sua liquidação, este será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Qualquer atraso ocorrido na apresentação do documento fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte da **CONTRATADA**, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo oitavo. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo nono. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal, o qual deverá ser o mesmo do cadastro habilitado na licitação. Assim, caso a licitante deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/fatura com seu CNPJ, deverá apresentar, no certame, a documentação de habilitação da filial.

Parágrafo décimo. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

Parágrafo décimo primeiro. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo décimo segundo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6 ÷ 100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo décimo terceiro. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, “d”, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Gestora:** 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; **Unidade Orçamentária:** 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; **Programa de Trabalho**: 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; **Fonte**: 0100 – Recursos Ordinários; **Natureza da Despesa:** 33904004 – Comunicação de Dados, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em 01/02/2021, a Nota de Empenho n.º **2021NE0000147**, no valor de **R$ 40.007,01 (quarenta mil, sete reais e um centavo)**.

Parágrafo único. Os seguintes valores, relativos ao complemento do contrato, serão empenhados à conta das dotações consignadas para os orçamentos dos seguintes exercícios:

- **2022: R$ 40.231,56 (quarenta mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos)**;
- **2023: R$ 3.352,63 (três mil, trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos)**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados mediante requerimento da **CONTRATADA**, com base no IST (Índice de Serviços de Telecomunicações), homologado pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do Governo Federal, ou outro que venha substituí-lo, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

Parágrafo primeiro. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

Parágrafo segundo. O reajustamento deverá ser sempre precedido de pesquisa de mercado para verificar se as condições oferecidas pela **CONTRATADA** continuam vantajosas para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. Caberá à **CONTRATADA** a iniciativa e o encargo da apresentação da memória de cálculo do índice do reajuste a ser pleiteado, para fins de análise e decisão da **CONTRATANTE**, cabendo negociação pelas

partes em todo o caso.

Parágrafo quarto. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilas ou termo aditivos.

Parágrafo quinto. A periodicidade de reajustamento será anual, devendo a **CONTRATADA** apresentar tal pedido em até 30 (trinta) dias, após a data de aniversário da proposta ou efeitos financeiros do último reajuste. Após essa data, ocorrerá a preclusão do direito ao reajustamento do período correlato.

Parágrafo sexto. A **FISCALIZAÇÃO** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer momento durante a vigência deste contrato, a revisão dos preços e dos percentuais de desconto contratados quando verificar que houve redução dos preços dos serviços no mercado, e consequentemente o instrumento contratual mostrar-se desvantajoso para a Administração, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Deverá ser garantida pela **CONTRATADA** a vantajosidade do contrato perante a **CONTRATANTE**. Assim, caso as partes não acordem com as providências de reequilíbrio econômico-financeiros ou de reajustamento, poderão solicitar formalmente a rescisão do instrumento contratual, com antecedência mínima de 4 (quatro) meses, mantendo-se, durante esse período, o valor atual contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/1993 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias da assinatura deste termo**, de **5% (cinco por cento)** do valor contratual, que corresponde à importância de **R$ 4.179,56 (quatro mil, cento e setenta e nove reais e cinquenta e seis centavos)**.

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes a:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nesta cláusula.

Parágrafo terceiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta caução, devidamente designada para este fim, aberta em instituição financeira oficial.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de vigência do contrato, devendo ainda ter validade por mais 3 (três) meses após essa vigência, nos termos da IN 005/2017.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA,** até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia, ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à Administração para que esta oficie a seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA**, bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

Parágrafo oitavo. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **FISCALIZAÇÃO**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhada do termo de recebimento definitivo.

Parágrafo nono. A garantia não será extinta, em caso de ocorrência de sinistro ou irregularidade, devidamente comunica à seguradora.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de **24 (vinte e quatro meses)**, contados da assinatura, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo, conforme art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente e terá eficácia legal após a publicação de seu extrato na impressa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I. Advertência.
II. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital.
III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, **por prazo não superior a 2 (dois) anos.**
IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;
V. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo **prazo de até 5 (cinco) anos.**

Parágrafo primeiro. De acordo com o art. 88, da Lei n.º 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, nos itens "III" e "IV", às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
b. Tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo segundo. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, pondendo ainda ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, que, sem justificativa aceita pela Administração:

1. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
2. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
3. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
4. não mantiver a proposta;
5. falhar ou fraudar na execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo;
7. cometer fraude fiscal;
8. não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
9. não assinar a nota de empenho, a Autorização de Fornecimento de Material/Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

Parágrafo terceiro. Para os fins da subcondição constante do item 6 do parágrafo anterior, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo quarto. As sanções serão aplicadas pelo Administração Superior da **CONTRATANTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela

inerentes.

Parágrafo quinto. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo sexto. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes:

1. Multas de:

- 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes à instalação, configuração, atualizações, melhorias e integrações, limitado a 5 (cinco) dias. O atraso superior a 5 (cinco) dias será considerado como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para o caso;
- 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes a falhas ou problemas na prestação do serviço, ainda que este continue disponível, limitado a 3 (três) dias. O atraso superior a 3 (três) dias será considerado como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para o caso;
- 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) sobre o valor global contratado, por hora ou fração de hora de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes à indisponibilidade do serviço, limitado a 48 (quarenta e oito) horas. O atraso superior a 48 (quarenta e oito) horas será considerado como **descumprimento total** da obrigação punível com as sanções previstas para o caso;
- 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) sobre o valor global contratado, por dia ou a cada 24 (vinte e quatro) horas, por descumprimento de demais obrigações não atendidas nos itens anteriores.
- 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, quando, na ocasião do pagamento, for constatado que a **CONTRATADA** não está mantendo a regularidade fiscal e trabalhista, por não apresentar, desta forma, as respectivas certidões de regularidade, ou por apresentar certidões com prazo de vigência expirado;
- 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor global da proposta, quando sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, o vencedor não providenciar o devido cadastramento junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO D AMAZONAS – SEFAZ-AM**, na forma prevista no Edital.
- 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por 3 (três) vezes na penalidade de advertência, será considerado descumprimento total da obrigação, punível com sanções previstas para o caso;
- até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de descumprimento parcial ou total do objeto contratado;
- até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo segundo. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA,** ou da garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo terceiro. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no descumprimento das obrigações for devidamente **justificado e comprovado** pela **CONTRATADA**, em documento por escrito e contemporâneo a sua ocorrência e aceito pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A rescisão de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

- assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
- ocupação e utilização dos equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei de Licitações e Contratos;
- execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado, sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

- Lei n.º 10.520/2005 – Institui a modalidade pregão;
- Lei n.º 8.666/1993 – Licitações e Contratos;
- Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- Lei n.º 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro;
- Lei n.º 9.472/1997 – Dispõe sobre os serviços de telecomunicações;
- Resolução e regulamentos da Agência Nacional de Telecomunicações pertinentes aos serviços a serem prestados;
- Termos de concessão ou autorização emitidos pela ANATEL;

- Demais regulamentações referentes ao serviço de *internet* e por outras legislações aplicáveis à espécie.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseada na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

GEBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

JOSÉ RICARDO FERREIRA
Representante Legal da Empresa Eyes Nwhere Sistemas Inteligentes de Imagem Ltda.

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 08/02/2021, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira**, **Representante Legal**, em 09/02/2021, às 13:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Lígia Maria Oliveira Sena**, **Testemunha**, em 09/02/2021, às 13:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Testemunha**, em 09/02/2021, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0586305** e o código CRC **DB61C7CD**.

PORTARIA N° 655/2022/SUBADM

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno nº 2020.009404 – SEI,

RESOLVE:

ALTERAR o teor da **PORTARIA N° 187/2021/SUBADM**, de 09/03/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I – DESIGNAR o(a) Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicações para atuar como Gestor e o servidor **RAPHAEL VITORIANO BASTOS**, Agente de Apoio - Telecomunicações, para atuar como Fiscal do **Contrato Administrativo n.º 001/2021 - MP/PGJ**, firmado entre este Ministério Público e a empresa **EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM LTDA**, cujo objeto consiste na prestação de serviço de conectividade ponto a ponto, em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.023/2020 - CPL/MP/PGJ, visando a melhoria da infraestrutura provida às unidades descentralizadas do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), por um período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 09 de fevereiro de 2021;

II – No impedimento e/ou afastamento do(a) gerenciador(a) e fiscal, ficam designados, respectivamente, como substitutos do referido Contrato, o(a) Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação e o servidor **ALFREDO AFONSO RIBAMAR DE FREITAS**, Agente de Apoio - Telecomunicações".

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, 30 de junho de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 04/07/2022, às 07:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0850117** e o código CRC **6999CA8A**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 77.2022.DTIC.0881335.2022.016003

A Sua Excelência o Senhor

Doutor **GEORGE PESTANA VIEIRA**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: Encaminha Termo de Referência para contratação de links ponto a ponto para conectividade das unidades descentralizadas da capital do Amazonas.

Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

Honrado em cumprimentar Vossa Excelência, oportunidade em que sirvo-me do presente, para submeter à vossa apreciação o Termo de Referência Nº XXXX, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B**, pelo período de 12 (doze) meses, de modo a prover a conexão de rede entre as unidades descentralizadas da capital e a PGJ.

O termo de referencia supracitado foi elaborado em decorrencia do memorando Nº 662.2022.DCCON.0878869.2022.016003 (0878869), referente ao aviso de expiração do Contrato Administrativo nº 001/2021–MP/PGJ, assim como da necessidade de aumentar a segurança e capacidade de conexão entre as unidades descentralizadas da capital e a PGJ (datacenter).

Respeitosamente,

TADEU AZEVEDO DE MEDEIROS

Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Azevedo de Medeiros**, **Diretor(a) de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC**, em 02/09/2022, às 11:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0881335** e o código CRC **F31B812F**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12.2022.DTIC.0881849.2022.016003

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B**, pelo período de 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 É indispensável ao Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), para consecução dos seus objetivos institucionais, dispor de serviço ininterrupto de conectividade em todas as suas unidades descentralizadas, para acesso aos serviços e sistemas institucionais de TI.

2.2 Nos últimos 2 (dois) anos houve acréscimo significativo de demandas na área de tecnologia da informação do MPAM, assim como percebido em todo o mundo, muito em função da pandemia COVID-19. O uso de ferramentas de videoconferência e trabalho colaborativo passaram da categoria de oportunidades de melhoria a serem analisadas para a de itens essenciais para realizar as atividades do dia a dia e para manutenção da produtividade e eficiência.

2.3 O atual uso de processos virtuais, pela sua natureza, consome recursos tecnológicos com grande velocidade, proporcionais a quantidade de usuários e de dados a serem acessados, exigindo expansão regular para atender às novas necessidades.

2.4 Tanto as demandas por comunicação e transformação digital, quanto a virtualização de processos, citados nos itens acima, tornaram a atual conectividade das unidades descentralizadas da capital, cuja capacidade atual é de 210Mbps, insuficiente, especialmente quando se leva em consideração a o uso da plataforma de colaboração MS Office 365.

2.5 Por fim, o objeto deste Termo, por ser item essencial ao funcionamento do órgão em si, atende ao Planejamento Estratégico Institucional 2017-2027 em diversos dos seus objetivos e iniciativas estratégicos. De forma direta, tem papel crucial em viabilizar o cumprimento dos seguintes objetivos do Planejamento: 2.11 - Ampliar e integrar soluções em tecnologias da informação e comunicação - e 3.02 - Aprimorar a infraestrutura, gestão e governança de tecnologia da informação. Indiretamente, também colabora com os objetivos 1.01 - Sustentabilidade socioambiental; 2.10 - Fortalecer a imagem e a comunicação institucional; 2.13 - Buscar a excelência da gestão administrativa - e 2.14 - Fortalecer o controle interno e a transparência – entre outros.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1 O serviço de conectividade ponto a ponto, para conexão da rede de dados, será fornecido pela empresa contratada, sob o regime de menor preço global, em conformidade com especificado neste termo, responsabilizando-se por fornecer todo e qualquer componente necessário ao pleno estado de funcionamento do serviço.

3.2. Os serviços deverão ser disponibilizados com instalação e configuração mínimas para suportar plenamente os requisitos descritos nas especificações deste termo.

3.3 Os serviços devem atender às seguintes condições e especificações:

3.3.1 Conexão entre as redes de dados, da **PONTA A – SEDE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, sito a Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, CEP 69037-430, Manaus, Amazonas, às seguintes unidades do MPAM nos endereços descritos no quadro a seguir.

3.3.2 A capacidade de acesso total contratada deverá ser de **500 Mbps**, somando individualmente todos os links ponto a ponto em fibra óptica da PONTA B, com taxa simétrica de transmissão/recepção (velocidade de acesso), medida em camada 4 (Layer 4).

3.3.3 A distribuição da capacidade de acesso de cada unidade descentralizada da PGJ será indicada à CONTRATADA, pela FISCALIZAÇÃO, logo após a assinatura do contrato.

3.3.4 Na tabela a seguir estão listados a designação e enderenço das unidades descentralizadas:

Item	Designação (Links)	Endereço Ponta B (Unidades do MPAM na Capital)
1	**Unidade Descentralizada do Aleixo**	Av. André Araújo, 23 - Aleixo
2	**Unidade Descentralizada da Belo Horizonte**	Rua Belo Horizonte, 500 - Aleixo
3	**Unidade Descentralizada da Paraíba**	Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho, nº 175 (Antiga Rua Paraíba).

4	**Unidade da Delegacia da Infância e Juventude Infracional**	Av. Desembargador João Machado, s/n, Alvorada I, CEP 69058-789.
5	**Fórum HENOCH DA SILVA REIS (Plantão MPAM)**	Av. Paraíba, s/n - São Francisco - 2º Andar – Sala do Plantão Ministerial do MPAM
6	**Sede Tribunal de Justiça do Amazonas (Data Center)**	Av. André Araújo, s/nº Sede do TJAM - Edifício Desembargador Arnoldo Péres

3.2.5 Ao longo da prestação do serviço, a FISCALIZAÇÃO poderá, a seu critério e de acordo com as necessidades de consumo, solicitar à CONTRATADA, a redistribuição da capacidade total entre as unidades descentralizadas, listadas na tabela anterior.

4. DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

4.1 O serviço deverá estar disponível sob o regime 7x24, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os sete dias da semana, de forma permanente, dedicada, exclusiva e com total conectividade IP, a partir de sua ativação até o término do contrato.

4.2 O acesso dar-se-á através de link ponto a ponto em fibra óptica, com terminação única para conexão à porta óptica do *firewall* do MPAM, sendo que todos os dispositivos de comunicação necessários para estabelecimento do link devem ser **fornecidos pela CONTRATADA em regime de comodato**.

4.3 Cada enlace deverá ter suporte as tecnologias empregadas na Internet (pilha de protocolo TCP/IP).

4.4 A CONTRATADA deverá respeitar a confidencialidade, disponibilidade, integridade dos dados trafegados e não poderá, de forma alguma, bloquear, limitar ou filtrar o tráfego de entrada ou de saída dos links contratados, não sendo admitido nenhum tipo de restrição seja por serviço, tipo de arquivo ou protocolo.

4.5 Os circuitos de comunicação de dados deverão ser entregues e mantidos sem nenhum mecanismo de restrição relacionado ao volume de tráfego.

4.6 O endereçamento IP das interfaces LAN a serem configurados nos equipamentos instalados nas unidades devem ser estabelecidos em conjunto com a equipe técnica da CONTRATANTE.

4.7 A solução deverá contemplar meios de acessos redundantes, utilizando fibra óptica com encaminhamentos físicos distintos, entre as redes de dados nas pontas A e B.

4.7.1 Deverão ser fornecidos, pelo menos, 2 (dois) enlaces de acesso redundantes entre si, em fibra ótica, devendo cada um dos circuitos de comunicação utilizar tecnologia determinística com taxa de transferência que atenda integralmente à velocidade contratada, não sendo aceitável a instalação de vários links independentes com taxas de transferências inferiores ao solicitado para se obter a velocidade contratada.

4.7.2 Os enlaces de fibra óptica redundante devem ser fornecidos por encaminhamentos distintos fim a fim, ou seja, cada fibra óptica do enlace redundante deve seguir caminhos distintos, por ruas e rotas distintas. Esta garantia deverá ser analisada pela equipe técnica da CONTRATANTE através de fornecimento de projeto de encaminhamentos fornecido pela LICITANTE.

4.7.3 Deverão ser utilizados links de comunicação terrestre confeccionados com fibra óptica, sendo permitida a conversão do meio óptico para UTP, apenas para a compatibilização com as interfaces dos CPEs.

4.7.4 A CONTRATADA deverá fornecer cada um dos canais com transmissão *full duplex* e taxa simétrica, isto é, a mesma capacidade de transmissão para o tráfego de entrada e de saída, simultaneamente.

4.7.5 Na implantação por dupla abordagem a CONTRATADA proverá equipamento automático de chaveamento e os enlaces devem operar em modo ativo todo o tempo.

4.8 Os indicadores de latência, perda de pacotes, taxa de erro e disponibilidade do serviço deverão atender aos valores expressos abaixo:

a) Taxa de erro em bits – Máxima 1x10-6.

b) Latência – Máximo de 15 ms.

c) Perda de Pacotes (%) – Máximo 1%.

d) Disponibilidade (%) – Mínimo 99,5%.

e) Velocidade (Capacidade) do link deve medido em camada 4 (Layer 4).

4.8.1 Os testes de aceitação dos serviços serão compostos, no mínimo, por testes de conectividade e funcionalidade, os quais utilizarão ferramentas de medição presentes na infraestrutura de rede da CONTRATANTE (speedtest.mpam.mp.br/ e iperf) ou ferramentas equivalentes, e teste de acesso aos sistemas da PGJ. Todos os testes deverão atender aos requisitos mínimos de latência, taxa de erro, perda de pacotes, disponibilidade e velocidades especificados.

4.8.2 Os valores dos indicadores de taxa de erro, latência, velocidade e perda de pacotes superiores aos valores exigidos, enquanto apresentados, serão considerados como interrupção do serviço.

4.9 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela instalação dos pontos de acesso nos locais (endereços) citados, configuração, fornecimento e conexão dos equipamentos necessários ao pleno funcionamento do serviço, garantindo compatibilidade com o ambiente de cada uma das pontas do circuito.

4.9.1 Todas as obrigações envolvidas (tributos, alugueis, licenças) com a instalação e manutenção do cabeamento de fibra óptico aéreo posteado, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

4.10 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela realização de todos os serviços e por solucionar quaisquer problemas que, porventura, venham ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste projeto.

4.11 Deverá responsabilizar-se por todas as medidas preventivas indispensáveis à realização dos serviços, de forma a evitar danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, direta ou indiretamente a terceiros no decorrer do desenvolvimento do contrato.

4.12 Todos os equipamentos e enlaces fornecidos pela CONTRATADA, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, deverão obedecer rigorosamente às normas e recomendações em vigor, elaboradas por órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na área Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

4.13 DA INTERRUPÇÃO PROGRAMADA DOS SERVIÇOS

4.13.1 Sempre que houver necessidade de intervenção programada por parte da CONTRATADA, para manutenção preventiva e/ou substituição de equipamentos e meios utilizados no provimento do(s) acesso(s) objeto deste instrumento, que possa causar interferência no desempenho do Serviço, **a CONTRATANTE deverá ser previamente comunicada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis** da execução do serviço.

5. DOS PRAZOS PARA ATENDIMENTO DOS CHAMADOS TÉCNICOS

5.1 Deverá ser disponibilizado serviço de suporte técnico, em regime de 24x7, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, que será efetuado por meio eletrônico e/ou por telefone com número de DDD igual ao da localidade da CONTRATANTE, ou por meio de prefixo "0800". **Em ambos os casos, o atendimento deve ser efetuado em Língua Portuguesa.**

5.2 Após abertura de chamado técnico, o prazo máximo de solução das ocorrências deverá obedecer ao limite de 4 horas, contados a partir da abertura do chamado.

5.3 O descumprimento do prazo máximo para reativação serviço, sem motivo de força maior e/ou caso fortuito, bem como o não cumprimento de sua execução dará à CONTRATANTE o direito de cancelar a proposta e/ou rescindir o contrato, bem como aplicar as penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93.

6. DOS PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 A CONTRATADA deverá concluir os serviços de **instalação e ativação dos links em até 30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela empresa FORNECEDORA.

6.1.1 A CONTRATADA deverá comunicar, formalmente, à FISCALIZAÇÃO, as ocorrências que impossibilitem a instalação e ativação do acesso no prazo estipulado, expondo as razões que a impossibilitaram de cumprir o referido prazo e solicitando nova data para a instalação e ativação do mesmo.

6.1.2 A CONTRATANTE, por meio dos servidores designados pela fiscalização e pela gestão do contrato, serão responsáveis por analisar e deliberar pela anuência, ou não, do pleito.

6.2 O prazo da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, prorrogáveis de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

6.3 A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, a suspensão do serviço de quaisquer localidades atendidas, sem ônus, de acordo com sua especificidade.

6.4 A CONTRATADA deverá realizar o remanejamento no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data de recebimento da solicitação da FISCALIZAÇÃO.

6.4.1 O remanejamento do circuito, que compreende a desativação do circuito no endereço de origem e a ativação no novo endereço, deverá ser feito de maneira que a comunicação seja interrompida por um período máximo de 24 horas contínuas.

6.4.2 Qualquer circuito poderá ter seu endereço alterado, respeitando os limites da cidade de Manaus/AM. Nesse caso a taxa de remanejamento deverá incluir todos os custos referentes a desinstalação e reinstalação do circuito.

6.4.3 Caso a empresa não cumpra o prazo estipulado para mudança de endereço, sujeitará a contratada as sanções administrativas previstas no Termo de Referência.

7. DA VISTORIA TÉCNICA

7.1 As empresas licitantes **PODERÃO** realizar, sob o acompanhamento de servidor especialmente designado, vistoria às unidades da **Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas**, em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão, com o objetivo de conhecer as instalações onde serão executados os serviços e sanar as dúvidas porventura existentes, a fim de subsidiar a elaboração das propostas a serem submetidas ao certame.

7.2 Nos casos em que houver vistoria, os locais envolvidos pelos trabalhos deverão ser cuidadosamente inspecionados pelos licitantes; observando, entre outros aspectos, o grau de dificuldade para a consecução dos serviços e procederão à rigorosa conferência das medidas e de outros aspectos julgados de interesse.

7.2.1 A vistoria deverá ser realizada, preferencialmente, por profissional(is) qualificado(s) e detentor(es) de conhecimento técnico relacionado ao objeto, devidamente credenciados.

7.2.2 Para que as pretensas licitantes possam participar da vistoria, será necessária que a mesma credencie um representante, através da apresentação, no ato da visita, de documento devidamente assinado, indicando o nome de seu colaborador, número da célula de identidade e CPF e delegação de poderes para representá-la na visita. A falta deste documento impossibilitará que o representante e a empresa participem da vistoria.

7.2.3 Para a realização da vistoria, as empresas interessadas deverão apresentar duas cópias da Declaração de Vistoria, já preenchida com os dados da empresa e assinada pelo representante, sendo que uma cópia será assinado por servidor designado da **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO** desta PGJ-AM, e devolvida para empresa, e a outra será juntada ao processo de contratação, onde a empresa declara ter realizado a vistoria técnica.

7.2.4 A referida Declaração deverá ser apresentada posteriormente, na fase licitatória, nos termos definidos no edital do certame.

7.2.5 Caso opte por não realizar a vistoria, a licitante apresentará na fase licitatória, declaração de opção pela dispensa de vistoria.

7.3 Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando do cumprimento das obrigações.

7.4 As visitas deverão ser previamente agendadas, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, pelo telefone (92) 3655-0660 – **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, no período de segunda a sexta-feira, das 8 às 14hs, excluídos feriados e pontos facultativos.

8. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.1 Para que possam ser habilitados a fornecerem os produtos e a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão apresentar **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha fornecido, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

9. DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

9.1 As empresas interessadas em participar do certame objeto desta contratação, serão selecionadas pelo critério de **menor preço global**, elaborando sua **proposta comercial** em conformidade com a planilha de formação de preços, conforme apresentado a seguir.

Item	Descrição	Qtde. (A)	Unid.	Valor Unitário (R$) (B)	Valor Total (R$) (A * B)
1	Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B.				
1.1	**Valores mensais referentes à prestação dos serviços**				
a)	Capacidade Total de 500 Mbps	12	meses		
				Subtotal 1:	
1.2	**Valores referentes à instalação e ativação dos serviços**				
a)	Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)	5	Unid		
				Subtotal 2:	
1.3	**Valores referentes ao remanejamento do link por mudança de endereço**				
a)	Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas)	2	Unid		
				Subtotal 3:	
				Valor global da proposta (Subtotal 1 + Subtotal 2 + Subtotal 3):	

9.2 Na elaboração da proposta, a pretensa licitante deverá considerar todos os custos relativos aos serviços, insumos, consumíveis e equipamentos necessários para a plena execução do objeto contratado, bem como aqueles referentes a impostos, taxas, mão de obra, encargos sociais, transporte, prêmios de seguro, acidente de trabalho e emolumentos decorrentes da obrigação assumida, excluindo a PGJ/AM de qualquer solidariedade.

10. DO RECEBIMENTO

10.1 O recebimento dos serviços será realizado pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

10.2 Para efeito de **ACEITE** da instalação, a contratada deverá comunicar a efetiva disponibilização do serviço no local.

10.3 No prazo de até **15 (quinze) dias**, contados a partir da comunicação pela contratada, a FISCALIZAÇÃO deverá concluir os testes necessários a constatar seu regular funcionamento.

10.3.1 Tendo sido realizados, com sucesso, os testes de funcionamento, o contratante, por meio da FISCALIZAÇÃO, emitirá um **Termo de Aceite**, atestando a conformidade dos mesmos com as especificações constantes no Termo, liberando o início de faturamento.

10.4 A qualidade do serviço será avaliada, sendo considerados os critérios e indicadores referentes à latência, a perda de pacotes e velocidade de acesso (*throughput*).

10.4.1 Caso sejam verificados erros ou impropriedades impeditivos de recebimento do serviço prestado. A CONTRATADA deverá promover as correções necessárias, conforme diretrizes a serem estabelecidas pela PGJ-AM, sem prejuízo de aplicação de penalidades previstas.

10.4.2 Os custos relativos à ativação do serviço serão pagos uma única vez, no primeiro mês seguinte à liberação para início de faturamento.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes deste Termo, observando as prescrições e as recomendações do fabricante/fornecedor, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.

11.2 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto desta contratação, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

11.3 Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

11.4 Manter contato e realizar o planejamento dos serviços com o CONTRATANTE de forma a executar quaisquer tarefas ou ajustes inerentes ao serviço contratado.

11.5 Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

11.6 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste Termo.

11.7 Assumir total responsabilidade pela perfeita execução dos serviços, com estrita observância dos serviços contratados e qualidade dos materiais e equipamentos utilizados.

11.8 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

11.8.1 A PGJ-AM não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

11.9 Fornecer, instalar, ativar e manter todos os equipamentos ou acessórios que compõe o serviço contratado.

11.10 Atender aos chamados sobre falhas ou interrupções no serviço, sanando os problemas dentro dos prazos estipulados neste Termo.

11.11 Fazer o diagnóstico das falhas na execução dos serviços relatados pela CONTRATANTE, eliminando os defeitos nos componentes sob sua responsabilidade.

11.12 Atender às reclamações ou aos pedidos de esclarecimentos sobre a cobrança dos serviços contratados.

11.13 **MENSALMENTE**, quando do faturamento dos serviços prestados, apresentar RELATÓRIO referente aos períodos e as causas das indisponibilidades ocorridas na prestação dos serviços.

11.14 Inspecionar os serviços prestados por seus colaboradores, obrigando-se a corrigir, de imediato, qualquer divergência que, porventura, venha a ocorrer na execução dos serviços contratados.

11.15 Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

11.16 Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a se tornar aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido aceitação do mesmo.

11.17 Acatar as observações feitas pelo Fiscal da CONTRATANTE quanto à execução dos serviços.

11.18 A inobservância das especificações constantes deste Termo de Referência implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

11.19 A CONTRATADA deverá manter **PREPOSTO**, aceito pela CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

11.20 Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo da CONTRATANTE, sendo vedada sua cessão, locação ou venda a terceiros.

11.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11.22 Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz;

11.23 Todos os serviços não explícitos nestas especificações, mas necessários à execução dos serviços programados e ao perfeito funcionamento das instalações serão de responsabilidade da CONTRATADA.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias à fiel execução do objeto deste Termo de Referência.

12.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência deste Contrato.

12.3 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo.

12.4 Designar, e informar à CONTRATADA, fiscal e gestor do contrato e seus substitutos, mantendo tais dados atualizados.

12.5 Permitir o acesso, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços e regula entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

12.6 Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

12.7 Efetuar regularmente o pagamento da CONTRATADA, dentro dos critérios estabelecidos no contrato, quanto aos serviços devidamente realizados, após o atesto das notas fiscais/faturas pelo Gestor do contrato.

12.8 Verificar, por meio de sua FISCALIZAÇÃO, se os serviços foram prestados de acordo com as exigências deste Termo, Edital e Contrato, em especial as metas e padrão de qualidades convencionadas no Acordo de Níveis de Serviços – ANS.

12.9 Fazer uso adequado dos equipamentos fornecidas pela CONTRATADA, seguindo as instruções constantes de seus manuais de uso.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A CONTRATADA fica obrigada a observar às condições de execução do contrato, estando sujeita à avaliação da qualidade dos serviços prestados, segundo os níveis de serviço descritos neste Termo.

13.2 A empresa vencedora que, convocada dentro do prazo de validade de sua Proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município, e será descredenciada no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

13.3 No caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução das atividades previstas nos termos citados neste termo de referência, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas neste instrumento:

13.3.1 Advertência por escrito:

a) Será aplicada penalidade de advertência no caso de atraso no cumprimento dos prazos para apresentação de uma solução definitiva para o problema com solução provisória, bem como, nos casos de atraso no encaminhamento do diagnóstico da ocorrência e comprovação da correção após a solução definitiva do problema.

13.3.2 Multa de:

a) 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes à instalação, configuração, atualizações, melhorias e integrações, limitado a 5 dias. O atraso superior a 5 dias será considerado como descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas para o caso.

b) 3,5% (três vírgula cinco por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes a falhas ou problemas do serviço, ainda que este continue disponível, limitado a 3 dias. O atraso superior a 3 dias será considerado como descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas para o caso.

c) 0,25% (zero vírgula trinta por cento) sobre o valor global contratado, por hora ou fração de hora de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes à indisponibilidade do serviço, limitado a 48 horas. O atraso superior a 48 horas será considerado como descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas para o caso.

d) 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por três vezes na penalidade de advertência será considerado descumprimento total da obrigação punível com sanções previstas para o caso.

e) 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado no caso de sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas.

f) 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado nos casos de inexecução total ou parcial do objeto contratado.

g) 30% (vinte por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA.

13.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PGJ-AM, por prazo não superior a dois anos.

13.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.3.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas, e no caso de suspensão de licitar, a LICITANTE deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

13.3.6 A multa aplicada após regular Processo Administrativo será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13.4 Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.

13.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.6 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa.

13.7 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

14. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO** em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e íntegra o procedimento interno respectivo.

15. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE

Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002 e alterações.

Manaus – AM, 19 de agosto de 2022.

RAPHAEL VITORIANO BASTOS
Agente de ApoioTécnico de Telecomunicações

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA
Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação

16. APROVAÇÃO

Solicitamos aprovação.

TADEU AZEVEDO DE MEDEIROS
Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Raphael Vitoriano Bastos**, **Agente de Apoio - Técnico em Telecomunicação**, em 01/09/2022, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 02/09/2022, às 10:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Azevedo de Medeiros**, **Diretor(a) de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC**, em 02/09/2022, às 11:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0881849** e o código CRC **B6FF4C45**.

PARECER Nº 113.2022.01AJ-SUBADM.0894568.2022.016003

PROCESSO: 2022.004435

ASSUNTO: Termo de Referência para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, pelo período de 12 (doze) meses.

Tratam os autos de procedimento iniciado a partir do Memorando 662 (0878869), no qual a Divisão de Contratos e Convênios - DCCON avisa da expiração do Contrato Administrativo nº 001/2021–MP/PGJ, firmado entre o Ministério Público do Amazonas e a **empresa EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM LTDA, cujo objeto consiste na prestação de serviço de conectividade ponto a ponto, em fibra óptica, na cidade de Manaus, com vigência até 09.02.2023.**

Instada a se manifestar, a gestão contratual (DTIC), anexou o Termo de Referência 12 (0881849), cujo objetivo é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B**, pelo período de 12 (doze) meses, de modo a prover a conexão de rede entre as unidades descentralizadas da capital e a PGJ, tendo em vista a necessidade de aumentar a segurança e capacidade de conexão entre as unidades descentralizadas da capital e a PGJ (datacenter).

Em seguida, os autos vieram à análise desta assessoria jurídica.

É o breve relatório. OPINO.

Como é cediço, a Administração Pública deverá sempre observar o cumprimento do **regime jurídico-administrativo**, que consiste em um conjunto harmônico de preceitos e regras que moldam a atuação dos entes estatais, impondo limitações e prerrogativas. No âmbito do procedimento de licitação, destacam-se, dentre os princípios que regem o Direito Administrativo, os princípios da impessoalidade e da indisponibilidade do interesse público.

Acerca do princípio da **impessoalidade**, de acordo com as lições de Celso Antônio Bandeira de Mello (2009), "*[...] a Administração Pública deve tratar a todos sem favoritismos, nem perseguições, simpatia ou animosidades políticas ou ideológicas [...]*". Já quanto ao princípio da **indisponibilidade do interesse público**, Matheus Carvalho (2018) assevera que se trata de preceito que impõe:

> […] limites da atuação administrativa e decorre o fato de que a impossibilidade de abrir mão do interesse público deve estabelecer ao administrador os seus critérios de conduta. De fato, o agente estatal não pode deixar de atuar quando as necessidades da coletividade assim exigirem, uma vez que suas atividades são necessárias à satisfação dos interesses do povo [...].

Nessa esteira, dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37, inciso XXI, *in verbis:*

> **Art. 37**. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]
>
> **XXI** – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Dessa forma, para garantir justamente a **impessoalidade** e a **supremacia do interesse público**, bem como para a manutenção do equilíbrio social e uma boa gestão da máquina pública, é necessária, por regra, a realização do processo de licitação que, como procedimento prévio ao contrato em que se escolhe a proposta mais vantajosa à persecução de seus fins, impede que seja desvirtuado, a critério do administrador, o regime jurídico-administrativo.

Excepcionalmente, como sabido, poderão ser identificadas situações em que serão aplicados os regramentos legais para as hipóteses de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação. **Em qualquer caso, o Termo de Referência é o balizador e o limitador da atuação da Administração Pública na procedimentalização da contratação**.

Feitas tais considerações, cumpre esclarecer que o presente Parecer cinge-se tão somente à análise do destacado Termo de Referência, à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pertinentes; questões de oportunidade e conveniência, bem como juízo de valor acerca da contratação, fogem à alçada do parecerista.

Nesse sentido, cumpre assestar que o Termo de Referência é peça técnica indispensável na fase interna da licitação, traduzindo a justificativa e a necessidade de realização de determinado objeto a ser contratado pela Administração Pública. Sobre o tema, a Lei n.º 8.666/93 assim dispõe:

> **Art. 7º.** As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:
>
> I - projeto básico;
>
> II - projeto executivo;
>
> (...)
>
> § 9º. O disposto neste artigo aplica-se também, no que couber, aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação.
>
> (...)
>
> **Art. 14.** Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
>
> **Art. 15.** *Omissis*
>
> § 7º. Nas compras deverão ser observadas, ainda:
>
> I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;
>
> II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;
>
> III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

Em consonância com o acima aludido, o Tribunal de Contas da União já decidiu pela necessidade do referido estudo técnico preliminar:

> REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. CAUTELAR. OITIVA. AUDIÊNCIA. DIRECIONAMENTO A PRODUTOS DE DETERMINADO FABRICANTE. AUSÊNCIA DE ESTUDOS PRÉVIOS COMPROBATÓRIOS DA NECESSIDADE DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS APÓS A ATUAÇÃO DESTA CORTE. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. MULTA. DETERMINAÇÕES.
>
> **- As especificações técnicas dos objetos a serem adquiridos devem decorrer de necessidades identificadas em estudos prévios ao certame licitatório.**

- Do processo administrativo para aquisição de bens e serviços deve constar os estudos e levantamentos que fundamentaram a fixação das especificações técnicas.

- É defesa a exigência de seguros em licitações que se destinem a compras de equipamentos sem previsão de pagamentos antecipados, salvo motivo justificado exposto no instrumento convocatório.

- É defesa a exigência de número de registro no Ministério da Saúde, de produtos não incluídos na relação estabelecida pela Lei 6.360/1976, salvo motivo justificado, exposto no instrumento convocatório.

(TCU, Acórdão 310/203, Processo 037.832/2011-5).

Com efeito, inobstante a contratação pretendida não envolva e/ou dependa da definição de critérios técnicos muito detalhados, como sói ser as hipóteses de contratação de obras ou serviços de engenharia ou de soluções de TI, é forçoso reconhecer que pressupostos técnicos, mesmo que mais simplórios e menos relevantes, quando considerados em relação ao todo do objeto, compõem de forma decisiva a especificação dos produtos que ora se pretendem adquirir. Nesse sentido, portanto, como se trata de objeto contratual sem maiores complexidades, a simples justificativa da contratação suplanta tal necessidade.

Quanto ao objeto contido no citado Termo de Referência, tem-se que o Ministério Público do Estado do Amazonas - MP/AM pretende contratar empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, pelo período de 12 (doze) meses, de modo a prover a conexão de rede entre as unidades descentralizadas da capital e a PGJ.

Destarte, imperioso verificar se os elementos constitutivos do Termo de Referência se encontram todos presentes, mormente no que tange à especificação do objeto a ser licitado, ainda que possa haver alguma complementação posterior, bem como a forma pela qual o objeto da licitação deve ser executado, com a definição de métodos, estratégias de suprimentos e prazo de execução. Ao se consultar o compêndio de Orientações e Jurisprudência do TCU (disponível em *www.portaltcu.gov.br*), tem-se que o Termo de Referência deve conter, dentre outros, os seguintes elementos:

- Descrição do objeto do certame, de forma precisa, suficiente e clara;

- Critérios de aceitação do objeto;

- Critérios de avaliação do custo do bem ou serviço pela Administração, considerando os preços praticados no mercado;

- Valor estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, se for o caso;

- Prazo de execução do serviço ou de entrega do objeto;

- Definição dos métodos e estratégia de suprimento;

- Cronograma físico-financeiro, se for o caso;

- Deveres do contratado e do contratante;

- Prazo de garantia, quando for o caso;

- Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;

- Sanções por inadimplemento

Dos critérios mínimos estabelecidos pela egrégia Corte Superior de Contas, constata-se que o Termo de Referência engloba tanto os elementos fáticos motivadores da contratação, quanto as balizas objetivas que irão nortear o certame licitatório, conforme o caso.

No caso em análise, das informações constantes do Termo de Referência 12 (0881849),

observa-se o integral preenchimento dos requisitos exigíveis, como o objeto a ser contratado, com especificação de itens, prazos e condições de entrega e recebimento, obrigações da contratada e contratante, sanções por inadimplemento, todos se encontram presentes.

Dessa forma, considerando os fundamentos até aqui expostos, **OPINO** pela **APROVAÇÃO** do Termo de Referência 12 (0881849), conforme indicação desta peça opinativa.

É o parecer que submeto à apreciação de V. Ex.ª.

ASSESSORIA JURÍDICA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus (AM), 13 de setembro de 2022.

TEREZA CRISTINA MOTA DOS SANTOS PINTO
Assessora Jurídica
Ato PGJ nº 176/2022

Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cristina Mota dos Santos Pinto**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 13/09/2022, às 13:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0894568** e o código CRC **EFB516D6**.

DESPACHO Nº 560.2022.01AJ-SUBADM.0894569.2022.016003

Autos n.º 2022.004435

Assunto: Termo de Referência para deflagração de procedimento licitatório com o escopo para aquisição de becas de gala de Procurador de Justiça, bem como capas de sessão do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, para utilização pelos(as) três noveis Procuradores(as) de Justiça, quando da entrada em exercício, após o julgamento dos Concursos de Promoção inaugurados pelos Editais nº 001/2022-CSMP, 002/2022-CSMP e 003/2022-CSMP.

Tratam os autos de procedimento iniciado a partir do Memorando 662 (0878869), no qual a Divisão de Contratos e Convênios - DCCON avisa da expiração do Contrato Administrativo nº 001/2021–MP/PGJ, firmado entre o Ministério Público do Amazonas e a **empresa EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM LTDA, cujo objeto consiste na prestação de serviço de conectividade ponto a ponto, em fibra óptica, na cidade de Manaus, com vigência até 09.02.2023.**

Instada a se manifestar, a gestão contratual (DTIC), anexou o Termo de Referência 12 (0881849), cujo objetivo é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B**, pelo período de 12 (doze) meses, de modo a prover a conexão de rede entre as unidades descentralizadas da capital e a PGJ, tendo em vista a necessidade de aumentar a segurança e capacidade de conexão entre as unidades descentralizadas da capital e a PGJ (datacenter).

Nesse sentido, os autos vieram à análise da assessoria jurídica desta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM, que opinou, via parecer 113 (0894568) pela **APROVAÇÃO** do Termo de Referência 12 (0881849), **em sua integralidade.**.

Isto posto, **ACOLHO** o parecer 113, ao passo em que **APROVO** o Termo de Referência 12 e **DETERMINO** o encaminhamento dos autos ao **Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, para pesquisa de mercado, e à **Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF**, para demais providências.

À Secretaria da SUBADM, para o devido encaminhamento.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 13 de setembro de 2022.

GEORGE PESTANA VIEIRA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **George Pestana Vieira**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 13/09/2022, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0894569** e o código CRC **781E5A7C**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 140.2022.DTIC.0896956.2022.016003

A Senhora

ANNE JAKELINE CARVALHO DAS NEVES

Chefe do Setor de Compras e Serviços

Assunto: Encaminha Termo de Referência Nº 013.2022.DTIC, revisado.

Senhora Chefe,

Honrado em lhe cumprimentar, oportunidade em que encaminho termo de referência Nº 013.2022.DTIC, revisado, de modo a ajustar o quantitativo do item **9. DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**, em seu subitem *Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)*, originalmente de 5 (cinco) para 6 (seis).

Uma vez que o ajuste recai apenas sobre uma questão de erro de digitação no quantitativo de um subitem, este signatário entende não haver necessidade de encaminhamento do processo para aprovação da SUBADM.

Atenciosamente,

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA
Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicações

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 03/10/2022, às 08:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0896956** e o código CRC **6E65B5E3**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B**, pelo período de 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 É indispensável ao Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), para consecução dos seus objetivos institucionais, dispor de serviço ininterrupto de conectividade em todas as suas unidades descentralizadas, para acesso aos serviços e sistemas institucionais de TI.

2.2 Nos últimos 2 (dois) anos houve acréscimo significativo de demandas na área de tecnologia da informação do MPAM, assim como percebido em todo o mundo, muito em função da pandemia COVID-19. O uso de ferramentas de videoconferência e trabalho colaborativo passaram da categoria de oportunidades de melhoria a serem analisadas para a de itens essenciais para realizar as atividades do dia a dia e para manutenção da produtividade e eficiência.

2.3 O atual uso de processos virtuais, pela sua natureza, consome recursos tecnológicos com grande velocidade, proporcionais a quantidade de usuários e de dados a serem acessados, exigindo expansão regular para atender às novas necessidades.

2.4 Tanto as demandas por comunicação e transformação digital, quanto a virtualização de processos, citados nos itens acima, tornaram a atual conectividade das unidades descentralizadas da capital, cuja capacidade atual é de 210Mbps, insuficiente, especialmente quando se leva em consideração a o uso da plataforma de colaboração MS Office 365.

2.5 Por fim, o objeto deste Termo, por ser item essencial ao funcionamento do órgão em si, atende ao Planejamento Estratégico Institucional 2017-2027 em diversos dos seus objetivos e iniciativas estratégicos. De forma direta, tem papel crucial em viabilizar o cumprimento dos seguintes objetivos do Planejamento: 2.11 - Ampliar e integrar soluções em tecnologias da informação e comunicação - e 3.02 - Aprimorar a infraestrutura, gestão e governança de tecnologia da informação. Indiretamente, também colabora com os objetivos 1.01 - Sustentabilidade socioambiental; 2.10 - Fortalecer a imagem e a comunicação institucional; 2.13 - Buscar a excelência da gestão administrativa - e 2.14 - Fortalecer o controle interno e a transparência – entre outros.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1 O serviço de conectividade ponto a ponto, para conexão da rede de dados, será fornecido pela empresa contratada, sob o regime de menor preço global, em conformidade com especificado neste termo, responsabilizando-se por fornecer todo e qualquer componente necessário ao pleno estado de funcionamento do serviço.

3.2. Os serviços deverão ser disponibilizados com instalação e configuração mínimas para suportar plenamente os requisitos descritos nas especificações deste termo.

3.3 Os serviços devem atender às seguintes condições e especificações:

3.3.1 Conexão entre as redes de dados, da **PONTA A – SEDE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, sito a Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, CEP 69037-430, Manaus, Amazonas, às seguintes unidades do MPAM nos endereços descritos no quadro a seguir.

3.3.2 A capacidade de acesso total contratada deverá ser de **500 Mbps**, somando individualmente todos os links ponto a ponto em fibra óptica da PONTA B, com taxa simétrica de transmissão/recepção (velocidade de acesso), medida em camada 4 (Layer 4).

3.3.3 A distribuição da capacidade de acesso de cada unidade descentralizada da PGJ será indicada à CONTRATADA, pela FISCALIZAÇÃO, logo após a assinatura do contrato.

3.3.4 Na tabela a seguir estão listados a designação e enderenço das unidades descentralizadas:

Item	Designação (Links)	Endereço Ponta B (Unidades do MPAM na Capital)
1	**Unidade Descentralizada do Aleixo**	Av. André Araújo, 23 - Aleixo
2	**Unidade Descentralizada da Belo Horizonte**	Rua Belo Horizonte, 500 - Aleixo
3	**Unidade Descentralizada da Paraíba**	Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho, nº 175 (Antiga Rua Paraíba).

4	**Unidade da Delegacia da Infância e Juventude Infracional**	Av. Desembargador João Machado, s/n, Alvorada I, CEP 69058-789.
5	**Fórum HENOCH DA SILVA REIS (Plantão MPAM)**	Av. Paraíba, s/n - São Francisco - 2º Andar – Sala do Plantão Ministerial do MPAM
6	**Sede Tribunal de Justiça do Amazonas (Data Center)**	Av. André Araújo, s/nº Sede do TJAM - Edifício Desembargador Arnoldo Péres

3.2.5 Ao longo da prestação do serviço, a FISCALIZAÇÃO poderá, a seu critério e de acordo com as necessidades de consumo, solicitar à CONTRATADA, a redistribuição da capacidade total entre as unidades descentralizadas, listadas na tabela anterior.

4. DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

4.1 O serviço deverá estar disponível sob o regime 7x24, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os sete dias da semana, de forma permanente, dedicada, exclusiva e com total conectividade IP, a partir de sua ativação até o término do contrato.

4.2 O acesso dar-se-á através de link ponto a ponto em fibra óptica, com terminação única para conexão à porta óptica do *firewall* do MPAM, sendo que todos os dispositivos de comunicação necessários para estabelecimento do link devem ser **fornecidos pela CONTRATADA em regime de comodato**.

4.3 Cada enlace deverá ter suporte as tecnologias empregadas na Internet (pilha de protocolo TCP/IP).

4.4 A CONTRATADA deverá respeitar a confidencialidade, disponibilidade, integridade dos dados trafegados e não poderá, de forma alguma, bloquear, limitar ou filtrar o tráfego de entrada ou de saída dos links contratados, não sendo admitido nenhum tipo de restrição seja por serviço, tipo de arquivo ou protocolo.

4.5 Os circuitos de comunicação de dados deverão ser entregues e mantidos sem nenhum mecanismo de restrição relacionado ao volume de tráfego.

4.6 O endereçamento IP das interfaces LAN a serem configurados nos equipamentos instalados nas unidades devem ser estabelecidos em conjunto com a equipe técnica da CONTRATANTE.

4.7 A solução deverá contemplar meios de acessos redundantes, utilizando fibra óptica com encaminhamentos físicos distintos, entre as redes de dados nas pontas A e B.

4.7.1 Deverão ser fornecidos, pelo menos, 2 (dois) enlaces de acesso redundantes entre si, em fibra ótica, devendo cada um dos circuitos de comunicação utilizar tecnologia determinística com taxa de transferência que atenda integralmente à velocidade contratada, não sendo aceitável a instalação de vários links independentes com taxas de transferências inferiores ao solicitado para se obter a velocidade contratada.

4.7.2 Os enlaces de fibra óptica redundante devem ser fornecidos por encaminhamentos distintos fim a fim, ou seja, cada fibra óptica do enlace redundante deve seguir caminhos distintos, por ruas e rotas distintas. Esta garantia deverá ser analisada pela equipe técnica da CONTRATANTE através de fornecimento de projeto de encaminhamentos fornecido pela LICITANTE.

4.7.3 Deverão ser utilizados links de comunicação terrestre confeccionados com fibra óptica, sendo permitida a conversão do meio óptico para UTP, apenas para a compatibilização com as interfaces dos CPEs.

4.7.4 A CONTRATADA deverá fornecer cada um dos canais com transmissão *full duplex* e taxa simétrica, isto é, a mesma capacidade de transmissão para o tráfego de entrada e de saída, simultaneamente.

4.7.5 Na implantação por dupla abordagem a CONTRATADA proverá equipamento automático de chaveamento e os enlaces devem operar em modo ativo todo o tempo.

4.8 Os indicadores de latência, perda de pacotes, taxa de erro e disponibilidade do serviço deverão atender aos valores expressos abaixo:

a) Taxa de erro em bits – Máxima 1x10-6.

b) Latência – Máximo de 15 ms.

c) Perda de Pacotes (%) – Máximo 1%.

d) Disponibilidade (%) – Mínimo 99,5%.

e) Velocidade (Capacidade) do link deve medido em camada 4 (Layer 4).

4.8.1 Os testes de aceitação dos serviços serão compostos, no mínimo, por testes de conectividade e funcionalidade, os quais utilizarão ferramentas de medição presentes na infraestrutura de rede da CONTRATANTE (speedtest.mpam.mp.br/ e iperf) ou ferramentas equivalentes, e teste de acesso aos sistemas da PGJ. Todos os testes deverão atender aos requisitos mínimos de latência, taxa de erro, perda de pacotes, disponibilidade e velocidades especificados.

4.8.2 Os valores dos indicadores de taxa de erro, latência, velocidade e perda de pacotes superiores aos valores exigidos, enquanto apresentados, serão considerados como interrupção do serviço.

4.9 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela instalação dos pontos de acesso nos locais (endereços) citados, configuração, fornecimento e conexão dos equipamentos necessários ao pleno

funcionamento do serviço, garantindo compatibilidade com o ambiente de cada uma das pontas do circuito.

4.9.1 Todas as obrigações envolvidas (tributos, alugueis, licenças) com a instalação e manutenção do cabeamento de fibra óptico aéreo posteado, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

4.10 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela realização de todos os serviços e por solucionar quaisquer problemas que, porventura, venham ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste projeto.

4.11 Deverá responsabilizar-se por todas as medidas preventivas indispensáveis à realização dos serviços, de forma a evitar danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, direta ou indiretamente a terceiros no decorrer do desenvolvimento do contrato.

4.12 Todos os equipamentos e enlaces fornecidos pela CONTRATADA, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, deverão obedecer rigorosamente às normas e recomendações em vigor, elaboradas por órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na área Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

4.13 DA INTERRUPÇÃO PROGRAMADA DOS SERVIÇOS

4.13.1 Sempre que houver necessidade de intervenção programada por parte da CONTRATADA, para manutenção preventiva e/ou substituição de equipamentos e meios utilizados no provimento do(s) acesso(s) objeto deste instrumento, que possa causar interferência no desempenho do Serviço, **a CONTRATANTE deverá ser previamente comunicada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis** da execução do serviço.

5. DOS PRAZOS PARA ATENDIMENTO DOS CHAMADOS TÉCNICOS

5.1 Deverá ser disponibilizado serviço de suporte técnico, em regime de 24x7, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, que será efetuado por meio eletrônico e/ou por telefone com número de DDD igual ao da localidade da CONTRATANTE, ou por meio de prefixo "0800". **Em ambos os casos, o atendimento deve ser efetuado em Língua Portuguesa.**

5.2 Após abertura de chamado técnico, o prazo máximo de solução das ocorrências deverá obedecer ao limite de 4 horas, contados a partir da abertura do chamado.

5.3 O descumprimento do prazo máximo para reativação serviço, sem motivo de força maior e/ou caso fortuito, bem como o não cumprimento de sua execução dará à CONTRATANTE o direito de cancelar a proposta e/ou rescindir o contrato, bem como aplicar as penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93.

6. DOS PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 A CONTRATADA deverá concluir os serviços de **instalação e ativação dos links em até 30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela empresa FORNECEDORA.

6.1.1 A CONTRATADA deverá comunicar, formalmente, à FISCALIZAÇÃO, as ocorrências que impossibilitem a instalação e ativação do acesso no prazo estipulado, expondo as razões que a impossibilitaram de cumprir o referido prazo e solicitando nova data para a instalação e ativação do mesmo.

6.1.2 A CONTRATANTE, por meio dos servidores designados pela fiscalização e pela gestão do contrato, serão responsáveis por analisar e deliberar pela anuência, ou não, do pleito.

6.2 O prazo da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, prorrogáveis de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

6.3 A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, a suspensão do serviço de quaisquer localidades atendidas, sem ônus, de acordo com sua especificidade.

6.4 A CONTRATADA deverá realizar o remanejamento no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data de recebimento da solicitação da FISCALIZAÇÃO.

6.4.1 O remanejamento do circuito, que compreende a desativação do circuito no endereço de origem e a ativação no novo endereço, deverá ser feito de maneira que a comunicação seja interrompida por um período máximo de 24 horas contínuas.

6.4.2 Qualquer circuito poderá ter seu endereço alterado, respeitando os limites da cidade de Manaus/AM. Nesse caso a taxa de remanejamento deverá incluir todos os custos referentes a desinstalação e reinstalação do circuito.

6.4.3 Caso a empresa não cumpra o prazo estipulado para mudança de endereço, sujeitará a contratada as sanções administrativas previstas no Termo de Referência.

7. DA VISTORIA TÉCNICA

7.1 As empresas licitantes **PODERÃO** realizar, sob o acompanhamento de servidor especialmente designado, vistoria às unidades da **Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas**, em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão, com o objetivo de conhecer as instalações onde serão executados os serviços e sanar as dúvidas porventura existentes, a fim de subsidiar a elaboração das propostas a serem submetidas ao certame.

7.2 Nos casos em que houver vistoria, os locais envolvidos pelos trabalhos deverão ser cuidadosamente inspecionados pelos licitantes; observando, entre outros aspectos, o grau de dificuldade para a consecução

dos serviços e procederão à rigorosa conferência das medidas e de outros aspectos julgados de interesse.

7.2.1 A vistoria deverá ser realizada, preferencialmente, por profissional(is) qualificado(s) e detentor(es) de conhecimento técnico relacionado ao objeto, devidamente credenciados.

7.2.2 Para que as pretensas licitantes possam participar da vistoria, será necessária que a mesma credencie um representante, através da apresentação, no ato da visita, de documento devidamente assinado, indicando o nome de seu colaborador, número da célula de identidade e CPF e delegação de poderes para representá-la na visita. A falta deste documento impossibilitará que o representante e a empresa participem da vistoria.

7.2.3 Para a realização da vistoria, as empresas interessadas deverão apresentar duas cópias da Declaração de Vistoria, já preenchida com os dados da empresa e assinada pelo representante, sendo que uma cópia será assinado por servidor designado da **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO** desta PGJ-AM, e devolvida para empresa, e a outra será juntada ao processo de contratação, onde a empresa declara ter realizado a vistoria técnica.

7.2.4 A referida Declaração deverá ser apresentada posteriormente, na fase licitatória, nos termos definidos no edital do certame.

7.2.5 Caso opte por não realizar a vistoria, a licitante apresentará na fase licitatória, declaração de opção pela dispensa de vistoria.

7.3 Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando do cumprimento das obrigações.

7.4 As visitas deverão ser previamente agendadas, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, pelo telefone (92) 3655-0660 – **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, no período de segunda a sexta-feira, das 8 às 14hs, excluídos feriados e pontos facultativos.

8. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.1 Para que possam ser habilitados a fornecerem os produtos e a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão apresentar **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha fornecido, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

9. DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

9.1 As empresas interessadas em participar do certame objeto desta contratação, serão selecionadas pelo critério de **menor preço global**, elaborando sua **proposta comercial** em conformidade com a planilha de formação de preços, conforme apresentado a seguir.

Item	Descrição	Qtde. (A)	Unid.	Valor Unitário (R$) (B)	Valor Total (R$) (A * B)
1	Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B.				
1.1	**Valores mensais referentes à prestação dos serviços**				
a)	Capacidade Total de 500 Mbps	12	meses		
				Subtotal 1:	
1.2	**Valores referentes à instalação e ativação dos serviços**				
a)	Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)	6	Unid		
				Subtotal 2:	
1.3	**Valores referentes ao remanejamento do link por mudança de endereço**				
a)	Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas)	2	Unid		
				Subtotal 3:	
				Valor global da proposta (Subtotal 1 + Subtotal 2 + Subtotal 3):	

9.2 Na elaboração da proposta, a pretensa licitante deverá considerar todos os custos relativos aos serviços, insumos, consumíveis e equipamentos necessários para a plena execução do objeto contratado, bem como aqueles referentes a impostos, taxas, mão de obra, encargos sociais, transporte, prêmios de seguro, acidente de trabalho e emolumentos decorrentes da obrigação assumida, excluindo a PGJ/AM de qualquer solidariedade.

10. DO RECEBIMENTO

10.1 O recebimento dos serviços será realizado pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

10.2 Para efeito de **ACEITE** da instalação, a contratada deverá comunicar a efetiva disponibilização do serviço no local.

10.3 No prazo de até **15 (quinze) dias**, contados a partir da comunicação pela contratada, a FISCALIZAÇÃO deverá concluir os testes necessários a constatar seu regular funcionamento.

10.3.1 Tendo sido realizados, com sucesso, os testes de funcionamento, o contratante, por meio da FISCALIZAÇÃO, emitirá um **Termo de Aceite**, atestando a conformidade dos mesmos com as especificações constantes no Termo, liberando o início de faturamento.

10.4 A qualidade do serviço será avaliada, sendo considerados os critérios e indicadores referentes à latência, a perda de pacotes e velocidade de acesso (*throughput*).

10.4.1 Caso sejam verificados erros ou impropriedades impeditivos de recebimento do serviço prestado. A CONTRATADA deverá promover as correções necessárias, conforme diretrizes a serem estabelecidas pela PGJ-AM, sem prejuízo de aplicação de penalidades previstas.

10.4.2 Os custos relativos à ativação do serviço serão pagos uma única vez, no primeiro mês seguinte à liberação para início de faturamento.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes deste Termo, observando as prescrições e as recomendações do fabricante/fornecedor, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.

11.2 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto desta contratação, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

11.3 Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

11.4 Manter contato e realizar o planejamento dos serviços com o CONTRATANTE de forma a executar quaisquer tarefas ou ajustes inerentes ao serviço contratado.

11.5 Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

11.6 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste Termo.

11.7 Assumir total responsabilidade pela perfeita execução dos serviços, com estrita observância dos serviços contratados e qualidade dos materiais e equipamentos utilizados.

11.8 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

11.8.1 A PGJ-AM não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

11.9 Fornecer, instalar, ativar e manter todos os equipamentos ou acessórios que compõe o serviço contratado.

11.10 Atender aos chamados sobre falhas ou interrupções no serviço, sanando os problemas dentro dos prazos estipulados neste Termo.

11.11 Fazer o diagnóstico das falhas na execução dos serviços relatados pela CONTRATANTE, eliminando os defeitos nos componentes sob sua responsabilidade.

11.12 Atender às reclamações ou aos pedidos de esclarecimentos sobre a cobrança dos serviços contratados.

11.13 **MENSALMENTE**, quando do faturamento dos serviços prestados, apresentar RELATÓRIO referente aos períodos e as causas das indisponibilidades ocorridas na prestação dos serviços.

11.14 Inspecionar os serviços prestados por seus colaboradores, obrigando-se a corrigir, de imediato, qualquer divergência que, porventura, venha a ocorrer na execução dos serviços contratados.

11.15 Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

11.16 Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a se tornar aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido aceitação do mesmo.

11.17 Acatar as observações feitas pelo Fiscal da CONTRATANTE quanto à execução dos serviços.

11.18 A inobservância das especificações constantes deste Termo de Referência implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

11.19 A CONTRATADA deverá manter **PREPOSTO**, aceito pela CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

11.20 Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo da CONTRATANTE,

sendo vedada sua cessão, locação ou venda a terceiros.

11.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11.22 Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz;

11.23 Todos os serviços não explícitos nestas especificações, mas necessários à execução dos serviços programados e ao perfeito funcionamento das instalações serão de responsabilidade da CONTRATADA.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias à fiel execução do objeto deste Termo de Referência.

12.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência deste Contrato.

12.3 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo.

12.4 Designar, e informar à CONTRATADA, fiscal e gestor do contrato e seus substitutos, mantendo tais dados atualizados.

12.5 Permitir o acesso, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços e regula entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

12.6 Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

12.7 Efetuar regularmente o pagamento da CONTRATADA, dentro dos critérios estabelecidos no contrato, quanto aos serviços devidamente realizados, após o atesto das notas fiscais/faturas pelo Gestor do contrato.

12.8 Verificar, por meio de sua FISCALIZAÇÃO, se os serviços foram prestados de acordo com as exigências deste Termo, Edital e Contrato, em especial as metas e padrão de qualidades convencionadas no Acordo de Níveis de Serviços – ANS.

12.9 Fazer uso adequado dos equipamentos fornecidas pela CONTRATADA, seguindo as instruções constantes de seus manuais de uso.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A CONTRATADA fica obrigada a observar às condições de execução do contrato, estando sujeita à avaliação da qualidade dos serviços prestados, segundo os níveis de serviço descritos neste Termo.

13.2 A empresa vencedora que, convocada dentro do prazo de validade de sua Proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município, e será descredenciada no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

13.3 No caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução das atividades previstas nos termos citados neste termo de referência, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas neste instrumento:

13.3.1 Advertência por escrito:

a) Será aplicada penalidade de advertência no caso de atraso no cumprimento dos prazos para apresentação de uma solução definitiva para o problema com solução provisória, bem como, nos casos de atraso no encaminhamento do diagnóstico da ocorrência e comprovação da correção após a solução definitiva do problema.

13.3.2 Multa de:

a) 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes à instalação, configuração, atualizações, melhorias e integrações, limitado a 5 dias. O atraso superior a 5 dias será considerado como descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas para o caso.

b) 3,5% (três vírgula cinco por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes a falhas ou problemas do serviço, ainda que este continue disponível, limitado a 3 dias. O atraso superior a 3 dias será considerado como descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas para o caso.

c) 0,25% (zero vírgula trinta por cento) sobre o valor global contratado, por hora ou fração de hora de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes à indisponibilidade do serviço, limitado a 48 horas. O atraso superior a 48 horas será considerado como descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas para o caso.

d) 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por três vezes na penalidade de advertência será considerado descumprimento total da obrigação punível com sanções previstas para o caso.

e) 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado no caso de sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas.

f) 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado nos casos de inexecução total ou parcial do objeto contratado.

g) 30% (vinte por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA.

13.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PGJ-AM, por prazo não superior a dois anos.

13.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.3.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas, e no caso de suspensão de licitar, a LICITANTE deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

13.3.6 A multa aplicada após regular Processo Administrativo será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13.4 Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.

13.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.6 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa.

13.7 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

14. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO** em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e íntegra o procedimento interno respectivo.

15. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE

Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002 e alterações.

Manaus – AM, 28 de setembro de 2022.

RAPHAEL VITORIANO BASTOS
Agente de ApoioTécnico de Telecomunicações

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA
Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação

16. APROVAÇÃO

Solicitamos aprovação.

TADEU AZEVEDO DE MEDEIROS

Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Raphael Vitoriano Bastos**, **Agente de Apoio - Técnico em Telecomunicação**, em 28/09/2022, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 30/09/2022, às 10:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Azevedo de Medeiros**, **Diretor(a) de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC**, em 30/09/2022, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0896967** e o código CRC **2FBE7A52**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B**, pelo período de 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 É indispensável ao Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), para consecução dos seus objetivos institucionais, dispor de serviço ininterrupto de conectividade em todas as suas unidades descentralizadas, para acesso aos serviços e sistemas institucionais de TI.

2.2 Nos últimos 2 (dois) anos houve acréscimo significativo de demandas na área de tecnologia da informação do MPAM, assim como percebido em todo o mundo, muito em função da pandemia COVID-19. O uso de ferramentas de videoconferência e trabalho colaborativo passaram da categoria de oportunidades de melhoria a serem analisadas para a de itens essenciais para realizar as atividades do dia a dia e para manutenção da produtividade e eficiência.

2.3 O atual uso de processos virtuais, pela sua natureza, consome recursos tecnológicos com grande velocidade, proporcionais a quantidade de usuários e de dados a serem acessados, exigindo expansão regular para atender às novas necessidades.

2.4 Tanto as demandas por comunicação e transformação digital, quanto a virtualização de processos, citados nos itens acima, tornaram a atual conectividade das unidades descentralizadas da capital, cuja capacidade atual é de 210Mbps, insuficiente, especialmente quando se leva em consideração a o uso da plataforma de colaboração MS Office 365.

2.5 Por fim, o objeto deste Termo, por ser item essencial ao funcionamento do órgão em si, atende ao Planejamento Estratégico Institucional 2017-2027 em diversos dos seus objetivos e iniciativas estratégicos. De forma direta, tem papel crucial em viabilizar o cumprimento dos seguintes objetivos do Planejamento: 2.11 - Ampliar e integrar soluções em tecnologias da informação e comunicação - e 3.02 - Aprimorar a infraestrutura, gestão e governança de tecnologia da informação. Indiretamente, também colabora com os objetivos 1.01 - Sustentabilidade socioambiental; 2.10 - Fortalecer a imagem e a comunicação institucional; 2.13 - Buscar a excelência da gestão administrativa - e 2.14 - Fortalecer o controle interno e a transparência – entre outros.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1 O serviço de conectividade ponto a ponto, para conexão da rede de dados, será fornecido pela empresa contratada, sob o regime de menor preço global, em conformidade com especificado neste termo, responsabilizando-se por fornecer todo e qualquer componente necessário ao pleno estado de funcionamento do serviço.

3.2. Os serviços deverão ser disponibilizados com instalação e configuração mínimas para suportar plenamente os requisitos descritos nas especificações deste termo.

3.3 Os serviços devem atender às seguintes condições e especificações:

3.3.1 Conexão entre as redes de dados, da **PONTA A – SEDE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, sito a Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, CEP 69037-430, Manaus, Amazonas, às seguintes unidades do MPAM nos endereços descritos no quadro a seguir.

3.3.2 A capacidade de acesso total contratada deverá ser de **500 Mbps**, somando individualmente todos os links ponto a ponto em fibra óptica da PONTA B, com taxa simétrica de transmissão/recepção (velocidade de acesso), medida em camada 4 (Layer 4).

3.3.3 A distribuição da capacidade de acesso de cada unidade descentralizada da PGJ será indicada à CONTRATADA, pela FISCALIZAÇÃO, logo após a assinatura do contrato.

3.3.4 Na tabela a seguir estão listados a designação e enderenço das unidades descentralizadas:

Item	Designação (Links)	Endereço Ponta B (Unidades do MPAM na Capital)
1	**Unidade Descentralizada do Aleixo**	Av. André Araújo, 23 - Aleixo
2	**Unidade Descentralizada da Belo Horizonte**	Rua Belo Horizonte, 500 - Aleixo
3	**Unidade Descentralizada da Paraíba**	Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho, nº 175 (Antiga Rua Paraíba).
4	**Unidade da Delegacia da Infância e Juventude Infracional**	Av. Desembargador João Machado, s/n, Alvorada I, CEP 69058-789.
5	**Fórum HENOCH DA SILVA REIS (Plantão MPAM)**	Av. Paraíba, s/n - São Francisco - 2º Andar – Sala do Plantão Ministerial do MPAM

Item	Designação (Links)	Endereço Ponta B (Unidades do MPAM na Capital)
6	**Sede Tribunal de Justiça do Amazonas (Data Center)**	Av. André Araújo, s/nº Sede do TJAM - Edifício Desembargador Arnoldo Péres

3.2.5 Ao longo da prestação do serviço, a FISCALIZAÇÃO poderá, a seu critério e de acordo com as necessidades de consumo, solicitar à CONTRATADA, a redistribuição da capacidade total entre as unidades descentralizadas, listadas na tabela anterior.

4. DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

4.1 O serviço deverá estar disponível sob o regime 7x24, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os sete dias da semana, de forma permanente, dedicada, exclusiva e com total conectividade IP, a partir de sua ativação até o término do contrato.

4.2 O acesso dar-se-á através de link ponto a ponto em fibra óptica, com terminação única para conexão à porta óptica do *firewall* do MPAM, sendo que todos os dispositivos de comunicação necessários para estabelecimento do link devem ser **fornecidos pela CONTRATADA em regime de comodato**.

4.3 Cada enlace deverá ter suporte as tecnologias empregadas na Internet (pilha de protocolo TCP/IP).

4.4 A CONTRATADA deverá respeitar a confidencialidade, disponibilidade, integridade dos dados trafegados e não poderá, de forma alguma, bloquear, limitar ou filtrar o tráfego de entrada ou de saída dos links contratados, não sendo admitido nenhum tipo de restrição seja por serviço, tipo de arquivo ou protocolo.

4.5 Os circuitos de comunicação de dados deverão ser entregues e mantidos sem nenhum mecanismo de restrição relacionado ao volume de tráfego.

4.6 O endereçamento IP das interfaces LAN a serem configurados nos equipamentos instalados nas unidades devem ser estabelecidos em conjunto com a equipe técnica da CONTRATANTE.

4.7 A solução deverá contemplar meios de acessos redundantes, utilizando fibra óptica com encaminhamentos físicos distintos, entre as redes de dados nas pontas A e B.

4.7.1 Deverão ser fornecidos, pelo menos, 2 (dois) enlaces de acesso redundantes entre si, em fibra ótica, devendo cada um dos circuitos de comunicação utilizar tecnologia determinística com taxa de transferência que atenda integralmente à velocidade contratada, não sendo aceitável a instalação de vários links independentes com taxas de transferências inferiores ao solicitado para se obter a velocidade contratada.

4.7.2 Os enlaces de fibra óptica redundante devem ser fornecidos por encaminhamentos distintos fim a fim, ou seja, cada fibra óptica do enlace redundante deve seguir caminhos distintos, por ruas e rotas distintas. Esta garantia deverá ser analisada pela equipe técnica da CONTRATANTE através de fornecimento de projeto de encaminhamentos fornecido pela LICITANTE.

4.7.3 Deverão ser utilizados links de comunicação terrestre confeccionados com fibra óptica, sendo permitida a conversão do meio óptico para UTP, apenas para a compatibilização com as interfaces dos CPEs.

4.7.4 A CONTRATADA deverá fornecer cada um dos canais com transmissão *full duplex* e taxa simétrica, isto é, a mesma capacidade de transmissão para o tráfego de entrada e de saída, simultaneamente.

4.7.5 Na implantação por dupla abordagem a CONTRATADA proverá equipamento automático de chaveamento e os enlaces devem operar em modo ativo todo o tempo.

4.8 Os indicadores de latência, perda de pacotes, taxa de erro e disponibilidade do serviço deverão atender aos valores expressos abaixo:

a) Taxa de erro em bits – Máxima 1x10-6.

b) Latência – Máximo de 15 ms.

c) Perda de Pacotes (%) – Máximo 1%.

d) Disponibilidade (%) – Mínimo 99,5%.

e) Velocidade (Capacidade) do link deve medido em camada 4 (Layer 4).

4.8.1 Os testes de aceitação dos serviços serão compostos, no mínimo, por testes de conectividade e funcionalidade, os quais utilizarão ferramentas de medição presentes na infraestrutura de rede da CONTRATANTE (speedtest.mpam.mp.br/ e iperf) ou ferramentas equivalentes, e teste de acesso aos sistemas da PGJ. Todos os testes deverão atender aos requisitos mínimos de latência, taxa de erro, perda de pacotes, disponibilidade e velocidades especificados.

4.8.2 Os valores dos indicadores de taxa de erro, latência, velocidade e perda de pacotes superiores aos valores exigidos, enquanto apresentados, serão considerados como interrupção do serviço.

4.9 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela instalação dos pontos de acesso nos locais (endereços) citados, configuração, fornecimento e conexão dos equipamentos necessários ao pleno funcionamento do serviço, garantindo compatibilidade com o ambiente de cada uma das pontas do circuito.

4.9.1 Todas as obrigações envolvidas (tributos, alugueis, licenças) com a instalação e manutenção do cabeamento de fibra óptico aéreo posteado, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

4.10 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela realização de todos os serviços e por solucionar quaisquer problemas que, porventura, venham ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste projeto.

4.11 Deverá responsabilizar-se por todas as medidas preventivas indispensáveis à realização dos serviços, de forma a evitar danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, direta ou indiretamente a terceiros no decorrer do desenvolvimento do contrato.

4.12 Todos os equipamentos e enlaces fornecidos pela CONTRATADA, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, deverão obedecer rigorosamente às normas e recomendações em vigor, elaboradas por

órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na área Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

4.13 DA INTERRUPÇÃO PROGRAMADA DOS SERVIÇOS

4.13.1 Sempre que houver necessidade de intervenção programada por parte da CONTRATADA, para manutenção preventiva e/ou substituição de equipamentos e meios utilizados no provimento do(s) acesso(s) objeto deste instrumento, que possa causar interferência no desempenho do Serviço, **a CONTRATANTE deverá ser previamente comunicada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis** da execução do serviço.

5. DOS PRAZOS PARA ATENDIMENTO DOS CHAMADOS TÉCNICOS

5.1 Deverá ser disponibilizado serviço de suporte técnico, em regime de 24x7, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, que será efetuado por meio eletrônico e/ou por telefone com número de DDD igual ao da localidade da CONTRATANTE, ou por meio de prefixo "0800". **Em ambos os casos, o atendimento deve ser efetuado em Língua Portuguesa.**

5.2 Após abertura de chamado técnico, o prazo máximo de solução das ocorrências deverá obedecer ao limite de 4 horas, contados a partir da abertura do chamado.

5.3 O descumprimento do prazo máximo para reativação serviço, sem motivo de força maior e/ou caso fortuito, bem como o não cumprimento de sua execução dará à CONTRATANTE o direito de cancelar a proposta e/ou rescindir o contrato, bem como aplicar as penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93.

6. DOS PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 A CONTRATADA deverá concluir os serviços de **instalação e ativação dos links em até 30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela empresa FORNECEDORA.

6.1.1 A CONTRATADA deverá comunicar, formalmente, à FISCALIZAÇÃO, as ocorrências que impossibilitem a instalação e ativação do acesso no prazo estipulado, expondo as razões que a impossibilitaram de cumprir o referido prazo e solicitando nova data para a instalação e ativação do mesmo.

6.1.2 A CONTRATANTE, por meio dos servidores designados pela fiscalização e pela gestão do contrato, serão responsáveis por analisar e deliberar pela anuência, ou não, do pleito.

6.2 O prazo da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, prorrogáveis de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

6.3 A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, a suspensão do serviço de quaisquer localidades atendidas, sem ônus, de acordo com sua especificidade.

6.4 A CONTRATADA deverá realizar o remanejamento no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data de recebimento da solicitação da FISCALIZAÇÃO.

6.4.1 O remanejamento do circuito, que compreende a desativação do circuito no endereço de origem e a ativação no novo endereço, deverá ser feito de maneira que a comunicação seja interrompida por um período máximo de 24 horas contínuas.

6.4.2 Qualquer circuito poderá ter seu endereço alterado, respeitando os limites da cidade de Manaus/AM. Nesse caso a taxa de remanejamento deverá incluir todos os custos referentes a desinstalação e reinstalação do circuito.

6.4.3 Caso a empresa não cumpra o prazo estipulado para mudança de endereço, sujeitará a contratada as sanções administrativas previstas no Termo de Referência.

7. DA VISTORIA TÉCNICA

7.1 As empresas licitantes **PODERÃO** realizar, sob o acompanhamento de servidor especialmente designado, vistoria às unidades da **Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas**, em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão, com o objetivo de conhecer as instalações onde serão executados os serviços e sanar as dúvidas porventura existentes, a fim de subsidiar a elaboração das propostas a serem submetidas ao certame.

7.2 Nos casos em que houver vistoria, os locais envolvidos pelos trabalhos deverão ser cuidadosamente inspecionados pelos licitantes; observando, entre outros aspectos, o grau de dificuldade para a consecução dos serviços e procederão à rigorosa conferência das medidas e de outros aspectos julgados de interesse.

7.2.1 A vistoria deverá ser realizada, preferencialmente, por profissional(is) qualificado(s) e detentor(es) de conhecimento técnico relacionado ao objeto, devidamente credenciados.

7.2.2 Para que as pretensas licitantes possam participar da vistoria, será necessária que a mesma credencie um representante, através da apresentação, no ato da visita, de documento devidamente assinado, indicando o nome de seu colaborador, número da célula de identidade e CPF e delegação de poderes para representá-la na visita. A falta deste documento impossibilitará que o representante e a empresa participem da vistoria.

7.2.3 Para a realização da vistoria, as empresas interessadas deverão apresentar duas cópias da Declaração de Vistoria, já preenchida com os dados da empresa e assinada pelo representante, sendo que uma cópia será assinado por servidor designado da **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO** desta PGJ-AM, e devolvida para empresa, e a outra será juntada ao processo de contratação, onde a empresa declara ter realizado a vistoria técnica.

7.2.4 A referida Declaração deverá ser apresentada posteriormente, na fase licitatória, nos termos definidos no edital do certame.

7.2.5 Caso opte por não realizar a vistoria, a licitante apresentará na fase licitatória, declaração de opção pela dispensa de vistoria.

7.3 Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando do cumprimento das obrigações.

7.4 As visitas deverão ser previamente agendadas, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, pelo telefone (92) 3655-0660 – **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, no período de segunda a sexta-feira, das 8 às 14hs, excluídos feriados e pontos facultativos.

8. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.1 Para que possam ser habilitados a fornecerem os produtos e a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão apresentar **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha fornecido, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

9. DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

9.1 As empresas interessadas em participar do certame objeto desta contratação, serão selecionadas pelo critério de **menor preço global**, elaborando sua **proposta comercial** em conformidade com a planilha de formação de preços, conforme apresentado a seguir.

Item	Descrição	Qtde. (A)	Unid.	Valor Unitário (R$) (B)	Valor Total (R$) (A * B)
1	Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B.				
1.1	**Valores mensais referentes à prestação dos serviços**				
a)	Capacidade Total de 500 Mbps	12	meses		
	Subtotal 1:				
1.2	**Valores referentes à instalação e ativação dos serviços**				
a)	Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)	6	Unid		
	Subtotal 2:				
1.3	**Valores referentes ao remanejamento do link por mudança de endereço**				
a)	Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas)	2	Unid		
	Subtotal 3:				
	Valor global da proposta (Subtotal 1 + Subtotal 2 + Subtotal 3):				

9.2 Na elaboração da proposta, a pretensa licitante deverá considerar todos os custos relativos aos serviços, insumos, consumíveis e equipamentos necessários para a plena execução do objeto contratado, bem como aqueles referentes a impostos, taxas, mão de obra, encargos sociais, transporte, prêmios de seguro, acidente de trabalho e emolumentos decorrentes da obrigação assumida, excluindo a PGJ/AM de qualquer solidariedade.

10. DO RECEBIMENTO

10.1 O recebimento dos serviços será realizado pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

10.2 Para efeito de **ACEITE** da instalação, a contratada deverá comunicar a efetiva disponibilização do serviço no local.

10.3 No prazo de até **15 (quinze) dias**, contados a partir da comunicação pela contratada, a FISCALIZAÇÃO deverá concluir os testes necessários a constatar seu regular funcionamento.

10.3.1 Tendo sido realizados, com sucesso, os testes de funcionamento, o contratante, por meio da FISCALIZAÇÃO, emitirá um **Termo de Aceite**, atestando a conformidade dos mesmos com as especificações constantes no Termo, liberando o início de faturamento.

10.4 A qualidade do serviço será avaliada, sendo considerados os critérios e indicadores referentes à latência, a perda de pacotes e velocidade de acesso (*throughput*).

10.4.1 Caso sejam verificados erros ou impropriedades impeditivos de recebimento do serviço prestado. A CONTRATADA deverá promover as correções necessárias, conforme diretrizes a serem estabelecidas pela PGJ-AM, sem prejuízo de aplicação de penalidades previstas.

10.4.2 Os custos relativos à ativação do serviço serão pagos uma única vez, no primeiro mês seguinte à liberação para início de faturamento.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes deste Termo, observando as prescrições e as recomendações do fabricante/fornecedor, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.

11.2 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto desta contratação, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

11.3 Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

11.4 Manter contato e realizar o planejamento dos serviços com o CONTRATANTE de forma a executar quaisquer tarefas ou ajustes inerentes ao serviço contratado.

11.5 Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

11.6 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste Termo.

11.7 Assumir total responsabilidade pela perfeita execução dos serviços, com estrita observância dos serviços contratados e qualidade dos materiais e equipamentos utilizados.

11.8 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

11.8.1 A PGJ-AM não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

11.9 Fornecer, instalar, ativar e manter todos os equipamentos ou acessórios que compõe o serviço contratado.

11.10 Atender aos chamados sobre falhas ou interrupções no serviço, sanando os problemas dentro dos prazos estipulados neste Termo.

11.11 Fazer o diagnóstico das falhas na execução dos serviços relatados pela CONTRATANTE, eliminando os defeitos nos componentes sob sua responsabilidade.

11.12 Atender às reclamações ou aos pedidos de esclarecimentos sobre a cobrança dos serviços contratados.

11.13 **MENSALMENTE**, quando do faturamento dos serviços prestados, apresentar RELATÓRIO referente aos períodos e as causas das indisponibilidades ocorridas na prestação dos serviços.

11.14 Inspecionar os serviços prestados por seus colaboradores, obrigando-se a corrigir, de imediato, qualquer divergência que, porventura, venha a ocorrer na execução dos serviços contratados.

11.15 Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

11.16 Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a se tornar aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido aceitação do mesmo.

11.17 Acatar as observações feitas pelo Fiscal da CONTRATANTE quanto à execução dos serviços.

11.18 A inobservância das especificações constantes deste Termo de Referência implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

11.19 A CONTRATADA deverá manter **PREPOSTO**, aceito pela CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

11.20 Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo da CONTRATANTE, sendo vedada sua cessão, locação ou venda a terceiros.

11.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11.22 Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz;

11.23 Todos os serviços não explícitos nestas especificações, mas necessários à execução dos serviços programados e ao perfeito funcionamento das instalações serão de responsabilidade da CONTRATADA.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias à fiel execução do objeto deste Termo de Referência.

12.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência deste Contrato.

12.3 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo.

12.4 Designar, e informar à CONTRATADA, fiscal e gestor do contrato e seus substitutos, mantendo tais dados atualizados.

12.5 Permitir o acesso, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços e regula entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

12.6 Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

12.7 Efetuar regularmente o pagamento da CONTRATADA, dentro dos critérios estabelecidos no contrato, quanto aos serviços devidamente realizados, após o atesto das notas fiscais/faturas pelo Gestor do contrato.

12.8 Verificar, por meio de sua FISCALIZAÇÃO, se os serviços foram prestados de acordo com as exigências deste Termo, Edital e Contrato, em especial as metas e padrão de qualidades convencionadas no Acordo de Níveis de Serviços – ANS.

12.9 Fazer uso adequado dos equipamentos fornecidas pela CONTRATADA, seguindo as instruções constantes de seus manuais de uso.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A CONTRATADA fica obrigada a observar às condições de execução do contrato, estando sujeita à avaliação da qualidade dos serviços prestados, segundo os níveis de serviço descritos neste Termo.

13.2 A empresa vencedora que, convocada dentro do prazo de validade de sua Proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município, e será descredenciada no SICAF

(Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

13.3 No caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução das atividades previstas nos termos citados neste termo de referência, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas neste instrumento:

13.3.1 Advertência por escrito:

a) Será aplicada penalidade de advertência no caso de atraso no cumprimento dos prazos para apresentação de uma solução definitiva para o problema com solução provisória, bem como, nos casos de atraso no encaminhamento do diagnóstico da ocorrência e comprovação da correção após a solução definitiva do problema.

13.3.2 Multa de:

a) 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes à instalação, configuração, atualizações, melhorias e integrações, limitado a 5 dias. O atraso superior a 5 dias será considerado como descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas para o caso.

b) 3,5% (três vírgula cinco por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes a falhas ou problemas do serviço, ainda que este continue disponível, limitado a 3 dias. O atraso superior a 3 dias será considerado como descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas para o caso.

c) 0,25% (zero vírgula trinta por cento) sobre o valor global contratado, por hora ou fração de hora de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes à indisponibilidade do serviço, limitado a 48 horas. O atraso superior a 48 horas será considerado como descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas para o caso.

d) 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por três vezes na penalidade de advertência será considerado descumprimento total da obrigação punível com sanções previstas para o caso.

e) 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado no caso de sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas.

f) 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado nos casos de inexecução total ou parcial do objeto contratado.

g) 30% (vinte por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA.

13.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PGJ-AM, por prazo não superior a dois anos.

13.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.3.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas, e no caso de suspensão de licitar, a LICITANTE deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

13.3.6 A multa aplicada após regular Processo Administrativo será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13.4 Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.

13.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.6 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa.

13.7 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

14. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO** em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e íntegra o procedimento interno respectivo.

15. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE

Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002 e alterações.

Manaus – AM, 28 de setembro de 2022.

RAPHAEL VITORIANO BASTOS	**CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA**
Agente de ApoioTécnico de Telecomunicações	*Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação*

16. APROVAÇÃO

Solicitamos aprovação.

TADEU AZEVEDO DE MEDEIROS

Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Raphael Vitoriano Bastos**, **Agente de Apoio - Técnico em Telecomunicação**, em 28/09/2022, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 30/09/2022, às 10:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Azevedo de Medeiros**, **Diretor(a) de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC**, em 30/09/2022, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0896967** e o código CRC **2FBE7A52**.

E-mail - 0908516

Data de Envio:
04/10/2022 09:55:19

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
elizangela.silva@enw.com.br
leide@ozoniotelecom.com.br
ademir.ribeiro@logicpro.com.br
daniele@axes.com.br
TEIXEIRAASSESSORIA@UOL.COM.BR
gerencia@futuredigitalnet.com
CLICKNET.RO@HOTMAIL.COM
CONECTASJA@GMAIL.COM
VORTEXME@BOL.COM.BR
FUNDAMENTOS@FUNDAMENTOS.COM.BR
LEJU@LEJU.COM.BR

Assunto:
PGJ/AM solicita proposta comercial para serviço de conectividade em Manaus - AM

Mensagem:
Prezada Empresa Fornecedora,

Solicitamos proposta comercial para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, para operação na sede e anexos da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas (MPAM), pelo período de 12 (doze) meses

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003, em anexo, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos. Observar também o item 9.DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, que serve de modelo para elaboração da proposta.

Pedimos a gentileza de acusar o recebimento desta mensagem.

Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,
Erivan Leal de Oliveira
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
Ministério Público do Estado do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Fones: (92) 3655-0763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0896967.html

E-mail - 0910220

Data de Envio:
05/10/2022 13:48:30

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
elizangela.silva@enw.com.br
leide@ozoniotelecom.com.br
ademir.ribeiro@logicpro.com.br
daniele@axes.com.br
TEIXEIRAASSESSORIA@UOL.COM.BR
gerencia@futuredigitalnet.com
CLICKNET.RO@HOTMAIL.COM
CONECTASJA@GMAIL.COM
VORTEXME@BOL.COM.BR
FUNDAMENTOS@FUNDAMENTOS.COM.BR
LEJU@LEJU.COM.BR

Assunto:
PGJ/AM solicita proposta comercial para serviço de conectividade em Manaus - AM

Mensagem:
Prezada Empresa Fornecedora,

Solicitamos proposta comercial para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, para operação na sede e anexos da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas (MPAM), pelo período de 12 (doze) meses

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003, em anexo, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos. Observar também o item 9.DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, que serve de modelo para elaboração da proposta.

Pedimos a gentileza de acusar o recebimento desta mensagem.

Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Erivan Leal de Oliveira
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
Ministério Público do Estado do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Fones: (92) 3655-0763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0896967.html

E-mail - 0914448

Data de Envio:
11/10/2022 14:26:39

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
elizangela.silva@enw.com.br
leide@ozoniotelecom.com.br
ademir.ribeiro@logicpro.com.br
daniele@axes.com.br
TEIXEIRAASSESSORIA@UOL.COM.BR
gerencia@futuredigitalnet.com
CLICKNET.RO@HOTMAIL.COM
VORTEXME@BOL.COM.BR
FUNDAMENTOS@FUNDAMENTOS.COM.BR
LEJU@LEJU.COM.BR

Assunto:
PGJ/AM solicita proposta comercial para serviço de conectividade em Manaus - AM

Mensagem:
Prezada Empresa Fornecedora,

Solicitamos proposta comercial para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, para operação na sede e anexos da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas (MPAM), pelo período de 12 (doze) meses

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003, em anexo, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos. Observar também o item 9.DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, que serve de modelo para elaboração da proposta.

Pedimos a gentileza de acusar o recebimento desta mensagem.

Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Erivan Leal de Oliveira
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
Ministério Público do Estado do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Fones: (92) 3655-0763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0896967.html

E-mail - 0954258

Data de Envio:
21/12/2022 11:36:17

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
claudioney@logicpro.com.br
pssidi@hotmail.com
contato@siditelecom.com.br
jrferreira@enw.com.br
willian@movus.com.br

Assunto:
PGJ/AM solicita proposta comercial para serviço de conectividade em Manaus - AM

Mensagem:
Prezada Empresa Fornecedora,

A Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está com processo de licitação para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, para operação na sede e anexos da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas (MPAM), pelo período de 12 (doze) meses. Diante disso, solicito sua atenção em enviar, proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações constantes dos Termos de Referência, em anexo.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003, em anexo, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos. Observar também o item 9. DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, do termo de referência, que serve de modelo para elaboração da proposta.

Pedimos a gentileza de acusar o recebimento desta mensagem.

Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,
Anne Jakeline Carvalho das Neves
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
Ministério Público do Estado do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Fones: (92) 3655-0763
whatsapp: (92) 98408-5192

Anexos:
Termo_de_Referencia_0896967.html
Termo_de_Referencia_0915835_Termo_de_Rerefencia_n_13.2022.DTIC.0896967.2022.016003.pdf

E-mail - 0957739

Data de Envio:
06/01/2023 11:03:07

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
claudioney@logicpro.com.br
pssidi@hotmail.com
contato@siditelecom.com.br
jrferreira@enw.com.br
willian@movus.com.br
leide@ozoniotelecom.com.br
comercial@mqnengenharia.com.br
mqnengenharia@gmail.com
comercial@siditelecom.com.br
financeiro@siditelecom.com.br
impertechmanaus@gmail.com
sac@fibernetwork.com.br
contato@padraosystem.com.br
comercial@padraosystem.com.br
padraosystem@padraosystem.com.br

Assunto:
Reiteração do pedido de proposta de preços referente a serviços.

Mensagem:
Prezada Empresa Fornecedora,

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas está com processo de licitação para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, para operação na sede e anexos da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas (MPAM), pelo período de 12 (doze) meses. Diante disso, solicito sua atenção em enviar, proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações constantes dos Termos de Referência, em anexo.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003, em anexo, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos. Observar também o item 9. DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, do termo de referência, que serve de modelo para elaboração da proposta.

Pedimos a gentileza de acusar o recebimento desta mensagem.

Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,
Anne Jakeline Carvalho das Neves
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
Ministério Público do Estado do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Fones: (92) 3655-0763
whatsapp: (92) 98408-5192

Anexos:
Termo_de_Referencia_0896967.html

RES: PGJ/AM solicita proposta comercial para serviço de conectividade em Manaus - AM

[Movus] - Willian Duarte <willian@movus.com.br>

Ter, 27/12/2022 11:39

Para: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>

Prezados bom dia,

Conforme solicitado, encaminhamos anexo proposta de prestação de serviço alinhada ao termo de referência apresentado.

Saudações,

Willian Duarte
Coordenador Comercial
Grupo Movus - Akto, Nuvio, Go.Cast e Amazon+.
(92) 993817803

novo e-mail: willian@movus.com.br

> -----Mensagem original-----
> **De:** MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>
> **Enviado:** Quarta-feira, 21 de dezembro de 2022 às 11:36
> **Assunto:** PGJ/AM solicita proposta comercial para serviço de conectividade em Manaus - AM
>
> Prezada Empresa Fornecedora,
>
> A Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está com processo de licitação para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, para operação na sede e anexos da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas (MPAM), pelo período de 12 (doze) meses. Diante disso, solicito sua atenção em enviar, proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações constantes dos Termos de Referência, em anexo.
>
> É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:
>
> 1 - A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.
>
> 2 - A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias.
>
> 3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003, em anexo, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos. Observar também o item 9. DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, do termo de referência, que serve de modelo para elaboração da proposta.
>
> Pedimos a gentileza de acusar o recebimento desta mensagem.

E-mail da empresa AKTO TECNOLOGIA - Envio da Proprosta (0959682) SEI 2022.016003 / pg. 57

Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,
Anne Jakeline Carvalho das Neves
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
Ministério Público do Estado do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Fones: (92) 3655-0763
whatsapp: (92) 98408-5192

--
This message has been scanned by E.F.A. Project and is believed to be clean.

E-mail da empresa AKYO TECNOLOGIA - Envio da Proprosta (0959682) SEI 2022.016003 / pg. 58

Av. Eduardo Ribeiro, 639 - Sala 1109
Ed. Palácio do Comércio - Centro
Manaus/AM - CEP: 69.010-001
(92) 3199-0000 | (92) 3199-0001
www.akto.com.br

Proposta Comercial: LINK PONTO A PONTO

Cliente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Aos Cuidados: -
Ref.: Termo de Referência nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003

Objetivo

A Akto Tecnologia, na qualidade de prestadora de SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA – SCM, autorizada por meio do Ato de Autorização da Anatel n° 66.902, de 31/08/2007, publicado no Diário Oficial da União edição n° 173 de 06/09/2007, vem pela presente, apresentar a V. S.ª , proposta comercial para fornecimento de **conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B com dupla abordagem.**

Condições Comerciais

Apresentamos as condições comerciais para fornecimento do serviço de **conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B com dupla abordagem.**

Planilha de formação de preços

Item	Descrição	Qtde. (A)	Unid.	Valor Unitário (R$) (B)	Valor Total (R$) (A*B)
1	Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B.				
1.1	**Valores mensais referentes à prestação dos serviços**				
a)	Capacidade Total de 500 Mbps	12	Meses	10.500,00	126.000,00
				Subtotal 1:	126.000,00
1.2	**Valores referentes à instalação e ativação dos serviços**				
a)	Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)	6	Unid.	4.000,00	24.000,00
				Subtotal 2:	24.000,00
1.3	**Valores referentes ao remanejamento do link por mudança de endereço**				
a)	Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas)	2	Unid.	5.000,00	10.000,00
				Subtotal 3:	10.000,00
	Valor global da proposta (Subtotal 1 + Subtotal 2 + Subtotal 3):				**160.000,00**

Av. Eduardo Ribeiro, 639 - Sala 1109
Ed. Palácio do Comércio - Centro
Manaus/AM - CEP: 69.010-001
(92) 3199-0000 | (92) 3199-0001
www.akto.com.br

Dados bancários e Informações

Razão Social	CNPJ	Banco	Agência	Conta
AKTO TECNOLOGIA - EIRELI - EPP	07.760.064/0001-30	Banco do Brasil	1862-7	16752-5

Condições comerciais:

- Prazo contratual: 12 meses a contar da assinatura do contrato
- Estão inclusos no valor desta proposta todos os tributos incidentes, assim como o comodato dos equipamentos e acessórios utilizados; e
- A presente proposta adere a todas as condições expressas no Termo de Referência nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003.

Validade

- Todos os termos e condições aqui apresentados possuem validade de 90 (noventa) dias. Após este prazo, os mesmos deverão ser revalidados pela Akto.

Manaus, 27 de dezembro de 2022.

Atenciosamente,

Willian Duarte
Coordenador Comercial
willian@movus.com.br
www.akto.com.br
(92) 993817803

ANATEL AUTORIZADA

RES: PGJ/AM solicita proposta comercial para serviço de conectividade em Manaus - AM

Jose Ricardo Ferreira | Diretor <jrferreira@enw.com.br>

Para: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>

Prezada Senhora,

Conforme solicitado, encaminhamos em anexo a nossa Proposta Comercial.

At.te.,

José Ricardo Ferreira | Diretor
jrferreira@enw.com.br | +55 92 99133 4466 | +55 92 3131 3366
São Paulo SP | Rua Carlos Villalva, 01 - 6º andar | Vila Guarani | CEP 04307 000 | Tel. +55 11 3467 3360
Manaus AM | Avenida Ephigênio Salles, 711 | Aleixo | CEP 69060 020 | Tel. +55 92 3131 3388
Maceió AL | Rua Eng. Roberto Gonçalves de Menezes, 53 - Sala 118 | Centro | CEP 57020 680 | Tel. +55 82 99100 1279
A informação contida nesta mensagem, incluindo quaisquer anexos, é confidencial e está reservada a EYES nWHERE Sistemas Inteligentes de Imagem Ltda. bem como ao seu destinatário.
Caso você não o seja, fica por meio desta notificado que não deverá retransmitir, imprimir, copiar, usar ou distribuir este conteúdo ou quaisquer anexos nele inclusos. Se recebeu esta mensagem por engano, por favor, contate o remetente imediatamente e apague esta mensagem. Qualquer uso não autorizado, disseminação total ou parcial da mesma estão expressamente proibidos.
EYES nWHERE Inteligência em Imagem e Telecom.

-----Mensagem original-----
De: MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>
Enviada em: quarta-feira, 21 de dezembro de 2022 11:36
Assunto: PGJ/AM solicita proposta comercial para serviço de conectividade em Manaus - AM

Prezada Empresa Fornecedora,

A Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está com processo de licitação para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, para operação na sede e anexos da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas (MPAM), pelo período de 12 (doze) meses. Diante disso, solicito sua atenção em enviar, proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações constantes dos Termos de Referência, em anexo.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003, em anexo, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos. Observar também o item 9. DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, do termo de referência, que serve de modelo para elaboração da proposta.

Pedimos a gentileza de acusar o recebimento desta mensagem.

Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,
Anne Jakeline Carvalho das Neves
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas Ministério Público do Estado do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Fones: (92) 3655-0763
whatsapp: (92) 98408-5192

Manaus, 29 de dezembro de 2022

Ao
Ministério Público do Estado do Amazonas /
Procuradoria Geral de Justiça do Amazonas
Setor de Compras e Serviços
A/C Sra. Anne Jakeline Carvalho das Neves
Av. Coronel Teixeira, 7995 – Bairro Nova Esperança – CEP 69037-473 – Manaus - AM

Assunto: **Proposta Comercial**

EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM LTDA., pessoa jurídica de direito privado, conforme solicitado, apresenta a seguir sua Proposta Comercial para o fornecimento do Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B:

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Item	Descrição	Qtde. (A)	Unid.	Valor Unitário (R$) (B)	Valor Total (R$) (A * B)
1	Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B.				
1.1	**Valores mensais referentes à prestação dos serviços**				
a)	Capacidade Total de 500 Mbps	12	meses	R$ 6.900,00	R$ 82.800,00
				Subtotal 1:	**R$ 82.800,00**
1.2	**Valores referentes à instalação e ativação dos serviços**				
a)	Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)	6	Unid	R$ 7.300,00	R$ 43.800,00
				Subtotal 2:	**R$ 43.800,00**
1.3	**Valores referentes ao remanejamento do link por mudança de endereço**				
a)	Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas)	2	meses	R$ 4.000,00	R$ 8.000,00
				Subtotal 3:	**R$ 8.000,00**
	Valor global da proposta (Subtotal 1 + Subtotal 2 + Subtotal 3):				**R$ 134.600,00**

Observações:

1. Valor: R$ 134.600,00 (Cento e trinta e quatro mil e seiscentos reais)
2. Impostos: Todos já incluídos nos valores propostos;
3. Validade da Proposta: 90 dias;
4. Forma de pagamento: Através de Nota de Empenho;
5. Conforme Termo de Referência Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003

Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente a costumeira atenção dispensada por V.Sas. e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos adicionais que se façam, necessários.

Atenciosamente,

José Ricardo Ferreira
Diretor Operacional / Procurador
RG nº 19.186.087 SSP-SP
CPF nº 137.615.128-64
Eyes NWhere Sistemas Inteligentes de Imagem Ltda.
CNPJ: 07.244.008/0002-23

RES: Reiteração do pedido de proposta de preços referente a serviços.

juridico@siditelecom.com.br <juridico@siditelecom.com.br>
Seg, 09/01/2023 21:01
Para: Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>

Prezada, saudações.

Após os cumprimentos que lhe são devidos, informo que em anexo consta a nossa proposta de preços.

Atenciosamente;
Nelson Rolim Neto.

De: sidi@siditelecom.com.br <sidi@siditelecom.com.br>
Enviada em: sexta-feira, 6 de janeiro de 2023 18:06
Para: juridico@siditelecom.com.br
Assunto: Fwd: Reiteração do pedido de proposta de preços referente a serviços.





From: MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>
Sent: Friday, January 6, 2023 7:04 AM
To: <>; <>
Subject: Reiteração do pedido de proposta de preços referente a serviços.

Prezada Empresa Fornecedora,

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas está com processo de licitação para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, para operação na sede e anexos da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas (MPAM), pelo período de 12 (doze) meses. Diante disso, solicito sua atenção em enviar, proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações constantes dos Termos de Referência, em anexo

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, dados bancários, e outros dados.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias.

3 - O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003, em anexo, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos. Observar também o item 9. DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, do termo de referência, que serve de modelo para elaboração da proposta.

Pedimos a gentileza de acusar o recebimento desta mensagem.

Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,
Anne Jakeline Carvalho das Neves
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
Ministério Público do Estado do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Fones: (92) 3655-0763
whatsapp: (92) 98408-5192

E-mail da empresa SIDITELECON - Envio da Proposta (0959690) SEI 2022.016003 / pg. 64

PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa **SIDI SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA**., inscrita no CNPJ nº 26.605.545/0001-15, localizada Rua Bernardo Ramos, n° 283, 2º Andar, Sala "A", Bairro Centro, CEP: 69.005-310, na cidade de Manaus/AM., fone 0800-0420288, e-mail licitasidi@gmail.com, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

DESCRIÇÃO DO OBJETO					
SERVIÇO DE CONECTIVIDADE PONTO A PONTO EM FIBRA ÓPTICA, NA CIDADE DE MANAUS, ATRAVÉS DE CONEXÃO ENTRE REDES DE DADOS NAS PONTAS A E B.					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTD.**	**UND.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1.1	Capacidade Total de 500 Mbps	12	Meses	R$ 36.000,00	R$ 432.000,00
1.2	Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)	6	Unidade	R$ 5.000,00	R$ 30.000,00
1.3	Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas)	2	Unidade	R$ 3.000,00	R$ 6.000,00
Total do Lote B: R$ 468.000,00 (Quatrocentos e sessenta e oito mil reais)					

A empresa **SIDI SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA**., declara que:

a) **Prazo de validade da proposta**: 90 (noventa) dias, nos termos do subitem 8.4.do Edital.

b) Prazo de instalação e ativação: A CONTRATADA deverá em, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Nota de Empenho pela CONTRATANTE, finalizar a implantação, ativação e entrega de todos circuitos, sistemas e equipamentos que compõem o serviço de comunicação especificados neste Termo de Referência, nos termos do subitem 6.1. do TR.

Manaus; Amazonas, 09 de janeiro de 2023.



SIDI SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA.
PHELIPPE SANTOS SIDI
RG: 2410912-6 / CPF: 021.844.802-31
SÓCIO – ADMINISTRADOR

(092) 3234-7325
Rua Bernardo Ramos n°. 283
CEP: 69.005-310
contato@siditelecom.com.br
www.siditelecom.com.br

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 13.2023.SCOMS.0959734.2022.016003

Manaus, 10 de Janeiro de 2023.

Ao Senhor
MARCOS ANDRÉ ABENSUR
Diretor de Orçamento e Finanças – DOF

Assunto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, pelo período de 12 (doze) meses.

Senhor Diretor,

Em atenção ao Despacho n.º 560.2022.01AJ-SUBADM (doc. SEI 0894569), encaminhamos os presentes autos tendo em vista o processo de licitação para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B**, pelo período de 12 (doze) meses.

Informamos que este Setor de Compras e Serviços – SCOMS realizou pesquisa de mercado via e-mail e telefone, consultando várias empresas fornecedoras, conforme registros de e-mail (docs. SEI 0954258, 0908516, 0910220, 0914448, e 0957739). Dos potenciais fornecedores contatados, apenas três empresas encaminharam propostas válidas durante o período da pesquisa, entre os dias 21/12/2022 a 09/01/2023, estas a seguir: AKTO TECNOLOGIA - EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ n.º 07.760.064/0001-30 (doc. SEI 0959683); EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM LTDA, inscrita no CNPJ n.º 07.244.008/0002-23 (doc. SEI 0959688) e SIDI SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 26.605.545/0001-15 (doc. SEI 0959691).

Desta feita, os valores propostos pelas empresas serviram de base para a elaboração do Mapa Demonstrativo de Preços n.º 4.2023.SCOMS (doc. SEI 0959693) e do Quadro-Resumo do Processo de Compra n.º 5.2023.SCOMS (doc. SEI 0959694), com valor total de **R$ 254.199,98 (duzentos e cinquenta e quatro mil cento e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).**

Dessa forma, encaminhamos os autos para as providências dessa Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF, sendo que, posteriormente, deverão ser enviados à Comissão Permanente de Licitação – CPL, a fim de que se dê prosseguimento regular ao feito.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
Anne Jakeline Carvalho das Neves
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 11/01/2023, às 09:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0959734** e o código CRC **C9B503D3**.

MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS Nº 4.2023.SCOMS.0959693.2022.016003

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCOMS

DETALHAMENTO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, pelo período de 12 (doze) meses.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	**Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B;** **Valores mensais referentes à prestação dos serviços;** **Capacidade Total de 500 Mbps.**	**12**	**R$ 17.800,00**	**R$ 213.600,00**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	AKTO TECNOLOGIA - EIRELI – EPP – CNPJ n.º 07.760.064/0001-30	Meses	R$ 10.500,00	R$ 126.000,00
	EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM LTDA – CNPJ n.º 07.244.008/0002-23	Meses	R$ 6.900,00	R$ 82.800,00
	SIDI SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA – CNPJ n.º 26.605.545/0001-15	Meses	R$ 36.000,00	R$ 432.000,00
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**	**VALOR ESTIMADO UNITÁRIO**	**VALOR ESTIMADO TOTAL**
2	**Valores referentes à instalação e ativação dos serviços;** **Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas).**	**6**	**R$ 5.433,33**	**R$ 32.599,98**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	AKTO TECNOLOGIA - EIRELI – EPP – CNPJ n.º 07.760.064/0001-30	Unidade	R$ 4.000,00	R$ 24.000,00
	EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM LTDA – CNPJ n.º 07.244.008/0002-23	Unidade	R$ 7.300,00	R$ 43.800,00
	SIDI SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA –	Unidade	R$	R$

	CNPJ n.º 26.605.545/0001-15	Unidade	5.000,00	30.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
3	**Valores referentes ao remanejamento do link por mudança de endereço;** **Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas).**	**2**	**R$ 4.000,00**	**R$ 8.000,00**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	AKTO TECNOLOGIA - EIRELI – EPP – CNPJ n.º 07.760.064/0001-30	Unidade	R$ 5.000,00	R$ 10.000,00
	EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM LTDA – CNPJ n.º 07.244.008/0002-23	Unidade	R$ 4.000,00	R$ 8.000,00
	SIDI SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA – CNPJ n.º 26.605.545/0001-15	Unidade	R$ 3.000,00	R$ 6.000,00
TOTAL				**R$ 254.199,98**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- Período de Cotação de Preços: 21/12/2022 a 09/01/2023.
- Responsável pela Cotação: Anne Jakeline Carvalho das Neves.
- Método matemático aplicado para a definição do valor estimado: (X) Média ( ) Mediana ( ) menor valor ( ) Outro _____
- Justificativa: O preço médio é adotado quando a frequência de um conjunto de preços é simétrica, ou seja, quando a média e a mediana coincidem.

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 11/01/2023, às 09:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0959693** e o código CRC **076EB73E**.

QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 5.2023.SCOMS.0959694.2022.016003

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCOMS

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

INDEFINIDO
A LICITAR

DETALHAMENTO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	**Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B.** **Valores mensais referentes à prestação dos serviços** **Capacidade Total de 500 Mbps.**	Meses	12	R$ 17.800,00	**R$ 213.600,00**
2	**Valores referentes à instalação e ativação dos serviços;** **Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas).**	Unidade	6	R$ 5.433,33	**R$ 32.599,98**
3	**Valores referentes ao remanejamento do link por mudança de endereço;** **Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas).**	Unidade	2	R$ 4.000,00	**R$ 8.000,00**
TOTAL ESTIMADO				**R$ 254.199,98**	

MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO		FUNDAMENTO LEGAL
	DISPENSA DE LICITAÇÃO	
	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	
	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	
	PRORROGAÇÃO DE CONTRATO	
X	**A LICITAR**	Lei nº 8.666/93.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- Encaminhe-se à DOF para providências.

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 11/01/2023, às 09:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0959694** e o código CRC **36883F8D**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. Coronel Teixeira,nº 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS / ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 41.2023.DOF - ORÇAMENTO.0965973.2022.016003

1 - INFORMAÇÕES DA NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS E ADJUDICAÇÃO

Procedimento Interno: 2022.016003 **Processo de Compra:** 5.2023.SCOMS.0959694.2022.016003 **Interessado:** Caroline Ellen Bezerra - Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON	**Modalidade:** Global **Origem:** A LICITAR **Credor:** A LICITAR

2 - DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 03.101 - Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas **Fonte de Recurso:** 0100.000 - Recursos Ordinários **Programa de Trabalho:** 03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade	**Elemento:** 3390.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica **Subelemento:** 3390.40.07 - Suporte de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação

3 - CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

SALDO ATUAL	DEDUÇÃO PREVISTA	SALDO APÓS DESPESA
R$ 233.139,68	R$ 40.599,98	R$ 192.539,70

4 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, pelo período de 12 (doze) meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Valores referentes à instalação e ativação dos serviços; Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas).	Unidade	6	R$ 5.433,33	R$ 32.599,98
2	Valores referentes ao remanejamento do link por mudança de endereço; Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas).	Unidade	2	R$ 4.000,00	R$ 8.000,00
TOTAL (R$)					**R$ 40.599,98**

Saldo atual composto pelo valor disponível para o respectivo elemento da despesa, conforme demonstrativo da execução orçamentária obtido no sistema AFI/SEFAZ no dia 19 de Janeiro de 2023 (R$ 422.819,68), deduzido o total de Notas de Autorização de Despesas e Adjudicação emitidas ainda não executadas (R$ 189.680,00).

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
R$ 0,00	R$ 40.599,98	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
JULHO	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	**OUTUBRO**	**NOVEMBRO**	**DEZEMBRO**
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

6 - DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

( ) Encaminhe-se à Divisão de Contratos e Convênios.
(**X**) Encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitação.
( ) Autorizo a despesa. Encaminhe-se à Assessoria Jurídica para manifestação acerca da forma da contratação.
( ) Autorizo a despesa. Adjudico em favor da empresa. Empenhe-se.

Documento assinado eletronicamente por **Marcos André Abensur**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 23/01/2023, às 13:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **George Pestana Vieira**, **Subprocurador(a)-Geral de**

Justiça para Assuntos Administrativos, em 24/01/2023, às 12:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0965973** e o código CRC **F05CDE94**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. Coronel Teixeira,nº 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS / ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 42.2023.DOF - ORÇAMENTO.0966052.2022.016003

1 - INFORMAÇÕES DA NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS E ADJUDICAÇÃO

Procedimento Interno: 2022.016003 **Processo de Compra:** 5.2023.SCOMS.0959694.2022.016003 **Interessado:** Caroline Ellen Bezerra - Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON	**Modalidade:** Global **Origem:** A LICITAR **Credor:** A LICITAR

2 - DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 03.101 - Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas **Fonte de Recurso:** 0100.000 - Recursos Ordinários **Programa de Trabalho:** 03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade	**Elemento:** 3390.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica **Subelemento:** 3390.40.04 - Comunicação de Dados

3 - CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

SALDO ATUAL	DEDUÇÃO PREVISTA	SALDO APÓS DESPESA
R$ 195.800,00	R$ 195.800,00	R$ 0,00

4 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 002/2020 – MP/PGJ, que entre si celebram o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e a empresa SIDI SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA, visando à prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B. Valores mensais referentes à prestação dos serviços Capacidade Total de 500 Mbps. VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2023 (11 MESES) = **R$ 195.800,00** VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2024 (1 MÊS) = **R$ 17.800,00**	Unidade	12	R$ 17.800,00	R$ 213.600,00
TOTAL (R$)					**R$ 213.600,00**

Saldo atual composto pelo valor disponível para o respectivo elemento da despesa, conforme demonstrativo da execução orçamentária obtido no sistema AFI/SEFAZ no dia 19 de Janeiro de 2023 (R$ 422.819,68), deduzido o total de Notas de Autorização de Despesas e Adjudicação emitidas ainda não executadas (R$ 230.279,98).

Tendo em vista a insuficiencia de saldo no elemento 3390.40, será transferido o valor de R$ 3.260,30 de outros programas de trabalho.

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
R$ 0,00	R$ 17.800,00	R$ 17.800,00	R$ 17.800,00	R$ 17.800,00	R$ 17.800,00
JULHO	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	**OUTUBRO**	**NOVEMBRO**	**DEZEMBRO**
R$ 17.800,00	R$ 17.800,00	R$ 17.800,00	R$ 17.800,00	R$ 17.800,00	R$ 17.800,00

6 - DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

( ) Encaminhe-se à Divisão de Contratos e Convênios.
(**X**) Encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitação.
( ) Autorizo a despesa. Encaminhe-se à Assessoria Jurídica para manifestação acerca da forma da contratação.
( ) Autorizo a despesa. Adjudico em favor da empresa. Empenhe-se.

Documento assinado eletronicamente por **Marcos André Abensur**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 23/01/2023, às 13:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **George Pestana Vieira**, **Subprocurador(a)-Geral de**

Justiça para Assuntos Administrativos, em 24/01/2023, às 12:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0966052** e o código CRC **EEE85929**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 26.2023.CPL.0969612.2022.016003

Ilma. Sra.
CAROLINE ELLEN BEZERRA
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios

Senhora Chefe,

Cumprimentando-a com o presente, informamos que tramitou nesta Comissão Permanente de Licitação o **Processo SEI n.º 2022.016003**, cujo objeto é a *Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de* ***conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B****, pelo período de 12 (doze) meses.*

Considerando a análise realizada nos autos, especialmente, o **Termo de Referência Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003**, parece-nos patente a necessidade de estipulações contratuais aptas a salvaguardar os direitos das partes e consignar suas respectivas obrigações, consoante previsão do artigo 62, §4º, da Lei 8.666/93 abaixo transcrito:

> §4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Nesse sentido, também, é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

> A contratação deve ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo de contrato sempre que houver obrigações futuras decorrentes do fornecimento de bens e serviços, independentemente da modalidade de licitação sua dispensa ou inexibilidade, conforme preconizado no art. 62, §4º, da Lei n.º 8.666/1993.

Considerando que esta Comissão depende da feitura do instrumento contratual correspondente para a execução das demais providências, **encaminhamos os autos** do Procedimento Interno em epígrafe à **Divisão de Contratos e Convênios – DCCON** para, caso compartilhado o entendimento desta Comissão, por obséquio, verifique a necessidade de confecção de Minuta de Contrato Administrativo.

Outrossim, ressalta-se que a referida Minuta deverá ser submetida ao crivo da Douta Assessoria Jurídica do Ordenador de Despesas para futura juntada ao Edital do certame a ser divulgado.

Por derradeiro, **retornem** os autos a esta Comissão para que seja dado prosseguimento

regular ao feito.

Atenciosamente,

Manaus, 26 de janeiro de 2023.

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022- DOMPE, Ed. 2495, de 23.11.2022

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 26/01/2023, às 08:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0969612** e o código CRC **C3AF34A9**.

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 3.2023.DCCON.0969736.2022.016003

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa _____, visando à prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE,** neste ato representada por _____, e a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada legalmente pelo _____, portador do documento de identidade n.º _____ e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, e, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2022.016003**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____ - CPL/MP/PGJ, resolvem firmar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONECTIVIDADE PONTO A PONTO EM FIBRA ÓPTICA**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente ajuste consiste na prestação de serviço de conectividade ponto a ponto, em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, conforme Termo de Referência Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003 e Edital do _____ - CPL/MP/PGJ, que integram este termo contratual, com seus anexos, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto deste contrato compreende a prestação de serviços de conectividade ponto a ponto, em fibra óptica, na cidade de Manaus/AM, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B.

Parágrafo primeiro. Os serviços deverão ser disponibilizados com instalação e configuração mínimas para suportar plenamente os requisitos descritos nas especificações deste termo.

Parágrafo segundo. Os serviços devem atender às seguintes condições e especificações:

1. Conexão entre as redes de dados, da PONTA A – SEDE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, localizada na Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, 69037-430, Manaus/AM, às seguintes unidades do MPAM nos endereços descritos no quadro a seguir:

Item	Designação (Links)	Endereço Ponta B (Unidades do MPAM na Capital)
1	**Unidade Descentralizada do Aleixo**	Av. André Araújo, 23 - Aleixo
2	**Unidade Descentralizada da Belo Horizonte**	Rua Belo Horizonte, 500, Aleixo
3	**Unidade Descentralizada da Paraíba**	Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho, nº 175 (Antiga Rua Paraíba)
4	**Unidade da Delegacia da Infância e Juventude Infracional**	Av. Desembargador João Machado, s/n, Alvorada I, CEP 69058-789.
5	**Fórum Henoch da Silva Reis (Plantão MPAM)**	Av. Paraíba, s/n - São Francisco - 2° Andar — Sala do Plantão Ministerial do MPAM
6	**Sede Tribunal de Justiça do Amazonas (Data Center)**	Av. André Araújo, s/n° Sede do TJAM - Edifício Desembargador Amoldo Péres

2. A capacidade de acesso total contratada deverá ser de **500 Mbps**, somando individualmente todos os links ponto a ponto em fibra óptica da PONTA B, com taxa simétrica de transmissão/recepção (velocidade de acesso), medida em camada 4 (Layer 4).
3. A distribuição da capacidade de acesso de cada unidade descentralizada da **CONTRATANTE** será indicada à **CONTRATADA**, pela FISCALIZAÇÃO, logo após a assinatura do contrato.
4. Ao longo da prestação do serviço, a FISCALIZAÇÃO poderá, a seu critério e de acordo com as necessidades de consumo, solicitar à **CONTRATADA** a redistribuição da capacidade total entre as unidades descentralizadas, listadas na tabela anterior.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

O serviço deverá estar disponível sob o regime 7x24, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias da semana, de forma permanente, dedicada, exclusiva e com total conectividade IP, a partir de sua ativação até o término do contrato, devendo também ser observado o seguinte:

1. O acesso dar-se-á através de link ponto a ponto, em fibra óptica, com terminação única para conexão à porta óptica do *firewall* da **CONTRATANTE**, sendo que todos os dispositivos de comunicação necessários para estabelecimento do link deverão ser **fornecidos pela CONTRATADA em regime de comodato.**
2. Cada enlace deverá ter suporte às tecnologias empregadas na internet (pilha de protocolo TCP/IP).
3. A **CONTRATADA** deverá respeitar a confidencialidade, disponibilidade, integridade dos dados trafegados e não poderá, de forma alguma, bloquear, limitar ou filtrar o tráfego de entrada ou de saída dos links contratados, não sendo admitido nenhum tipo de restrição seja por serviço, tipo de arquivo ou protocolo.
4. Os circuitos de comunicação de dados deverão ser entregues e mantidos sem nenhum mecanismo de

restrição relacionado ao volume de tráfego.

5. O endereçamento IP das interfaces LAN a serem configurados nos equipamentos instalados nas unidades devem ser estabelecidos em conjunto com a equipe técnica da **CONTRATANTE**.

6. A solução deverá contemplar meios de acessos redundantes, utilizando fibra óptica com encaminhamentos físicos distintos, entre as redes de dados nas pontas A e B.

   6.1. Deverão ser fornecidos, pelo menos, 2 (dois) enlaces de acesso redundantes entre si, em fibra ótica, devendo cada um dos circuitos de comunicação utilizar tecnologia determinística com taxa de transferência que atenda integralmente à velocidade contratada, não sendo aceitável a instalação de vários links independentes com taxas de transferências inferiores ao solicitado para se obter a velocidade contratada.

   6.2. Os enlaces de fibra óptica redundante devem ser fornecidos por encaminhamentos distintos fim a fim, ou seja, cada fibra óptica do enlace redundante deve seguir caminhos distintos, por ruas e rotas distintas. Esta garantia deverá ser analisada pela equipe técnica da **CONTRATANTE** através de fornecimento de projeto de encaminhamentos fornecido pela **CONTRATADA**.

   6.3. Deverão ser utilizados links de comunicação terrestre confeccionados com fibra óptica, sendo permitida a conversão do meio óptico para UTP, apenas para a compatibilização com as interfaces dos CPEs.

   6.4. A **CONTRATADA** deverá fornecer cada um dos canais com transmissão *full duplex* e taxa simétrica, isto é, a mesma capacidade de transmissão para o tráfego de entrada e de saída, simultaneamente.

   6.5. Na implantação por dupla abordagem a **CONTRATADA** proverá equipamento automático de chaveamento e os enlaces devem operar em modo ativo todo o tempo.

7. Os indicadores de latência, perda de pacotes, taxa de erro e disponibilidade do serviço deverão atender aos valores expressos abaixo:

   a. Taxa de erro em bits – Máxima 1x10-6.

   b. Latência – Máximo de 15 ms.

   c. Perda de Pacotes (%) – Máximo 1%.

   d. Disponibilidade (%) – Mínimo 99,5%.

   e. Velocidade do link deve ser medido em camada 4 (Layer 4).

   7.1. Os testes de aceitação dos serviços serão compostos, no mínimo, por testes de conectividade e funcionalidade, os quais utilizarão ferramentas de medição presentes na infraestrutura de rede da **CONTRATANTE** (speedtest.mpam.mp.br/ e iperf) ou ferramentas equivalentes, e teste de acesso aos sistemas da **CONTRATANTE**. Todos os testes deverão atender aos requisitos mínimos de latência, taxa de erro, perda de pacotes, disponibilidade e velocidades especificados.

   7.2. Os valores dos indicadores de taxa de erro, latência, velocidade e perda de pacotes superiores aos valores exigidos, enquanto apresentados, serão considerados como interrupção do serviço.

8. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pela instalação dos pontos de acesso nos locais (endereços) citados, configuração, fornecimento e conexão dos equipamentos necessários ao pleno funcionamento do serviço, garantindo compatibilidade com o ambiente de cada uma das pontas do circuito.

9. Todas as obrigações envolvidas (tributos, aluguéis, licenças) com a instalação e manutenção do cabeamento de fibra óptico aéreo posteado, são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

10. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pela realização de todos os serviços e pela solução de quaisquer problemas que, porventura, venham ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste projeto.

11. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por todas as medidas preventivas indispensáveis à realização dos serviços, de forma a evitar danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, direta ou indiretamente a terceiros no decorrer do desenvolvimento do contrato.

12. Todos os equipamentos e enlaces fornecidos pela **CONTRATADA**, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, deverão obedecer rigorosamente às normas e às recomendações em vigor, elaboradas por órgãos oficiais competentes, como a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, ou entidades autônomas reconhecidas na área.
13. Sempre que houver necessidade de intervenção programada por parte da **CONTRATADA**, para manutenção preventiva e/ou substituição de equipamentos e meios utilizados no provimento do(s) acesso(s) objeto deste instrumento, que possa causar interferência no desempenho do serviço, a **CONTRATANTE** deverá ser previamente comunicada, com antecedência mínima de **5 (cinco) dias úteis** da data da execução do serviço.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

A **CONTRATADA** fica obrigada a fornecer, instalar, ativar e manter os circuitos e todos os equipamentos que compõem o serviço contratado em perfeito e total funcionamento, ou seja, disponibilizar os serviços à **CONTRATANTE**, ativados e prontos para uso, em todas as unidades, em até **30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente à **CONTRATANTE**, **com 5 (cinco) dias de antecedência do término do prazo para instalação**, a impossibilidade de instalação e ativação do acesso no prazo estipulado, expondo as razões que a impossibilitaram de cumprir o referido prazo, solicitando a sua devida prorrogação.

Parágrafo segundo. A **CONTRATANTE**, por meio dos servidores designados pela fiscalização e pela gestão do contrato, serão responsáveis por analisar e deliberar pela anuência, ou não, do pleito.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATANTE** poderá solicitar, a qualquer tempo, a suspensão do serviço de quaisquer localidades atendidas, sem ônus, de acordo com sua especificidade.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá realizar o remanejamento no prazo máximo de **10 (dez) dias** corridos a contar da data de recebimento da solicitação da **FISCALIZAÇÃO**.

a. O remanejamento do circuito, que compreende a desativação do circuito no endereço de origem e a ativação no novo endereço, deverá ser feito de maneira que a comunicação seja interrompida por um período máximo de 24 (vinte e quatro) horas contínuas.
b. Qualquer circuito poderá ter seu endereço alterado, respeitando os limites da cidade de Manaus/AM. Nesse caso, a taxa de remanejamento deverá incluir todos os custos referentes a desinstalação e reinstalação do circuito.
c. Caso a empresa não cumpra o prazo estipulado para mudança de endereço, sujeitará a **CONTRATADA** as sanções administrativas previstas no edital e neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO:

O recebimento dos serviços será realizado pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE** ou servidor designado para este fim**.**

Parágrafo primeiro. Para efeito de ACEITE da instalação e ativação, a **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente a efetiva disponibilização do serviço em todas as unidades.

Parágrafo segundo. No prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contados a partir da comunicação pela **CONTRATADA**, a **FISCALIZAÇÃO** deverá concluir os testes necessários à constatação do regular funcionamento dos serviços contratados.

Parágrafo terceiro. Tendo sido realizados com sucesso os testes de funcionamento, a **CONTRATANTE**, por meio da **FISCALIZAÇÃO**, emitirá o **Termo de Aceite**, atestando a conformidade dos serviços com as especificações constantes no edital, liberando o início de faturamento.

Parágrafo quarto. A qualidade do serviço será avaliada, sendo considerados os critérios e indicadores referentes à latência, à perda de pacotes e à velocidade de acesso (*throughput*).

Parágrafo quinto. Caso sejam verificados erros ou impropriedades impeditivos de recebimento do serviço prestado, a **CONTRATADA** deverá promover as correções necessárias, conforme diretrizes a serem

estabelecidas pela **CONTRATANTE**, sem prejuízo de aplicação de penalidades previstas, inclusive a rescisão contratual.

Parágrafo sexto. Os custos relativos à ativação dos serviços serão pagos uma única vez, no primeiro mês seguinte à liberação para início de faturamento.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS PARA ATENDIMENTO DOS CHAMADOS TÉCNICOS:

A **CONTRATADA** deverá disponibilizar serviço de suporte técnico, em regime de 24x7, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, que será efetuado por meio eletrônico e/ou por telefone com número de DDD igual ao da localidade da **CONTRATANTE**, ou por meio de prefixo "0800". Em ambos os casos, o atendimento deve ser efetuado em Língua Portuguesa.

Parágrafo primeiro. Após abertura de chamado técnico, o prazo máximo de solução das ocorrências deverá obedecer ao limite de **4 (quatro)** horas, contados a partir da abertura do chamado.

Parágrafo segundo. O descumprimento do prazo máximo para reativação serviço, sem motivo de força maior e/ou caso fortuito, bem como o não cumprimento de sua execução dará à **CONTRATANTE** o direito de cancelar a proposta e/ou rescindir o contrato, bem como aplicar as penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á, indiretamente pela **CONTRATADA**, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

1. Edital de _____ – CPL/MP/PGJ e seus anexos, conforme a Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 10.520/02 e demais legislações correlatas
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de _____, que, simultaneamente:

    - constem no Processo n.º 2022.016003;
    - não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do art. 67, da Lei n.º 8.666/1993, do edital e ainda:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização dos serviços.
2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, realizando diretamente toda e qualquer comunicação com a **CONTRATADA** (seja mediante ofício ou outros documentos).
3. Verificar se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos, em especial as metas e padrões de qualidade convencionados no Acordo de Níveis de Serviços – ANS.
4. Fiscalizar o cumprimento do padrão de qualidade do serviço contratado, podendo acionar a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, caso julgue necessário.
5. Realizar os chamados técnicos, observadas as exigências preliminares correlatas.
6. Receber e visar os relatórios emitidos pela **CONTRATADA**.

7. Realizar reunião com a **CONTRATADA**, com o objetivo de detalhar a implantação dos serviços, bem como o cronograma de trabalho.
8. **Informar à Administração Superior, com a antecedência necessária, o término do contrato;**
9. Atestar o faturamento dos serviços, emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento.
10. Verificar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**, quando da liquidação dos serviços por meio da emissão da nota fiscal.
11. Verificar a **manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista** da **CONTRATADA**, exigindo a sua regularização, durante a vigência do contrato.
12. Emitir os termos de aceite/recebimento do objeto, conforme disposto no contrato.
13. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato.
14. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
15. Comunicar à Administração Superior, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.
16. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
17. Assegurar o acesso dos empregados da **CONTRATADA** aos locais de exercício das suas atividades.
18. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
19. Atestar a liberação da garantia fixada, conforme estabelecido neste contrato, em cláusula específica.
20. Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

Parágrafo primeiro. A **FISCALIZAÇÃO** será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo, **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento,** informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato operacional e financeira.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails ou por telefone.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Para o fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, caberá à **CONTRATADA**:

1. Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes deste termo, observando as prescrições e as recomendações do fabricante/fornecedor, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.
2. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste contrato, assim como toda e qualquer irregularidade observada em suas avaliações, tão logo sejam detectadas, prestando os esclarecimentos julgados necessários.
3. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos

os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

4. Manter contato e realizar o planejamento dos serviços com a **CONTRATANTE**, de forma a executar quaisquer tarefas ou ajustes inerentes ao serviço contratado.
5. Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela **FISCALIZAÇÃO**.
6. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.
7. Assumir total responsabilidade pela perfeita execução dos serviços, com estrita observância dos serviços contratados e qualidade dos materiais e equipamentos utilizados.
8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

    8.1. A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade d a **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

9. Fornecer, instalar, ativar e manter todos os equipamentos ou acessórios que compõe o serviço contratado.
10. Atender aos chamados para correção de falhas ou interrupções no serviço, sanando os problemas dentro dos prazos estipulados neste contrato.
11. Fazer diagnóstico das falhas no serviço relatadas pela **CONTRATANTE**, eliminando os defeitos nos componentes sob sua responsabilidade.
12. Atender às reclamações ou aos pedidos de esclarecimentos sobre a cobrança dos serviços contratados.
13. Oferecer RELATÓRIO MENSAL referente aos períodos e às causas das indisponibilidades ocorridas na prestação dos serviços, quando do faturamento.
14. Inspecionar os serviços prestados por seus colaboradores, obrigando-se a corrigir, de imediato, qualquer divergência que, porventura, venha a ocorrer na execução deste contrato.
15. Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.
16. Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a tornar-se aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido a sua aceitação.
17. Acatar as observações feitas pela **FISCALIZAÇÃO** quanto à execução dos serviços.
18. Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo da **CONTRATANTE**, sendo vedada sua cessão, locação ou venda a terceiros.
19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
20. Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.
21. Responsabilizar-se por todos os serviços não explícitos nestas especificações, mas necessários à execução dos serviços programados e ao perfeito funcionamento das instalações**.**

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A inobservância das presentes especificações técnicas, bem como das cláusulas

contratuais, implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

Parágrafo terceiro. Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), contados da notificação à **CONTRATADA** do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de multa

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE**, durante a vigência deste contrato, obriga-se a:

1. Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à fiel execução do objeto deste contrato.
2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** durante o prazo de vigência deste Contrato.
3. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas neste ajuste.
4. Designar, e informar à **CONTRATADA**, fiscal e gestor do contrato e seus substitutos, mantendo tais dados atualizados.
5. Permitir o acesso, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços e regula entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.
6. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.
7. Efetuar regularmente o pagamento da **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos no contrato, quanto aos serviços devidamente realizados, após o atesto das notas fiscais/faturas pela FISCALIZAÇÃO.
8. Verificar, por meio de sua FISCALIZAÇÃO, se os serviços foram prestados de acordo com as exigências deste Termo, Edital e Contrato, em especial as metas e padrão de qualidades convencionadas no Acordo de Níveis de Serviços – ANS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR:

O valor total do presente contrato é de **R$ _____ (_____)**, a ser executado da seguinte forma:

Item	Descrição	Qtde. (A)	Unid.	Valor Unitário (R$) (B)	Valor Total (R$) (A * B)
1	Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B.				
1.1	**Valores mensais referentes à prestação dos serviços**				
a)	Capacidade Total de 500 Mbps	12	meses		
	Subtotal 1:				

1.2	**Valores referentes à instalação e ativação dos serviços**				
a)	Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)	6	Unid		
	Subtotal 2:				
1.3	**Valores referentes ao remanejamento do link por mudança de endereço**				
a)	Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas)	2	Unid		
	Subtotal 3:				
	Valor total (Subtotal 1 + Subtotal 2 + Subtotal 3):				

Parágrafo primeiro. A proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de _____, faz parte deste instrumento contratual como anexo.

Parágrafo segundo. No preço total contrato já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: serviços, insumos, consumíveis e equipamentos necessários para a plena execução do objeto contratado, bem como aqueles referentes a impostos, taxas, mão de obra, encargos sociais, transporte, prêmios de seguro, acidente de trabalho, emolumentos decorrentes da obrigação assumida e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento, excluindo a **CONTRATANTE** de qualquer solidariedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

A **CONTRATADA** deverá apresentar, mensalmente, documento fiscal, na sede da **CONTRATANTE**, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas aos impostos decorrentes do objeto do contrato.

Parágrafo primeiro. No caso de os documentos fiscais serem emitidos e entregues à **CONTRATANTE** em data posterior à indicada na condição acima, será imputado à **CONTRATADA** o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

Parágrafo segundo. A nota fiscal devidamente atestada pela **FISCALIZAÇÃO** e os documentos exigidos neste Contrato e anexo deverão ser entregues mensalmente, no Setor de Protocolo da **CONTRATANTE** ou enviados para o e-mail protocolo@mpam.mp.br, e será paga mediante depósito na conta corrente da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** fica ciente de que o pagamento da instalação será único e efetuado somente após a instalação e ativação dos serviços em todas as localidades e aceita pela **FISCALIZAÇÃO,** mediante emissão de termos de aceite.

Parágrafo quarto. O início da cobrança da mensalidade dos serviços será na data da efetiva disponibilização destes para uso da **CONTRATANTE, ASSEGURADO PELA EMISSÃO DO TERMO DE ACEITE GLOBAL (todas as localidades).**

Parágrafo quinto. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRATANTE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) os serviços não abrangidos pelo objeto contratual; e b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**.

Parágrafo sexto. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a sua liquidação, este será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Qualquer atraso ocorrido na apresentação do documento fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte da **CONTRATADA**, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo oitavo. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo nono. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal, o qual deverá ser o mesmo do cadastro habilitado na licitação. Assim, caso a licitante deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/fatura com seu CNPJ, deverá apresentar, no certame, a documentação de habilitação da filial.

Parágrafo décimo. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

Parágrafo décimo primeiro. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo décimo segundo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6 ÷ 100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo décimo terceiro. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, "d", da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária**: _____; **Programa de Trabalho**: _____; **Fonte**: _____; **Natureza da Despesa**: _____, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em _____, a Nota de Empenho n.º _____, no valor de **R$ _____ (_____)**.

Parágrafo único. No exercício seguinte, o valor de **R$ _____ (_____)**, relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para o orçamento vindouro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados mediante requerimento da **CONTRATADA**, com base no IST (Índice de Serviços de Telecomunicações), homologado pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do Governo Federal, ou outro que venha substituí-lo, desde que

observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

Parágrafo primeiro. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

Parágrafo segundo. O reajustamento deverá ser sempre precedido de pesquisa de mercado para verificar se as condições oferecidas pela **CONTRATADA** continuam vantajosas para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. Caberá à **CONTRATADA** a iniciativa e o encargo da apresentação da memória de cálculo do índice do reajuste a ser pleiteado, para fins de análise e decisão da **CONTRATANTE**, cabendo negociação pelas partes em todo o caso.

Parágrafo quarto. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilas ou termo aditivos.

Parágrafo quinto. A periodicidade de reajustamento será anual, devendo a **CONTRATADA** apresentar tal pedido em até 30 (trinta) dias, após a data de aniversário da proposta ou efeitos financeiros do último reajuste. Após essa data, ocorrerá a preclusão do direito ao reajustamento do período correlato.

Parágrafo sexto. A **FISCALIZAÇÃO** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer momento durante a vigência deste contrato, a revisão dos preços e dos percentuais de desconto contratados quando verificar que houve redução dos preços dos serviços no mercado, e consequentemente o instrumento contratual mostrar-se desvantajoso para a Administração, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Deverá ser garantida pela **CONTRATADA** a vantajosidade do contrato perante a **CONTRATANTE**. Assim, caso as partes não acordem com as providências de reequilíbrio econômico-financeiros ou de reajustamento, poderão solicitar formalmente a rescisão do instrumento contratual, com antecedência mínima de 4 (quatro) meses, mantendo-se, durante esse período, o valor atual contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/1993 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias da assinatura deste termo**, de **5% (cinco por cento)** do valor contratual, que corresponde à importância de **R$ _____ (_____)**.

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes a:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nesta cláusula.

Parágrafo terceiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta caução, devidamente designada para este fim, aberta em instituição financeira oficial.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de vigência do contrato, devendo ainda ter validade por mais 3 (três) meses após essa vigência, nos termos da IN 005/2017.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA,** até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia, ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à Administração para que esta oficie a seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA**, bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

Parágrafo oitavo. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **FISCALIZAÇÃO**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhada do termo de recebimento definitivo.

Parágrafo nono. A garantia não será extinta, em caso de ocorrência de sinistro ou irregularidade, devidamente comunica à seguradora.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da assinatura, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo, conforme art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente e terá eficácia legal após a publicação de seu extrato na impressa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I. Advertência.

II. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, **por prazo não superior a 2 (dois) anos.**

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

V. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo **prazo de até 5 (cinco) anos.**

Parágrafo primeiro. De acordo com o art. 88, da Lei n.º 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, nos itens "III" e "IV", às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

b. Tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo segundo. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, pondendo ainda ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, que, sem justificativa aceita pela Administração:

1. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
2. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
3. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
4. não mantiver a proposta;
5. falhar ou fraudar na execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo;
7. cometer fraude fiscal;
8. não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
9. não assinar a nota de empenho, a Autorização de Fornecimento de Material/Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

Parágrafo terceiro. Para os fins da subcondição constante do item 6 do parágrafo anterior, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo quarto. As sanções serão aplicadas pelo Administração Superior da **CONTRATANTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

Parágrafo quinto. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo sexto. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes:

1. Multas de:

    - 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes à instalação, configuração, atualizações, melhorias e integrações, limitado a 5 (cinco) dias. O atraso superior a 5 (cinco) dias será considerado como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para o caso;
    - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes a falhas ou problemas na prestação do serviço, ainda que este continue disponível, limitado a 3 (três) dias. O atraso superior a 3 (três) dias será considerado como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para o caso;
    - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) sobre o valor global contratado, por hora ou fração de hora de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes à indisponibilidade do serviço, limitado a 48 (quarenta e oito) horas. O atraso superior a 48 (quarenta e oito) horas será considerado como **descumprimento total** da obrigação punível com as sanções previstas para o caso;
    - 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por 3 (três) vezes na penalidade de advertência, será considerado descumprimento

total da obrigação, punível com sanções previstas para o caso;

- 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado no caso de sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas.
- até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de descumprimento parcial ou total do objeto contratado;
- até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo segundo. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA,** ou da garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo terceiro. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no descumprimento das obrigações for devidamente **justificado e comprovado** pela **CONTRATADA**, em documento por escrito e contemporâneo a sua ocorrência e aceito pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A rescisão de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

- assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
- ocupação e utilização dos equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei de Licitações e Contratos;
- execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

- retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS:

As Partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações e dados pessoais sejam compartilhados pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

1. colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
2. resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e
3. cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado, sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

- Lei n.º 10.520/2005 – Institui a modalidade pregão;
- Lei n.º 8.666/1993 – Licitações e Contratos;
- Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- Lei n.º 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro;

- Lei n.º 9.472/1997 – Dispõe sobre os serviços de telecomunicações;
- Resolução e regulamentos da Agência Nacional de Telecomunicações pertinentes aos serviços a serem prestados;
- Termos de concessão ou autorização emitidos pela ANATEL;
- Demais regulamentações referentes ao serviço de *internet* e por outras legislações aplicáveis à espécie.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseada na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) Geral**, em 27/01/2023, às 12:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0969736** e o código CRC **9580E047**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 64.2023.DCCON.0970294.2022.016003

Manaus (Am.), 27 de janeiro de 2023.

Ao Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação da PGJ/AM

Assunto: Encaminha minuta de contrato de serviço de conectividade ponto a ponto.

Senhor Chefe,

Trata-se de Procedimento Interno que visa à contratação de empresa para a prestação de serviço de conectividade ponto a ponto, em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, conforme Termo de Referência n.º 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003.

Assim, encaminho a minuta de contrato (0969736) elaborada por esta Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis a essa Comissão Permanente de Licitação.

Em tempo, informo que a referida minuta deverá ser analisada e aprovada pela assessoria jurídica deste *Parquet*, nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei Federal de Licitação e Contratos.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Ivanete de Oliveira Nascimento**, **Diretor(a) Geral**, em 27/01/2023, às 12:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0970294** e o código CRC **73172318**.

Comissão Permanente de Licitação

MINUTA EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2023-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022 e alterações, torna público que, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2022.016003,** fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007; com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019**; com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCEDIMENTO SEI N.º 2022.016003

Recebimento das propostas: a partir da data de publicação do aviso no DOMPE

Abertura das propostas: às 10 horas do dia **XX/XX/2023** (horário de Brasília).

Licitação Exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO

Endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/.

Código UASG: 925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) PREGOEIRO(A), e membros da equipe de apoio, previamente credenciado no aplicativo https://www.gov.br/compras/pt-br/.

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para ***contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses,*** descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e anexos.

Minuta Edital (0969629) SEI 2022.016003 / pg. 96

2.2. A licitação será realizada em **LOTE ÚNICO**, formado por 3 (três) itens, conforme tabela abaixo, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem, conforme planilha de formação de preços prevista no **Item 9 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003**, observada as especificações exigidas:

Lote	Item	Descrição	Und.	Qtd.
1	1	Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B. Capacidade Total de 500 Mbps	Mês	12
	2	Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)	Unidade	6
	3	Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas)	Unidade	2

2.3. Os serviços deverão ser disponibilizados com instalação e configuração mínimas para suportar plenamente os requisitos descritos nas especificações deste Edital e seus anexos.

2.4. Os serviços devem atender às seguintes condições e especificações:

2.4.1. Conexão entre as redes de dados, da PONTA A – SEDE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, sito a Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, CEP 69037-430, Manaus, Amazonas, às seguintes redes nos endereços e velocidade descritos no quadro a seguir.

2.4.2. A capacidade de acesso total contratada deverá ser de 500 Mbps, somando individualmente todos os links ponto a ponto em fibra óptica da PONTA B, com taxa simétrica de transmissão/recepção (velocidade de acesso), medida em camada 4 (Layer 4).

2.4.3. A distribuição da capacidade de acesso de cada unidade descentralizada da PGJ será indicada à CONTRATADA, pela FISCALIZAÇÃO, logo após a assinatura do contrato.

2.4.4. Na tabela a seguir estão listados a designação e enderenço das unidades descentralizadas:

Tabela 2 – Locais para Ativação do Serviço

Item	Designação (Link)	Endereço Ponta B (Unidades do MPAM na Capital)

Minuta Edital (0969629) SEI 2022.016003 / pg. 97

1	**Unidade Descentralizada do Aleixo**	Av. André Araújo, 23 - Aleixo
2	**Unidade Descentralizada da Belo Horizonte**	Rua Belo Horizonte, 500, Aleixo
3	**Unidade Descentralizada da Paraíba.**	Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho, nº 175 (Antiga Rua Paraíba).
4	**Unidade da Delegacia da Infância e Juventude Infracional**	Av. Desembargador João Machado, s/n, Alvorada I, CEP 69058-789
5	**Fórum HENOCH DA SILVA REIS (Plantão MPAM)**	Av. Paraíba, s/n – São Francisco – 2º Andar – Sala do Plantão Ministerial do MPAM
6	**Sede Tribunal de Justiça do Amazonas (Data Center)**	Av. André Araújo, s/nº Sede do TJAM - Edifício Desembargador Arnoldo Péres

2.4.5. Ao longo da prestação do serviço, a FISCALIZAÇÃO poderá, a seu critério e de acordo com as necessidades de consumo, solicitar à CONTRATADA, a redistribuição da capacidade total entre as unidades descentralizadas, listadas na tabela anterior.

2.5. O critério de julgamento adotado será o **menor preço GLOBAL**, pelo período da contratação, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.6. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003, Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na Minuta de Contrato Administrativo, Anexo II do Edital.

2.8. **Integra a presente licitação, como parte indissolúvel:**

1. Anexo I – Termo de Referência n.º 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003;
2. Anexo II – Minuta de Contrato;
3. Anexo III – Credenciamento para Vistoria;
4. Anexo IV – Declaração de Vistoria;
5. Anexo V – Declaração de Dispensa de Vistoria;
6. Anexo VI – Modelo de Declarações Complementares;
7. Anexo VII – Modelo de Proposta de Preços; e
8. Anexo VIII – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 A despesa decorrente da contratação do objeto deste pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS – PGJ/AM. Programa 03.122.0001.2001.0001, Fonte 100, Elemento 339040.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site https://www.gov.br/compras/pt-br/, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se à respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão **interessados** cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei

Minuta Edital (0969629) SEI 2022.016003 / pg. 99

Complementar nº. 123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br/, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

5.3. O licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema ***Comprasnet*** destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar,** direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

5.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL**;

5.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

5.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93;

5.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS ou à CPL;**

5.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico Comprasnet, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1.) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2.) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da

Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6. DA POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA

6.1. As empresas licitantes **PODERÃO** realizar, sob o acompanhamento de servidor especialmente designado, vistoria às unidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas, em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão, com o objetivo de conhecer as instalações onde serão executados os serviços e sanar as dúvidas porventura existentes, a fim de subsidiar a elaboração das propostas a serem submetidas ao certame, conforme disposição do **Item 7 do Termo de Referência n.º 13.2022.DTIC**, anexo I do Edital;

6.1.1. Caso opte por realizar a vistoria, a empresa deverá designar representante devidamente credenciado, preferencialmente, por profissional(is) qualificado(s) e detentor(es) de conhecimento técnico relacionado ao objeto, mediante a apresentação de documento conforme modelo previsto no ANEXO III do Edital - CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA.

6.1.1.1. Nos casos em que houver vistoria, os locais envolvidos pelos trabalhos deverão ser cuidadosamente inspecionados pelos licitantes; observando, entre outros aspectos, o grau de dificuldade para a consecução dos serviços e procederão à rigorosa conferência das medidas e de outros aspectos julgados de interesse.

6.1.2. Nesse caso, por ocasião da visita, a empresa deverá apresentar duas cópias da Declaração de Vistoria, já preenchida com os dados da empresa e assinada pelo representante, sendo que uma cópia será assinada por servidor designado pela **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO** desta PGJ-AM, para fins de comprovar que realizou a vistoria e tomou conhecimento do local e condições de execução dos serviços, conforme modelo do ANEXO IV do Edital – DECLARAÇÃO DE VISTORIA, sendo que tal verificação será de inteira responsabilidade da licitante.

6.1.2.1. Para que as pretensas licitantes possam participar da vistoria, será necessária que a mesma credencie um representante, através da apresentação, no ato da visita, de documento devidamente assinado, indicando o nome de seu colaborador, número da célula de identidade e CPF e delegação de poderes para representá-la na visita. A falta deste documento impossibilitará que o representante e a empresa participem da vistoria.

6.1.3. Caso a empresa **opte por não realizar a vistoria** (previamente à licitação), deverá apresentar, em substituição à declaração de vistoria, **declaração formal** assinada pelo responsável legal, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições

e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos; que assume total responsabilidade por esse fato e que não se utilizará do fato para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE, conforme modelo do ANEXO V do Edital – DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELA DISPENSA DE VISTORIA.

6.1.4. Não serão aceitas alegações posteriores advindas de desconhecimento das condições prediais, das características do ambiente de operacionalização, da localização dos pontos a serem interligados ou de processos que as ferramentas suportarão, não detectados quando da vistoria;

6.1.5. As visitas deverão ser previamente agendadas, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, pelo telefone (92) 3655-0660 – **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ou OUTRO SETOR**, no período de segunda a sexta-feira, das 8 às 14hs, excluídos feriados e pontos facultativos.

6.2. A Declaração de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentada posteriormente, na fase licitatória, junto à proposta ajustada ao lance dado na sessão do Pregão.

6.3. Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura CONTRATADA, quando do cumprimento das obrigações.

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

7.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto e da inviabilidade e parcelamento do mesmo, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado para cada o certame.**

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8.1. Na proposta registrada no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos (no que couber):

8.1.1. Valor unitário e total do item;

8.1.2. Marca;

8.1.3. Fabricante;

8.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.1.4.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 8.6 deste Edital.

8.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. O **prazo de validade da proposta** **não será inferior** a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais/estaduais, quando participarem de licitações públicas;

8.5.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura

de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8.6. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverão ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

8.7. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

8.8. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global** do certame, observando-se o prazo previsto para duração do contrato.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que

incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,50 (cinquenta centavos)

9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13. **Não havendo novos lances** na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente.**

9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

9.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20. O **Critério de julgamento** adotado será o **menor preço GLOBAL**, **pelo período da contratação**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de

pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

9.28.1. no pais;

9.28.2. por empresas brasileiras;

9.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá

encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 02 (duas) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do **Anexo IV:**

a) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

a.1.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

a.2.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

a.3.) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

c) Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

d) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

e) **Prazo de instalação**: até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Serviço pela empresa

Minuta Edital (0969629) SEI 2022.016003 / pg. 108

FORNECEDORA, nos termos do subitem 6.1. do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

f) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

g) Nome, CNPJ ou CPF dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

h) Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

10.3. As **Declarações Complementares**, referentes ao Anexo VI do Edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

d) Declaração de que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

e) Declaração da necessidade da CONTRATADA manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente na execução do contrato, **devendo no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

Minuta Edital (0969629) SEI 2022.016003 / pg. 109

f) Declaração de que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo VII**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

11.1.2. A proposta e documentação, se necessário, será analisada pela equipe do **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÃO – SIET / DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTIC**, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

11.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 11.4. deste Edital:**

11.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.2.2. Apresentem preços finais (globais ou unitários) superiores ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, por analogia, as disposições previstas no parágrafo primeiro do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

11.2.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais

ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.2.3. No momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

11.3. No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 1 (um) dia útil a contar da convocação pelo Pregoeiro.**

11.3.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.4. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

11.4.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de nova oferta, com desconto nunca inferior a **0,01% (um centésimo percentuais) do valor total de sua última proposta, limitado a 3 (três) oportunidades.**

11.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

11.6.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.7. Se a proposta for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao

licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.11. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

11.12. Quando da proposta de preços não constar quaisquer declarações, prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

11.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.14. Encerrada a análise e sendo aceitável a proposta, o pregoeiro admitirá a licitante à fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

11.15. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas,**

sob pena de inabilitação.

12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.6. Ressalvado o disposto no **item 6.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

12.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

12.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.7.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos

tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

12.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.9.1.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

12.9.1.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.9.1.3. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato

social/estatuto social da Licitante.

12.9.1.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.9.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

12.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item 10.9.3;

10.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 11.9.3. deste instrumento convocatório.

12.10. Relativos à Qualificação Técnica

12.10.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais

Minuta Edital (0969629) SEI 2022.016003 / pg. 116

técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas, nos termos do subitem 8.1 do Termo de Referência anexo.

12.10.1.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

12.10.1.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

12.10.1.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, tendo em vista o vulto da aquisição, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

12.11. Disposições Gerais da Habilitação:

12.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.11.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.11.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

12.11.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

12.11.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

12.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

12.11.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 10.5.2 deste instrumento convocatório.

12.11.5. Os originais das documentações habilitatórias, ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a), nos termos do subitem 12.11. do Edital.

12.11.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

12.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente ou via fac-símile deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação observado o disposto no item 25.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

12.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

12.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a

inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.19. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

12.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

13.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

13.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h. Às 14h. (horário local).

13.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

13.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

13.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

13.9. A sessão pública do pregão eletrônico somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa

13.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, a autoridade competente adjudicará o objeto ao

licitante vencedor.

15.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

15.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 10.7, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 8.7 deste Edital.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Nos termos do art. 56 da Lei n º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do Contrato, a CONTRATADA **deverá apresentar garantia na forma e condições estabelecidas na Cláusula Décima Sétima da Minuta de Contrato**, *Anexo II*, parte integrante deste Edital.

17. DOS PRAZOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DO RECEBIMENTO

17.1. A CONTRATADA deverá concluir os **serviços de instalação e ativação do link em até 30 (sessenta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato e da Ordem de Serviço pela empresa FORNECEDORA.

17.2. A CONTRATADA deverá atender às solicitações de **Remanejamento** num prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** a partir da data de solicitação.

17.3 O futuro **contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses**, contados da assinatura de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por meio de termo aditivo, conforme artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

17.4. O recebimento dos serviços será realizado pela fiscalização da CONTRATANTE, em conformidade com o **Item 10 do Termo de Referência n.º 13.2022.DTIC** (*Anexo I*) e **Cláusula Quarta da Minuta de Contrato** (*Anexo II)*, partes integrantes deste Edital.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de

sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

18.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

18.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços – ARP ou instrumento equivalente, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0**, e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

18.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

18.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados,

conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

18.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

18.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

18.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

18.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

18.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

18.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

18.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

18.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Além das obrigações compreendias **nos Itens 3, 5, 6 e 11 do Termo de Referência n.º**

13.2022.DTIC, *Anexo I* a este Edital, bem como na **Cláusula Décima da Minuta de Contrato,** *Anexo II*, serão também deveres da CONTRATADA:

19.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

19.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via fax ou e-mail, banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 12 do Termo de Referência n.º 13.2022.DTIC**, *Anexo I* a este Edital, bem assim a **Cláusula Décima Primeira do futuro ajuste contratual,** *Anexo II.*

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento resultante da contratação do objeto, será efetuado de acordo com a **Cláusula Décima Quarta – Da Liquidação e do Pagamento** da Minuta de Contrato, em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

21.2. O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

21.2.1. As respectivas notas fiscais/faturas, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link https://www.mpam.mp.br/component/content/article/34-licitacoes/paginas-internas-licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

21.2.2. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos serviços, o número da

Nota de Empenho e do instrumento contratual correspondente, conforme o caso;

21.2.3. Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

21.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

21.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

21.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

21.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

21.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.7.1. **Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora**, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores – da Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

21.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema Comprasnet na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico **licitacao@mpam.mp.br**, sendo que naquele primeiro momento não será motivo para sua desclassificação. No entanto, caso a vencedora não realize o cadastro em até 5 (cinco) dias após a homologação do certame, poderá responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da execução do ajuste, com possível aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VIII);

Minuta Edital (0969629) SEI 2022.016003 / pg. 125

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, punível cumulativamente com aplicação de multa de 30% do valor total da proposta, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. apresentar documentação falsa;

22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. não mantiver a proposta;

22.1.7. cometer fraude fiscal;

22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

22.2. As sanções do item acima **também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva**, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, **a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes**, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

22.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 11.12.** sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

22.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

22.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicada pelo(a) PROCURADOR(A)-GERAL DE JUSTIÇA poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

22.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não

acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

22.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

22.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.8. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, além das multas aplicadas no **Item 13 do Termo de Referência 13.2022.DTIC e na Cláusula Vigésima da Minuta de Contrato**, segundo a gravidade da falta, as seguintes:

22.8.1. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta quando, sem justificativa aceita pela Administração, o vencedor não mantiver a proposta apresentada na sessão pública;

22.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

22.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

22.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

22.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

22.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

23. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

23.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura do contrato ou, nos casos em que este vier a ser substituído por instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação do pedido por intempestividade.

23.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

23.1.2. A **CONTRATADA** deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

23.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

23.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

23.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação

percentual de cada item em relação ao preço final (*planilha de custos*).

23.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

23.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

23.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

23.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

23.9. **É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.**

23.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

24. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

24.1. Até o dia **XX/XX/2023, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário local de expediente da Instituição, **até às 14 horas (horário local) da data limite fixada** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente

justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia XX/XX/2023, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, **às 14 horas (horário local) da data limite fixada,** preferencialmente por meio eletrônico via internet ou protocolizada no endereço indicado no rodapé do Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.5.1. O pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site https://www.gov.br/compras/pt-br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

24.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

25.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação,

necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

25.3.1. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

25.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

25.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

25.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

25.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

25.7. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, **será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem**.

25.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

25.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

25.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

25.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

25.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

25.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

25.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

25.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

25.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

25.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, assim como no caso de divergências entre os lançamentos no Sistema COMPRASNET, prevalecerá o Edital.

25.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios

https://www.gov.br/compras/pt-br e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

25.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

25.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus AM, de de 2023.

Cleiton da Silva Alves
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 381/2022- DOMPE, Ed. 2495, de 23.11.2022

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Comissão Permanente de Licitação

MINUTA EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2023-CPL/MP/PGJ

ANEXO III

CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA ÀS INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS / PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Pelo presente instrumento credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador do documento de Identidade n.º _____, para realizar a vistoria prevista no Item 6.1. do Edital e Item 7.2 e seguintes do Termo de Referência n.º 13.2022.DTIC, referente ao procedimento licitatório _____, o qual está habilitado a proceder à vistoria técnica e assinar a Declaração de Vistoria respectivo.

Manaus, AM, de de 2023.

Representante legal
Razão Social e CNPJ da Empresa

Observações:

a) Emitir o credenciamento em papel timbrado da empresa, identificando o signatário e utilizando o carimbo padronizado da empresa;
b) Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução dos serviços propostos.
c) A vistoria será realizada em data e horário previamente acordados segundo a conveniência do Órgão.

Comissão Permanente de Licitação

MINUTA EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2023-CPL/MP/PGJ

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA ÀS INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS / PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Declaramos, para cumprimento do item ..... do Edital referente ao certame …....., que, por meio do representante credenciado, o(a) Sr.(a)....., portador(a) do documento de identidade n.º ....., acompanhado por servidor especialmente designado pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, tomamos conhecimento *in loco* dos locais, especificações, quantidades e condições de execução do objeto da licitação supracitada, para fins de elaboração de proposta.

Manaus, AM, de de 2023.

Representante credenciado pela empresa licitante
Razão Social e CNPJ da Empresa

Visto da PGJ

Responsável pelo Setor Solicitante
Servidor Designado

Observações:

1. A declaração de vistoria será emitida em papel timbrado da empresa licitante e visado pela PGJ/AM. A verificação referida no item 7.2. do Termo de Referência n.º 13.2022.DTIC será de inteira responsabilidade das licitantes.
2. Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução dos serviços propostos.

Comissão Permanente de Licitação

MINUTA EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2023-CPL/MP/PGJ

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELA DISPENSA DE VISTORIA

LOCAL: _____

Declaramos, sob as penalidades da lei, e em atendimento aos subitens 7.2.3 e 7.2.4. do Termo de Referência n.° 13.2022.DTIC, que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto a ser contratado, que assumimos total responsabilidade por esse fato e que não faremos uso deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Manaus, de de 2023.

Representante legal da empresa licitante

Dados da empresa:
Nome:
CNPJ:
Endereço:
Fone/Fax:
E-mail:

Observação: Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar esta declaração juntamente à Proposta de Preços.

Comissão Permanente de Licitação

MINUTA EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2023-CPL/MP/PGJ

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, expressamente, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;
2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;
3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;
4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;
5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**
6. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA
Representante Legal

Minuta Edital (0969629) SEI 2022.016003 / pg. 139

Comissão Permanente de Licitação

MINUTA EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2023-CPL/MP/PGJ

ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.0__/2023-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Item	Descrição	Qtd. (A)	Und.	Valor Unitário (R$) (B)	Valor Total (R$) (C=A*B)
1	Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B. Capacidade Total de 500 Mbps	12	Mês-		
2	Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)	6	Unidade		
3	Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas)	2	Unidade -		
Valor total da Proposta R$ (por extenso)					

A _____(*nome da empresa)*_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

a) **Prazo de validade da proposta**: _____
b) **Prazo de entrega/disponibilização dos serviços, em perfeito e total funcionamento**: **I)** não podendo ser superior a 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do Contrato e da Ordem de Serviço, em consonância com o subitem 6.1. do Termo de Referência; **II)** A CONTRATADA deverá atender às solicitações de Remanejamento num prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir da data de solicitação em consonância com o subitem 6.4. do Termo de

Minuta Edital (0969629) SEI 2022.016003 / pg. 140

Referência;

c) **Dados Bancários**: (*indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta-corrente*);

d) **Contato para fins de faturamento**: *(indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho).*

e) **Dados dos 3 (três) <u>principais integrantes</u> do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Nome: _____

CNPJ ou CPF: _____

<u>DECLARAÇÕES:</u>

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Minuta Edital (0969629) SEI 2022.016003 / pg. 141

Comissão Permanente de Licitação

MINUTA EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2023-CPL/MP/PGJ

Local e data:

(*assinatura*)
(*nome do representante legal pela empresa*)
(*CPF do representante legal*)

Comissão Permanente de Licitação

MINUTA EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2023-CPL/MP/PGJ

ANEXO VIII

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO – SEFAZ/AM

(*cidade*), ____ de _____ de _____

À
Diretoria de Orçamento e Finanças
Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas
Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança
69037-473 MANAUS/AM

A empresa (*informar a razão social, CNPJ e endereço*) solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Razão Social e CNPJ da empresa
Nome completo e CPF do Representante Legal

Minuta Edital (0969629) SEI 2022.016003 / pg. 143

DESPACHO Nº 3.2023.CPL.0971536.2022.016003

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na Cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas ponta A e B, a fim de suprir as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça / Ministério Público do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações e detalhamentos constantes do Termo de Referência e na forma das demais disposições previstas em lei.

Trata-se dos autos do procedimento interno em epígrafe, versando sobre o objeto de referência, instruído por solicitação formalizada através do **Ofício Nº 77.2022.DTIC.0881335.2022.016003**, exarado pela **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DTIC da PGJ/AM,** subscrito pelo Sr. **Tadeu Azevedo de Medeiros**, **Diretor(a) de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC**, em 02/09/2022.

O detalhamento do objeto foi realizado por intermédio do **Termo de Referência Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003**, o qual foi analisado pela Assessoria Jurídica, via **Parecer Nº 113.2022.01AJ-SUBADM.0894568.2022.016003**, e aprovado pelo Exmo. Sr. Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, via **Despacho Nº 560.2022.01AJ-SUBADM.0894569.2022.016003**, após o que foram os autos remetidos ao **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCS**, em 13/09/2022, para providências.

Tendo o **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCS** colhido pesquisa de mercado aos autos, emitiu-se, em 19/06/2020, o **Mapa Demonstrativo de Preços Nº 4.2023.SCOMS.0959693.2022.016003** e o **Quadro - Resumo do Processo de Compra Nº 5.2023.SCOMS.0959694.2022.016003,** remetendo os autos à **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF**, no dia 10/01/2023.

Por sua vez, a DOF emitiu, em razão das peculiaridades do objeto, a **Nota de Autorização de Despesas / Adjudicação -NAD Nº 41.2023.DOF - ORÇAMENTO.0965973.2022.016003** e a **Nota de Autorização de Despesas / Adjudicação -NAD Nº 42.2023.DOF - ORÇAMENTO.0966052.2022.016003**, encamihando, posteriormente, os autos a esta Comissão de Licitação, em 24/01/2023.

Recebidos os autos, esta **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**, aos 24/01/2023, em análise perfunctória, verificou-se, em razão da natureza do objeto, a possível necessidade de se elaborar minuta contratual ou certificado de garantia e assistência técnica, sendo, portanto, encaminhados os autos à **DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – DCCON**, mediante **Ofício Nº 26.2023.CPL.0969612.2022.016003**, em 26/01/2023, para conhecimento e possíveis providências.

A **DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – DCCON**, em atenção ao expediente mencionado no parágrafo anterior, elaborou **MINUTA DE CONTRATO** (doc. 0969736), devidamente acostada aos autos, retornando-os, em 30/01/2023, a este Colegiado.

Portanto, conclusos os autos a esta Comissão em 27/01/2023, considerando as nuances do caso, bem como a necessidade de assegurar a boa contratação e prover-se dos instrumentos necessários para seleção da melhor proposta à Administração, esta CPL confeccionou **Minuta de Edital de Pregão Eletrônico** (doc. 0969629), **cujo critério de seleção é pelo Menor Preço GLOBAL.**

Ressalte-se, outrossim, que o valor orçado para o objeto **ultrapassou** o limite estabelecido no Art. 6º do Decreto Federal n.º 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para ME/EPP, disposto nos arts. 42 a 45 e arts. 47 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, não sendo, portanto, o certame reservado **exclusivamente** para empresas que detêm tal classificação.

Sendo assim, **encaminhem-se os autos** do Processo em epígrafe à **SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, a fim de cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93 e art. 37, *caput* da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo(a) Ordenador(a) de Despesas da **MINUTA DE EDITAL** (doc. 0969629) e da **MINUTA DE CONTRATO** (doc. 0969736).

Manaus, 30 de janeiro de 2023.

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022- DOMPE, Ed. 2495, de 23.11.2022

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 30/01/2023, às 09:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0971536** e o código CRC **B9AD8F88**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 12.2023.DTIC.0973584.2022.016003

A Sua Excelência o Senhor

Doutor **GEORGE PESTANA VIEIRA**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

NESTE PRÉDIO

Assunto: Prorrogação da vigência contratual: CA 001/2021-MP/PGJ (por mais 06 meses).

Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

Honrado em cumprimentar Vossa Excelência, oportunidade em que **solicito** prorrogação do Contrato Administrativo Nº 001/2021-MP/PGJ, que trata do serviço de **conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B**, e possui vigência até 09.02.2023, **por mais mais 06 (seis) meses**, sugerindo a inclusão de cláusula de recessão antecipada no contrato, de modo a resguardar a continuidade do referido serviço que possibilita a conectividade de dados entre as unidades descentralizadas da capital e o datacenter da PGJ, essencial a esta PGJ, até que o processo licitatório seja integralmente finalizado e haja tempo hábil para a contratação do vencedor, realização dos testes e tramites de recebimento do serviço pela fiscalização, assim como sua devida ativação em produção.

O prazo de prorrogação mais alongado sugerido busca manter a continuidade do serviço de conectividade no caso da nova contratada não alcançar os requisitos técnicos mínimos para ativação do serviço.

Respeitosamente,

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA
Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 01/02/2023, às 09:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0973584** e o código CRC **01AB295C**.

DESPACHO Nº 109.2023.01AJ-SUBADM.0973824.2022.016003

PROCESSO: 2022.016003

ASSUNTO: OFÍCIO Nº 12.2023.DTIC - SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 001/2021-MP/PGJ

Trata-se do **OFÍCIO Nº 12.2023.DTIC** (0973584), da lavra do **Sr. Carlos Alexandre dos Santos Nogueira, Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação**, por meio do qual **solicita prorrogação do Contrato Administrativo nº 001/2021-MP/PGJ**, que tem como objeto a **prestação de serviço de conectividade ponto a ponto**, em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B , **por mais mais 06 (seis) meses**, considerando que o referido ajuste possui **vigência até 09/02/2023**, a fim de resguardar a continuidade do referido serviço até que o processo licitatório seja integralmente finalizado e haja tempo hábil para a contratação do vencedor, realização dos testes e tramites de recebimento do serviço pela fiscalização, assim como sua devida ativação em produção, sugerindo ainda a inclusão de cláusula de recisão antecipada no contrato, para caso seja necessário.

Verifica-se que o novo processo licitatório para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **co**nectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, pelo período de 12 (doze) meses, encontra-se em tramitação neste Ministério Público do Estado do Amazonas, em etapa final da fase interna, nol moldes previstos na Lei de Licitações e Contratos.

Assim, diante do exposto e considerando a essencialidade do serviço em questão, **AUTORIZO** a celebração do respectivo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2021-MP/PGJ (0586305), devendo a **Divisão de Contratos e Convênios - DCCON** adotar as providências cabíveis, d*entre elas a autuação de processo específico para o devido fim*.

Após, considerando o teor do **DESPACHO Nº 3.2023.CPL** (0971536), retorne o presente caderno processual a esta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM para emissão do parecer jurídico quanto a **MINUTA DE EDITAL** (0969629) e da **MINUTA DE CONTRATO** (0969736) encaminhados pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus (AM), 01 de fevereiro de 2023.

GEORGE PESTANA VIEIRA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **George Pestana Vieira**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 01/02/2023, às 12:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0973824** e o código CRC **67B1EAA2**.

Diário Oficial Eletrônico
Ministério Público do Estado do Amazonas

Nº 2409 Manaus, Quarta-feira, 13 de julho de 2022

ATOS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 153/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno - SEI N.º 2022.011713, em que figura, como parte interessada, a Exma. Sra. Dra. ADRIANA MONTEIRO ESPINHEIRA, Promotora de Justiça de Entrância Inicial, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Juruá, ora com as suas atribuições ampliadas para a Promotoria de Justiça da Comarca de Barreirinha;

CONSIDERANDO as disposições do r. Despacho Nº 249.2022.02AJ-PGJ.0856791.2022.011713, datado de 12 de julho de 2022;

RESOLVE:

NOMEAR o bacharel RICHARDSON HERMES BARBOSA CHAGAS, para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico de Promotoria de Justiça de Entrância Inicial, símbolo MP.06.03, do Quadro Administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, a contar de 12.07.2022.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 13 de julho de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 160/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 345/2007, datado de 26.03.2007, que estabelece normas para constituição da Comissão Permanente de Licitação, no âmbito desta Procuradoria-Geral de Justiça;

CONSIDERANDO a previsão expressa no art. 7.º da Lei n.º 3.147, de 06.07.2007, publicada no DOE de 09.07.2007;

CONSIDERANDO as disposições do r. Despacho Nº 3170.2022.SGMP.0857339.2022.013486, datado de 12 de julho de 2022;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso VII e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1.º – DESIGNAR o servidor EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, como Presidente, e os servidores SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES, MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS e decorrência da experiência e capacitação técnica para, na qualidade de membros, comporem a Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo mandato de 1 (um) ano.

Art. 2.º – DESIGNAR o servidor MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS, Agente de Apoio – Administrativo, para secretariar os trabalhos da Comissão ora composta.

Art. 3.º – INDICAR como substitutos eventuais os servidores IURY FECHINE RAMOS e THIAGO NORONHA DAMASCENO OLIVEIRA, Agentes de Apoio – Administrativo, desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 4.º – DETERMINAR que os Pregoeiros Oficiais e Agentes de Contratação do Ministério Público sejam designados por ato próprio, podendo ser indicado, mediante Portaria, quem funcionará especificamente a cada pregão, assim como os membros da equipe de apoio.

Art. 5.º – Este Ato entrará em vigor a contar da data de 12 de julho de 2022.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 12 de julho de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 161/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 277/2007, datado de 05.07.2007, que regulamentou a utilização da modalidade pregão, na forma presencial, no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5.º, do ATO PGJ N.º 345/2007, datado de 29.08.2007, que dispõe sobre a organização e as atribuições da Comissão Permanente de Licitação, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 160/2022/PGJ, de 12 de julho de 2022;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso VII e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

NOMEAR, a contar de 12.07.2022, os servidores EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, Agente de Apoio – Administrativo e Presidente da Comissão Permanente de Licitação, e MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS, Agente de Apoio –

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma

José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Administrativo e Membro-Secretário da Comissão Permanente de Licitação, como Agentes de Contratação e Pregoeiros Oficiais do Ministério Público do Estado do Amazonas, bem como SARAH MADELENA BARBOSA SANTOS CORTES e CLEITON DA SILVA ALVES, Agentes de Apoio – Administrativos desta Procuradoria-Geral de Justiça, suplentes da Comissão Permanente de Licitação, como substitutos eventuais.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 12 de julho de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral e Justiça

PORTARIA Nº 2080/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 018/2020-CPJ, de 08 de outubro de 2020, que dispõe acerca das atribuições dos agentes ministeriais relativamente à interposição, apresentação de resposta e julgamento dos recursos cíveis e criminais submetidos à competência jurisdicional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. DANIEL ROCHA DE OLIVEIRA, Promotor de Justiça Substituto, titular da 2.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Tefé, para oferecer as contrarrazões nos autos da Apelação Criminal n.º 0000762-03.2021.8.04.7500, em tramitação na Segunda Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 11 de julho de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2085/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno SEI N.º 2022.013444, onde figura, como interessada, a Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional das Procuradorias de Justiça - CAO-PDC;

CONSIDERANDO a necessidade de se dar continuidade às atribuições institucionais do Ministério Público, visando responder aos anseios da sociedade;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso VIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

I – AMPLIAR as atribuições da Exma. Sra. Dra. KARLA FREGAPANI LEITE, Procuradora de Justiça, titular da 2ª Procuradoria de Justiça (3.ª Câmara Cível), para a 7ª Procuradoria de Justiça (2.ª Câmara Cível), no período de 11/07/2022 a 20/07/2022;

II – AUTORIZAR o pagamento da gratificação a que se refere o art. 283 da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 12 de julho de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2086/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 018/2020-CPJ, de 08 de outubro de 2020, que dispõe acerca das atribuições dos agentes ministeriais relativamente à interposição, apresentação de resposta e julgamento dos recursos cíveis e criminais submetidos à competência jurisdicional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. GEORGE PESTANA VIEIRA, Promotor de Justiça de Entrância Final, com atribuições ampliadas para 65.ª Promotoria de Justiça de Manaus (Vara Especializada em Crimes de Trânsito), para oferecer as contrarrazões nos autos da Apelação Criminal n.º 0206518-46.2014.8.04.0001 , em tramitação na Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 12 de julho de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2089/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 018/2020-CPJ, de 08 de outubro de 2020, que dispõe acerca das atribuições dos agentes ministeriais relativamente à interposição, apresentação de resposta e julgamento dos recursos cíveis e criminais submetidos à competência jurisdicional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO os termos do r. Despacho n.º 0983/2022/SGMP – SAJ/MP 08.2022.00055036-8, de 12 de julho de 2022;

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. GEORGE PESTANA VIEIRA, Promotor de Justiça de Entrância Final, com atribuições ampliadas para 65.ª Promotoria de Justiça de Manaus (Vara Especializada em Crimes de Trânsito), para oferecer as contrarrazões nos autos da Apelação Criminal n.º 0665903-44.2020.8.04.0001 , em tramitação na Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma

José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Diário Oficial Eletrônico
Ministério Público do Estado do Amazonas

Nº 2495 Manaus, Quarta-feira, 23 de novembro de 2022

ATOS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 379/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 3.º, § 4.º, da Lei n.º 3.147/07, de 06 de julho de 2007,

RESOLVE:

NOMEAR o servidor EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, Agente de Apoio - Administrativo, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Jurídico de Procurador-Geral de Justiça, código MP.06.05, do Quadro Administrativo desta Procuradoria-Geral de Justiça, a contar de 23.11.2022.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 23 de novembro de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 380/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO N.º 379/2022/PGJ, datado de 23.11.2022, que nomeou o servidor EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, Agente de Apoio – Administrativo, para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico de Procurador-Geral de Justiça, a contar de 23.11.2022;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento SEI n.º 2022.023052, onde figura como interessado o servidor EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, Agente de Apoio – Administrativo,

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, incisos V e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ACATAR a renúncia do servidor EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, Agente de Apoio – Administrativo, do mandato administrativo de membro e da função de Presidente da Comissão Permanente de Licitação desta Procuradoria-Geral de Justiça, a contar de 23.11.2022.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 23 de novembro de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 381/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO N.º 380/2022/PGJ, datado de 23 de novembro de 2022;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso V e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor CLEITON DA SILVA ALVES, Agente de Apoio-Administrativo, como Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Ministério Público do Estado do Amazonas, em substituição ao servidor EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, Agente de Apoio – Administrativo, para exercer o mandato administrativo, a contar de 23.11.2022 até 12.07.2023, data em que se encerraria o mandato do membro substituído.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 23 de novembro de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 382/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO N.º 381/2022/PGJ, datado de 23 de novembro de 2022;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso V e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA, Agente de Apoio-Administrativo, como Membro da Comissão Permanente de Licitação do Ministério Público do Estado do Amazonas, em substituição ao servidor CLEITON DA SILVA ALVES, Agente de Apoio – Administrativo, para exercer o mandato administrativo, a contar de 23.11.2022 até 12.07.2023, data em que se encerraria o mandato do membro substituído.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 23 de novembro de 2022.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
George Pestana Vieira
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis

Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 383/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 277/2007, datado de 05.07.2007, que regulamentou a utilização da modalidade pregão, na forma presencial, no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5.º, do ATO PGJ N.º 345/2007, datado de 29.08.2007, que dispõe sobre a organização e as atribuições da Comissão Permanente de Licitação, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o teor do ATO N.º 382/2022/PGJ, datado de 23 de novembro de 2022;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso V e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

NOMEAR, a contar de 23.11.2022, o servidor FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA, Agente de Apoio – Administrativo e membro da Comissão Permanente de Licitação, como Agente de Contratação e Pregoeiro Oficial do Ministério Público.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 23 de novembro de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3351/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno SEI 2022.020883;

CONSIDERANDO as disposições do r. DESPACHO Nº 5380.2022.SGMP.0938003.2022.020883, de 22.11.2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. IGOR STARLING PEIXOTO, Promotor de Justiça de Entrância Final e Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Inteligência, Investigação e de Combate ao Crime Organizado CAO-CRIMO, para, como representante deste Ministério Público do Estado do Amazonas, participar de reunião para tratar da implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP) nas unidades e ramos do Ministério Público, a ser realizada nos dias 06 e 07.12.2022, no âmbito da Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 22 de novembro de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3352/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno SEI N.º 2022.022439, inaugurado a partir do Memorando Nº 233.2022.OUVIDORIA.0933250.2022.022439, oriundo da Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO as disposições do r. Despacho Nº 1003.2022.05AJ-SUBADM.0938748.2022.022439, datado de 22 de novembro de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

I - DECLARAR hóspedes oficiais do Ministério Público do Estado do Amazonas, a Exma. Sra. Dra. CHIMELLY LOUISE DE RESENES MARCON, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; e a Exma Sra. Dra. ANDREA MOURA SANTOS SAMPAIO, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, durante o evento em alusão ao "Dia Internacional de Não Violência Contra a Mulher e Inauguração da Ouvidoria da Mulher", a ser realizado no dia 25 de novembro de 2022, das 9h às 12h, no auditório Gebes de Mello Medeiros, 1º andar do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas;

II – AUTORIZAR a concessão de passagens aéreas e o pagamento de diárias às palestrantes, em estrita observância ao ATO PGJ N.º 002/2011, conforme abaixo especificado;

Dra. CHIMELLY LOUISE DE RESENES MARCON - Navegantes / Manaus / Navegantes - 24 a 26.11.2022 - 2,5 (duas e meis) diárias

Dra. ANDREA MOURA SANTOS SAMPAIO - Brasília / Manaus / Brasília - 24 a 26.11.2022 - 2 (duas) diárias

III - DETERMINAR às Diretorias Geral, de Administração e de Orçamento e Finanças a adoção das medidas cabíveis;

IV - As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Amazonas no corrente exercício.

Dê-se ciência, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 23 de novembro de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
George Pestana Vieira
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis

Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022 e alterações, torna público que, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2022.016003,** fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007; com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019**; com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCEDIMENTO SEI N.º 2022.016003

Recebimento das propostas: a partir da data de publicação do aviso no DOMPE

Abertura das propostas: às 10 horas do dia **23/02/2023** (horário de Brasília).

Licitação Exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO

Endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/

Código UASG: 925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) PREGOEIRO(A), e membros da equipe de apoio, previamente credenciado no aplicativo https://www.gov.br/compras/pt-br/

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para ***contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses,*** descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e anexos.

2.2. A licitação será realizada em **LOTE ÚNICO**, formado por 3 (três) itens, conforme tabela abaixo, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem, conforme planilha de formação de preços prevista no **Item 9 do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003**, observada as especificações exigidas:

Lote	Item	Descrição	Und.	Qtd.
1	1	Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B. Capacidade Total de 500 Mbps	Mês	12
	2	Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)	Unidade	6
	3	Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas)	Unidade	2

2.3. Os serviços deverão ser disponibilizados com instalação e configuração mínimas para suportar plenamente os requisitos descritos nas especificações deste Edital e seus anexos.

2.4. Os serviços devem atender às seguintes condições e especificações:

2.4.1. Conexão entre as redes de dados, da PONTA A – SEDE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, sito a Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, CEP 69037-430, Manaus, Amazonas, às seguintes redes nos endereços e velocidade descritos no quadro a seguir.

2.4.2. A capacidade de acesso total contratada deverá ser de 500 Mbps, somando individualmente todos os links ponto a ponto em fibra óptica da PONTA B, com taxa simétrica de transmissão/recepção (velocidade de acesso), medida em camada 4 (Layer 4).

2.4.3. A distribuição da capacidade de acesso de cada unidade descentralizada da PGJ será indicada à CONTRATADA, pela FISCALIZAÇÃO, logo após a assinatura do contrato.

2.4.4. Na tabela a seguir estão listados a designação e enderenço das unidades descentralizadas:

Tabela 2 – Locais para Ativação do Serviço

Item	Designação (Link)	Endereço Ponta B (Unidades do MPAM na Capital)
1	**Unidade Descentralizada do Aleixo**	Av. André Araújo, 23 - Aleixo
2	**Unidade Descentralizada da Belo Horizonte**	Rua Belo Horizonte, 500, Aleixo
3	**Unidade Descentralizada da Paraíba.**	Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho, nº 175 (Antiga Rua Paraíba).
4	**Unidade da Delegacia da Infância e Juventude Infracional**	Av. Desembargador João Machado, s/n, Alvorada I, CEP 69058-789
5	**Fórum HENOCH DA SILVA REIS (Plantão MPAM)**	Av. Paraíba, s/n – São Francisco – 2º Andar – Sala do Plantão Ministerial do MPAM
6	**Sede Tribunal de Justiça do Amazonas (Data Center)**	Av. André Araújo, s/nº Sede do TJAM - Edifício Desembargador Arnoldo Péres

2.4.5. Ao longo da prestação do serviço, a FISCALIZAÇÃO poderá, a seu critério e de acordo com as necessidades de consumo, solicitar à CONTRATADA, a redistribuição da capacidade total entre as unidades descentralizadas, listadas na tabela anterior.

2.5. O critério de julgamento adotado será o **menor preço GLOBAL**, pelo período da contratação, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.6. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do TERMO DE

REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003, Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na Minuta de Contrato Administrativo, Anexo II do Edital.

2.8. **Integra a presente licitação, como parte indissolúvel:**

1. Anexo I – Termo de Referência n.º 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003;
2. Anexo II – Minuta de Contrato;
3. Anexo III – Credenciamento para Vistoria;
4. Anexo IV – Declaração de Vistoria;
5. Anexo V – Declaração de Dispensa de Vistoria;
6. Anexo VI – Modelo de Declarações Complementares;
7. Anexo VII – Modelo de Proposta de Preços; e
8. Anexo VIII – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 A despesa decorrente da contratação do objeto deste pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS – PGJ/AM. Programa 03.122.0001.2001.0001, Fonte 100, Elemento 339040.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site https://www.gov.br/compras/pt-br/, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se à respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão **interessados** cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto

desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br/, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

5.3. O licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema ***Comprasnet*** destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar,** direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

5.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL**;

5.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

5.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93;

5.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS ou à CPL;**

5.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico Comprasnet, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1.) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2.) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6. DA POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA

6.1. As empresas licitantes **PODERÃO** realizar, sob o acompanhamento de servidor especialmente designado, vistoria às unidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas, em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão, com o objetivo de conhecer as instalações onde serão executados os serviços e sanar as dúvidas porventura existentes, a fim de subsidiar a elaboração das propostas a serem submetidas ao certame, conforme disposição do **Item 7 do Termo de Referência n.º 13.2022.DTIC**, anexo I do Edital;

6.1.1. Caso opte por realizar a vistoria, a empresa deverá designar representante devidamente credenciado, preferencialmente, por profissional(is) qualificado(s) e detentor(es) de conhecimento técnico relacionado ao objeto, mediante a apresentação de documento conforme modelo previsto no ANEXO III do Edital - CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA.

6.1.1.1. Nos casos em que houver vistoria, os locais envolvidos pelos trabalhos deverão ser cuidadosamente inspecionados pelos licitantes; observando, entre outros aspectos, o grau de dificuldade para a consecução dos serviços e procederão à rigorosa conferência das medidas e de outros aspectos julgados de interesse.

6.1.2. Nesse caso, por ocasião da visita, a empresa deverá apresentar duas cópias da Declaração de Vistoria, já preenchida com os dados da empresa e assinada pelo representante, sendo que uma cópia será assinada por servidor designado pela **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO** desta PGJ-AM, para fins de comprovar que realizou a vistoria e tomou conhecimento do local e condições de execução dos serviços, conforme modelo do ANEXO IV do Edital – DECLARAÇÃO DE VISTORIA, sendo que tal verificação será de inteira responsabilidade da licitante.

6.1.2.1. Para que as pretensas licitantes possam participar da vistoria, será necessária que a mesma credencie um representante, através da apresentação, no ato da visita, de documento devidamente assinado, indicando o nome de seu colaborador, número da célula de identidade e CPF e delegação de poderes para representá-la na visita. A falta deste documento impossibilitará que o representante e a empresa participem da vistoria.

6.1.3. Caso a empresa **opte por não realizar a vistoria** (previamente à licitação), deverá apresentar, em substituição à declaração de vistoria, **declaração formal** assinada pelo responsável legal, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos; que assume total responsabilidade por esse fato e que não se utilizará do fato para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE, conforme modelo do ANEXO V do Edital – DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELA DISPENSA DE VISTORIA.

6.1.4. Não serão aceitas alegações posteriores advindas de desconhecimento das condições prediais, das características do ambiente de operacionalização, da localização dos pontos a serem interligados ou de processos que as ferramentas suportarão, não detectados quando da vistoria;

6.1.5. As visitas deverão ser previamente agendadas, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, pelo telefone (92) 3655-0660 – **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ou OUTRO SETOR**, no período de segunda a sexta-feira, das 8 às 14hs, excluídos feriados e pontos facultativos.

6.2. A Declaração de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentada posteriormente, na fase licitatória, junto à proposta ajustada ao lance dado na sessão do Pregão.

6.3. Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura CONTRATADA, quando do cumprimento das obrigações.

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão**, exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

7.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto e da inviabilidade e parcelamento do mesmo, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado para cada o certame.**

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8.1. Na proposta registrada no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos (no que couber):

8.1.1. Valor unitário e total do item;

8.1.2. Marca;

8.1.3. Fabricante;

8.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.1.4.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 8.6 deste Edital.

8.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. O **prazo de validade da proposta <u>não será inferior</u>** a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais/estaduais, quando participarem de licitações públicas;

8.5.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8.6. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverão ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

8.7. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

8.8. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global** do certame, observando-se o prazo previsto para duração do contrato.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,50 (cinquenta centavos)

9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13. **Não havendo novos lances** na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente.**

9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

9.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20. O **Critério de julgamento** adotado será o **menor preço GLOBAL**, **pelo período da contratação**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

9.28.1. no País;

9.28.2. por empresas brasileiras;

9.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 02 (duas) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do **Anexo IV:**

a) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos

e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

a.1.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

a.2.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

a.3.) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

c) Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

d) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

e) **Prazo de instalação**: até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Serviço pela empresa FORNECEDORA, nos termos do subitem 6.1. do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

f) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

g) Nome, CNPJ ou CPF dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

h) Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

10.3. As **Declarações Complementares**, referentes ao Anexo VI do Edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

d) Declaração de que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

e) Declaração da necessidade da CONTRATADA manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente na execução do contrato, **devendo no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

f) Declaração de que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo VII**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

11.1.2. A proposta e documentação, se necessário, será analisada pela equipe do **SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÃO – SIET / DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTIC**, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

11.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 11.4. deste Edital:**

11.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.2.2. Apresentem preços finais (globais ou unitários) superiores ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, por analogia, as disposições previstas no parágrafo primeiro do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

11.2.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.2.3. No momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

11.3. No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 1 (um) dia útil a contar da convocação pelo Pregoeiro.**

11.3.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a

legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.4. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

11.4.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de nova oferta, com desconto nunca inferior a **0,01% (um centésimo percentuais) do valor total de sua última proposta, limitado a 3 (três) oportunidades.**

11.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

11.6.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.7. Se a proposta for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.11. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

11.12. Quando da proposta de preços não constar quaisquer declarações, prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

11.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.14. Encerrada a análise e sendo aceitável a proposta, o pregoeiro admitirá a licitante à fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

11.15. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por

sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de

documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.6. Ressalvado o disposto no **item 6.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

12.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

12.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.7.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

12.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.9.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

12.9.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

12.9.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.9.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

12.9.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

$$LC = \frac{AT}{PC}$$

Sendo:

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

AT = Ativo Total

12.9.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

12.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas

no respectivo documento, no prazo referido no item 12.9.3;

12.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 12.9.3. deste instrumento convocatório.

12.10. Relativos à Qualificação Técnica

12.10.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas, nos termos do subitem 8.1 do Termo de Referência anexo.

12.10.1.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

12.10.1.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

12.10.1.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, tendo em vista o vulto da aquisição, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

12.11. Disposições Gerais da Habilitação:

12.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.11.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.11.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

12.11.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

12.11.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

12.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

12.11.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 12.9.3 deste instrumento convocatório.

12.11.5. Os originais das documentações habilitatórias, ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a), nos termos do subitem 12.13. do Edital.

12.11.6. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

12.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra

microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente ou via fac-símile deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação observado o disposto no item 25.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

12.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

12.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.19. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

12.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

13.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis**, que

começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

13.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h. Às 14h. (horário local).

13.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

13.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

13.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

13.9. A sessão pública do pregão eletrônico somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa

13.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

15.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

15.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 11.7, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 9.7 deste Edital.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Nos termos do art. 56 da Lei n º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do Contrato, a CONTRATADA **deverá apresentar garantia na forma e condições estabelecidas na Cláusula Décima Sétima da Minuta de Contrato**, *Anexo II*, parte integrante deste Edital.

17. DOS PRAZOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DO RECEBIMENTO

17.1. A CONTRATADA deverá concluir os **serviços de instalação e ativação do link em até 30 (sessenta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato e da Ordem de Serviço pela empresa FORNECEDORA.

17.2. A CONTRATADA deverá atender às solicitações de **Remanejamento** num prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** a partir da data de solicitação.

17.3 O futuro **contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses**, contados da assinatura de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por meio de termo aditivo, conforme artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

17.4. O recebimento dos serviços será realizado pela fiscalização da CONTRATANTE, em conformidade com o **Item 10 do Termo de Referência n.º 13.2022.DTIC** (*Anexo I*) e **Cláusula Quarta da Minuta de Contrato** (*Anexo II)*, partes integrantes deste Edital.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

18.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

18.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços – ARP ou instrumento equivalente, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0**, e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

18.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

18.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

18.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

18.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

18.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

18.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

18.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

18.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

18.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

18.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da

aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Além das obrigações compreendias **nos Itens 3, 5, 6 e 11 do Termo de Referência n.º 13.2022.DTIC**, *Anexo I* a este Edital, bem como na **Cláusula Décima da Minuta de Contrato,** *Anexo II*, serão também deveres da CONTRATADA:

19.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

19.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via fax ou e-mail, banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 12 do Termo de Referência n.º 13.2022.DTIC**, *Anexo I* a este Edital, bem assim a **Cláusula Décima Primeira do futuro ajuste contratual,** *Anexo II.*

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento resultante da contratação do objeto, será efetuado de acordo com a **Cláusula Décima Quarta – Da Liquidação e do Pagamento** da Minuta de Contrato, em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

21.2. O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

21.2.1. As respectivas notas fiscais/faturas, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link https://www.mpam.mp.br/component/content/article/34-licitacoes/paginas-internas-licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

21.2.2. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos serviços, o número da Nota de Empenho e do instrumento contratual correspondente, conforme o caso;

21.2.3. Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

21.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como

condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

21.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

21.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

21.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

21.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.7.1. **Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora**, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores – da Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

21.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema Comprasnet na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico **licitacao@mpam.mp.br**, sendo que naquele primeiro momento não será motivo para sua desclassificação. No entanto, caso a vencedora não realize o cadastro em até 5 (cinco) dias após a homologação do certame, poderá responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da execução do ajuste, com possível aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VIII);

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, punível cumulativamente com aplicação de multa de 30% do valor total da proposta, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. apresentar documentação falsa;

22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. não mantiver a proposta;

22.1.7. cometer fraude fiscal;

22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

22.2. As sanções do item acima **também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva**, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, **a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes**, em qualquer

momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

22.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 11.12.** sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

22.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

22.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicada pelo(a) PROCURADOR(A)-GERAL DE JUSTIÇA poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

22.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

22.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

22.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.8. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, além das multas aplicadas no **Item 13 do Termo de Referência 13.2022.DTIC e na Cláusula Vigésima da Minuta de Contrato**, segundo a gravidade da falta, as seguintes:

22.8.1. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta quando, sem justificativa aceita pela Administração, o vencedor não mantiver a proposta apresentada na sessão pública;

22.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

22.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

22.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

22.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

22.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

23. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

23.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura do contrato ou, nos casos em que este vier a ser substituído por instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação do pedido por intempestividade.

23.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

23.1.2. A **CONTRATADA** deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

23.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

23.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

23.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (*planilha de custos*).

23.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

23.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

23.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

23.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

23.9. **É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.**

23.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

24. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

24.1. Até o dia **14/02/2023, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário local de expediente da Instituição, **até às 14 horas (horário local) da data limite fixada** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 14/02/2023, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, **às 14 horas (horário local) da data limite fixada,** preferencialmente por meio eletrônico via internet ou protocolizada no endereço indicado no rodapé do Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

> 24.5.1. O pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

> 24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site https://www.gov.br/compras/pt-br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

24.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

25.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

25.3.1. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

25.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

25.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

25.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

25.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

25.7. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, **será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem**.

25.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

25.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

25.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

25.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

25.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

25.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

25.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

25.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

25.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

25.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, assim como no caso de divergências entre os lançamentos no Sistema COMPRASNET, prevalecerá o Edital.

25.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios https://www.gov.br/compras/pt-br e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

25.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

25.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus AM, 03 de fevereiro de 2023.

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022- DOMPE, Ed. 2495, de 23.11.2022

- Documento assinado eletronicamente. Os códigos de autenticidade podem ser conferidos na última página do Edital

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B**, pelo período de 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 É indispensável ao Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), para consecução dos seus objetivos institucionais, dispor de serviço ininterrupto de conectividade em todas as suas unidades descentralizadas, para acesso aos serviços e sistemas institucionais de TI.

2.2 Nos últimos 2 (dois) anos houve acréscimo significativo de demandas na área de tecnologia da informação do MPAM, assim como percebido em todo o mundo, muito em função da pandemia COVID-19. O uso de ferramentas de videoconferência e trabalho colaborativo passaram da categoria de oportunidades de melhoria a serem analisadas para a de itens essenciais para realizar as atividades do dia a dia e para manutenção da produtividade e eficiência.

2.3 O atual uso de processos virtuais, pela sua natureza, consome recursos tecnológicos com grande velocidade, proporcionais a quantidade de usuários e de dados a serem acessados, exigindo expansão regular para atender às novas necessidades.

2.4 Tanto as demandas por comunicação e transformação digital, quanto a virtualização de processos, citados nos itens acima, tornaram a atual conectividade das unidades descentralizadas da capital, cuja capacidade atual é de 210Mbps, insuficiente, especialmente quando se leva em consideração a o uso da plataforma de colaboração MS Office 365.

2.5 Por fim, o objeto deste Termo, por ser item essencial ao funcionamento do órgão em si, atende ao Planejamento Estratégico Institucional 2017-2027 em diversos dos seus objetivos e iniciativas estratégicos. De forma direta, tem papel crucial em viabilizar o cumprimento dos seguintes objetivos do Planejamento: 2.11 - Ampliar e integrar soluções em tecnologias da informação e comunicação - e 3.02 - Aprimorar a infraestrutura, gestão e governança de tecnologia da informação. Indiretamente, também colabora com os objetivos 1.01 - Sustentabilidade socioambiental; 2.10 - Fortalecer a imagem e a comunicação institucional; 2.13 - Buscar a excelência da gestão administrativa - e 2.14 - Fortalecer o controle interno e a transparência – entre outros.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1 O serviço de conectividade ponto a ponto, para conexão da rede de dados, será fornecido pela empresa contratada, sob o regime de menor preço global, em conformidade com especificado neste termo, responsabilizando-se por fornecer todo e qualquer componente necessário ao pleno estado de funcionamento do serviço.

3.2. Os serviços deverão ser disponibilizados com instalação e configuração mínimas para suportar plenamente os requisitos descritos nas especificações deste termo.

3.3 Os serviços devem atender às seguintes condições e especificações:

3.3.1 Conexão entre as redes de dados, da **PONTA A – SEDE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, sito a Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, CEP 69037-430, Manaus, Amazonas, às seguintes unidades do MPAM nos endereços descritos no quadro a seguir.

3.3.2 A capacidade de acesso total contratada deverá ser de **500 Mbps**, somando individualmente todos os links ponto a ponto em fibra óptica da PONTA B, com taxa simétrica de transmissão/recepção (velocidade de acesso), medida em camada 4 (Layer 4).

3.3.3 A distribuição da capacidade de acesso de cada unidade descentralizada da PGJ será indicada à CONTRATADA, pela FISCALIZAÇÃO, logo após a assinatura do contrato.

3.3.4 Na tabela a seguir estão listados a designação e enderenço das unidades descentralizadas:

Item	Designação (Links)	Endereço Ponta B (Unidades do MPAM na Capital)
1	**Unidade Descentralizada do Aleixo**	Av. André Araújo, 23 - Aleixo
2	**Unidade Descentralizada da Belo Horizonte**	Rua Belo Horizonte, 500 - Aleixo
3	**Unidade Descentralizada da Paraíba**	Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho, nº 175 (Antiga Rua Paraíba).
4	**Unidade da Delegacia da Infância e Juventude Infracional**	Av. Desembargador João Machado, s/n, Alvorada I, CEP 69058-789.
5	**Fórum HENOCH DA SILVA REIS (Plantão MPAM)**	Av. Paraíba, s/n - São Francisco - 2º Andar – Sala do Plantão Ministerial do MPAM
6	**Sede Tribunal de Justiça do Amazonas (Data Center)**	Av. André Araújo, s/nº Sede do TJAM - Edifício Desembargador Arnoldo Péres

3.2.5 Ao longo da prestação do serviço, a FISCALIZAÇÃO poderá, a seu critério e de acordo com as necessidades de consumo, solicitar à CONTRATADA, a redistribuição da capacidade total entre as unidades descentralizadas, listadas na tabela anterior.

4. DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

4.1 O serviço deverá estar disponível sob o regime 7x24, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os sete dias da semana, de forma permanente, dedicada, exclusiva e com total conectividade IP, a partir de sua ativação até o término do contrato.

4.2 O acesso dar-se-á através de link ponto a ponto em fibra óptica, com terminação única para conexão à porta óptica do *firewall* do MPAM, sendo que todos os dispositivos de comunicação necessários para estabelecimento do link devem ser **fornecidos pela CONTRATADA em regime de comodato**.

4.3 Cada enlace deverá ter suporte as tecnologias empregadas na Internet (pilha de protocolo TCP/IP).

4.4 A CONTRATADA deverá respeitar a confidencialidade, disponibilidade, integridade dos dados

trafegados e não poderá, de forma alguma, bloquear, limitar ou filtrar o tráfego de entrada ou de saída dos links contratados, não sendo admitido nenhum tipo de restrição seja por serviço, tipo de arquivo ou protocolo.

4.5 Os circuitos de comunicação de dados deverão ser entregues e mantidos sem nenhum mecanismo de restrição relacionado ao volume de tráfego.

4.6 O endereçamento IP das interfaces LAN a serem configurados nos equipamentos instalados nas unidades devem ser estabelecidos em conjunto com a equipe técnica da CONTRATANTE.

4.7 A solução deverá contemplar meios de acessos redundantes, utilizando fibra óptica com encaminhamentos físicos distintos, entre as redes de dados nas pontas A e B.

4.7.1 Deverão ser fornecidos, pelo menos, 2 (dois) enlaces de acesso redundantes entre si, em fibra ótica, devendo cada um dos circuitos de comunicação utilizar tecnologia determinística com taxa de transferência que atenda integralmente à velocidade contratada, não sendo aceitável a instalação de vários links independentes com taxas de transferências inferiores ao solicitado para se obter a velocidade contratada.

4.7.2 Os enlaces de fibra óptica redundante devem ser fornecidos por encaminhamentos distintos fim a fim, ou seja, cada fibra óptica do enlace redundante deve seguir caminhos distintos, por ruas e rotas distintas. Esta garantia deverá ser analisada pela equipe técnica da CONTRATANTE através de fornecimento de projeto de encaminhamentos fornecido pela LICITANTE.

4.7.3 Deverão ser utilizados links de comunicação terrestre confeccionados com fibra óptica, sendo permitida a conversão do meio óptico para UTP, apenas para a compatibilização com as interfaces dos CPEs.

4.7.4 A CONTRATADA deverá fornecer cada um dos canais com transmissão *full duplex* e taxa simétrica, isto é, a mesma capacidade de transmissão para o tráfego de entrada e de saída, simultaneamente.

4.7.5 Na implantação por dupla abordagem a CONTRATADA proverá equipamento automático de chaveamento e os enlaces devem operar em modo ativo todo o tempo.

4.8 Os indicadores de latência, perda de pacotes, taxa de erro e disponibilidade do serviço deverão atender aos valores expressos abaixo:

a) Taxa de erro em bits – Máxima 1x10-6.

b) Latência – Máximo de 15 ms.

c) Perda de Pacotes (%) – Máximo 1%.

d) Disponibilidade (%) – Mínimo 99,5%.

e) Velocidade (Capacidade) do link deve medido em camada 4 (Layer 4).

4.8.1 Os testes de aceitação dos serviços serão compostos, no mínimo, por testes de conectividade e funcionalidade, os quais utilizarão ferramentas de medição presentes na infraestrutura de rede da CONTRATANTE (speedtest.mpam.mp.br/ e iperf) ou ferramentas equivalentes, e teste de acesso aos sistemas da PGJ. Todos os testes deverão atender aos requisitos mínimos de latência, taxa de erro, perda de pacotes, disponibilidade e velocidades especificados.

4.8.2 Os valores dos indicadores de taxa de erro, latência, velocidade e perda de pacotes superiores aos valores exigidos, enquanto apresentados, serão considerados como interrupção do serviço.

4.9 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela instalação dos pontos de acesso nos locais (endereços) citados, configuração, fornecimento e conexão dos equipamentos necessários ao pleno funcionamento do serviço, garantindo compatibilidade com o ambiente de cada uma das pontas do circuito.

4.9.1 Todas as obrigações envolvidas (tributos, alugueis, licenças) com a instalação e manutenção do cabeamento de fibra óptico aéreo posteado, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

4.10 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela realização de todos os serviços e por solucionar quaisquer problemas que, porventura, venham ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste projeto.

4.11 Deverá responsabilizar-se por todas as medidas preventivas indispensáveis à realização dos serviços, de

forma a evitar danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, direta ou indiretamente a terceiros no decorrer do desenvolvimento do contrato.

4.12 Todos os equipamentos e enlaces fornecidos pela CONTRATADA, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, deverão obedecer rigorosamente às normas e recomendações em vigor, elaboradas por órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na área Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

4.13 DA INTERRUPÇÃO PROGRAMADA DOS SERVIÇOS

4.13.1 Sempre que houver necessidade de intervenção programada por parte da CONTRATADA, para manutenção preventiva e/ou substituição de equipamentos e meios utilizados no provimento do(s) acesso(s) objeto deste instrumento, que possa causar interferência no desempenho do Serviço, **a CONTRATANTE deverá ser previamente comunicada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis** da execução do serviço.

5. DOS PRAZOS PARA ATENDIMENTO DOS CHAMADOS TÉCNICOS

5.1 Deverá ser disponibilizado serviço de suporte técnico, em regime de 24x7, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, que será efetuado por meio eletrônico e/ou por telefone com número de DDD igual ao da localidade da CONTRATANTE, ou por meio de prefixo "0800". **Em ambos os casos, o atendimento deve ser efetuado em Língua Portuguesa.**

5.2 Após abertura de chamado técnico, o prazo máximo de solução das ocorrências deverá obedecer ao limite de 4 horas, contados a partir da abertura do chamado.

5.3 O descumprimento do prazo máximo para reativação serviço, sem motivo de força maior e/ou caso fortuito, bem como o não cumprimento de sua execução dará à CONTRATANTE o direito de cancelar a proposta e/ou rescindir o contrato, bem como aplicar as penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93.

6. DOS PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 A CONTRATADA deverá concluir os serviços de **instalação e ativação dos links em até 30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela empresa FORNECEDORA.

6.1.1 A CONTRATADA deverá comunicar, formalmente, à FISCALIZAÇÃO, as ocorrências que impossibilitem a instalação e ativação do acesso no prazo estipulado, expondo as razões que a impossibilitaram de cumprir o referido prazo e solicitando nova data para a instalação e ativação do mesmo.

6.1.2 A CONTRATANTE, por meio dos servidores designados pela fiscalização e pela gestão do contrato, serão responsáveis por analisar e deliberar pela anuência, ou não, do pleito.

6.2 O prazo da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, prorrogáveis de comum acordo, até o limite estabelecido na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

6.3 A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, a suspensão do serviço de quaisquer localidades atendidas, sem ônus, de acordo com sua especificidade.

6.4 A CONTRATADA deverá realizar o remanejamento no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data de recebimento da solicitação da FISCALIZAÇÃO.

6.4.1 O remanejamento do circuito, que compreende a desativação do circuito no endereço de origem e a ativação no novo endereço, deverá ser feito de maneira que a comunicação seja interrompida por um período máximo de 24 horas contínuas.

6.4.2 Qualquer circuito poderá ter seu endereço alterado, respeitando os limites da cidade de Manaus/AM. Nesse caso a taxa de remanejamento deverá incluir todos os custos referentes a desinstalação e reinstalação do circuito.

6.4.3 Caso a empresa não cumpra o prazo estipulado para mudança de endereço, sujeitará a contratada as sanções administrativas previstas no Termo de Referência.

7. DA VISTORIA TÉCNICA

7.1 As empresas licitantes **PODERÃO** realizar, sob o acompanhamento de servidor especialmente designado, vistoria às unidades da **Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas**, em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão, com o objetivo de conhecer as instalações onde serão executados os serviços e sanar as dúvidas porventura existentes, a fim de subsidiar a elaboração das propostas a serem submetidas ao certame.

7.2 Nos casos em que houver vistoria, os locais envolvidos pelos trabalhos deverão ser cuidadosamente inspecionados pelos licitantes; observando, entre outros aspectos, o grau de dificuldade para a consecução dos serviços e procederão à rigorosa conferência das medidas e de outros aspectos julgados de interesse.

7.2.1 A vistoria deverá ser realizada, preferencialmente, por profissional(is) qualificado(s) e detentor(es) de conhecimento técnico relacionado ao objeto, devidamente credenciados.

7.2.2 Para que as pretensas licitantes possam participar da vistoria, será necessária que a mesma credencie um representante, através da apresentação, no ato da visita, de documento devidamente assinado, indicando o nome de seu colaborador, número da célula de identidade e CPF e delegação de poderes para representá-la na visita. A falta deste documento impossibilitará que o representante e a empresa participem da vistoria.

7.2.3 Para a realização da vistoria, as empresas interessadas deverão apresentar duas cópias da Declaração de Vistoria, já preenchida com os dados da empresa e assinada pelo representante, sendo que uma cópia será assinado por servidor designado da **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO** desta PGJ-AM, e devolvida para empresa, e a outra será juntada ao processo de contratação, onde a empresa declara ter realizado a vistoria técnica.

7.2.4 A referida Declaração deverá ser apresentada posteriormente, na fase licitatória, nos termos definidos no edital do certame.

7.2.5 Caso opte por não realizar a vistoria, a licitante apresentará na fase licitatória, declaração de opção pela dispensa de vistoria.

7.3 Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando do cumprimento das obrigações.

7.4 As visitas deverão ser previamente agendadas, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, pelo telefone (92) 3655-0660 – **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, no período de segunda a sexta-feira, das 8 às 14hs, excluídos feriados e pontos facultativos.

8. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.1 Para que possam ser habilitados a fornecerem os produtos e a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão apresentar **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha fornecido, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

9. DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

9.1 As empresas interessadas em participar do certame objeto desta contratação, serão selecionadas pelo critério de **menor preço global**, elaborando sua **proposta comercial** em conformidade com a planilha de formação de preços, conforme apresentado a seguir.

		Qtde.		Valor Unitário (R$)	Valor

Item	Descrição	(A)	Unid.	Valor Unitário (R$) (B)	Total (R$) (A * B)
1	Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B.				
1.1	**Valores mensais referentes à prestação dos serviços**				
a)	Capacidade Total de 500 Mbps	12	meses		
				Subtotal 1:	
1.2	**Valores referentes à instalação e ativação dos serviços**				
a)	Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)	6	Unid		
				Subtotal 2:	
1.3	**Valores referentes ao remanejamento do link por mudança de endereço**				
a)	Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas)	2	Unid		
				Subtotal 3:	
	Valor global da proposta (Subtotal 1 + Subtotal 2 + Subtotal 3):				

9.2 Na elaboração da proposta, a pretensa licitante deverá considerar todos os custos relativos aos serviços, insumos, consumíveis e equipamentos necessários para a plena execução do objeto contratado, bem como aqueles referentes a impostos, taxas, mão de obra, encargos sociais, transporte, prêmios de seguro, acidente de trabalho e emolumentos decorrentes da obrigação assumida, excluindo a PGJ/AM de qualquer solidariedade.

10. DO RECEBIMENTO

10.1 O recebimento dos serviços será realizado pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

10.2 Para efeito de **ACEITE** da instalação, a contratada deverá comunicar a efetiva disponibilização do serviço no local.

10.3 No prazo de até **15 (quinze) dias**, contados a partir da comunicação pela contratada, a FISCALIZAÇÃO deverá concluir os testes necessários a constatar seu regular funcionamento.

10.3.1 Tendo sido realizados, com sucesso, os testes de funcionamento, o contratante, por meio da FISCALIZAÇÃO, emitirá um **Termo de Aceite**, atestando a conformidade dos mesmos com as especificações constantes no Termo, liberando o início de faturamento.

10.4 A qualidade do serviço será avaliada, sendo considerados os critérios e indicadores referentes à latência, a perda de pacotes e velocidade de acesso (*throughput*).

10.4.1 Caso sejam verificados erros ou impropriedades impeditivos de recebimento do serviço prestado. A CONTRATADA deverá promover as correções necessárias, conforme diretrizes a serem

estabelecidas pela PGJ-AM, sem prejuízo de aplicação de penalidades previstas.

10.4.2 Os custos relativos à ativação do serviço serão pagos uma única vez, no primeiro mês seguinte à liberação para início de faturamento.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes deste Termo, observando as prescrições e as recomendações do fabricante/fornecedor, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.

11.2 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto desta contratação, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

11.3 Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

11.4 Manter contato e realizar o planejamento dos serviços com o CONTRATANTE de forma a executar quaisquer tarefas ou ajustes inerentes ao serviço contratado.

11.5 Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

11.6 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste Termo.

11.7 Assumir total responsabilidade pela perfeita execução dos serviços, com estrita observância dos serviços contratados e qualidade dos materiais e equipamentos utilizados.

11.8 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

11.8.1 A PGJ-AM não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

11.9 Fornecer, instalar, ativar e manter todos os equipamentos ou acessórios que compõe o serviço contratado.

11.10 Atender aos chamados sobre falhas ou interrupções no serviço, sanando os problemas dentro dos prazos estipulados neste Termo.

11.11 Fazer o diagnóstico das falhas na execução dos serviços relatados pela CONTRATANTE, eliminando os defeitos nos componentes sob sua responsabilidade.

11.12 Atender às reclamações ou aos pedidos de esclarecimentos sobre a cobrança dos serviços contratados.

11.13 **MENSALMENTE**, quando do faturamento dos serviços prestados, apresentar RELATÓRIO referente aos períodos e as causas das indisponibilidades ocorridas na prestação dos serviços.

11.14 Inspecionar os serviços prestados por seus colaboradores, obrigando-se a corrigir, de imediato, qualquer divergência que, porventura, venha a ocorrer na execução dos serviços contratados.

11.15 Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

11.16 Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a se tornar aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido aceitação do mesmo.

11.17 Acatar as observações feitas pelo Fiscal da CONTRATANTE quanto à execução dos serviços.

11.18 A inobservância das especificações constantes deste Termo de Referência implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a

indenização.

11.19 A CONTRATADA deverá manter **PREPOSTO**, aceito pela CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

11.20 Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo da CONTRATANTE, sendo vedada sua cessão, locação ou venda a terceiros.

11.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11.22 Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz;

11.23 Todos os serviços não explícitos nestas especificações, mas necessários à execução dos serviços programados e ao perfeito funcionamento das instalações serão de responsabilidade da CONTRATADA.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias à fiel execução do objeto deste Termo de Referência.

12.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência deste Contrato.

12.3 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo.

12.4 Designar, e informar à CONTRATADA, fiscal e gestor do contrato e seus substitutos, mantendo tais dados atualizados.

12.5 Permitir o acesso, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços e regula entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

12.6 Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

12.7 Efetuar regularmente o pagamento da CONTRATADA, dentro dos critérios estabelecidos no contrato, quanto aos serviços devidamente realizados, após o atesto das notas fiscais/faturas pelo Gestor do contrato.

12.8 Verificar, por meio de sua FISCALIZAÇÃO, se os serviços foram prestados de acordo com as exigências deste Termo, Edital e Contrato, em especial as metas e padrão de qualidades convencionadas no Acordo de Níveis de Serviços – ANS.

12.9 Fazer uso adequado dos equipamentos fornecidas pela CONTRATADA, seguindo as instruções constantes de seus manuais de uso.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A CONTRATADA fica obrigada a observar às condições de execução do contrato, estando sujeita à avaliação da qualidade dos serviços prestados, segundo os níveis de serviço descritos neste Termo.

13.2 A empresa vencedora que, convocada dentro do prazo de validade de sua Proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município, e será descredenciada no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

13.3 No caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução das atividades previstas nos termos citados neste termo de referência, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração e ainda

garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas neste instrumento:

13.3.1 Advertência por escrito:

a) Será aplicada penalidade de advertência no caso de atraso no cumprimento dos prazos para apresentação de uma solução definitiva para o problema com solução provisória, bem como, nos casos de atraso no encaminhamento do diagnóstico da ocorrência e comprovação da correção após a solução definitiva do problema.

13.3.2 Multa de:

a) 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes à instalação, configuração, atualizações, melhorias e integrações, limitado a 5 dias. O atraso superior a 5 dias será considerado como descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas para o caso.

b) 3,5% (três vírgula cinco por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes a falhas ou problemas do serviço, ainda que este continue disponível, limitado a 3 dias. O atraso superior a 3 dias será considerado como descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas para o caso.

c) 0,25% (zero vírgula trinta por cento) sobre o valor global contratado, por hora ou fração de hora de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes à indisponibilidade do serviço, limitado a 48 horas. O atraso superior a 48 horas será considerado como descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas para o caso.

d) 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por três vezes na penalidade de advertência será considerado descumprimento total da obrigação punível com sanções previstas para o caso.

e) 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado no caso de sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas.

f) 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado nos casos de inexecução total ou parcial do objeto contratado.

g) 30% (vinte por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA.

13.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PGJ-AM, por prazo não superior a dois anos.

13.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.3.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas, e no caso de suspensão de licitar, a LICITANTE deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

13.3.6 A multa aplicada após regular Processo Administrativo será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13.4 Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.

13.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.6 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa.

13.7 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a

CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

14. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO** em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, e íntegra o procedimento interno respectivo.

15. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE

Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002 e alterações.

Manaus – AM, 28 de setembro de 2022.

RAPHAEL VITORIANO BASTOS
Agente de ApoioTécnico de Telecomunicações

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA
Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação

16. APROVAÇÃO

Solicitamos aprovação.

TADEU AZEVEDO DE MEDEIROS
Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Raphael Vitoriano Bastos**, **Agente de Apoio - Técnico em Telecomunicação**, em 28/09/2022, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 30/09/2022, às 10:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Azevedo de Medeiros**, **Diretor(a) de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC**, em 30/09/2022, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0896967** e o código CRC **2FBE7A52**.

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 3.2023.DCCON.0969736.2022.016003

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa _____, visando à prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE,** neste ato representada por _____, e a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada legalmente pelo _____, portador do documento de identidade n.º _____ e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, e, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2022.016003**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____ - CPL/MP/PGJ, resolvem firmar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONECTIVIDADE PONTO A PONTO EM FIBRA ÓPTICA**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente ajuste consiste na prestação de serviço de conectividade ponto a ponto, em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, conforme Termo de Referência Nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003 e Edital do _____ - CPL/MP/PGJ, que integram este termo contratual, com seus anexos, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto deste contrato compreende a prestação de serviços de conectividade ponto a ponto, em fibra óptica, na cidade de Manaus/AM, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B.

Parágrafo primeiro. Os serviços deverão ser disponibilizados com instalação e configuração mínimas para suportar plenamente os requisitos descritos nas especificações deste termo.

Parágrafo segundo. Os serviços devem atender às seguintes condições e especificações:

1. Conexão entre as redes de dados, da PONTA A – SEDE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, localizada na Av. Coronel Teixeira, 7995, Nova Esperança, 69037-430, Manaus/AM, às seguintes unidades do MPAM nos endereços descritos no quadro a seguir:

Item	Designação (Links)	Endereço Ponta B (Unidades do MPAM na Capital)
1	**Unidade Descentralizada do Aleixo**	Av. André Araújo, 23 - Aleixo
2	**Unidade Descentralizada da Belo Horizonte**	Rua Belo Horizonte, 500, Aleixo
3	**Unidade Descentralizada da Paraíba**	Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho, nº 175 (Antiga Rua Paraíba)
4	**Unidade da Delegacia da Infância e Juventude Infracional**	Av. Desembargador João Machado, s/n, Alvorada I, CEP 69058-789.
5	**Fórum Henoch da Silva Reis (Plantão MPAM)**	Av. Paraíba, s/n - São Francisco - 2° Andar — Sala do Plantão Ministerial do MPAM
6	**Sede Tribunal de Justiça do Amazonas (Data Center)**	Av. André Araújo, s/n° Sede do TJAM - Edifício Desembargador Amoldo Péres

2. A capacidade de acesso total contratada deverá ser de **500 Mbps**, somando individualmente todos os links ponto a ponto em fibra óptica da PONTA B, com taxa simétrica de transmissão/recepção (velocidade de acesso), medida em camada 4 (Layer 4).
3. A distribuição da capacidade de acesso de cada unidade descentralizada da **CONTRATANTE** será indicada à **CONTRATADA**, pela FISCALIZAÇÃO, logo após a assinatura do contrato.
4. Ao longo da prestação do serviço, a FISCALIZAÇÃO poderá, a seu critério e de acordo com as necessidades de consumo, solicitar à **CONTRATADA** a redistribuição da capacidade total entre as unidades descentralizadas, listadas na tabela anterior.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

O serviço deverá estar disponível sob o regime 7x24, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias da semana, de forma permanente, dedicada, exclusiva e com total conectividade IP, a partir de sua ativação até o término do contrato, devendo também ser observado o seguinte:

1. O acesso dar-se-á através de link ponto a ponto, em fibra óptica, com terminação única para conexão à porta óptica do *firewall* da **CONTRATANTE**, sendo que todos os dispositivos de comunicação necessários para estabelecimento do link deverão ser **fornecidos pela CONTRATADA em regime de comodato.**
2. Cada enlace deverá ter suporte às tecnologias empregadas na internet (pilha de protocolo TCP/IP).
3. A **CONTRATADA** deverá respeitar a confidencialidade, disponibilidade, integridade dos dados trafegados e não poderá, de forma alguma, bloquear, limitar ou filtrar o tráfego de entrada ou de saída

dos links contratados, não sendo admitido nenhum tipo de restrição seja por serviço, tipo de arquivo ou protocolo.

4. Os circuitos de comunicação de dados deverão ser entregues e mantidos sem nenhum mecanismo de restrição relacionado ao volume de tráfego.
5. O endereçamento IP das interfaces LAN a serem configurados nos equipamentos instalados nas unidades devem ser estabelecidos em conjunto com a equipe técnica da **CONTRATANTE**.
6. A solução deverá contemplar meios de acessos redundantes, utilizando fibra óptica com encaminhamentos físicos distintos, entre as redes de dados nas pontas A e B.

6.1. Deverão ser fornecidos, pelo menos, 2 (dois) enlaces de acesso redundantes entre si, em fibra ótica, devendo cada um dos circuitos de comunicação utilizar tecnologia determinística com taxa de transferência que atenda integralmente à velocidade contratada, não sendo aceitável a instalação de vários links independentes com taxas de transferências inferiores ao solicitado para se obter a velocidade contratada.

6.2. Os enlaces de fibra óptica redundante devem ser fornecidos por encaminhamentos distintos fim a fim, ou seja, cada fibra óptica do enlace redundante deve seguir caminhos distintos, por ruas e rotas distintas. Esta garantia deverá ser analisada pela equipe técnica da **CONTRATANTE** através de fornecimento de projeto de encaminhamentos fornecido pela **CONTRATADA**.

6.3. Deverão ser utilizados links de comunicação terrestre confeccionados com fibra óptica, sendo permitida a conversão do meio óptico para UTP, apenas para a compatibilização com as interfaces dos CPEs.

6.4. A **CONTRATADA** deverá fornecer cada um dos canais com transmissão *full duplex* e taxa simétrica, isto é, a mesma capacidade de transmissão para o tráfego de entrada e de saída, simultaneamente.

6.5. Na implantação por dupla abordagem a **CONTRATADA** proverá equipamento automático de chaveamento e os enlaces devem operar em modo ativo todo o tempo.

7. Os indicadores de latência, perda de pacotes, taxa de erro e disponibilidade do serviço deverão atender aos valores expressos abaixo:
   a. Taxa de erro em bits – Máxima 1x10-6.
   b. Latência – Máximo de 15 ms.
   c. Perda de Pacotes (%) – Máximo 1%.
   d. Disponibilidade (%) – Mínimo 99,5%.
   e. Velocidade do link deve ser medido em camada 4 (Layer 4).

7.1. Os testes de aceitação dos serviços serão compostos, no mínimo, por testes de conectividade e funcionalidade, os quais utilizarão ferramentas de medição presentes na infraestrutura de rede da **CONTRATANTE** (speedtest.mpam.mp.br/ e iperf) ou ferramentas equivalentes, e teste de acesso aos sistemas da **CONTRATANTE**. Todos os testes deverão atender aos requisitos mínimos de latência, taxa de erro, perda de pacotes, disponibilidade e velocidades especificados.

7.2. Os valores dos indicadores de taxa de erro, latência, velocidade e perda de pacotes superiores aos valores exigidos, enquanto apresentados, serão considerados como interrupção do serviço.

8. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pela instalação dos pontos de acesso nos locais (endereços) citados, configuração, fornecimento e conexão dos equipamentos necessários ao pleno funcionamento do serviço, garantindo compatibilidade com o ambiente de cada uma das pontas do circuito.
9. Todas as obrigações envolvidas (tributos, aluguéis, licenças) com a instalação e manutenção do cabeamento de fibra óptico aéreo posteado, são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.
10. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pela realização de todos os serviços e pela solução de

quaisquer problemas que, porventura, venham ocorrer no atendimento e no desenvolvimento da prestação dos serviços objeto deste projeto.

11. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por todas as medidas preventivas indispensáveis à realização dos serviços, de forma a evitar danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, direta ou indiretamente a terceiros no decorrer do desenvolvimento do contrato.
12. Todos os equipamentos e enlaces fornecidos pela **CONTRATADA**, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, configuração, funcionamento, alimentação e instalação, deverão obedecer rigorosamente às normas e às recomendações em vigor, elaboradas por órgãos oficiais competentes, como a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, ou entidades autônomas reconhecidas na área.
13. Sempre que houver necessidade de intervenção programada por parte da **CONTRATADA**, para manutenção preventiva e/ou substituição de equipamentos e meios utilizados no provimento do(s) acesso(s) objeto deste instrumento, que possa causar interferência no desempenho do serviço, a **CONTRATANTE** deverá ser previamente comunicada, com antecedência mínima de **5 (cinco) dias úteis** da data da execução do serviço.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

A **CONTRATADA** fica obrigada a fornecer, instalar, ativar e manter os circuitos e todos os equipamentos que compõem o serviço contratado em perfeito e total funcionamento, ou seja, disponibilizar os serviços à **CONTRATANTE**, ativados e prontos para uso, em todas as unidades, em até **30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente à **CONTRATANTE**, **com 5 (cinco) dias de antecedência do término do prazo para instalação**, a impossibilidade de instalação e ativação do acesso no prazo estipulado, expondo as razões que a impossibilitaram de cumprir o referido prazo, solicitando a sua devida prorrogação.

Parágrafo segundo. A **CONTRATANTE**, por meio dos servidores designados pela fiscalização e pela gestão do contrato, serão responsáveis por analisar e deliberar pela anuência, ou não, do pleito.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATANTE** poderá solicitar, a qualquer tempo, a suspensão do serviço de quaisquer localidades atendidas, sem ônus, de acordo com sua especificidade.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá realizar o remanejamento no prazo máximo de **10 (dez) dias** corridos a contar da data de recebimento da solicitação da **FISCALIZAÇÃO**.

a. O remanejamento do circuito, que compreende a desativação do circuito no endereço de origem e a ativação no novo endereço, deverá ser feito de maneira que a comunicação seja interrompida por um período máximo de 24 (vinte e quatro) horas contínuas.
b. Qualquer circuito poderá ter seu endereço alterado, respeitando os limites da cidade de Manaus/AM. Nesse caso, a taxa de remanejamento deverá incluir todos os custos referentes a desinstalação e reinstalação do circuito.
c. Caso a empresa não cumpra o prazo estipulado para mudança de endereço, sujeitará a **CONTRATADA** as sanções administrativas previstas no edital e neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO:

O recebimento dos serviços será realizado pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE** ou servidor designado para este fim**.**

Parágrafo primeiro. Para efeito de ACEITE da instalação e ativação, a **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente a efetiva disponibilização do serviço em todas as unidades.

Parágrafo segundo. No prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contados a partir da comunicação pela **CONTRATADA**, a **FISCALIZAÇÃO** deverá concluir os testes necessários à constatação do regular funcionamento dos serviços contratados.

Parágrafo terceiro. Tendo sido realizados com sucesso os testes de funcionamento, a **CONTRATANTE**, por meio da **FISCALIZAÇÃO**, emitirá o **Termo de Aceite** , atestando a conformidade dos serviços com as especificações constantes no edital, liberando o início de faturamento.

Parágrafo quarto. A qualidade do serviço será avaliada, sendo considerados os critérios e indicadores referentes à latência, à perda de pacotes e à velocidade de acesso (*throughput*).

Parágrafo quinto. Caso sejam verificados erros ou impropriedades impeditivos de recebimento do serviço prestado, a **CONTRATADA** deverá promover as correções necessárias, conforme diretrizes a serem estabelecidas pela **CONTRATANTE**, sem prejuízo de aplicação de penalidades previstas, inclusive a rescisão contratual.

Parágrafo sexto. Os custos relativos à ativação dos serviços serão pagos uma única vez, no primeiro mês seguinte à liberação para início de faturamento.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS PARA ATENDIMENTO DOS CHAMADOS TÉCNICOS:

A **CONTRATADA** deverá disponibilizar serviço de suporte técnico, em regime de 24x7, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, que será efetuado por meio eletrônico e/ou por telefone com número de DDD igual ao da localidade da **CONTRATANTE**, ou por meio de prefixo "0800". Em ambos os casos, o atendimento deve ser efetuado em Língua Portuguesa.

Parágrafo primeiro. Após abertura de chamado técnico, o prazo máximo de solução das ocorrências deverá obedecer ao limite de **4 (quatro)** horas, contados a partir da abertura do chamado.

Parágrafo segundo. O descumprimento do prazo máximo para reativação serviço, sem motivo de força maior e/ou caso fortuito, bem como o não cumprimento de sua execução dará à **CONTRATANTE** o direito de cancelar a proposta e/ou rescindir o contrato, bem como aplicar as penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á, indiretamente pela **CONTRATADA**, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

1. Edital de _____ – CPL/MP/PGJ e seus anexos, conforme a Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 10.520/02 e demais legislações correlatas
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de _____, que, simultaneamente:
    - constem no Processo n.º 2022.016003;
    - não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do art. 67, da Lei n.º 8.666/1993, do edital e ainda:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização dos serviços.

2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, realizando diretamente toda e qualquer comunicação com a **CONTRATADA** (seja mediante ofício ou outros documentos).
3. Verificar se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos, em especial as metas e padrões de qualidade convencionados no Acordo de Níveis de Serviços – ANS.
4. Fiscalizar o cumprimento do padrão de qualidade do serviço contratado, podendo acionar a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, caso julgue necessário.
5. Realizar os chamados técnicos, observadas as exigências preliminares correlatas.
6. Receber e visar os relatórios emitidos pela **CONTRATADA**.
7. Realizar reunião com a **CONTRATADA**, com o objetivo de detalhar a implantação dos serviços, bem como o cronograma de trabalho.
8. **Informar à Administração Superior, com a antecedência necessária, o término do contrato;**
9. Atestar o faturamento dos serviços, emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento.
10. Verificar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**, quando da liquidação dos serviços por meio da emissão da nota fiscal.
11. Verificar a **manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista** da **CONTRATADA**, exigindo a sua regularização, durante a vigência do contrato.
12. Emitir os termos de aceite/recebimento do objeto, conforme disposto no contrato.
13. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato.
14. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
15. Comunicar à Administração Superior, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.
16. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
17. Assegurar o acesso dos empregados da **CONTRATADA** aos locais de exercício das suas atividades.
18. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
19. Atestar a liberação da garantia fixada, conforme estabelecido neste contrato, em cláusula específica.
20. Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

Parágrafo primeiro. A **FISCALIZAÇÃO** será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo, **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento**, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato operacional e financeira.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails ou por telefone.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Para o fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, caberá à **CONTRATADA**:

1. Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes deste termo, observando as prescrições e as recomendações do fabricante/fornecedor, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.
2. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste contrato, assim como toda e qualquer irregularidade observada em suas avaliações, tão logo sejam detectadas, prestando os esclarecimentos julgados necessários.
3. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.
4. Manter contato e realizar o planejamento dos serviços com a **CONTRATANTE**, de forma a executar quaisquer tarefas ou ajustes inerentes ao serviço contratado.
5. Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela **FISCALIZAÇÃO**.
6. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste contrato.
7. Assumir total responsabilidade pela perfeita execução dos serviços, com estrita observância dos serviços contratados e qualidade dos materiais e equipamentos utilizados.
8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

    8.1. A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade d a **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

9. Fornecer, instalar, ativar e manter todos os equipamentos ou acessórios que compõe o serviço contratado.
10. Atender aos chamados para correção de falhas ou interrupções no serviço, sanando os problemas dentro dos prazos estipulados neste contrato.
11. Fazer diagnóstico das falhas no serviço relatadas pela **CONTRATANTE**, eliminando os defeitos nos componentes sob sua responsabilidade.
12. Atender às reclamações ou aos pedidos de esclarecimentos sobre a cobrança dos serviços contratados.
13. Oferecer RELATÓRIO MENSAL referente aos períodos e às causas das indisponibilidades ocorridas na prestação dos serviços, quando do faturamento.
14. Inspecionar os serviços prestados por seus colaboradores, obrigando-se a corrigir, de imediato, qualquer divergência que, porventura, venha a ocorrer na execução deste contrato.
15. Responsabilizar-se por obter todas as franquias, licenças, aprovações e demais exigências de órgãos competentes, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.
16. Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a tornar-se aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido a sua aceitação.
17. Acatar as observações feitas pela **FISCALIZAÇÃO** quanto à execução dos serviços.
18. Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo da **CONTRATANTE**, sendo vedada sua cessão, locação ou venda a terceiros.

19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
20. Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.
21. Responsabilizar-se por todos os serviços não explícitos nestas especificações, mas necessários à execução dos serviços programados e ao perfeito funcionamento das instalações**.**

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A inobservância das presentes especificações técnicas, bem como das cláusulas contratuais, implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

Parágrafo terceiro. Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), contados da notificação à **CONTRATADA** do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de multa

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE**, durante a vigência deste contrato, obriga-se a:

1. Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à fiel execução do objeto deste contrato.
2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** durante o prazo de vigência deste Contrato.
3. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas neste ajuste.
4. Designar, e informar à **CONTRATADA**, fiscal e gestor do contrato e seus substitutos, mantendo tais dados atualizados.
5. Permitir o acesso, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços e regula entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.
6. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.
7. Efetuar regularmente o pagamento da **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos no contrato, quanto aos serviços devidamente realizados, após o atesto das notas fiscais/faturas pela FISCALIZAÇÃO.
8. Verificar, por meio de sua FISCALIZAÇÃO, se os serviços foram prestados de acordo com as exigências deste Termo, Edital e Contrato, em especial as metas e padrão de qualidades convencionadas no Acordo de Níveis de Serviços – ANS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR:

O valor total do presente contrato é de **R$ _____ (_____)**, a ser executado da seguinte forma:

		Qtde.		Valor Unitário (R$)	Valor Total

Item	Descrição	(A)	Unid.	(B)	(R$) (A * B)
1	Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B.				
1.1	**Valores mensais referentes à prestação dos serviços**				
a)	Capacidade Total de 500 Mbps	12	meses		
	Subtotal 1:				
1.2	**Valores referentes à instalação e ativação dos serviços**				
a)	Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)	6	Unid		
	Subtotal 2:				
1.3	**Valores referentes ao remanejamento do link por mudança de endereço**				
a)	Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas)	2	Unid		
	Subtotal 3:				
	Valor total (Subtotal 1 + Subtotal 2 + Subtotal 3):				

Parágrafo primeiro. A proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de _____, faz parte deste instrumento contratual como anexo.

Parágrafo segundo. No preço total contrato já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: serviços, insumos, consumíveis e equipamentos necessários para a plena execução do objeto contratado, bem como aqueles referentes a impostos, taxas, mão de obra, encargos sociais, transporte, prêmios de seguro, acidente de trabalho, emolumentos decorrentes da obrigação assumida e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento, excluindo a **CONTRATANTE** de qualquer solidariedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

A **CONTRATADA** deverá apresentar, mensalmente, documento fiscal, na sede da **CONTRATANTE**, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas aos impostos decorrentes do objeto do contrato.

Parágrafo primeiro. No caso de os documentos fiscais serem emitidos e entregues à **CONTRATANTE** em data posterior à indicada na condição acima, será imputado à **CONTRATADA** o pagamento dos eventuais

encargos moratórios decorrentes.

Parágrafo segundo. A nota fiscal devidamente atestada pela **FISCALIZAÇÃO** e os documentos exigidos neste Contrato e anexo deverão ser entregues mensalmente, no Setor de Protocolo da **CONTRATANTE** ou enviados para o e-mail protocolo@mpam.mp.br, e será paga mediante depósito na conta corrente da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** fica ciente de que o pagamento da instalação será único e efetuado somente após a instalação e ativação dos serviços em todas as localidades e aceita pela **FISCALIZAÇÃO,** mediante emissão de termos de aceite.

Parágrafo quarto. O início da cobrança da mensalidade dos serviços será na data da efetiva disponibilização destes para uso da **CONTRATANTE, ASSEGURADO PELA EMISSÃO DO TERMO DE ACEITE GLOBAL (todas as localidades).**

Parágrafo quinto. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRATANTE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) os serviços não abrangidos pelo objeto contratual; e b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**.

Parágrafo sexto. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a sua liquidação, este será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Qualquer atraso ocorrido na apresentação do documento fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte da **CONTRATADA**, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios.

Parágrafo oitavo. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo nono. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a nota fiscal, o qual deverá ser o mesmo do cadastro habilitado na licitação. Assim, caso a licitante deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/fatura com seu CNPJ, deverá apresentar, no certame, a documentação de habilitação da filial.

Parágrafo décimo. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

Parágrafo décimo primeiro. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo décimo segundo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6 ÷ 100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo décimo terceiro. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, "d", da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária**: _____; **Programa de Trabalho**: _____; **Fonte**: _____; **Natureza da Despesa**: _____, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em _____, a Nota de Empenho n.º _____, no valor de **R$** _____ **(**_____**)**.

Parágrafo único. No exercício seguinte, o valor de **R$** _____ **(**_____**)**, relativo ao complemento do contrato, será empenhado à conta de dotações consignadas para o orçamento vindouro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados mediante requerimento da **CONTRATADA**, com base no IST (Índice de Serviços de Telecomunicações), homologado pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do Governo Federal, ou outro que venha substituí-lo, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

Parágrafo primeiro. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

Parágrafo segundo. O reajustamento deverá ser sempre precedido de pesquisa de mercado para verificar se as condições oferecidas pela **CONTRATADA** continuam vantajosas para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. Caberá à **CONTRATADA** a iniciativa e o encargo da apresentação da memória de cálculo do índice do reajuste a ser pleiteado, para fins de análise e decisão da **CONTRATANTE**, cabendo negociação pelas partes em todo o caso.

Parágrafo quarto. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilas ou termo aditivos.

Parágrafo quinto. A periodicidade de reajustamento será anual, devendo a **CONTRATADA** apresentar tal pedido em até 30 (trinta) dias, após a data de aniversário da proposta ou efeitos financeiros do último reajuste. Após essa data, ocorrerá a preclusão do direito ao reajustamento do período correlato.

Parágrafo sexto. A **FISCALIZAÇÃO** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer momento durante a vigência deste contrato, a revisão dos preços e dos percentuais de desconto contratados quando verificar que houve redução dos preços dos serviços no mercado, e consequentemente o instrumento contratual mostrar-se desvantajoso para a Administração, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Deverá ser garantida pela **CONTRATADA** a vantajosidade do contrato perante a **CONTRATANTE**. Assim, caso as partes não acordem com as providências de reequilíbrio econômico-financeiros ou de reajustamento, poderão solicitar formalmente a rescisão do instrumento contratual, com antecedência mínima de 4 (quatro) meses, mantendo-se, durante esse período, o valor atual contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/1993 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias da assinatura deste termo**, de **5% (cinco por cento)** do valor contratual, que corresponde à importância de **R$ _____ (_____)**.

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes a:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nesta cláusula.

Parágrafo terceiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta caução, devidamente designada para este fim, aberta em instituição financeira oficial.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de vigência do contrato, devendo ainda ter validade por mais 3 (três) meses após essa vigência, nos termos da IN 005/2017.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA,** até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia, ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à Administração para que esta oficie a seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA**, bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

Parágrafo oitavo. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **FISCALIZAÇÃO**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhada do termo de recebimento definitivo.

Parágrafo nono. A garantia não será extinta, em caso de ocorrência de sinistro ou irregularidade, devidamente comunica à seguradora.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da assinatura, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo, conforme art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente e terá eficácia legal após a publicação de seu extrato na impressa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I. Advertência.

II. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, **por prazo não superior a 2 (dois) anos.**

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

V. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo **prazo de até 5 (cinco) anos.**

Parágrafo primeiro. De acordo com o art. 88, da Lei n.º 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, nos itens "III" e "IV", às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

b. Tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo segundo. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, pondendo ainda ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, que, sem justificativa aceita pela Administração:

1. deixar de entregar a documentação exigida no certame;
2. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
3. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
4. não mantiver a proposta;
5. falhar ou fraudar na execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo;
7. cometer fraude fiscal;
8. não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
9. não assinar a nota de empenho, a Autorização de Fornecimento de Material/Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

Parágrafo terceiro. Para os fins da subcondição constante do item 6 do parágrafo anterior, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo quarto. As sanções serão aplicadas pelo Administração Superior da **CONTRATANTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

Parágrafo quinto. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo sexto. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes:

1. Multas de:

- 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes à instalação, configuração, atualizações, melhorias e integrações, limitado a 5 (cinco) dias. O atraso superior a 5 (cinco) dias será considerado como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para o caso;
- 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes a falhas ou problemas na prestação do serviço, ainda que este continue disponível, limitado a 3 (três) dias. O atraso superior a 3 (três) dias será considerado como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para o caso;
- 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) sobre o valor global contratado, por hora ou fração de hora de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes à indisponibilidade do serviço, limitado a 48 (quarenta e oito) horas. O atraso superior a 48 (quarenta e oito) horas será considerado como **descumprimento total** da obrigação punível com as sanções previstas para o caso;
- 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por 3 (três) vezes na penalidade de advertência, será considerado descumprimento total da obrigação, punível com sanções previstas para o caso;
- 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado no caso de sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas.
- até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado, nos casos de descumprimento parcial ou total do objeto contratado;
- até 30% (trinta por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo segundo. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA,** ou da garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo terceiro. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no descumprimento das obrigações for devidamente **justificado e comprovado** pela **CONTRATADA**, em documento por escrito e contemporâneo a sua ocorrência e aceito pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela

CONTRATANTE, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A rescisão de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

- assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
- ocupação e utilização dos equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei de Licitações e Contratos;
- execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS:

As Partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações e dados pessoais

sejam compartilhados pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

1. colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
2. resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e
3. cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado, sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

- Lei n.º 10.520/2005 – Institui a modalidade pregão;
- Lei n.º 8.666/1993 – Licitações e Contratos;
- Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- Lei n.º 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro;
- Lei n.º 9.472/1997 – Dispõe sobre os serviços de telecomunicações;
- Resolução e regulamentos da Agência Nacional de Telecomunicações pertinentes aos serviços a serem prestados;
- Termos de concessão ou autorização emitidos pela ANATEL;
- Demais regulamentações referentes ao serviço de *internet* e por outras legislações aplicáveis à espécie.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseada na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa

ANEXO III

CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA ÀS INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS / PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Pelo presente instrumento credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador do documento de Identidade n.º _____, para realizar a vistoria prevista no Item 6.1. do Edital e Item 7.2 e seguintes do Termo de Referência n.º 13.2022.DTIC, referente ao procedimento licitatório _____, o qual está habilitado a proceder à vistoria técnica e assinar a Declaração de Vistoria respectivo.

Manaus, AM, de de 2023.

Representante legal

Razão Social e CNPJ da Empresa

Observações:

1. Emitir o credenciamento em papel timbrado da empresa, identificando o signatário e utilizando o carimbo padronizado da empresa;
2. Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução dos serviços propostos.
3. A vistoria será realizada em data e horário previamente acordados segundo a conveniência do Órgão.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA ÀS INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS / PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Declaramos, para cumprimento do item ..... do Edital referente ao certame …....., que, por meio do representante credenciado, o(a) Sr.(a)....., portador(a) do documento de identidade n.º ....., acompanhado por servidor especialmente designado pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, tomamos conhecimento *in loco* dos locais, especificações, quantidades e condições de execução do objeto da licitação supracitada, para fins de elaboração de proposta.

Manaus, AM, de de 2023.

Representante credenciado pela empresa licitante

Razão Social e CNPJ da Empresa

Visto da PGJ

Responsável pelo Setor Solicitante

Servidor Designado

Observações:

1. A declaração de vistoria será emitida em papel timbrado da empresa licitante e visado pela PGJ/AM. A verificação referida no item 7.2. do Termo de Referência n.º 13.2022.DTIC será de inteira responsabilidade das licitantes.
2. Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução dos serviços propostos.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELA DISPENSA DE VISTORIA

LOCAL: _____

Declaramos, sob as penalidades da lei, e em atendimento aos subitens 7.2.3 e 7.2.4. do Termo de Referência n.° 13.2022.DTIC, que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto a ser contratado, que assumimos total responsabilidade por esse fato e que não faremos uso deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Manaus, de de 2023.

Representante legal da empresa licitante

Dados da empresa:

Nome:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Fax:

E-mail:

Observação: Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar esta declaração juntamente à Proposta de Preços.

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, expressamente, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA

Representante Legal

ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.0__/2023-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS					
Item	**Descrição**	**Qtd. (A)**	**Und.**	**Valor Unitário (R$)** **(B)**	**Valor Total (R$)** **(C=A*B)**
1	Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B. Capacidade Total de 500 Mbps	12	Mês-		
2	Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)	6	Unidade		
3	Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas)	2	Unidade-		
Valor total da Proposta R$ (por extenso)					

A _____(*nome da empresa)*_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. **Prazo de validade da proposta**: _____
2. **Prazo de entrega/disponibilização dos serviços, em perfeito e total funcionamento**: **I)** não podendo ser superior a 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do Contrato e da Ordem de Serviço, em consonância com o subitem 6.1. do Termo de Referência; **II)** A CONTRATADA deverá

atender às solicitações de Remanejamento num prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir da data de solicitação em consonância com o subitem 6.4. do Termo de Referência;

3. **Dados Bancários**: (*indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta-corrente*);
4. **Contato para fins de faturamento**: *(indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho).*
5. **Dados dos 3 (três) <u>principais integrantes</u> do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Nome: _____

CNPJ ou CPF: _____

<u>DECLARAÇÕES:</u>

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Local e data:

(*assinatura*)

(*nome do representante legal pela empresa*)

(*CPF do representante legal*)

ANEXO VIII

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO – SEFAZ/AM

(*cidade*), ____ *de* _____ *de* _____

À

Diretoria de Orçamento e Finanças

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas

Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança

69037- 473 MANAUS/AM

A empresa (*informar a razão social, CNPJ e endereço*) solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Razão Social e CNPJ da empresa

Nome completo e CPF do Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 03/02/2023, às 13:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0975148** e o código CRC **6C8A7D41**.

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

06/02/2023 10:04:59

Este Aviso de Licitação será Divulgado no gov.br/compras (www.gov.br/compras) na data de 07/02/2023.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão: 93320 - ESTADO DO AMAZONAS

UASG Responsável: 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	04003/2023	Tradicional	Eletrônico	Aberto

Lei: Lei nº 10.520/2002

Nº do Processo	Tipo de Licitação
2022.016003	Menor Preço

Quantidade de Itens: 1

☐ Equalização de ICMS ☐ Internacional

Objeto:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, pelo período de 12 (doze) meses.

Data da Divulgação: 07/02/2023

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 07/02/2023 às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação: Em 23/02/2023 às 10:00

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação

Solução SERPRO

93320 - ESTADO DO AMAZONAS
925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04003/2023-000

1 - Itens da Licitação

1 - Serviço de Link Via Cabo

Descrição Detalhada: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e anexos.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 12

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 0,50

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (12)

Anexo Relacao de Itens PE 4003.2023-CPL (0976378) SEI 2022.016003 / pg. 218

Jornal do Commercio
Manaus, 7 de fevereiro de 2023
Edição nº 43.728

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Amazonas - Comarca de Manaus
3º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais
Rua Ferreira Pena nº 274, Centro- Fone: (92) 3308-7806/ 3308-8083
Emir Ferreira Chacur- Oficial Titular

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 833 À 838

FAÇO SABER, que pretendem casar-se e, para tanto apresentaram todos os documentos exigidos Artigo 1.525, do Código Civil Brasileiro, os nubentes: 01 JOÃO VICTOR CORDEIRO SENA e IRIS NAYARA MESQUITA BRITO, ELE, solteiro, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido a 11 de dezembro de 1993, residente em Manaus AM, filho de João Loureiro Sena e de Vera Lucia Cordeiro Sena. ELA, solteira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascida a 22 de maio de 1992, residente em Manaus AM, filha de Arlindo Jorge de Almeida Brito e de Elane Porto Mesquita.
02- FRANCISCO DE SOUZA MUNIZ e MANUELLE CARVALHO DE SOUZA, ELE, viúvo, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido a 13 de abril de 1982, em Manaus AM, filho de Francisco Xavier Martins e de Maria Leni de Souza Muniz. ELA, solteira, natural de Itacoatiara, Estado do Amazonas, nascida a 1 de agosto de 1984, residente em Manaus AM, filha de José Manoel Souza Silva e de Elza Maria Carvalho de Souza.
03- DERMILSON DA COSTA ANDRADE e LAYNA GABRIELA AZEVEDO DE SOUZA, ELE, solteiro, professor, natural de Manacapuru, Estado do Amazonas, nascido a 10 de outubro de 1969, residente em Manaus AM, filho de Osvaldino Oliveira Andrade e de Maria das Graças da Costa Andrade. ELA, solteira, dentista, natural de Manacapuru, Estado do Amazonas, nascida a 5 de outubro de 1997, residente em Manaus AM, filha de Daniela Azevedo de Souza.
04- ANTONIO VIEIRA e MARIA DAS DORES COSTA DE SOUZA,ELE, solteiro, natural de Manaus, Estado do Amazonas, natural de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, nascida a 8 de fevereiro de 1974, residente Manaus AM, filha de Raimundo Cândido de Souza e de Clésia Melo da Costa.
05- ABMAEL OLIVEIRA DE AZEVEDO e MARIA DA CONCEIÇÃO MELO DE JESUS,ELE, solteiro, natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascido a 5 de outubro de 1994, residente em Manaus AM, filho de Edson Pedro de Azevedo e de Maria Oliveira de Azevedo. ELA, divorciada, natural de Marajá, Estado do Maranhão, nascida a 27 de novembro de 1980, residente em Manaus AM, filha de Henrique de Jesus e de Nonata Gonzaga de Melo.
06- ARTURO ALEJANDRO CALANCHE PINO e ZHYRENE ESTHER LA ROSA ROJAS, ELE, solteiro, natural de Maracay- Aragua, , Venezuela, nascido a 24 de setembro de 1994, residente em Manaus AM, filho de Julio José Calanche Cedeno e de Elina Coromoto Pino de Calanche. ELA, solteira, natural de San Félix-Bolivar, , Venezuelana, nascida a 28 de setembro de 1995, residente em Manaus AM, filha de Henry Antonio La Rosa Marquez e de Esperanza Elva Rojas De La Rosa.Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. (Conforme Art 44 do Provimento 134?2022 do CNJ).

Manaus/AM, 06 de fevereiro de 2023.
Emir Ferreira Chacur- Oficial Titular

ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MANAUS
Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

Processo: 0625251-92.2014.8.04.0001
Tipo: Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente: **Ministério Público do Estado do Amazonas e outros**
Advogado(a): **Wandete de Oliveira Netto**
Requerido: **Waldivia Ferreira Alencar e outros**

De ordem da Exma. Sra. Dra. Etelvina Lobo Braga, MMª. Juíza de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, **FAZ CITAR,** pelo presente edital, **FRANCISCO ADERSON COELHO MARQUES, seus herdeiros e ou sucessores, bem como os réus ausentes, ou terceiros interessados,** atualmente com endereço em local incerto e não sabido, para, querendo, apresentarem contestação aos termos da ação supra identificada, na qual figura como Requerente, **Ministério Público do Estado do Amazonas. Devendo as partes citadas** apresentarem resposta aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a teor do art. 335 c/c 219 do NCPC, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão revéis e presumidas verdadeira as alegações de fato formuladas pelo autor na petição inicial (art. 344 do NCPC). E para que as partes não aleguem cerceamento de defesa, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado no átrio do Juízo, nos termos da Lei. Manaus, 14 de dezembro de 2022.

Rafaela Cariello da Rocha Cabral
Diretora de Secretaria da 3ª VFP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RAFAELA CARIELLO DA ROCHA CABRAL, liberado nos autos em 14/12/2022 às 13:09.
Para conferir o original, acesse o site https://consultasaj.tjam.jus.br/pastadigital/pgAbrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0625251-92.2014.8.04.0001 e código 97D5639.

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2022.016003

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e seus anexos.

ABERTURA: 23/02/2023, às 10h. (horário de Brasília).

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de **07/02/2023**.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal no site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento / impugnações deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones **(92) 3655-0743 (Whatsapp Business)** ou pelo e-mail institucional **licitacao@mpam.mp.br**.

Manaus, 03 de fevereiro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br
CLEITON DA SILVA ALVES
Data: 03/02/2023 14:30:14-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Cleiton da Silva Alves
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 381/2022- DOMPE, Ed. 2495, de 23.11.2022

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRESIDENTE FIGUEIREDO

AVISO DE LICITAÇÃO DOS PREGÕES PRESENCIAL 010/2023 - SRP/CML

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – CML, da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo/AM, torna público aos interessados que realizará o seguinte procedimento licitatório.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2023 - SRP/CML - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO: GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S-10, PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS, ALUGADOS E OUTREM DA PREFEITURA E DAS SECRETARIAS EXECUTIVAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO/AM, através do Sistema de Registro de Preços – SRP. Tipo MENOR PREÇO POR ITEM.
ABERTURA: 16/02/2023xz às 09h30min. LOCAL: Na sede desta PMPF, situada na Rua: Urubuí, nº 113, Centro, Presidente Figueiredo/Amazonas.
Os Editais poderão ser obtidos pelos interessados no endereço de e-mail cml@pmpf.am.gov.br, ou na Comissão Municipal de Licitação, localizada na Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo/AM, situada na Rua Urubuí, nº 113, Centro, Presidente Figueiredo/Amazonas. Em todos os casos, através de requerimento/ofício (em papel timbrado), datado, com o nome do objeto e o número do pregão, assinado pelo representante legal da empresa. No caso de solicitação presencial (na CML), haverá a restituição dos custos de reprodução, com pagamento através de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), a ser recolhido em agências da rede bancária credenciada, no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), ou gratuitamente mediante a apresentação de mídia portátil (pen drive) com capacidade suficiente para gravação do arquivo do Edital e seus anexos em formato PDF.
Demais esclarecimentos serão prestados no endereço mencionado, no horário de 8h às 13h, de segunda à sexta-feira.

Presidente Figueiredo, 06 de fevereiro de 2023.
ANGELA MARIA DA COSTA PINTO
Presidente– CML/PMPF

IPAAM

COMUNICADO

Valgroup AM Indústria de Embalagens Flexíveis Ltda, torna público que recebeu do IPAAM, a Licença Ambiental Única n.º 106/2023, que autoriza a perfuração de poço tubular para captação de água subterrânea, localizado na Rua Tento, n° 763, Distrito Industrial II, nas coordenadas geográficas: 03°02'21,30"S e 59°54'42,336"W, Manaus-AM, para Perfuração de poço tubular, **com validade de 60 dias**.

Prefeitura de Manaus

AVISO DE SUSPENSÃO

(Processo n. 2022.29000.29078.0.0000127 – SEMASC)
A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO da **PREFEITURA DE MANAUS** torna público que o **PREGÃO ELETRÔNICO N. 022/2023 – CML/PM (SEMASC)**, cujo objeto consiste na "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte com motorista e sem combustível, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social", será **SUSPENSO**, conforme despacho desta Presidência.

Maiores informações na Comissão Municipal de Licitação, telefone (92) 98802-3847, das 09 às 18h (horário de Brasília).

Manaus, 06 de fevereiro de 2023.

RAFAEL BASTOS ARAÚJO
Presidente da Subcomissão de Bens e Serviços Comuns
da Comissão Municipal de Licitação – CML

AMAZONAS ENERGIA

INCLUSÃO DE MELHORIA
AVISO DE INTERRUPÇÃO PARA MELHORIAS NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Prezados Clientes,
Com o objetivo de oferecer um serviço com cada vez mais qualidade no fornecimento de energia elétrica no Estado, diariamente, a Amazonas Energia realiza investimentos estruturais e serviços de manutenção preventiva na sua rede de distribuição. Por isso, algumas vezes, é necessário interromper o fornecimento de energia elétrica no seu bairro, ruas e adjacências.

Dia 08/02/2023
EXPANSÃO E MELHORIA DE REDE (INCLUSÃO DE INTERRUPÇÃO): SANTA ETELVINA – Rua Jerusalém, rua Lima, rua 248, rua 238 e adjacências, das 8h às 17h.

Amazonas Energia agradece a compreensão
Informações pelo telefone 0800-701-3001

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL

José Carlos de Oliveira, Oficial do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Manaus/AM, na forma da lei.

Faz saber a tantos quantos este edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi protocolado nesta Serventia em 25/07/2022, o requerimento pelo qual AMAZONAS COMERCIO DE PISCINAS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 07.487.310/0001-21,com sede nesta cidade à Avenida Gabriel Correa Pedrosa, 149, Conjunto Parque Tropical, Parque 10 de Novembro, CEP: 69.055-011, solicitou o reconhecimento de propriedade através da USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, nos termos do Art. 216-A da Lei 6.0157/73 c/c Art. 4o do Prov. 308/2017-CGJ/AM e Provimento 65/2017-CGJ, autuado sob o protocolo n.º 43755 de 25/07/2022, do imóvel situado na: URBANO, Local: Rua "02" – Q/17 – Nº 04 – CONJ. PARQUE TROPICAL – PARQUE 10 DE NOVEMBRO – Manaus/AM, Área: 420,00m2, Perímetro: 88,00m. Foi apresentada Planta e Memorial Descritivo, confeccionados pela responsável técnico engenheiro, CREA/AM n.º 23937, ART n.º AM20220295643, sendo o lote autônomo, responde a totalidade da Transcrição: 5994, às Folhas 183, do Livro 3-G, desta Serventia. Assim sendo, ficam intimados terceiros eventualmente interessados e titulares de direitos reais e de outros direitos em relação ao pedido, apresentando impugnação escrita perante o Oficial do 1º Registro de Imóveis de Manaus-AM, com as razões de sua discordância em 30 (trinta) dias corridos a contar da publicação deste, ciente de que, caso não contestado presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelos Requerentes, sendo reconhecida a usucapião extrajudicial, com o competente registro conforme determina a Lei. Obs. Todos os mapas e documentos encontram-se disponíveis nesta serventia para possíveis verificações. Manaus/AM, 02 de janeiro de 2023. O Oficial, José Carlos de Oliveira.

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRESIDENTE FIGUEIREDO
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – CML

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2023 - CML

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO/AM, através da COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO - CML, torna público a SUSPENSÃO do certame do PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2023– CML – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE TRANSPORTE ESCOLAR TERRESTRE PARA O ANO LETIVO (2023) DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO - AM, cuja sessão estava marcada para o dia 08 de fevereiro de 2023, visto a necessidade de adequações no Edital, considerando o item 8 e subitem 8.2.2 do referido Edital.
Na oportunidade informa que, será designada e publicada pela mesma via que se deu a publicação original nova data para abertura.
Demais esclarecimentos serão prestados na CML, via e-mail cml@pmpf.am.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, na rua Urubui, 113, Centro, no horário de 08h às 13h, de segunda à sexta-feira.

Presidente Figueiredo, AM, 07 de fevereiro de 2023.
ANGELA MARIA DA COSTA PINTO
Presidente da Comissão Municipal de Licitação-PMPF.

AMAZONAS ENERGIA

AVISO DE INTERRUPÇÃO Nº 035/2023 PARA MELHORIAS NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Prezados Clientes,
Com o objetivo de oferecer um serviço com cada vez mais qualidade no fornecimento de energia elétrica no Estado, diariamente, a Amazonas Energia realiza investimentos estruturais e serviços de manutenção preventiva na sua rede de distribuição. Por isso, algumas vezes, é necessário interromper o fornecimento de energia elétrica no seu bairro, ruas e adjacências.

Dia 17/02/2023
MANUTENÇÃO PROGRAMADA: NOVO ALEIXO – Rua Acácia Vermelha, Parque das Garças, das 8h30 às 12h. CIDADE NOVA – Rua 10, das 13h às 16h. COLÔNIA TERRA NOVA – Av. Cedro (antiga av. Principal I), cond. Residencial Forest Hill, das 13h às 16h. PONTA NEGRA – Rua 1 (acesso pela av. José Augusto Loureiro), Alphaville 4, das 8h30 às 16h. PONTA NEGRA – Av. Perimetral Thales Loureiro, Alphaville 1, das 8h30 às 16h. RURAL –
Ramal Novo Paraiso com Ramal da Cooperativa (acesso pelo Ramal do Pau Rosa, Br 174, Km 41), das 9h às 16h. MAZUAZINHO – Rua de acesso a Votorantim Cimentos (acesso pela Rua Desembargador Cesar do Rego), das 8h às 14h.
EXPANSÃO E MELHORIA DE REDE: TARUMÃ AÇÚ – Br 174 Km 03, entrada da Comunidade 23 de Setembro e adjacências, das 8h às 17h. TARUMÃ AÇÚ – Rua da Fonte e adjacências, das 8h às 17h. CIDADE NOVA – Rua Cisjordana, rua Manila, rua Calcuta, rua Síria, rua Treviso, rua 308, rua 10 e adjacências, das 8h às 17h. CIDADE NOVA – Rua 27 de Setembro com rua João Liberal e adjacências, das 8h às 17h. DOM PEDRO I – Rua Placido De Castro e adjacências, das 8h às 17h. DOM PEDRO I – Rua Tomé de Souza e adjacências, das 8h às 17h.

Amazonas Energia agradece a compreensão
Informações pelo telefone 0800-701-3001

ENERGISA AMAZONAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME: 34.025.997/0001-56 - NIRE: 31300125891

Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A., torna público que recebeu do IPAAM, a Licença de Instalação nº 004/2023, que autoriza a instalação da Subestação de 230/138 kV, denominada "SE Tarumã", e respectivo acesso, com área útil total de 5,65 ha aproximadamente, localizada na Estrada do Tarumã, s/nº, Tarumã, Manaus-AM, para Distribuição de Energia Elétrica com validade de 02 Anos.

Sesc Fecomércio Senac

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Amazonas – SESC/DR/AM, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização da seguinte licitação:
MODALIDADE: CONVITE Nº 03/2023-CV.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO PARA ATENDER AS OBRAS DO SESC/AM.
Data de abertura: 17/02/2023 às 09h30min.
As empresas interessadas poderão retirar o edital e seus anexos através da página eletrônica www.sesc-am.com.br/licitacao.

Manaus, 07 de fevereiro de 2023.
Licitação
SESC/DR/AMAZONAS

SEST SENAT | Serviço Social do Transporte | Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE – SEST

UNIDADE DN Nº 135
ATO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

ATO CONCORRÊNCIA Nº 005/2022

O Serviço Social do Transporte – SEST torna público a homologação e adjudicação da concorrência nº 005/2022, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços de Engenharia Consultiva para a fiscalização da execução de reparos na unidade operacional tipologia DN do SEST SENAT em Manaus/AM, em favor da empresa GMF SERVIÇOS E MATERIAIS DE CONTRUÇÕES LTDA, (CNPJ 35.875.067/0001-54) no valor de R$ 98.300,80 (noventa e oito mil, trezentos reais e oitenta centavos).

Sabrina de Brito Barros
Presidente da Comissão de Licitação

AADC Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural

AVISO DE LICITAÇÃO

A AGÊNCIA AMAZONENSE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL - AADC torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar a seguinte licitação:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2023 – AADC, tipo menor valor global para a Contratação, através do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada em Locação de Mesas e Cadeiras Plásticas – Sob Demanda, para atender as necessidades dos eventos culturais apoiados e/ou administrados por esta Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC, capital e interior do estado do Amazonas, sendo este regido pelas seguintes normas: Lei Federal nº 10.520/2002; Lei Complementar nº 123/2006; Decreto Estadual nº 21.178/2000; Decreto Estadual nº 28.182/2008; Decreto Estadual nº 40.674/2019 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, suas alterações e demais legislações complementares.
Data da Sessão: 16/02/2023 Horário: 09:00h.
Solicitação do edital, a partir de 06/02/2023, através e-mail licitacao@agenciacultural.org.br em papel timbrado da empresa contendo a razão social, C.N.P.J., telefone, e-mail e nome do responsável solicitante; ou, os interessados em obter o Edital completo e seus anexos poderão retirá-lo, a partir do dia 06/02/2023, na sede da AADC.

Manaus, 03 de fevereiro de 2023.
EDVAL MACHADO JUNIOR
AGÊNCIA AMAZONENSE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL – AADC
PRESIDENTE

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal do Comercio LTDA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código AE3D-8EE4-1053-DDDE.

AVISO DE LICITAÇÂO

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÀO-CPL** do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas-IPEM/AM torna público aos interessados que realizará o seguinte procedimento licitatório: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023. **OBJETO**: Registro de Preços para Eventual Contratação de PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE VEICULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CAPITAL E INTERIOR, conforme Anexo I – Termo de Referência. **ABERTURA: 16/02/2023 às 09h (Brasília)**. O Edital e o Termo de Referência encontram-se a disposição dos interessados no site: compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) de forma gratuita. Manaus-AM, 06 de fevereiro de 2023.

ANA CECILIA ORTIZ E SILVA:52349462234 Assinado de forma digital por ANA CECILIA ORTIZ E SILVA:52349462234 Dados: 2023.02.03 15:12:34 -04'00'

ANA CECÍLIA ORTIZ E SILVA
Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUARI

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Carauari, através da Comissão Municipal de Licitação, torna público que fará realizar sessão para abertura de envelopes do seguinte certame:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2023 - SRP
Objeto: Aquisição de material de construção para atender a Prefeitura Municipal de Carauari, através do sistema de registro de preço.
Tipo: Menor preço por item
Data da abertura dos envelopes: 17 de fevereiro de 2023. Hora 09:00.
Regência legal: Lei n° 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.
Informações: O edital bem como seus anexos poderão ser retirados na Sala de Reunião da CML localizada na Rua Floriano Peixoto, s/n – Centro, Carauari/AM. Cep. 69.500-000, no horário das 8h às 12h, de segunda-feira a sexta-feira, podendo ser retirados mediante o pagamento da taxa de R$ 50,00 (cinquenta reais).

Carauari (AM), 07 de fevereiro de 2023.
JOHN AUDRY MELO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão Municipal de Licitação

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 011/2023 - SRP/CML

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – CML, da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo/AM, torna público aos interessados que realizará o seguinte procedimento licitatório.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2023 - SRP/CML - OBJETO: EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO. Tipo MENOR PREÇO POR ITEM.
ABERTURA: 17/02/2023 às 09h30min. LOCAL: Na sede desta PMPF, situada na Rua: Urubuí, nº 113, Centro, Presidente Figueiredo/Amazonas.
Os Editais poderão ser obtidos pelos interessados no endereço de e-mail cml@pmpf.am.gov.br, ou na Comissão Municipal de Licitação, localizada na Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo/AM, situada na Rua Urubuí, nº 113, Centro, Presidente Figueiredo/Amazonas. Em todos os casos, através de requerimento/ofício (em papel timbrado), datado, com o nome do objeto e o número do pregão, assinado pelo representante legal da empresa. No caso de solicitação presencial (na CML), haverá a restituição dos custos de reprodução, com pagamento através de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), a ser recolhido em agências da rede bancária credenciada, no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), ou gratuitamente mediante a apresentação de mídia portátil (pen drive) com capacidade suficiente para gravação do arquivo do Edital e seus anexos em formato PDF.
Demais esclarecimentos serão prestados no endereço mencionado, no horário de 8h às 13h, de segunda à sexta-feira.

Presidente Figueiredo, 07 de fevereiro de 2023.
ANGELA MARIA DA COSTA PINTO
Presidente– CML/PMPF

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Edital de Convocação
96ª Assembleia Geral Extraordinária

Estão convocados os acionistas para a 96ª AGE a realizar-se às 15h do dia 16/02/2023, na Rua Jonathas Pedrosa, 1937, com a seguinte ordem do dia:
a) destituição/eleição de membros do Conselho Fiscal;
b) o que ocorrer.

Manaus, 6 de fevereiro de 2023.
Alessandro Moreira da Silva
Presidente do Conselho de Administração da PRODAM

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Amazonas - Comarca de Manaus
8º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais
Av. Constantino Nery-3872 - B. Chapada-Manaus/AM
Cep: 69.050-001- Fone: (92)3642.1315

EDITAL DE PROCLAMAS

FAÇO SABER a todos; que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: 1 - BRUNO DA SILVA OLIVEIRA e NELCELY DA SILVA CHAVES, sendo o pretendente, solteiro, residente em Manaus-AM, filho de Marcelo Luna de Oliveira e de Maria Osineide da Silva Oliveira, e a pretendente, solteira, residente em Manaus-AM, filha de Nelson Lopes Chaves e de Olivia da Silva Chaves; 2 - ANTONIO WISLEY PINHEIRO OLIVEIRA e JONAYRA SILVA NASCIMENTO, sendo o pretendente, divorciado, residente em Manaus-AM, filho de Alcimar Cunha de Oliveira e de Ocirema Joel Oliveira, e a pretendente, solteira, residente em Manaus-AM, filha de Raimundo Alves do Nascimento e de Maria Vangilene Silva Nascimento; 3 - LAUDEMIRO FERNANDES CAVALCANTE NETO e SUELEN SHOJI DE CASTRO, sendo o pretendente, solteiro, residente em Manaus-AM, filho de Gessivaldo Leal Cavalcante e de Leila Maria Noronha Cavalcante, e a pretendente, solteira, residente em Manaus-AM, filha de Vivaldo Costa de Castro e de Mariana Gonda Shoji de Castro; 4 - CÍCERO CRHISTIAN ALMEIDA MACIEL e LIA DA SILVA BATISTA, sendo o pretendente, solteiro, residente em Manaus-AM, filho de Afrânio Maciel e de Raimunda de Jesus Santos Almeida, e a pretendente, solteira, residente em Manaus-AM, filha de Altemar da Silva Batista e de Iudina Ribeiro da Silva; 5 - JOSÉ AUGUSTO BARBOSA DE MENEZES e ALINE APARECIDA MENEZES LADISLAU, sendo o pretendente, viúvo, residente em Manaus-AM, filho de Paulo Rodrigues Menezes e de Fatima Sousa Barbosa, e a pretendente, divorciada, residente em Manaus-AM, filha de José Jorge Jaime Ladislau e de Maria Auxiliadora Menezes Ladislau; 6 - JOÃO FERREIRA GOMES e CLAUDIA BENTO DO AMARAL, sendo o pretendente, divorciado, residente em Manaus-AM, filho de Raimunda Ferreira Gomes, e a pretendente, divorciada, residente em Manaus-AM, filha de Francisco de Assis Bento e de Ilda Ferreira Barbosa; 7 - GABRIEL ANDRADE MOREIRA DO NASCIMENTO e THAÍS COÊLHO OLIVEIRA, sendo o pretendente, solteiro, residente em Manaus-AM, filho de Mario de Andrade do Nascimento e de Maria Elisa Andrade Moreira, e a pretendente, solteira, residente em Manaus-AM, filha de Jancleide Coêlho Oliveira; Se alguém souber de algum impedimento, que oponha-o na forma da lei.

Manaus, 06 de fevereiro de 2023.
Daniele da Silva Sousa – Escrevente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Amazonas - Comarca de Manaus
9º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais
Av. Noel Nutels, 41, Cidade Nova I, Manaus/AM - CEP: 69.095-000
Fone: (92) 3645-7793
Oficial titular: Nathalie Rocha Pinheiro Lemos Sobral

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Artº 1525 do Código Civil Brasileiro:
1-FABRICIO PEDROSO DA COSTA, de nacionalidade brasileira, natural de Santarém, Estado do Pará, nascido(a) em 12 de setembro de 1980, vigilante, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Gloxinia - Manaus, filho(a) de José Harrisson Jati da Costa e Hilda Pedroso da Costa.
ELIZABETH COSTA RIBEIRO de nacionalidade brasileira, natural de Nhamundá, Estado do Amazonas, nascida(o) 10 de fevereiro de 1980, serviços gerais, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Rua Gloxinia - Manaus, filha(o) de Manuel de Matos Ribeiro e Nilda Trindade Costa Ribeiro.
2-MATHEUS DA FONSECA LELO, de nacionalidade brasileira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido(a) em 29 de março de 1999, vendedor, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Cap. Poço - Manaus, filho(a) de Bemilson de Lima Lelo e Simara Seixas da Fonseca.
CAMILA MARTINS DA SILVA de nacionalidade brasileira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascida(o) 3 de maio de 2000, autônoma, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Rua Cap. Poço - Manaus, filha(o) de Antonio Bananeira da Silva e Edilenilza Martins da Silva.

Manaus/AM, 06 de fevereiro de 2023

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, através da Comissão Municipal de Licitação - CML torna público aos interessados que o fará realizará o seguinte processo licitatório:
1 - PREGÃO PRESENCIAL - SRP - Nº 007/2023 – CML PMATN, TIPO: "MENOR PREÇO POR ITEM".
OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR INTERMEDIO DE OPERADORA OU AGENCIA DE VIAGENS PARA COTAÇÃO, RESERVA E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, ACOMPANHADOS DAS RESPECTIVAS BAGAGENS, ATENDENDO ÀS NORMAS DA AGENCIAS NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL-ANAC, EM TERRITÓRIO NACIONAL, POR UM PRAZO DE ATÉ 12 (DOZE) MESES.".
Data e horário: 15 de Fevereiro de 2023, às 08h30min (Horário Local).
2 - PREGÃO PRESENCIAL – SRP - Nº 008/2023 – CML PMATN, TIPO: "MENOR PREÇO POR ITEM".
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE URNAS FUNERÁRIAS E TRANSLADOS DE CORPOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MIUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE ATALAIA DO NORTE-AM.
Data e horário: 15 de Fevereiro de 2023, às 15h00min (Horário Local).
3 - PREGÃO PRESENCIAL – SRP - Nº 009/2023 – CML PMATN, TIPO: "MENOR PREÇO POR ITEM".
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAMES CLÍNICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALAIA DO NORTE/AM.
Data e horário: 16 de Fevereiro de 2023, às 08h30min (Horário Local).
4 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2023 – CML PMATN, TIPO: "MENOR PREÇO POR ITEM".
OBJETO: CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECUPERAÇÃO DE MÓVEIS E AQUISIÇÃO DE PEÇAS MOVELARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ATALAIA DO NORTE/AM.
Data e horário: 16 de Fevereiro de 2023, às 15h00min (Horário Local).
O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no prédio da Prefeitura Municipal na Sala da Comissão de Licitação situada na Rua Augusto Luzeiro, n° 65 – Centro – Atalaia do Norte/AM e no e-mail da Comissão Municipal de Licitação pelo endereço eletrônico: cplatn2021@gmail.com. Demais esclarecimentos serão prestados no endereço mencionado, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira.

Atalaia do Norte (AM), 02 de Fevereiro de 2023.
JARDEL OLIVEIRA GARCIA
Presidente da CML

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA

AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022

Pregão Presencial n.º 014/2022 – Prefeitura Municipal de Ipixuna
Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP) para Fornecimento de materiais de construção, destinado suprir as necessidades básicas das secretarias municipais e demais órgãos da Prefeitura Municipal de Ipixuna.
A Comissão de Licitação torna público que decidiu SUSPENDER a sessão de abertura do referido certame, tendo em vista adequação do Termo de Referência anexo do edital. A nova data de abertura será
DATA E HORÁRIO: 30 de Março de 2022, às 09:00 horas.
O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de IPIXUNA, sito à Avenida Varcy Herculano Barroso, s/nº – Centro, nos dias úteis das 08:00 às 12:00 horas ou e-mail licitacaoipixuna@gmail.com.

IPIXUNA/Am, 15 de Março de 2022.
A COMISSÃO

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC

Fecomércio — SenacAM

AVISO DE LICITAÇÃO

O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC – Administração Regional no Amazonas, torna público a realização do seguinte procedimento licitatório:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP – 005/2023
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA ATENDIMENTO AO ANO DE 2023 DO SENAC/AM.
DATA: 17/02/2023 (sexta-feira) às 10:00hs (horário de Brasília).
Os interessados em participar do certame poderão retirar o respectivo instrumento convocatório no portal do Senac/AM www.am.senac.br ou no portal do comprasnet https://www.gov.br/compras/pt-br/ .
Outras informações: (92) 3199-9980 / e-mail: licitacao@am.senac.br

Comissão Permanente de Licitação
SENAC/AM

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC

Fecomércio — SenacAM

AVISO DE LICITAÇÃO

O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC – Administração Regional no Amazonas, torna público a realização do seguinte procedimento licitatório:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO – 009/2023
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE TRATAMENTO ESTÉTICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CURSO SUPERIOR EM ESTÉTICA DO SENAC/AM NO MUNICÍPIO DE PARINTINS
DATA: 23/02/2023 (quinta-feira) às 10:00hs (horário de Brasília).
Os interessados em participar do certame poderão retirar o respectivo instrumento convocatório no portal do Senac/AM www.am.senac.br ou no portal do comprasnet https://www.gov.br/compras/pt-br/ .
Outras informações: (92) 3199-9980 / e-mail: licitacao@am.senac.br
Comissão Permanente de Licitação
SENAC/AM

Yamaha Motor do Brasil Logística Ltda.

CNPJ/MF nº 26.278.985/0001-05 – NIRE 13.200.691.202

Declaração

Artigo 1º, 1º, Inciso 1, alíneas "a" à "d" In Drei nº 52 de 29/07/2022

Yamaha Motor do Brasil Logística Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Rua Jaguarão, nº 1842, Galpão 14, salas 1 e 2, Vila Buriti, Manaus/AM, CEP 69072-055, CNPJ nº 26.278.985/0001-05, NIRE 13200691202, por seu Diretor Operacional Eurydes Siqueira de Barcellos Junior, portador do RG nº 1033458082-RS e CPF/ME nº 465.169.560-49, **Declara**, sob as penas da lei, **referente ao estabelecimento filial, localizada na Rua Rio Jaguarão, nº 1.180, Galpão 2 – B, Vila Buriti, Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69072-055, registrada na Junta Comercial do Estado do Amazonas, sob NIRE nº 1390069120-2 e inscrita no CNPJ sob nº 26.278.985/0009-62, que: O Capital Social da sede:** 2.700.000 (dois milhões e setecentas mil) quotas sociais, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais). **A Capacidade:** A área de armazenagem do galpão é de 1.190,00 m² (mil e cento e noventa metros quadrados). **A Comodidade:** A unidade armazenadora apresenta condições satisfatórias no que se refere à estabilidade estrutural e funcional, com condições de uso imediato. A edificação destinada ao galpão atende plenamente às necessidades de armazenagem em todos os processos (carga/descarga e recepção), com acessos devidamente dimensionados e áreas específicas para manobra dos veículos. De modo geral, todos os compartimentos apresentam boas condições de atendimento ao trabalho e higiene. **A Segurança:** Está de acordo com as normas técnicas do armazém, consoante a quantidade e a natureza das mercadorias, bem como com os serviços propostos no regulamento interno e aprovados pelo profissional no laudo técnico. Também estão instaladas e em perfeito funcionamento as Instalações de Combate à Incêndios, que conta com uma rede de hidrantes, extintores e monitoramento por câmeras, estrategicamente distribuídos em toda a edificação. **A Descrição Minuciosa dos Equipamentos do Armazém, conforme o tipo de armazenamento:** Para o manuseio, transporte, estocagens de mercadorias na área do armazém serão utilizados: 04 computadores, 01 servidor, sistema WMS, 02 Empilhadeiras de 2 ton., 04 paleteiras hidráulicas, 02 niveladoras de doca, 1000 posições de armazenagem, 04 leitores de código de barras e 02 impressoras a laser. **A Natureza e Discriminação das Mercadorias:** As mercadorias a serem recebidas para armazenamento são de diversas naturezas, tais como: de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, Medicamentos e Insumos Farmacêuticos Controlados (Portaria 344), Equipamentos de tecnologia para Saúde (correlatos), saneantes domissanitários, Cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal, produtos Alimentícios e suplementos e complementos alimentares. Obs.: A sociedade se compromete a obter nos Órgãos específicos as respectivas autorizações. **As Operações e Serviços a que se propõe:** O galpão e toda a estrutura de serviços à ele associada, se destina às atividades de Armazém Geral compreendendo: o recebimento, conferência, armazenagem, separação e expedição de mercadorias de terceiros; a administração, organização e serviços pertinentes, depósito, e centro de distribuição no atacado e varejo. Manaus, 25 de novembro de 2022. **Yamaha Motor do Brasil Logística Ltda. p/procuração registro sob nº 1277023 em 27/12/2022. Eunice Pimenta Gomes de Barros**. Junta Comercial do Estado do Amazonas. Certifico registro sob o nº 1297190 em 01/02/2023. Protocolo 230071309 de 31/01/2023. Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretária Geral.

Regulamento Interno – Armazém Geral

A sociedade empresária **Yamaha Motor do Brasil Logística Ltda.**, estabelecimento filial, registrada na Junta Comercial do Estado do Amazonas sob NIRE nº 1390029469-9, localizada na Rua Rio Jaguarão, nº 1.180, Galpão 2 – B, Vila Buriti, Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69072-055, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.278.985/0009-62 Estabelece as normas que regerão sua atividade de Armazenamento de Mercadorias da seguinte forma: **Artigo 1º.** Serão recebidas em depósitos, mercadorias diversas, que não possuem natureza agropecuária, nacionais e estrangeiras já nacionalizadas, tais como: Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, Medicamentos e Insumos Farmacêuticos Controlados (Portaria 344), Equipamentos de tecnologia para Saúde (correlatos), Saneantes domissanitários, Cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal, produtos Alimentícios e suplementos e complementos alimentares. **Parágrafo primeiro.** Serviços acessórios serão executados desde que possíveis e desde que não sejam contrários às disposições legais. **Parágrafo segundo.** A sociedade se compromete a obter nos Órgãos específicos as respectivas autorizações. **Artigo 2º.** A juízo da direção, as mercadorias poderão ser recusadas nos seguintes casos: (conforme § 2º do artigo 8º do Decreto 1102/1903): I) – Quando não houver espaço suficiente para armazenamento; II)-SE, em virtude das condições em que elas se acharem, puderem danificar as mercadorias já depositadas; e III) se a mercadoria que deseja armazenar não for tolerada pelo regulamento interno. **Artigo 3º.** A responsabilidade pelas mercadorias em depósito cessará nos casos de alterações de qualidade provenientes da natureza ou do acondicionamento daquelas, bem como por força maior, salvo a disposição no art. 37, § único do Decreto 1102/1903. **Artigo 4º.** Os depósitos de mercadorias deverão ser feitos por ordem do depositante, do seu procurador ou do seu preposto e será dirigida à empresa, que emitirá o documento especial (denominado Recibo de Depósito), contendo quantidade, especificação, classificação, marca, peso e acondicionamento das mercadorias. **Artigo 5º.** As indenizações prescreverão em três meses, contados da data em que as mercadorias foram ou deveriam ter sido entregues, e serão calculadas pelo preço das mercadorias em bom estado. **Artigo 6º.** O inadimplemento de pagamento de armazenagem acarretará vencimento antecipado do prazo do depósito, com a adoção do procedimento previsto no artigo 10 e parágrafos do Decreto 1.102/1903. **Parágrafo único.** A empresa de armazém geral tem o direito de retenção para garantia do pagamento das armazenagens e despesas com a conservação e com as operações, benefícios e serviços prestados às mercadorias, à pedido do dono; dos adiantamentos feitos com fretes e seguro, e das comissões e juros quando as mercadorias lhes tenham sido entregues em consignação. A empresa de armazém geral poderá também ser indenizada por prejuízos que lhes venham por culpa ou dolo do depositante, conforme artigo 14 do Decreto 1102/1903. **Condições Gerais:** Os seguros e as emissões de warrants serão regidos pelas disposições do Decreto Federal 1.102/1903 e IN 52/2022 do DREI. O pessoal auxiliar e suas obrigações, bem como o horário de funcionamento dos armazéns, e também os casos omissos serão regidos pelos usos e costumes da praxe comercial, desde que não contrários à legislação vigente. Manaus, 03 de janeiro de 2023. **Yamaha Motor do Brasil Logística Ltda. p/procuração registro sob nº 1277023 em 27/12/2022. Eunice Pimenta Gomes de Barros**. Junta Comercial do Estado do Amazonas. Certifico registro sob o nº 1291769 em 20/01/2023. Protocolo 230071341 de 19/01/2023. Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretária Geral.

Tarifa Remuneratória

A sociedade **Yamaha Motor do Brasil Logística Ltda.**, arquivada na Junta Comercial do Amazonas sob NIRE nº 1390029469-9 e inscrita no CNPJ sob nº 26.278.985/0009-62, localizada na Rua Rio Jaguarão, nº 1.180, Galpão 2 – B, Vila Buriti, Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69072-055. Valores de todos os serviços relacionados à atividade de Armazém Geral:

Item	Característica	Valores	Critério de cobrança
Movimentação	Recebimento	R$ 19,76	Por Palete
	Expedição	R$ 26,65	Por Palete
Armazenagem	Porta Palete	R$ 44,76	Posição Palete (Pico Mês)
	Blocado	R$ 49,80	Posição Palete (Pico Mês)
Seguro	Ad Valorem	0,15%	Sobre o valor das mercadorias armazenadas (Pico da Mês)

Aos serviços extraordinários que, por imposição do cliente, necessitem de emprego da equipe em horários adversos aos estabelecidos como horário de expediente do Armazém, terão os seus custos e operação negociados previamente e dependerão dos meios necessários para a realização da operação. Manaus, 03 de janeiro de 2023. **Yamaha Motor do Brasil Logística Ltda. p/procuração registro sob nº 1277023 em 27/12/2022. Eunice Pimenta Gomes de Barros**. Junta Comercial do Estado do Amazonas. Certifico registro sob o nº 1291770 em 20/01/2023. Protocolo 230071317 de 19/01/2023. Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretária Geral.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS - TJAM

AVISO DE LICITAÇÃO - COLIC/TJAM

O Tribunal de Justiça do Amazonas torna público para conhecimento de todos os interessados que se encontra instaurada a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.
Pregão Eletrônico nº 004/2023
Processo Administrativo nº. 2022/000032222-00
CÓDIGO DA UASG: **925866**
Objeto: Registro de Preços para eventual fornecimento, instalação e substituição de cancelas automáticas para entrada e saída de veículos nas dependências do Tribunal de Justiça do Amazonas.
Entrega das Propostas: a partir do dia 08/02/2023, no site www.gov.br/compras
Abertura da Sessão Pública: dia 24/02/2023, às 10h00 (Horário de Brasília), no site www.gov.br/compras
Realização através do Portal: www.gov.br/compras
O edital e seus anexos poderão ser examinados e adquiridos gratuitamente através dos sites: www.gov.br/compras e www.tjam.jus.br.

Manaus, 31 de janeiro de 2023.

JOSÉ ROGÉRIO DE SOUSA MENDES JÚNIOR
Pregoeiro

JCAM.COM.BR
NOTÍCIAS
ARTIGOS
COLUNAS
ESPECIAIS
PODCAST
VÍDEOS
ACERVO

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal do Comercio LTDA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código AE3D-8EE4-1053-DDDE.
ICP Brasil
EMPRESA JORNAL DO COMERCIO LTDA:04561791000180
Assinado de forma digital por EMPRESA JORNAL DO COMERCIO LTDA:04561791000180 Dados: 2023.02.06 18:18:34 -04'00'

Sheyla Andrade dos Santos
Promotora de Justiça
51ª Promotoria de Justiça de Manaus

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº Inquérito Civil Nº 040.2022.000419

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO Nº 2023/0000007158.01PROM_SGC

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por meio da Promotoria de Justiça
de São Gabriel da Cachoeira/AM, pelo Promotor de Justiça infra-assinado, no exercício de suas
atribuições constitucionais e legais, máxime os artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição
Federal, e as disposições da Lei Orgânica Nacional nº 8.625/93 e da Lei Complementar Estadual nº
011/93; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 27 da Resolução nº 006/2015 – CSMP, segundo o qual o
inquérito civil é o instrumento instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses
ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, nos termos da legislação aplicável, servindo para o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais do Ministério Público;

CONSIDERANDO a expiração do prazo de tramitação da Notícia de Fato nº 040.2022.000419 que
foi instaurada para apurar a suposta prática de atos de improbidades administrativas, em tese,
pelo Chefe do Executivo de São Gabriel da Cachoeira/AM;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil
para a proteção do patrimônio público e social, meio ambiente e de outros interesses difusos e
coletivos;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de diligências necessárias à elucidação dos fatos;

RESOLVE:

I. CONVERTER a Notícia de Fato nº 040.2022.000419 e INSTAURAR este Inquérito Civil, para apurar suposta prática de atos de improbidade administrativa, consistente em dano ao erário pelo Chefe do Executivo Municipal, desde já adotando-se as seguintes providências:

II. REQUISITAR, mediante ofício, à Secretaria Municipal de Administração e à Secretaria
Municipal de Finanças de São Gabriel da Cachoeira, para que informem, enviando documentos
comprobatórios das alegações, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, o motivo da inadimplência do
Município de São Gabriel da Cachoeira em face da concessionária Amazonas Energia S/A,
enviando documentos comprobatórios das alegações.

III. PUBLIQUE-SE.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 27 de janeiro de 2023.

Paulo Alexander dos Santos Beriba
Promotor de Justiça

AVISO Nº PIC: 205.2021.000012

EXTRATO DE ARQUIVAMENTO - PIC

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tabatinga/AM, em cumprimento ao §2º, inciso I, do art. 13 da Resolução 006/2015 – CSMP, in fine, dá conhecimento a quem venha interessar que foi arquivado o Procedimento Investigatório Criminal (PIC - MP) Nº 205.2021.000012 – 2ª PJ Tabatinga/AM, cujo o objeto trata de apurar possível prática de abuso de autoridade praticado por policiais do 8º Batalhão da Polícia Militar, pelos motivos fáticos e jurídicos constantes na Decisão, notadamente, em razão do fato narrado já ser objeto da demanda judicializada.

Tabatinga/AM, 06 de Fevereiro de 2023.
DANIEL ROCHA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça

AVISO Nº PIC: 206.2021.000071

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tabatinga/AM, em cumprimento ao §2º, inciso I, do art. 13 da Resolução 006/2015 – CSMP, in fine, dá conhecimento a quem venha interessar que foi arquivado o Procedimento Investigatório Criminal (PIC - MP) Nº 206.2021.000071 – 2ª PJ Tabatinga/AM, cujo o objeto trata de apurar de abuso sexual contra adolescente indígena, pelos motivos fáticos e jurídicos constantes na Decisão, notadamente, em razão do fato narrado já ser objeto da demanda judicializada.

Tabatinga/AM, 06 de Fevereiro de 2023.
DANIEL ROCHA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça

AVISO Nº PIC: 206.2021.000045

EXTRATO DE ARQUIVAMENTO - PIC

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tabatinga/AM, em cumprimento ao §2º, inciso I, do art. 13 da Resolução 006/2015 – CSMP, in fine, dá conhecimento a quem venha interessar que foi arquivado o Procedimento Investigatório Criminal (PIC - MP) Nº 206.2021.000045 – 2ª PJ Tabatinga/AM, cujo o objeto trata de apurar denúncia de possível prática de estelionato, praticado por J.R.L.

Tabatinga/AM, 06 de Fevereiro de 2023.
DANIEL ROCHA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2022.016003

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e seus anexos.

ABERTURA: 23 /02/2023, às 10h. (horário de Brasília).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lílian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretário-Geral do Ministério Público:
George Pestana Vieira

Câmaras Cíveis
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 07/02/2023.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal no site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento / impugnações deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones (92) 3655-0743 (Whatsapp Business) ou pelo e-mail institucional licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 03 de fevereiro de 2023.

Cleiton da Silva Alves
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 381/2022- DOMPE, Ed. 2495, de 23.11.2022

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS n.º 2.004/2022-CPL/MP/PGJ
PROCEDIMENTO INTERNO n.º 2022.012921

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar o serviço de reforma da edificação onde está instalada a Promotoria de Justiça da Comarca de Lábrea, situada no seguinte endereço Rua Doutor João Fábio de Araújo s/n.º - Centro, Lábrea/AM, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e materiais de reposição necessários para execução dos serviços.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, após o julgamento das propostas, decide por:

1. JULGAR ACEITÁVEL a Proposta de Preços da licitante ANGELIM ENGENHARIA LTDA., CNPJ N.º 31.561.768/0001-68, pelo pleno atendimento à todas as exigências técnicas e formais estabelecidas no instrumento convocatório.

2. CONVOCAR a empresa ORION SERVIÇOS TÉCNICO EIRELI, CNPJ N.º 28.254.636/0001-89, para no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, apresentar nova proposta retificada nos termos do subitem 10.15 das regras do cotejo, com prazo final em 08/02/2022, fundamentada nas informações apresentadas no MEMORANDO Nº 44.2023.DEAC.0975096.2022.012921, especificamente na letra "c" do Item 10.2 do referido documento e no subitem 9.3.2 do Edital.

Informações adicionais, dúvidas deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones (92) 3655-0743 (WhatsappBusiness) ou pelo e-mail institucional licitacao@mpam.mp.br

Manaus, 6 de fevereiro de 2023.

Cleiton da Silva Alves
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 381/2022 - DOMPE, Ed. 2495, de 23.11.2022
Matrícula n.º 000.640-8A

ATOS DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL

EDITAL Nº 9.2023.DRH.0975768.2022.010852

O Chefe da Divisão de Recursos Humanos da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais previsto no item 8.1 Edital de Seleção, CONVOCA os senhores e senhoras abaixo nominados para fase de entrevistas na forma do item 7.8 do Edital do II PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO NA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS. As entrevistas serão realizadas a partir de 06/01/2023, conforme notificação individual que será enviada para os meios de comunicação (e-mail, telefone ou mensagem de texto) informados no ato da inscrição. Tal procedimento se faz necessário para o regular Credenciamento no Quadro de Estagiários desta Instituição, nos termos do Ato PGJ n° 169/2009 e alterações, bem como atendimento do item 7.9 do Edital de Seleção.
(ANEXO)

EDITAL

EDITAL Nº 10.2023.DRH.0975783.2023.000619

O Chefe da Divisão de Recursos Humanos da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais previsto no item 8.1 Edital de Seleção, CONVOCA os senhores e senhoras abaixo nominados para fase de entrevistas na forma do item 7.8 do Edital do III PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO NA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS. As entrevistas serão realizadas a partir de 06/02/2023, conforme notificação individual que será enviada para os meios de comunicação (e-mail, telefone ou mensagem de texto) informados no ato da inscrição. Tal procedimento se faz necessário para o regular Credenciamento no Quadro de Estagiários desta Instituição, nos termos do Ato PGJ n° 169/2009 e alterações, bem como atendimento do item 7.9 do Edital de Seleção.
(ANEXO)

PORTARIA Nº 34/2023/DRH

A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo SEI nº 2023.001390

RESOLVE:

DESIGNAR a estagiária de Nível Médio, RAILIENY BENTES DOS SANTOS, para exercer suas atribuições junto a(o) SUBJUR - Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais, a contar de 09/02/2023, no horário de 13:00 às 17:00 horas.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus (Am.), 06 de fevereiro de 2023

MARCUS ROBERTO LARANJEIRA DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lílian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretário-Geral do Ministério Público:
George Pestana Vieira

Câmaras Cíveis
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação DOMPE_Ed. 2544 de 06.02.2022 (0977233) SEI 2022.016003 / pg. 222

REQUERIMENTO Nº 210771/2023

Interessado: Ruy Malveira Guimarães
A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 10 dia(s) de férias ao(à) Exmo. Sr. Promotor de Justiça de Entrância Final em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 1º/2021, para fruição no período de 03/07/2023 a 12/07/2023.
Nicolau Libório dos Santos Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 79.2023.SUBJUR.0979505.2023.001688

Interessado: HILTON SERRA VIANA

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve SUSPENDER INTEGRALMENTE o gozo de férias do(a) Exmo. Sr. Promotor de Justiça de Entrância Final em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 1º/2022, originalmente previstas para usufruto no período de 30/06/2023 a 09/07/2023, para usufruto em data oportuna.

NICOLAU LIBÓRIO DOS SANTOS FILHO
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais

ATOS DA SUBPROCURADORIA-GERAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 32/2023/SUBADM

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 4.º, inciso I, do ATO PGJ N.º 076/2013, de 03 de maio de 2013,

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo n.º 2023.000613 – SEI,

RESOLVE:

LOTAR a servidora DEBORAH TRAJANO CORREA CASTELLO BRANCO, Assessora Jurídica de Subprocurador-Geral de Justiça, para exercer suas funções junto à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, a contar de 16/01/2023.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 17 de janeiro de 2023.

GEORGE PESTANA VIEIRA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

PORTARIA Nº 109/2023/SUBADM

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2023.002487– SEI,

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 389/2007, datado de 26.11.2007, que regulamenta a utilização da modalidade Pregão no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas,

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS, Agente de Apoio – Administrativo, como Pregoeiro(a) do Pregão Eletrônico n.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ (Contratação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica), e, para auxiliá-lo, bem como substituí-lo em seus impedimentos ou afastamentos, a servidora SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES, Agente de Apoio – Administrativo;

II – DESIGNAR os servidores CLEITON DA SILVA ALVES e FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA, ambos Agentes de Apoio – Administrativo, membros da Comissão Permanente de Licitação desta Instituição, para compor a Equipe de Apoio do referido Pregão.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, 06 de fevereiro de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

PORTARIA Nº 111/2023/SUBADM

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2022.013951 – SEI;

CONSIDERANDO a necessidade de designação de servidores para o assessoramento jurídico dos Promotores de Justiça designados para a função de Promotor Eleitoral;

RESOLVE:

I – CONSTITUIR Grupo de Trabalho para assessoramento aos Promotores de Justiça com atribuições eleitorais;

II – DESIGNAR, para compor o referido Grupo de Trabalho, os servidores:

1. ÉMERSON CARDOSO DOS SANTOS (Agente Técnico-Jurídico da Promotoria Eleitoral da 63ª ZE);
2. ROBERTA GRAÇA SALDANHA (Agente Técnico-Jurídico);
3. TALITHA NOGUEIRA BRAGA ANDES (Agente de Serviço-Administrativo do CAO-PE)

III – FIXAR o prazo para a realização dos trabalhos no período de 31 de janeiro de 2023 a 30 de abril de 2023, e a meta individual de 100 (cem) pontos, baseados nas tabelas de pontuação apresentadas no procedimento SEI n.º 2022.013951;

IV – AUTORIZAR o pagamento da gratificação estabelecida pelos §§ 1.º e 4.º, do art. 6.º, do ATO PGJ N.º 233/2011, alterado pelo ATO PGJ N.º 087/2023, aos servidores integrantes do referido grupo, após a apresentação do Relatório Final.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em Manaus, 07 de fevereiro de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lílian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretário-Geral do Ministério Público:
George Pestana Vieira

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico Número 4.003/2023-CPL/MP/PGJ

Data da Licitação: 23/02/2022	Hora da Licitação: 10:00h (Horário de Brasília)
Proponente: LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	
CNPJ: 18.422.603/0001-47	
Inscrição Estadual: 05.340.677-0	
Endereço Eletrônico: www.logicpro.com.br	
Endereço Completo: RUA BELO HORIZONTE, 1568, ADRIANOPOLIS	
Site: www.logicpro.com.br	
Cidade / UF: MANAUS/AM	CEP: 69.057-060
Telefone: (92) 3090-4000	Fax: (92) 3090-4000
E-mail: licitacoes@logicpro.com.br	
Inscrição no Simples: NÃO	
Dados Bancários: Banco 237 Bradesco, Agência 3726, Conta Corrente 154617-1	
Contato para Fins de Faturamento: CINTIA ROCHA, Gerente financeira, Endereço (o mesmo da sede), fone/fax (92) 3040 4015, e-mail cintia.rocha@logicpro.com.br	
SOCIO 01 - SG ENGENHARIA LTDA, com sede na Avenida Recife, no 3822, Loja 05, Altos, Bairro: Flores, CEP: 69.058-775, Manaus/AM, registrada da Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA, sob no 13.200.501.969 em sessão de 22/10/2008, inscrita no CNPJ sob no 10.452.088/0001-36. Representada neste ato POR: FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARÃES, nascido em 27/08/1970, Engenheiro Civil, CREA 4538 – D/AM, expedida em 20/09/2007, portador da Carteira de Identidade no 0896638-9 expedida por SSP/AM, inscrito no CPF sob no 337.832.922-04; SOCIO 02 - MARA LENILMA LIMA CORREA, nascida em 02/11/1977, Arquiteta, portadora da CNH no 03584110245, expedida em 30/09/2014 por DETRAN/AM, inscrita no CPF sob no 582.380.772-49; SOCIO 03 - CLAUDIONEY ALVES DA SILVA, nascido em 06/06/1980, engenheiro de telecomunicações, portador da CNH no 00394703198 expedida em 17/09/2014 por DETRAN/AM, inscrito no CPF sob no 639.734.212-34.	
Prazo de execução: I) Até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do Contrato e da Ordem de Serviço, em consonância com o subitem 6.1. do Termo de Referência; II) Remanejamento até 10 (dez) dias corridos a partir da data de solicitação em consonância com o subitem 6.4. do Termo de Referência;	
Validade da Proposta: 90 dias.	
Local de Entrega: Nos endereços discriminados em TERMO DE REFERÊNCIA e Edital.	
Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses	

Declaramos que estão inclusas no valor cotado todos os custos, diretos e indiretos, decorrentes das operações tais como: transporte, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, indenizações, fiscais e comerciais, embalagens, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à efetivação do fornecimento na forma prevista no Edital.

Declaramos que os produtos e serviços atendem às especificações do órgão.

ITEM	DESCRICAO	UND	QTD	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B. Capacidade Total de 500 Mbps	Mês	12	R$ 6.200,00	R$ 74.400,00
2	Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)	Und	6	R$ 74,87	R$ 449,22
3	Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas)	Und	2	R$ 74,87	R$ 149,74

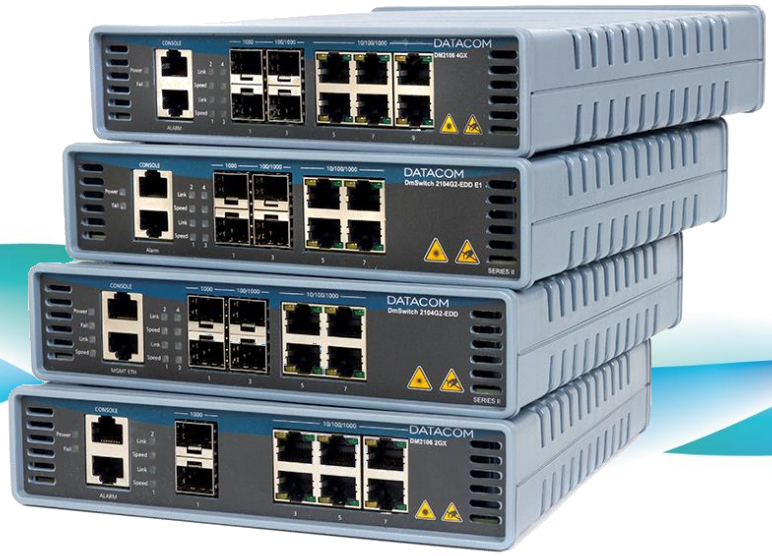
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA R$ 74.998,96
SETENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS
Manaus, 23 de fevereiro de 2023.
Os serviços serão entregues de acordo com as especificações descritas no Edital. Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos

CNPJ: 18.422.603/0001-47
LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
Rua 24 de Maio Nº 220 Ed. Rio Negro Center
Sala 918
Centro- CEP 69.010-080
Manaus AM

gov.br Documento assinado digitalmente
DIEMISSON DOS SANTOS SOUSA
Data: 23/02/2023 12:34:46-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Diemisson dos Santos Sousa
CPF 995.714.632-72
RG 2629687-0
Representante

DATACOM



DmSwitch 2100 EDD

DESCRITIVO DE PRODUTO

DmSwitch 2100 Metro Ethernet Series

A linha de produtos DmSwitch 2100 – EDD (Ethernet Demarcation Device) é a família de switches DATACOM destinada a oferecer serviços inteligentes de demarcação LAN/WAN na última milha de redes de acesso Metro Ethernet. Com os produtos da Linha EDD DATACOM é possível monitorar e controlar o serviço em toda a rede.

O EDD realiza a comutação wire speed de pacotes em camada 2, podendo operar, tanto em topologias ponto a ponto (com proteção do tipo 1+1) como em anel, utilizando protocolos de proteção Ethernet, tais como xSTP ou EAPS.

Juntamente com os switches das famílias DM4000, DM4100 ou Switches DmOS, é possível definir uma nova topologia de rede óptica para acesso até a última milha.

A arquitetura pode ser definida como ETTX (Ethernet To The Premisses). Desta forma é possível fornecer serviços legados TDM utilizando a emulação de circuitos com Pseudowires, além dos serviços Ethernet nativos com dispositivos avançados de demarcação de rede.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

WIRESPEED L2

A comutação de pacotes L2 é feita em silício, com switch fabric com capacidade de 24Gbit/s, permitindo um throughput wirespeed de mais de 17Mpps para pacotes de 64bytes.

VLANS

A construção de Virtual LANs no DmSwitch EDD pode utilizar a totalidade das 4.094 VLANs definidas na norma IEEE 802.1q, simultaneamente, oferecendo ainda a funcionalidade de double tagging (Q-in-Q), o que permite a criação de serviços TLS (Transparent LAN Service).

SEGURANÇA

A linha DmSwitch EDD possui mecanismos que garantem segurança na operação, administração e manutenção (OAM) da planta instalada.

Através de Syslog remoto, relógio único via SNTP, e proteção contra ataques de DoS (Denial of Service), é possível construir uma estrutura de gerenciamento confiável. Suporta também a funcionalidade SNTP Server.

Estão disponíveis mecanismos de AAA com garantia de entrega via RADIUS e TACACS+. Estes serviços permitem a Autenticação (Authentication) de todos os tipos de usuários (admin/normal), a autorização de comandos (Authorization) e a contabilização (Accounting) dos acessos.

Para aplicações Metro Ethernet estão disponíveis ainda a limitação da quantidade de endereços MAC por porta, e limitação de banda para tráfegos de broadcast, multicast e DLF (Destination Lookup Failure).

MECANISMOS DE PROTEÇÃO

Estão disponíveis os protocolos de Spanning Tree. Para este protocolo, estão incluídas suas variações, quais sejam: RSTP (Rapid Spanning Tree) que possui tempos de convergência menores, e o MSTP (Multiple Spanning Tree), para melhor aproveitamento de recursos e maior escalabilidade. São disponibilizados também os protocolos EAPS (Ethernet Automatic Protection Switching) e ERPS (Ethernet Ring Protection Switching), que são específicos para proteções sub-50ms em anéis Ethernet. Desta maneira é possível construir topologias para aplicações Metro Ethernet com proteção e rapidez na restauração de falhas.

FACILIDADES DE GERENCIAMENTO

A linha DmSwitch EDD disponibiliza um gerenciamento centralizado através da ferramenta de gerenciamento da DATACOM, o DmView, que atua sobre plataformas Windows e Solaris, com total redundância e é compatível com o modelo FCAPS. O equipamento possui interface de linha de comando (Command Line Interface – CLI) com auxílio automático na sintaxe de comando e parâmetros e provê acesso via Telnet e Console RS-232. Está disponível também o agente SNMPv1, v2c e v3.

Quando o DmSwitch 2100 é conectado aos demais switches da linha DM3000, DM4000 e DM4100, é possível utilizar a funcionalidade de gerência remota sem IP (OAM IP-less). Neste modo, o DmSwitch EDD é gerenciado pelo DmView através do switch no qual ele está conectado.

A fim de facilitar o gerenciamento do DmSwitch EDD, é possível armazenar até duas configurações diferentes no equipamento, escolhendo qual delas será utilizada na sua inicialização. O DmSwitch permite o monitoramento do uso de memória e uso de CPU através do CLI e SNMP.

Proposta de Preço LOGICPRO (0987763) SEI 2022.016003 / pg. 228

Estão presentes ferramentas para diagnóstico de rede e infraestrutura de cabeamento, incluindo Digital Diagnostic (SFF-4872).

FACILIDADES DE QOS

A linha de switches de demarcação DmSwitch 2104G – EDD disponibiliza até quatro enfileiramentos de QoS por porta, com algoritmos de priorização que permitem uma série de otimizações, tais como: definir qual fluxo de dados terá prioridade, configurar pesos para cada fila e definir taxas mínimas de encaminhamento em todas as portas físicas do equipamento.

A classificação pode ser feita utilizando a norma IEEE 802.1p, ou os campos de IP Precedence ou DSCP. Além disso, são disponibilizadas estatísticas de QoS, permitindo um melhor controle da rede.

O controle de banda possui granularidade de 64Kbit/s na definição de PIR (Peak Information Rate) e pode ser aplicado ao tráfego de entrada ou saída de portas.

Algumas das opções de filtros suportados são listadas abaixo:

- Match: 802.1p, all, destination-ip, destination-mac, destination-port, dscp, ethertype, protocol, source-ip, source-mac, source-port, tos-bits, tos-precedence, vlan, etc.

- Action: Permit, deny, 802.1p, 802.1p-from-tos, counter, drop-precedence, dscp, egress-block, int-802.1p, pkt-802.1p, pkt-802.1p-from-tos, tos, tos-from-802.1p, etc.

Os filtros são bastante flexíveis, permitindo a avaliação/marcação dos pacotes que excedem a especificação de banda. Entre as ações permitidas estão: a transmissão sem modificação (permit), descarte (deny) e a remarcação de diversos campos do pacote.

ETHERNET OAM

Há suporte para Point-to-Point OAM (EFM) seguindo padrão IEEE 802.3ah. Isto possibilita a indicação de falhas, incluindo Dying Gasp, Unidirectional Link e Critical Event. O EFM opera com intervalo entre PDUs configurável, garantindo interoperabilidade com outros fabricantes.

A linha DmSwitch 2100 suporta End-to-End OAM (CFM) através dos padrões IEEE 802.3ag e ITU-T Y.1731. Através deste suporte é possível fazer monitoramento pró-ativo de conectividade (Continuity Check) e isolamento de falhas por meio de Loopback Messages (ping L2) e Linktrace Message (traceroute L2). É possível ainda o monitoramento de performance pelas medidas de Frame Delay e Frame Delay Variation Bidirectional.

PSEUDOWIRE TDM[(1)]

Projetado para atender as aplicações de convergência dos serviços legados para a nova rede de pacotes, o DmSwitch 2100 possibilita o uso da tecnologia pseudowire (PWE3) para emulação dos atributos essenciais do serviço TDM.

As interfaces E1 elétricas presentes no equipamento são emuladas dentro da rede Ethernet com o uso de pseudowires e suportam tanto a utilização em modo framed (estruturado) como unframed, possibilitando transporte de dados bit transparente.

POWER SUPPLY

Fonte interna com seleção automática (90 a 250VAC 50/60Hz ou 36 a 72VDC).

Proposta de Preço LOGICPRO (0987763) SEI 2022.016003 / pg. 229

Modelos Disponíveis

DMSWITCH 2104G2 – EDD (SERIES II)

Equipamento da família DmSwitch 2100 EDD (Ethernet Demarcation Device), com gabinete plástico. Possui funcionalidades avançadas para redes Metro L2, como VLAN, QoS, EAPS, xSTP, OAM, entre outras.

Possui as seguintes interfaces externas:

- 4 portas LAN 10/100/1000Base-TX (RJ45 Cat5, Cat5e e Cat6)
- 4 portas WAN ópticas 1000Base-X – SFP (*)
- 1 porta CONSOLE para gerência via serial RS232
- 1 porta MGMT 10/100Base-TX (RJ45) para gerência
- 1 Entrada POWER AC/DC com seleção automática

DMSWITCH 2104G2 – EDD 2E1 (SERIES II)

Equipamento da família DmSwitch 2100 EDD (Ethernet Demarcation Device), com gabinete plástico. Possui funcionalidades avançadas para redes Metro L2, como VLAN, QoS, EAPS, xSTP, OAM, entre outras. Possui interfaces E1 elétricas, permitindo a emulação de circuitos com o uso de Pseudowires TDM.

- 4 portas LAN 10/100/1000Base-TX (RJ45 Cat5, Cat5e e Cat6)
- 4 portas WAN ópticas 1000Base-X – SFP (*)
- 2 portas E1 (RJ45), 75 ou 120 ohms (oito bundles para configuração, quatro em cada porta)
- 1 porta CLOCK SOURCE, saída – BITS (Building Integrated Timing Supply)
- 1 porta CONSOLE para gerência via serial RS232
- 1 porta ALARM para entrada e saída de alarmes externos (opcional)
- 1 Entrada POWER AC/DC com seleção automática

DMSWITCH 2104G2 – EDD 8E1 (SERIES II)

Equipamento da família DmSwitch 2100 EDD (Ethernet Demarcation Device), com gabinete plástico. Possui funcionalidades avançadas para redes Metro L2, como VLAN, QoS, EAPS, xSTP, OAM entre outras. Possui interfaces E1 permitindo a emulação de circuitos com o uso de Pseudowires TDM.

Possui as seguintes interfaces externas:

- 4 portas LAN 10/100/1000Base-TX (RJ45 Cat5, Cat5e e Cat6)
- 4 portas WAN ópticas 1000Base-X – SFP (*)
- 8 portas E1 (RJ45), 75 ou 120 ohms (oito bundles para configuração, um em cada porta)
- 1 porta CLOCK SOURCE, saída – BITS (Building Integrated Timing Supply)
- 1 porta CONSOLE para gerência via serial RS232
- 1 porta ALARM para entrada e saída de alarmes externos (opcional)
- 1 Entrada POWER AC/DC com seleção automática

Proposta de Preço LOGICPRO (0987763) SEI 2022.016003 / pg. 230

DMSWITCH 2106 – 4GX

Equipamento da família DmSwitch 2100 EDD (Ethernet Demarcation Device), com gabinete plástico. Possui funcionalidades avançadas para redes Metro L2, como VLAN, QoS, EAPS, xSTP, OAM, entre outras.

Possui as seguintes interfaces externas:

- 6 portas LAN 10/100/1000Base-TX (RJ45 Cat5, Cat5e e Cat6)
- 4 portas WAN ópticas 1000Base-X – SFP (*)
- 1 porta CONSOLE para gerência via serial RS232
- 1 porta ALARM para entrada e saída de alarmes externos
- 1 Entrada POWER AC/DC com seleção automática

DMSWITCH 2106 – 4GX+2E1

Equipamento da família DmSwitch 2100 EDD (Ethernet Demarcation Device), com gabinete plástico. Possui funcionalidades avançadas para redes Metro L2, como VLAN, QoS, EAPS, xSTP, OAM entre outras. Possui interfaces E1 permitindo a emulação de circuitos com o uso de Pseudowires TDM.

Possui as seguintes interfaces externas:

- 6 portas LAN 10/100/1000Base-TX (RJ45 Cat5, Cat5e e Cat6)
- 4 portas WAN ópticas 1000Base-X – SFP (*)
- 2 portas E1 (RJ45) com impedância 75 ou 120 ohms (oito bundles para configuração, quatro em cada porta)
- 1 porta CLOCK SOURCE, entrada e saída – BITS
- 1 porta CONSOLE para gerência via serial RS232
- 1 porta ALARM para entrada e saída de alarmes externos (opcional)
- 1 Entrada POWER AC/DC com seleção automática

DMSWITCH 2106 – 4GX+8E1

Equipamento da família DmSwitch 2100 EDD (Ethernet Demarcation Device), com gabinete plástico. Possui funcionalidades avançadas para redes Metro L2, como VLAN, QoS, EAPS, xSTP, OAM entre outras. Possui interfaces E1 permitindo a emulação de circuitos com o uso de Pseudowires TDM.

Possui as seguintes interfaces externas:

- 6 portas LAN 10/100/1000Base-TX (RJ45 Cat5, Cat5e e Cat6)
- 4 portas WAN ópticas 1000Base-X – SFP (*)
- 8 portas E1 (RJ45) com impedância 75 ou 120 ohms (oito bundles para configuração, um em cada porta)
- 1 porta CLOCK SOURCE, entrada e saída – BITS
- 1 porta CONSOLE para gerência via serial RS232
- 1 porta ALARM para entrada e saída de alarmes externos (opcional)
- 1 Entrada POWER AC/DC com seleção automática

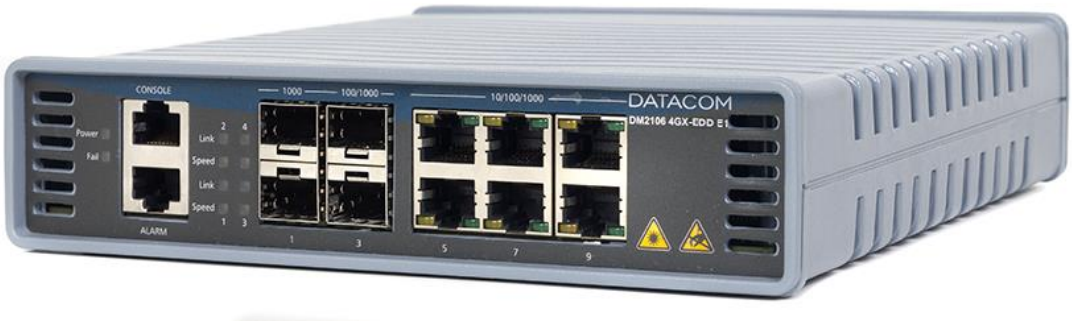
(*) Em versões de HW anteriores a versão .71, disponibilizada até out/2020, duas das quatro interfaces óticas permitem operação no modo Fast Ethernet ótico (100Base-FX). Versões com revisão .71 ou superiores suportam apenas o modo GE ótico (1000Base-X).

Proposta de Preço LOGICPRO (0987763) SEI 2022.016003 / pg. 231

GABINETE

Gabinete de Mesa Plástico padrão da linha DATACOM. Possui as dimensões de 195 mm de Largura, 200 mm de profundidade e 44 mm de altura (com os pés de borracha).

Este gabinete visa o uso em bancadas ou ainda em um bastidor 19 polegadas com o uso da bandeja MA-01 (800.0141.xx).



Proposta de Preço LOGICPRO (0987763) SEI 2022.016003 / pg. 232

Especificações Técnicas

	2104 G2 EDD	2104 G2 EDD 2E1	2104 G2 EDD 8E1	2106 4GX	2106 4GX 2E1	2106 4GX 8E1
Switch L2	Wire Speed			Wire Speed		
QoS	4 Filas (L2-L3)			4 filas (L2-L3)		
Portas Elétricas 10/100/1000 Base-TX	4			6		
Porta Ópticas 1000 Base-X	4			4		
Tabela MAC Address	8k			8k		
Emulação TDM PWE3[1]	-	2E1 (RJ45)	8E1 (RJ45)	-	2E1 (RJ45)	8E1 (RJ45)
Proteção óptica	Externa (opcional)					
Fonte de Alimentação	Fonte Interna AC/DC com seleção automática					
Umidade Relativa	10% a 90% sem condensação					
Temperatura de operação	0º a 55º C					

Proposta de Preço LOGICPRO (0987763) SEI 2022.016003 / pg. 233

PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES

Característica	Detalhes
Flow Control	Backpressure em half duplex; PAUSE (IEEE 802.3x) em full duplex
Auto-negotiation	Speed duplex mode, flow control e MDI/MDIX
Gerenciamento	Command Line Interface (CLI) via Telnet, SSHv2 e Console Telnet e SSHv2 (Cliente e servidor) para gerência inband e outband Gerenciamento via Interface Gráfica DmView Gerência Remota através dos switches DM3000, DM4000 e DM4100 SNMP v1 / v2c / v3 RMON grupos 1, 2, 3 e 9 Ferramentas de diagnóstico de rede (traceroute, ping) Upgrade de firmware em flash via TFTP ou DmView Níveis de acesso para gerenciar grupos de usuários Até 2 configurações em flash, com upload ou download via TFTP Acesso via SNMP aos Contadores de QoS Ethernet OAM (EFM – IEEE 802.3ah, CFM – IEEE 802.1ag e Y.1731) Ethernet Local Management Interface (E-LMI definido pelo MEF16) Link Layer Discovery Protocol (LLDP – IEEE 802.1ab)
Segurança	Limite de endereços MAC configurável por porta Syslog Remoto Suporte a Servidor de Syslog Authentication, Authorization e Accounting (AAA) com TACACS+. Authentication e Accounting com RADIUS. Storm Control unicast / multicast / broadcast Mecanismos de proteção contra ataques de Denial of Service (DoS) SNTP Client/Server
VLAN	Tagging com até 4096 VIDs simultâneos (IEEE 802.1q) Port Based Q-in-Q double tagging Vlan Translate com até 16 traduções.
Proteção	Classic Spanning Tree (IEEE 802.1d) Rapid Spanning Tree (IEEE 802.1w) Multiple Spanning Tree (IEEE 802.1s) Loopback Detection EAPS (RFC3619) ERPSv1 (ITU-T G.8032) Backup Link
QoS (Marcação Classificação e Priorização)	4 filas por porta TCI tagging (IEEE 802.1p) IP Precedence/TOS ou DSCP/TOS Classificação por MAC Filtro com match genérico Rate-Limit (Ingress e Egress), com granularidade de até 64 Kbit/s por porta e por fluxo na definição de CIR e PIR possibilitando Traffic Shapping e Policing. WRR, WFQ, RR e SP como algoritmos de queue scheduling
Link Aggregation	Configuração estática ou dinâmica via LACP (IEEE 802.3ad)
PWE3[1]	Emulação de Circuito TDM via SaToP (RFC4553) Emulação de Circuito via CESoPSN (RFC5086) Configuração da fonte de relógio
Funcionalidades L2	Taxa máxima de Broadcast, Multicast e DLF controlada por porta Suporte a Jumbo Frame de até 9KB

Proposta de Preço LOGICPRO (0987763) SEI 2022.016003 / pg. 234

	Ageing L2 configurável Tunelamento de protocolos L2 Link Failure Propagation (LFP) Traffic Monitor para portas
Outras Funcionalidades	Comandos de depuração para auxiliar a operação Habilitação de Telnet e HTTP configurável Contadores (pacotes recebidos, transmitidos, descartados) para todas as interfaces

Principais Normas Atendidas

IEEE

802.1ab	Link Layer Discovery Protocol (LLDP)
802.1ad	Provider Bridges
802.1ag	Connectivity Fault Management (CFM)
802.1d	Media Acess Control (MAC) Bridge
802.1p	Priority Support
802.1q	Virtual LAN
802.1q-in-q	VLAN Stacking
802.1s	Multiple Spanning Tree (MSTP)
802.1w	Rapid Spanning Tree
802.3 10	BASE T
802.3ab	1000 BASE T
802.3ad	Link Aggregation (LAG)
802.3ah	Ethernet First Mile (EFM)
802.3u	100 BASE TX
802.3x	Flow Control
802.3z	1000 BASE SX/LX

ITU-T

Y.1731 OAM functions and mechanisms for Ethernet based networks

IETF

RFC854	Telnet Protocol Specification
RFC1492	An Access Control Protocol, Sometimes Called TACACS
RFC2030	Simple Network Time Protocol (SNTP) V4
RFC2058	RADIUS Authentication and Authorization
RFC2138	Remote Authentication Dial In User Service (RADIUS)
RFC2139	RADIUS Accounting
RFC2865	Remote Authentication Dial In User Server (RADIUS)
RFC3164	The BSD Syslog Protocol
RFC3619	Ethernet Automatic Protection Switching (EAPS) version 1
RFC4250	The Secure Shell (SSH) Protocol Assigned Numbers
RFC4251	The Secure Shell (SSH) Protocol Architecture
RFC4252	The Secure Shell (SSH) Authentication Protocol
RFC4253	The Secure Shell (SSH) Transport Layer Protocol
RFC4254	The Secure Shell (SSH) Connection Protocol

Proposta de Preço LOGICPRO (0987763) SEI 2022.016003 / pg. 235

QOS

RFC2309	Queue Management and Congestion Avoidance in the Internet
RFC2474	Definition of the differentiated services field (DS) in Ipv4
RFC2475	An architecture for differentiated services
RFC2597	Assured Forwarding PHB Group
RFC2598	An Expedited Forwarding PHB
RFC2697	A single rate three color marker
RFC3140	Per hop behavior identification codes
RFC3246	An expedited forwarding PHB

MIB E SNMP

RFC1157	Simple Network Management Protocol (SNMP)
RFC1212	Concise MIB Definitions
RFC1213	MIB for Network Management of TCP/IP-based internets:MIB-II
RFC1215	A Convention for Defining Traps for use with the SNMP
RFC1229	Extensions to the generic-interface MIB
RFC1441	SNMPv2 Protocol Framework
RFC1643	Definitions of Managed Objects for the Ethernet-like InterfaceTypes
RFC1650	Definitions of Managed Obj for the Ethernet-like IF Types using SMIv2
RFC1757	Remote Network Monitoring Management Information Base
RFC1901	Introduction to Community-based SNMPv2
RFC1902	Structure of Management Information for Version 2 of SNMPv2
RFC1903	Textual Conventions for Version 2 of SNMPv2
RFC1904	Conformance Statements for Version 2 of SNMPv2
RFC1905	Protocol Operations for Version 2 of SNMPv2
RFC1907	Management Information Base (MIB) for SNMPv2
RFC1908	Coexistence between V1 and V2 of the Internet-standard NMF
RFC2570	Introduction to V3 of the Internet-standard NMF
RFC2576	Coexistence between SNMP v1, v2, v3

TDM(1)

RFC4553	Structure-Agnostic TDM over Packet (SAToP)
RFC5086	Structure-Aware TDM Circuit Emulation Service over Packet Switched Network (CESoPSN)

Proposta de Preço LOGICPRO (0987763) SEI 2022.016003 / pg. 236

PRODUTOS E ACESSÓRIOS

Modelo	Descrição
DmSwitch 2104G2 EDD Serie II *800.0842.xx*	Equipamento com 4 portas LAN 10/100/1000Base-TX (RJ45), 4 portas WAN óticas 1000Base-X em conectores SFP. Gabinete plástico, fonte AC/DC com seleção automática. Módulos SFP devem ser adquiridos separadamente.
DmSwitch 2104G2 EDD Serie II - 2E1 *800.0923.xx*	Equipamento com 4 portas LAN 10/100/1000Base-TX (RJ45), 4 portas WAN óticas 1000Base-X em conectores SFP e 2 portas E1 com suporte a PWE3 TDM. Módulos SFP devem ser adquiridos separadamente. Gabinete plástico, fonte AC/DC com seleção automática.
DmSwitch 2104G2 EDD Serie II - 8E1 *800.0827.xx*	Equipamento com 4 portas LAN 10/100/1000Base-TX (RJ45), 4 portas WAN óticas 1000Base-X em conectores SFP e 8 portas E1 com suporte a PWE3 TDM. Gabinete plástico, fonte AC/DC com seleção automática. Módulos SFP devem ser adquiridos separadamente
DmSwitch 2106 4GX - EDD Serie II *800.0738.xx*	Equipamento com 6 portas LAN 10/100/1000Base-TX (RJ45), 4 portas WAN óticas 1000Base-X em conectores SFP. Módulos SFP devem ser adquiridos separadamente. Gabinete plástico, fonte AC/DC com seleção automática.
DmSwitch 2106 4GX - EDD Serie II - 2E1 *800.5021.xx*	Equipamento com 6 portas LAN 10/100/1000Base-TX (RJ45), 4 portas WAN óticas 1000Base-X em conectores SFP e 2 portas E1 com suporte a PWE3 TDM. Módulos SFP devem ser adquiridos separadamente. Gabinete plástico, fonte AC/DC com seleção automática.
DmSwitch 2106 4GX - EDD Serie II - 8E1 *800.0604.xx*	Equipamento com 6 portas LAN 10/100/1000Base-TX (RJ45), 4 portas WAN óticas 1000Base-X em conectores SFP e 8 portas E1 com suporte a PWE3 TDM. Módulos SFP devem ser adquiridos separadamente. Gabinete plástico, fonte AC/DC com seleção automática.

Acessório	Descrição	Foto
Adaptador MA-01 800.0141.xx	Bandeja 1U para instalação de até dois EDDs lado-a-lado em racks de 19". Contém furação para fixação dos produtos com parafusos.	
Adaptador MA-04 800.0300.xx	Bandeja 1U que permite instalação dos EDDs em rack padrão 19", com espaço adicional para acomodação de cabos. Bandeja contém furações que permitem flexibilização na instalação.	
Adaptador MA-06 800.0463.xx	Bandeja 1U que permite a instalação dos EDDs em rack padrão 19", com espaço adicional para acomodação de cabos.	
Adaptador MA-16 8E1 800.0925.xx	MA-16 - Módulo Adaptador para instalação em rack 19 polegadas para EDDs com 8E1s. Utiliza interface com conectores IEC 169-13. (Foto ilustrativa, EDD não acompanha a MA e deve ser adquirido separadamente)	
Adaptador MA-17 2E1 800.0926.xx	MA-17 - Módulo Adaptador para instalação em rack 19 polegadas para EDDs com 2E1s. Utiliza interface com conectores IEC 169-13. (Foto ilustrativa, EDD não acompanha a MA e deve ser adquirido separadamente)	

Proposta de Preço LOGICPRO (0987763) SEI 2022.016003 / pg. 237

[1] Funcionalidade presente somente em modelos com interfaces E1.

[2] Todos os módulos SFP mencionados neste descritivo devem ser adquiridos separadamente.

Proposta de Preço LOGICPRO (0987763) SEI 2022.016003 / pg. 238

DECLARAÇÃO NÃO REALIZACAO VISTORIA

A empresa LOGICPRO SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇAO LTDA, CNPJ n° 18.422.603/0001-47, com sede em RUA BELO HORIZONTE, 1568, ADRIANOPOLIS – MANAUS/AM, por intermédio de seu representante, infra- assinado, para cumprimento a Edital referente ao procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 4003/2023, DECLARA sob as penas da lei que:

Em face da não realização da visita técnica, assumimos total e irrestrito compromisso sobre qualquer erro no dimensionamento de custos para elaboração da proposta, vez que por nossa conta e risco, optamos por não a realizar.

Declaramos ainda que, em atendimento aos subitens 7.2.3 e 7.2.4. do Termo de Referência n.° 13.2022.DTIC, que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto a ser contratado, que assumimos total responsabilidade por esse fato e que não faremos uso deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Manaus, 23 de fevereiro de 2023

gov.br Documento assinado digitalmente
DIEMISSON DOS SANTOS SOUSA
Data: 22/02/2023 18:06:58-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Diemisson dos Santos Sousa
CPF 995.714.632-72
RG 2629687-0 SSP/AM
Representante

CNPJ: 18.422.603/0001-47
LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
Rua 24 de Maio Nº 220 Ed. Rio Negro Center
Sala 918
Centro- CEP 69.010-080
Manaus AM

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa LOGICPRO SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇAO LTDA, CNPJ n° 18.422.603/0001-47, com sede em RUA BELO HORIZONTE, 1568, ADRIANOPOLIS – MANAUS/AM, por intermédio de seu representante, infra-assinado, para cumprimento a Edital referente ao procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 4003/2023, DECLARA sob as penas da lei que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.o e seus incisos da Lei n.o 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;

6. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Manaus, 23 de fevereiro de 2023

gov.br Documento assinado digitalmente
DIEMISSON DOS SANTOS SOUSA
Data: 22/02/2023 18:06:58-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

CNPJ: 18.422.603/0001-47
LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
Rua 24 de Maio Nº 220 Ed. Rio Negro Center
Sala 918
Centro- CEP 69.010-080
Manaus AM

Diemisson dos Santos Sousa
CPF 995.714.632-72
RG 2629687-0
Representante

LOGIC PRO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ: 18.422.603/0001-47
Rua Belo Horizonte, 1568 - Bairro: Adrianopolis
CEP 69057-060 – MANAUS /AM
FONE: (92) 3090 4000
E-mail: contato@logicpro.com.br

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 68.2023.CPL.0987732.2022.016003

Manaus, 23 de fevereiro de 2023.

Ao Senhor

LEANDRO VIANA MENEGHINI

Chefe do Setor de Sistemas de Informações

c/c

Ao Senhor

TADEU AZEVEDO DE MEDEIROS

Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Assunto: Análise de Proposta - Pregão Eletrônico n.º 4.003/2023-CPL - Conectividade

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o cordialmente e, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ**, cujo objeto é a ***contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses,*** venho **encaminhar**, com fundamento no subitem **11.1.2** do Edital do Pregão Eletrônico em comento, a **PROPOSTA DE PREÇO** (doc. nº 0987763) apresentada pela empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. **,** CNPJ Nº 18.422.603/0001-47, para análise, com a maior brevidade possível.

Na ocasião, renovo protestos de consideração e apreço, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Sarah Madalena Barbosa Santos Côrtes

Pregoeira - Portaria n.º 109/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 23/02/2023, às 12:50, conforme art. 1º, III,

assinatura eletrônica "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0987732** e o código CRC **ACE3B057**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - CEP 69000-000 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PARECER Nº 2.2023.SIET.0989160.2022.016003

PROCESSO DE COMPRA: Pregão Eletrônico n.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ, Termo de Referência nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003.
OBJETO: C***ontratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses,*** descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e anexos.

1. **Relatório**

Trata-se de pedido de análise de proposta (0987763) apresentada pela pretensa licitante **LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, recebida em 23/02/2023.

2. **Da Análise**

Em atenção ao pedido de manifestação técnica relativa à proposta encaminhada pela pretensa licitante, a empresa **LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA** (doc. 0987763), informo que a proposta está de acordo com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003.

É o parecer.

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA
Chefe do Setor de Infraestrutura e Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 27/02/2023, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0989160** e o código CRC **F48B36F2**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: **18.422.603/0001-47** DUNS®: **902360571**
Razão Social: **LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**
Nome Fantasia: **LOGIC PRO TECNOLOGIA**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **31/07/2023**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: **Demais**
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** MEI: **Não**
Capital Social: **R$ 3.000.000,00** Data de Abertura da Empresa: **04/07/2013**
CNAE Primário: **6190-6/01 - PROVEDORES DE ACESSO ÀS REDES DE COMUNICAÇÕES**

CNAE Secundário 1: **4221-9/04 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE**
CNAE Secundário 2: **4221-9/05 - MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE**
CNAE Secundário 3: **4614-1/00 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO**
CNAE Secundário 4: **5229-0/99 - OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES**
CNAE Secundário 5: **6110-8/01 - SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA - STFC**
CNAE Secundário 6: **6110-8/03 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA - SCM**
CNAE Secundário 7: **6120-5/01 - TELEFONIA MÓVEL CELULAR**
CNAE Secundário 8: **6141-8/00 - OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR CABO**
CNAE Secundário 9: **6143-4/00 - OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR**
CNAE Secundário 10: **6190-6/02 - PROVEDORES DE VOZ SOBRE PROTOCOLO INTERNET -**
CNAE Secundário 11: **6190-6/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES NÃO**
CNAE Secundário 12: **6202-3/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS**
CNAE Secundário 13: **6203-1/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS**
CNAE Secundário 14: **6209-1/00 - SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS**
CNAE Secundário 15: **6311-9/00 - TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE**
CNAE Secundário 16: **6319-4/00 - PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS**
CNAE Secundário 17: **6399-2/00 - OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE**
CNAE Secundário 18: **7112-0/00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA**
CNAE Secundário 19: **7320-3/00 - PESQUISAS DE MERCADO E DE OPINIÃO PÚBLICA**
CNAE Secundário 20: **7733-1/00 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA**
CNAE Secundário 21: **7739-0/99 - ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016003 / pg. 244

CNAE Secundário 22:	**8020-0/01 - ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE**
CNAE Secundário 23:	**9511-8/00 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE**
CNAE Secundário 24:	**9512-6/00 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE**

Dados para Contato

CEP:	**69.057-060**		
Endereço:	**RUA BELO HORIZONTE, 1568 - ADRIANOPOLIS**		
Município / UF:	**Manaus / Amazonas**		
Telefone:	**(92) 30904000**	Telefone:	**(92) 30914010**
E-mail:	**FINANCEIRO@LOGICPRO.COM.BR**		

Dados do Responsável Legal

CPF:	**337.832[redacted]**
Nome:	**FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES**

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF:	**[redacted].802-06**
Nome:	**CINTIA MARIA PEREIRA ROCHA**
E-mail:	**cintia.rocha@logicpro.com.br**

Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016003 / pg. 245

Relatório de Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: [redacted]34.212-34 Participação Societária: **16,67%**
Nome: **CLAUDIONEY ALVES DA SILVA**
Número do Documento: **1355[redacted]** Órgão Expedidor: **SSP/AM**
Data de Expedição: **05/02/2004** Data de Nascimento: **06/06/1980**
Filiação Materna: **FRANCISCA ALVES PEREIRA**
Estado Civil: **Solteiro(a)**
CEP: **69.037-000**
Endereço: **AVENIDA CORONEL TEIXEIRA, 6225 - CONDOM RESERVA INGLE -**
Município / UF: **Manaus / Amazonas**
Telefone: **(92) 32382837**
E-mail: **claudioney@logicpro.com.br**

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: [redacted].772-49 Participação Societária: **25,00%**
Nome: **MARA LENILMA LIMA CORREA**
Número do Documento: **150[redacted]** Órgão Expedidor: **SSP/AM**
Data de Expedição: **05/08/1999** Data de Nascimento: **02/11/1977**
Filiação Materna: **LELIA MARIA LIMA CORREA**
Estado Civil: **Solteiro(a)**
CEP: **69.037-000**
Endereço: **AVENIDA CORONEL TEIXEIRA, 370 - TORRE NICE AP132 - PONTA**
Município / UF: **Manaus / Amazonas**
Telefone: **(92) 91264120**
E-mail: **financeiro@logicpro.com.br**

Dados do Sócio/Administrador 3

CNPJ: **10.452.088/0001-36** Participação Societária: **58,33%**
Nome: **SG ENGENHARIA LTDA**
Data Abertura Empresa: **22/10/2008**
CEP: **69.054-285**
Endereço: **AVENIDA GOVERNADOR JOSE LINDOSO, 1574 - PARQUE 10 DE**
Município / UF: **Manaus / Amazonas**
Telefone: **(92) 33084495**
E-mail: **COMERCIAL@SGENGENHARIA.COM**

Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016003 / pg. 246

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 4

CPF: [redacted]19-87
Nome: **IVAIR FERREIRA**
Número do Documento: **42125**[redacted] Órgão Expedidor: **SSP/PR**
Data de Expedição: **06/11/1984** Data de Nascimento: **02/10/1966**
Filiação Materna: **FRANCISCA RABELO FERREIRA**
Estado Civil: **Divorciado(a)**
CEP: **69.037-000**
Endereço: **AVENIDA CORONEL TEIXEIRA, 1346 - APTO 151 CANNES - PONTA**
Município / UF: **Manaus / Amazonas**
Telefone: **(92) 99814004**
E-mail: **cintia.rocha@logicpro.com.br**

Dados do Sócio/Administrador 5

CPF: [redacted]922-04
Nome: **FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES**
Número do Documento: **003946**[redacted] Órgão Expedidor: **DETRAN/AM**
Data de Expedição: **14/12/2018** Data de Nascimento: **27/08/1970**
Filiação Materna: **RAIMUNDA GARCILONILDA LUCAS**
Estado Civil: **Solteiro(a)**
CEP: **69.060-085**
Endereço: **AVENIDA VIA LACTEA COND VISTA DO SOL 1401, 669 - TORRE**
Município / UF: **Manaus / Amazonas**
Telefone: **(92) 91862011**
E-mail: **cintia.rocha@logicpro.com.br**

Linhas Fornecimento

Serviços

582 - Estudos e Projetos de Telecomunicações - Transmissão
1988 - Manutenção / Instalação / Montagem / Ampliação - Equipamen-tos de Telecomunicações
2143 - Instalação e Montagem de Redes Aéreas - Telecomunicações
2178 - Instalação e Montagem para Equipamentos de Processamento deDados
2712 - Manutenção de Equipamentos de Comunicação de Dados
2887 - Manutenção de Redes Aéreas - Telecomunicações
4065 - Locação de Equipamentos de Telecomunicações
13447 - Prestação de Serviços de Telefonista
13935 - Disponibilização de Linha para Comunicação / Transmissão deDados
14958 - Informática - Internet
18104 - Consultoria e Assessoria - Telecomunicação
19615 - Informática - Instalação / Manutenção Comunicação Dados
19690 - Fusão Fibra Óptica
20354 - Serviço Telefonia Via Satélite
21121 - Hospedagem Servidor - Internet / Sistemas
21210 - Informática - Diagnóstico e Projeto Rede Dados

Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016003 / pg. 247

Relatório de Credenciamento

Serviços

21644 - Consultoria e Assessoria - Internet

21873 - Telefonia Fixa Comutada / Convencional

22357 - Comunicação de Dados e Frame Relay Com Roteadores

22365 - Serviços de Telecomunicações

24783 - Implantação / Remanejamento/ Infovia / Fibra Óptica

25135 - Serviço Rede Comunicação Dados e Imagem

25739 - Prestação de Serviços de Técnico de Telecomunicações

Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016003 / pg. 248

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200616308	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
AMN2083059327

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

MANAUS
Local

25 Novembro 2020
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1082183 em 26/11/2020 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 13200616308 e protocolo 200567357 - 25/11/2020. Autenticação: 8D83C885B8238B70C2AF18E1B49B34F3388225C8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 20/056.735-7 e o código de segurança qEFr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/11/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...249
LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

Junta Comercial do Estado do Amazonas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/056.735-7	AMN2083059327	25/11/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
337.832.922-04	FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1082183 em 26/11/2020 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 13200616308 e protocolo 200567357 - 25/11/2020. Autenticação: 8D83C885B8238B70C2AF18E1B49B34F3388225C8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 20/056.735-7 e o código de segurança qEFr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/11/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...250

12º ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA

LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

CNPJ: 18.422.603/0001-47
NIRE 13200616308

- Elevação de Capital;
- Consolidação.

Pelo presente instrumento particular de alteração e consolidação contratual e na melhor forma de direito, as partes abaixo a saber:

CLAUDIONEY ALVES DA SILVA, brasileiro, engenheiro de telecomunicações, solteiro, nascido em 06/06/1980 em Manaus/AM, portador da CNH nº 00394703198 expedida em 17/09/2014 por DETRAN/AM, inscrito no CPF sob nº 639.734.212-34, residente e domiciliado a Avenida Coronel Teixeira, nº 6225, Reserva Inglesa, Apartamento 304, Torre 01, Condomínio London, Bairro: Ponta Negra, CEP: 69.037-000, Manaus/AM;

MARA LENILMA LIMA CORREA, brasileira, arquiteta e urbanista, solteira, nascida em 02/11/1977 em Santarém/PA, portadora da CNH nº 03584110245, expedida em 30/09/2014 por DETRAN/AM, inscrita no CPF sob nº 582.380.772-49, residente e domiciliada na Avenida Coronel Teixeira, nº 370, Bloco Nice, Apartamento 132, Bairro: Ponta Negra, CEP: 69.037-000, Manaus/AM; e

SG ENGENHARIA LTDA, com sede na Avenida Recife, nº 3822, Loja 05, Altos, Bairro: Flores, CEP: 69.058-775, Manaus/AM, registrada da Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA, sob nº 13.200.501.969 em sessão de 22/10/2008, inscrita no CNPJ sob nº 10.452.088/0001-36, representada neste ato por seus sócios: **FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARÃES**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal, natural de Parintins/AM, nascido em 27/08/1970, Engenheiro Civil, CREA 4538 – D/AM, expedida em 20/09/2007, portador da Carteira de Identidade nº 0896638-9 expedida por SSP/AM, inscrito no CPF/MF sob nº 337.832.922-04, residente e domiciliado na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Rua Via Láctea, nº 669, Condomínio Vista do Sol – Torre Mirante - Apartamento 140, Bairro: Aleixo, CEP 69.060-085; e/ou sócio **IVAIR FERREIRA,** brasileiro, divorciado, natural de Cornélio Procópio/PR, nascido em 02/10/1966, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 4212577-6 expedida por SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 484.320.919-87, residente e domiciliado na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, nº 1346 – Edifício Cannes, Apartamento 151, Bairro: Ponta Negra, CEP 69.037-000.

Únicos sócios integrantes da Sociedade limitada denominada **LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, com sede em Manaus, Capital do Estado do Amazonas, sito a Rua 24 de Maio, nº 220, Edifício Rio Negro Center, Sala 918, 9º Andar, Bairro Centro, CEP 69010-080, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 18.422.603/0001-47 com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA sob NIRE 13200616308, sessão realizada em 04/07/2013, tem justos e contratados procederem a presente Alteração e Consolidação Contratual de acordo com o artigo

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1082183 em 26/11/2020 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 13200616308 e protocolo 200567357 - 25/11/2020. Autenticação: 8D83C885B8238B70C2AF18E1B49B34F3388225C8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 20/056.735-7 e o código de segurança qEFr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/11/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...251 pág. 3/16

1.052 e seguintes do Código Civil (Lei nº10. 406/2002), que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLAÚSULA PRIMEIRA – Da Elevação do Capital Social
Os sócios decidem de comum acordo elevar o capital social da empresa em R$500.000,00 (quinhentos mil reais), totalmente subscritos e integralizados neste ato, em moeda corrente e legal do país, pelos sócios da seguinte forma:

I. O sócio **SR. CLAUDIONEY ALVES DA SILVA**, já qualificado, subscreve e integraliza neste ato, o valor de R$ 83.250,00 (oitenta e três mil duzentos e cinquenta reais), correspondentes a 83.250 (oitenta e três mil duzentas e cinquenta) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma.

II. A sócia **SRA. MARA LENILMA LIMA CORREA**, já qualificada, subscreve e integraliza neste ato, o valor de R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), correspondentes a 125.000 (cento e vinte e cinco mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma.

III. A sócia **SG ENGENHARIA LTDA,** já qualificada, subscreve e integraliza neste ato, o valor de R$ 291.750,00 (duzentos e noventa e um mil setecentos e cinquenta reais), correspondentes a 291.750 (duzentas e noventa e um mil setecentas e cinquenta) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da composição e da Distribuição do Capital Social
Em decorrência das alterações ocorridas, o Capital Social que era de **R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), passa a ser de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)**, composto por 3.000.000 (três milhões) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado pelos sócios, em moeda corrente e legal do país e saldo de reserva de lucros, ficando distribuído entre os sócios da seguinte forma:

- **SR. CLAUDIONEY ALVES DA SILVA**, já qualificado, subscreveu e integralizou **R$ 500.000,00** (quinhentos mil reais), em moeda corrente e legal do país e saldo da reserva de lucros, como segue:

I. 433.250 (quatrocentas e trinta e três mil duzentas e cinquenta) quotas totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente e legal do país no valor de **R$ 433.250,00** (quatrocentos e trinta e três mil duzentos e cinquenta reais).

II. 66.750 (sessenta e seis mil setecentas e cinquenta) quotas recorridas ao saldo da conta de lucros acumulados até 31/12/2019, desta sociedade empresária, no valor de **R$ 66.750,00** (sessenta e seis mil setecentos e cinquenta reais).

- **SRA. MARA LENILMA LIMA CORREA**, já qualificada, subscreveu e integralizou **R$ 750.000,00** (setecentos e cinquenta mil reais), em moeda corrente e legal do país e saldo da reserva de lucros, como segue:

I. 650.000 (seiscentas e cinquenta mil) quotas totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente e legal do país no valor de **R$ 650.000,00** (seiscentos e cinquenta mil reais).

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1082183 em 26/11/2020 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 13200616308 e protocolo 200567357 - 25/11/2020. Autenticação: 8D83C885B8238B70C2AF18E1B49B34F3388225C8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 20/056.735-7 e o código de segurança qEFr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/11/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...252
LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

II. 100.000 (cem mil) quotas recorridas ao saldo da conta de lucros acumulados até 31/12/2019, desta sociedade empresária, no valor de **R$ 100.000,00** (cem mil reais).

- **SG ENGENHARIA LTDA**, já qualificada, subscreveu e integralizou **R$ 1.750.000,00** (um milhão setecentos e cinquenta mil reais), em moeda corrente e legal do país e saldo da reserva de lucros, como segue:

I. 1.516.750 (um milhão quinhentas e dezesseis mil setecentas e cinquenta) quotas totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente e legal do país no valor de **R$ 1.516.750,00** (um milhão quinhentos e dezesseis mil setecentos e cinquenta reais).

II. 233.250 (duzentas e trinta e três mil duzentas e cinquenta) quotas recorridas ao saldo da conta de lucros acumulados até 31/12/2019, desta sociedade empresária, no valor de **R$ 233.250,00** (duzentos e trinta e três mil duzentos e cinquenta reais)

SÓCIO	**QUOTAS**	**VALOR**
Claudioney Alves da Silva	500.000	R$ 500.000,00
Mara Lenilma Lima Correa	750.000	R$ 750.000,00
SG Engenharia Ltda	1.750,000	R$ 1.750,000,00
TOTAL	**3.000.000**	**R$ 3.000.000,00**

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, respondendo solidariamente pela total integralização do capital social de conformidade com o art. 1052 da lei 10.406/2002.

Parágrafo Segundo – Segundo remissão determinada pelo Art. 1054 da lei 10.406/2002 ao art. 997 da mesma lei, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Parágrafo Terceiro – A cada quota de capital social corresponde um voto nas deliberações sociais, sendo que as decisões serão tomadas em conformidade com os quóruns previstos na Cláusula décima Terceira e seus parágrafos abaixo.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Em razão das alterações havidas e para maior facilidade e clareza, resolvem os sócios consolidar e adequar às demais cláusulas do contrato social, de acordo com o disposto na Lei 10.406/2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

CNPJ: 18.422.603/0001-47
NIRE 13200616308

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1082183 em 26/11/2020 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 13200616308 e protocolo 200567357 - 25/11/2020. Autenticação: 8D83C885B8238B70C2AF18E1B49B34F3388225C8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 20/056.735-7 e o código de segurança qEFr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/11/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...253

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Nome Empresarial e da Sede

A sociedade opera sob o nome empresarial **LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, com sede e foro jurídico sito à Rua 24 de Maio, nº 220, Edifício Rio Negro Center, Sala 918, 9º Andar, Bairro Centro, CEP 69010-080, Cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Parágrafo Primeiro – A sociedade possui as seguintes filiais:

Filial 01 – Com sede na Rua Pedro Rodrigues, nº 80, Sala 10, 1º Andar, Prédio plataforma 8 Workspace, Bairro Centro, CEP 69.301-180, matrícula de IPTU - 01.01.066.0432.001.9, Municipio de Boa Vista, Estado de Roraima. Registrada na Junta Comercial do Estado de Roraima – JUCERR sob o **NIRE 1492000081-1,** em sessão de 08/06/2020, devidamente cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 18.422.603/0002-28.**

Filial 02 – Com sede na ACSO 1, Avenida Juscelino Kubitschek, 0, Edif. JK Business Center, Quadra 103 Sul, Conj. 01, Lote 41-A, 9º Andar, Sala 909, Bairro Plano Diretor Sul, CEP 77015-012, Município de Palmas, Estado do Tocantins. Registrada na Junta Comercial do Estado de Tocantins – JUCETINS sob o **NIRE 17900388751,** em sessão de 28/09/2020, devidamente cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº18.422.603/0003-09.**

Parágrafo Segundo – A sociedade poderá a qualquer tempo constituir e extinguir filiais, ou escritório em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante alteração contratual assinada pelos sócios.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Duração Da Sociedade

A Sociedade iniciou suas atividades em 04/07/2013, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Objetos Sociais

A sociedade passa a ter como objetivo social as seguintes atividades econômicas:

Atividade Econômica Principal:

1. CNAE 6190-6/01 – Provedores de acesso às redes de comunicações;

Atividades Econômicas Secundárias:

2. CNAE 4221-9/04 – Construção de estações e redes de telecomunicações;
3. CNAE 4221-9/05 – Manutenção de estações e redes de telecomunicações;
4. CNAE 4614-1/00 – Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves;
5. CNAE 5229-0/99 – Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente;
6. CNAE 6110-8/03 – Serviços de comunicação multimídia - SCM;
7. CNAE 6110-8/01 – Serviços de telefonia fixa comutada - STFC;
8. CNAE 6120-5/01 – Telefonia móvel celular;
9. CNAE 6141-8/00 – Operadoras de televisão por assinatura por cabo;
10. CNAE 6143-4/00 – Operadoras de televisão por assinatura por satélite;
11. CNAE 6190-6/02 – Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP;
12. CNAE 6190-6/99 – Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente;
13. CNAE 6202-3/00 – Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis;

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1082183 em 26/11/2020 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 13200616308 e protocolo 200567357 - 25/11/2020. Autenticação: 8D83C885B8238B70C2AF18E1B49B34F3388225C8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 20/056.735-7 e o código de segurança qEFr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/11/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...254

14. CNAE 6203-1/00 – Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis;
15. CNAE 6209-1/00 Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;
16. CNAE 6311-9/00 – Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet;
17. CNAE 6319-4/00 – Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet;
18. CNAE 6399-2/00 – Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente;
19. CNAE 7112-0/00 – Serviços de engenharia;
20. CNAE 7320-3/00 – Pesquisas de mercado e de opinião pública;
21. CNAE 7733-1/00 – Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios;
22. CNAE 7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
23. CNAE 8020-0/01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico;
24. CNAE 9511-8/00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos;
25. CNAE 9512-6/00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação.

CLÁUSULA QUARTA – Do Capital Social e Sua Distribuição

O Capital Social é de **R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)**, composto por 3.000.000 (três milhões) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado pelos sócios, em moeda corrente e legal do país e saldo de reserva de lucros, ficando distribuído entre os sócios da seguinte forma:

- **SR. CLAUDIONEY ALVES DA SILVA**, já qualificado, subscreveu e integralizou **R$ 500.000,00** (quinhentos mil reais), em moeda corrente e legal do país e saldo da reserva de lucros, como segue:

I. 433.250 (quatrocentas e trinta e três mil duzentas e cinquenta) quotas totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente e legal do país no valor de **R$ 433.250,00** (quatrocentos e trinta e três mil duzentos e cinquenta reais).

II. 66.750 (sessenta e seis mil setecentas e cinquenta) quotas recorridas ao saldo da conta de lucros acumulados até 31/12/2019, desta sociedade empresária, no valor de **R$ 66.750,00** (sessenta e seis mil setecentos e cinquenta reais).

- **SRA. MARA LENILMA LIMA CORREA**, já qualificada, subscreveu e integralizou **R$ 750.000,00** (setecentos e cinquenta mil reais), em moeda corrente e legal do país e saldo da reserva de lucros, como segue:

I. 650.000 (seiscentas e cinquenta mil) quotas totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente e legal do país no valor de **R$ 650.000,00** (seiscentos e cinquenta mil reais).

II. 100.000 (cem mil) quotas recorridas ao saldo da conta de lucros acumulados até 31/12/2019, desta sociedade empresária, no valor de **R$ 100.000,00** (cem mil reais).

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1082183 em 26/11/2020 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 13200616308 e protocolo 200567357 - 25/11/2020. Autenticação: 8D83C885B8238B70C2AF18E1B49B34F3388225C8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 20/056.735-7 e o código de segurança qEFr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/11/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000255

- **SG ENGENHARIA LTDA**, já qualificada, subscreveu e integralizou **R$ 1.750.000,00** (um milhão setecentos e cinquenta mil reais), em moeda corrente e legal do país e saldo da reserva de lucros, como segue:

I. 1.516.750 (um milhão quinhentas e dezesseis mil setecentas e cinquenta) quotas totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente e legal do país no valor de **R$ 1.516.750,00** (um milhão quinhentos e dezesseis mil setecentos e cinquenta reais).

II. 233.250 (duzentas e trinta e três mil duzentas e cinquenta) quotas recorridas ao saldo da conta de lucros acumulados até 31/12/2019, desta sociedade empresária, no valor de **R$ 233.250,00** (duzentos e trinta e três mil duzentos e cinquenta reais)

SÓCIO	**QUOTAS**	**VALOR**
Claudioney Alves da Silva	500.000	R$ 500.000,00
Mara Lenilma Lima Correa	750.000	R$ 750.000,00
SG Engenharia Ltda	1.750,000	R$ 1.750,000,00
TOTAL	**3.000.000**	**R$ 3.000.000,00**

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, respondendo solidariamente pela total integralização do capital social de conformidade com o art. 1052 da lei 10.406/2002.

Parágrafo Segundo – Segundo remissão determinada pelo Art. 1054 da lei 10.406/2002 ao art. 997 da mesma lei, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Parágrafo Terceiro – A cada quota de capital social corresponde um voto nas deliberações sociais, sendo que as decisões serão tomadas em conformidade com os quóruns previstos na Cláusula décima Terceira e seus parágrafos abaixo.

CLÁUSULA QUINTA – Do Direito a Retirada dos Sócios

O Sócio que pretender retirar-se da sociedade deverá manifestar sua intenção por escrito aos outros sócios com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. No prazo de 30 (trinta) dias que se seguem, os demais sócios poderão manifestar, por escrito, intenção de suprir o valor das quotas liquidando-se parcialmente a sociedade no tocante as quotas do sócio retirante.

Parágrafo Primeiro – Nessa hipótese será levantado balanço especial para liquidação parcial, e os haveres apurados do sócio retirante serão pagos ao mesmo em até 12 (doze) parcelas mensais consecutivas, corrigidas monetariamente pelo IGPM/FGV ou outro índice que venha a substituí-lo, cujo primeiro vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias a contar da data do encerramento do balanço especial de liquidação parcial e as demais em igual dia dos meses subsequentes até o final.

Parágrafo Segundo – O critério a ser utilizado para apuração de haveres do sócio retirante será o patrimônio líquido da sociedade. Para tanto, será contratado pela sociedade um auditor independente, à custa do sócio retirante, para auditar o balanço especial de liquidação parcial e promover a avaliação dos bens e das marcas, sendo que a decisão deverá ser aceita pelas partes interessadas como incontestável.

CLÁUSULA SEXTA – Da Administração Da Sociedade e Uso da Firma

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1082183 em 26/11/2020 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 13200616308 e protocolo 200567357 - 25/11/2020. Autenticação: 8D83C885B8238B70C2AF18E1B49B34F3388225C8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 20/056.735-7 e o código de segurança qEFr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/11/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000256 LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

A Administração e a Direção da Sociedade serão exercidas pela sócia Sra. **MARA LENILMA LIMA CORREA,** já qualificada e pelos não sócios **Sr. FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARÃES**, e/ou **IVAIR FERREIRA**, ambos já qualificados, em conjunto com poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios. (Art. 997, VI; 1.013, 1015, 1064, CC/2002).

Parágrafo Primeiro – Fica facultada a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, desde que aprovado por 4/5 (quatro quintos) dos sócios, nos termos do art. 1.061 da lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Segundo – No exercício da administração, os administradores terão direitos a uma retirada mensal, a título de pró-labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

Parágrafo Terceiro – É expressamente vedado aos sócios quotistas, administradores, funcionários ou eventuais procuradores, o uso da denominação social em negócios estranhos aos objetos sociais da sociedade ou contrário aos interesses da mesma, tais como avais, fianças, endossos ou quaisquer outras garantias em benefícios próprios ou de terceiros, sendo nulos e inoperantes tais atos em relação á sociedade. O sócio quotista, administrador, funcionário ou eventual procurador que infringir essa disposição, ficará desde logo, individualmente responsável pelo compromisso contraído, respondendo ele próprio pelas consequências que dai poderá advir e pelos excessos de mandado.

Parágrafo Quarto – A abertura e encerramento de contas bancárias, movimentações bancárias e a contratação de empréstimos e financiamentos (bancários ou não), emitindo, endossando e recebendo cheques e ordens de pagamento, serão de responsabilidade da sócia **MARA LENILMA LIMA CORREA**, e pelos não sócios Srs. **FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES** e/ou **IVAIR FERREIRA**.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Desimpedimento Dos Administradores

Os Administradores, já qualificados, declaram, expressamente, não terem sido condenados à pena que vede o acesso a cargo público, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou à propriedade, conforme o previsto no artigo 1.011, da lei 10.406/2002.

CLÁUSULA OITAVA – Do Falecimento ou Incapacidade Superveniente

No caso de falecimento ou incapacidade superveniente de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá e será realizado em 30 (trinta) dias da ocorrência, um balanço especial de liquidação. Os herdeiros do sócio falecido ou impedido receberá (ao) seus haveres em moeda corrente, apurados até a data do impedimento ou falecimento, em 12 (doze) prestações mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo IGP-M (FGV), ou outro índice que venha substitui-lo, vencendo-se a primeira parcela em 30 (trinta) dias após a data do Balanço especial.

Parágrafo Primeiro – Concordando o (s) sócio (s) remanescente (s) que o (s) sucessor (es) venha (m) a integrar o quadro social, será lavrado o termo de alteração contratual com a inclusão deste (s).

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1082183 em 26/11/2020 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 13200616308 e protocolo 200567357 - 25/11/2020. Autenticação: 8D83C885B8238B70C2AF18E1B49B34F3388225C8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 20/056.735-7 e o código de segurança qEFr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/11/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000 25.7
LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

Caso seja recusada pelos sócios remanescentes a admissão dos sucessores do sócio falecido ou impedido na sociedade, deverá ser feito o balanço especial na forma do disposto no caput desta cláusula.

Parágrafo Segundo – O critério a ser utilizado para apuração de haveres do sócio falecido ou impedido será o patrimônio líquido da sociedade. Para tanto, será contratado pela sociedade um auditor independente, à custa do sócio dissidente, para auditar o balanço especial de liquidação parcial e promover a avaliação dos bens e das marcas, sendo que a decisão deverá ser aceita pelas partes interessadas como incontestáveis.

Parágrafo Terceiro – Em caso do patrimônio líquido negativo, caberá aos sucessores do sócio falecido ou impedido pagar a sociedade a parcela correspondente, em 30 (trinta) dias a contar do encerramento do balanço especial. Na apuração do balanço especial referido acima, não serão computados os lucros ou perdas posteriores à data do seu encerramento, se não forem atos anteriores daquela data.

Parágrafo Quarto – Para deliberação a respeito da admissão dos sucessores, o direito de voto das quotas de capital do sócio falecido ou impedido será exercido pelos seus sucessores, participando estes, portanto, das deliberações.

CLÁUSULA NONA – Da Preferência

Os sócios remanescentes terão um direito preferencial de compra, durante um período de tempo de 30 (trinta) dias a partir da notificação do projeto de cessão, para adquirir todas as participações novas ou as de um outro sócio que eventualmente resolveria vender todo ou parte de suas participações ou cotas da empresa. Se existir uma renúncia expressa ao Direito de compra por parte de um ou de vários sócios, a aquisição pelos outros sócios solicitados e interessados, poderá acontecer sem ter que se conformar a proporcionalidade de suas respectivas participações dentro do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Balanço e Prestações de Contas

No dia 31 de dezembro de cada ano, os administradores procederão ao levantamento do balanço patrimonial, o resultado econômico apurado após as deduções previstas em lei e formação das reservas que forem consideradas necessárias, os lucros e prejuízos serão distribuídos e suportados pelos sócios, proporcionalmente às quotas do capital social que detiverem.

Parágrafo Primeiro – Além do balanço geral, deverão ser levantados balanços periódicos para efeito da distribuição de lucros, sempre a critérios da administração. Os lucros e prejuízos apurados nos balanços periódicos poderão ser distribuídos ou serão suportados respectivamente pelos sócios quotistas, observada a apropriação de quotas de cada um e a vontade que represente a maioria do capital social.

Parágrafo Segundo – Poderão os sócios deliberar pela retenção ou capitalização parcial ou total dos lucros apurados e acumulados, bem como pela futura compensação de eventuais prejuízos acumulados, observada a legislação pertinente a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações dos Sócios e da Exclusão por Justa Causa

Os sócios têm por obrigação:

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1082183 em 26/11/2020 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 13200616308 e protocolo 200567357 - 25/11/2020. Autenticação: 8D83C885B8238B70C2AF18E1B49B34F3388225C8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 20/056.735-7 e o código de segurança qEFr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/11/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...258 LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

a) Cooperar, direta e ativamente, em prol dos objetos da sociedade, acompanhando o desenvolvimento das atividades sociais e promovendo o seu incremento e o seu consequente crescimento econômico;
b) Comparecer às reuniões e assembleias a que forem regularmente convocados;
c) Manter atualizado junto á sociedade o endereço de seu domicílio e demais formas de contato (telefone, e-mail, fax, entre outros).
d) Na hipótese de apuração de prejuízo fiscal, arcar, na proporção de suas quotas, para o pagamento das dívidas da sociedade.

Parágrafo Único – Os sócios poderão ser excluídos da sociedade por justa causa, mediante a deliberação de sócios que representem 4/5 (quatro quintos) do capital social, além das razões previstas nos artigos 1.004, 1.030, e 1.085 da lei nº 10.406/2002, em razão de:

e) Tendo sido notificados a suportar os prejuízos fiscais apurados pela sociedade, não comparecerem para o efetivo cumprimento de suas obrigações sociais no prazo máximo de 30 (trinta) dias seguintes ao da notificação pela sociedade (através de telegrama, carta registrada, fax, e-mail ou outros);
f) Deixarem de comparecer para quais tenham sido regularmente convocados;
g) Deixarem de promover o desenvolvimento da sociedade e seu crescimento econômico pelo período de 04 (quatro) meses consecutivos;
h) Deixarem de manter atualizado junto a sociedade o endereço de seu domicílio e demais formas de contato (telefone, e-mail, fax, entre outros), de forma a impedir o contato da sociedade por mais do que 30 (trinta) dias corridos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Deliberações Sociais

As deliberações sociais serão tomadas sempre por reunião ou assembleia de sócios, a serem convocadas com antecedência mínima de 08 (oito) dias em relação a data da reunião ou assembleia para a primeira convocação e de 05 (cinco) dias para as posteriores.

Parágrafo Primeiro – A convocação da reunião ou assembleia de sócios será efetuada por meio de publicação em jornal de grande circulação, ou carta registrada ou telegrama encaminhado aos endereços dos sócios constantes neste documento, ou por e-mail, ou qualquer outro meio ou forma, desde que comprove o envio e teor da convocação, as formalidades de convocação das reuniões poderão ser dispensadas nas hipóteses previstas em lei.

Parágrafo Segundo – A reunião ou assembleia de sócios instalar-se-á, em qualquer hipótese com a presença de sócios que representem 4/5 (quatro quintos) do capital social.

Parágrafo Terceiro – Dependem da aprovação prévia de todos os sócios, as medidas que importem em:

a) Requerer insolvência ou encerrar as atividades da sociedade;
b) Alterar o contrato social, inclusive quanto ao objeto;
c) Implementar a fusão, cisão ou dissolução da sociedade;
d) Reduzir ou aumentar o Capital Social;
e) Incorporar a outra sociedade ou ser objeto de incorporação.

Parágrafo Quarto – Dependem da aprovação prévia dos sócios que representem 4/5 (quatro quintos) do capital social, as medidas que importem em:

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1082183 em 26/11/2020 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 13200616308 e protocolo 200567357 - 25/11/2020. Autenticação: 8D83C885B8238B70C2AF18E1B49B34F3388225C8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 20/056.735-7 e o código de segurança qEFr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/11/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...259 LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

a) Alienação, oneração ou aquisição de bens imóveis, exceto quando proveniente de ação em pagamento;
b) Transferência da sede da sociedade;
c) Transformação da sociedade de um tipo em outro;
d) Eleger ou substituir administrador alheio ao quadro social.

Parágrafo Quinto – Dependem da aprovação prévia dos sócios que representem 4/5 (quatro quintos) do capital social, as medidas que importem em:

a) Aprovação das contas da administração;
b) Aprovação do modo e valor de remuneração dos administradores;
c) Nomeação do liquidante, o julgamento de suas contas e destituição do mesmo;
d) Exclusão de sócios por justa causa;
e) Designação e a destituição dos administradores;
f) Pedido de recuperação judicial da sociedade;
g) Abertura de novas filiais e outros estabelecimentos, em qualquer localidade do Território Nacional onde convenha aos seus interesses.

Parágrafo Sexto – A sociedade entrará em dissolução nas hipóteses previstas em lei ou por deliberação de todos os sócios. Em qualquer dos casos, os sócios que representem 4/5 (quatro quintos) do capital social elegerão o liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação e fixando-lhe os honorários, caso necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Dos Casos Omissos
Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do Foro
Os sócios elegem o Foro desta Comarca para dirimir as dúvidas inerentes às disposições do presente contrato renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em uma via.

Manaus, 24 de novembro de 2020.

Claudioney Alves da Silva
Sócio

Mara Lenilma Lima Correa
Sócia-administradora

SG ENGENHARIA LTDA
Francilais Afonso Lucas Guimarães

SG ENGENHARIA LTDA
Ivair Ferreira

Francilais Afonso Lucas Guimarães
Administrador não sócio

Ivair Ferreira
Administrador não sócio

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1082183 em 26/11/2020 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 13200616308 e protocolo 200567357 - 25/11/2020. Autenticação: 8D83C885B8238B70C2AF18E1B49B34F3388225C8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 20/056.735-7 e o código de segurança qEFr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/11/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000[illegible]260
LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/056.735-7	AMN2083059327	25/11/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
639.734.212-34	CLAUDIONEY ALVES DA SILVA
337.832.922-04	FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
484.320.919-87	IVAIR FERREIRA
582.380.772-49	MARA LENILMA LIMA CORREA

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1082183 em 26/11/2020 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 13200616308 e protocolo 200567357 - 25/11/2020. Autenticação: 8D83C885B8238B70C2AF18E1B49B34F3388225C8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 20/056.735-7 e o código de segurança qEFr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/11/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...261

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL
REGISTRO DIGITAL

Eu, FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARÃES, BRASILEIRA, CASADO, ENGENHEIRO CIVIL, DATA DE NASCIMENTO 27/08/1970, RG Nº 0896638-9 SSP-AM, CPF 337.832.922-04, AVENIDA VIA LACTEA, Nº 669, CONDOMÍNIO VISTA DO SOL – TORRE MIRANTE - APARTAMENTO 140, BAIRRO ALEIXO, CEP 69060-085, MANAUS - AM, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Manaus, 25 de novembro de 2020.

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARÃES
Assinado digitalmente por certificação A3

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1082183 em 26/11/2020 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 13200616308 e protocolo 200567357 - 25/11/2020. Autenticação: 8D83C885B8238B70C2AF18E1B49B34F3388225C8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 20/056.735-7 e o código de segurança qEFr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/11/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.0160[illegible]262
LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, de NIRE 1320061630-8 e protocolado sob o número 20/056.735-7 em 25/11/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1082183, em 26/11/2020. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Aristofanes de Sousa Rabelo.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Lycia Fabíola Santos de Andrade. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (http://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
337.832.922-04	FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
639.734.212-34	CLAUDIONEY ALVES DA SILVA
484.320.919-87	IVAIR FERREIRA
337.832.922-04	FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
582.380.772-49	MARA LENILMA LIMA CORREA

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
337.832.922-04	FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES

Manaus. quinta-feira, 26 de novembro de 2020

Documento assinado eletrônicamente por Aristofanes de Sousa Rabelo, Servidor(a) Público(a), em 26/11/2020, às 12:18 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 20/056.735-7.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1082183 em 26/11/2020 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 13200616308 e protocolo 200567357 - 25/11/2020. Autenticação: 8D83C885B8238B70C2AF18E1B49B34F3388225C8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 20/056.735-7 e o código de segurança qEFr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/11/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...263 pág. 15/16

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
720.917.462-15	LYCIA FABIOLA SANTOS DE ANDRADE

Manaus. quinta-feira, 26 de novembro de 2020

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1082183 em 26/11/2020 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, Nire 13200616308 e protocolo 200567357 - 25/11/2020. Autenticação: 8D83C885B8238B70C2AF18E1B49B34F3388225C8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 20/056.735-7 e o código de segurança qEFr Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/11/2020 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...264


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
NOME
MARA LENILMA LIMA CORREA
DOC. IDENTIDADE
A1129112
CPF
582.380
02/11/1977
FILIAÇÃO
ODAIR CORREA
LEI LIMA CORRE
ACC
CAT. HAB.
B
Nº REGISTRO
0358411024
01/2025
1ª HABILITAÇÃO
05/05/2005
OBSERVAÇÕES
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1930302752
ASSINATURA DO PORTADOR
DATA EMISSÃO
13/02/2020
US, AM
DIRETOR PRESIDENTE
ASSINATURA DO EMISSOR
79548876855
AM031505880
AMAZONAS


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
CLAUDIONEY ALVES DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG
13557149 SSP

CPF
639.734.21

ASCIMENTO
06/1980

FILIAÇÃO
CLAUDIO
FRANC ES PEREIR
A

ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
00394703198

E
2024

1ª HABILITAÇÃO
22/09/1998

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

DATA EMISSÃO
11/10/2019

, AM

DIRETOR PRESIDENTE

ASSINATURA DO EMISSOR

70167811583
AM031126626

AMAZONAS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1825430238

IDO PLASTIFICAR
0238

DF AC AL AP AM BA CE ES GO MA MT MS MG PA PB PR PE PI RJ RN RS RO RR SC SP SE TO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES



DOC. IDENTIDADE / ÓRG.
8966389 SESEG

CPF
337.832.922

NASCIMENTO
09/1970

FILIAÇÃO
ALUIZIO GUIMAR
AES
RAIMU ILONILDA
LUCI

ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
00394681463

DE
/2023

1ª HABILITAÇÃO
08/05/1990

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
175211767

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

DATA EMISSÃO
14/12/2018

US, AM

DIRETOR PRESIDENTE

ASSINATURA DO EMISSOR

61258905640
AM029189560

AMAZONAS

O PLASTIFICAR

667

AO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0001-12 - SEI

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, com sede na cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, sito a Rua Belo Horizonte, 1568, Adrianopolis, CEP: 69057-060, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 18.422.603/0001-47, neste ato representada pelo senhor **FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARÃES,** brasileiro, engenheiro civil, divorciado, portador da CNH nº 00394681463, expedida em 14/12/2018 pelo DETRAN/AM e do CPF nº 337.832.922-04, residente e domiciliado na Avenida Via Lactea, nº 669, Condomínio Vista do Sol, apartamento 140, Aleixo, CEP: 69060-085, Manaus/AM.

OUTORGADO: DIEMISSON DOS SANTOS SOUSA, brasileiro, casado, técnico em telecomunicações, portador da cédula de identidade RG nº 26296870, SSP/RO e do CPF nº 995.714.632-72, residente e domiciliado na à Rua Prof. Jubertino Muniz, bloco C, apto 204, condomínio Piauí, Residencial Eliza Miranda, Manaus / Am, CEP 69077-769.

Através do presente instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** nomeia e constitui como seu procurador o **OUTORGADO,** para o fim especial de promover a participação da outorgante em licitações públicas, concordar com todos os seus termos, assistir a abertura de propostas, fazer impugnações, reclamações, protestos e recursos, fazer novas propostas, rebaixar preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Manaus/AM, 11 de julho de 2022.

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES:33783292204

Assinado de forma digital por FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES:33783292204
Dados: 2022.07.11 15:07:08 -04'00'

LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

Francilais Afonso Lucas Guimarães

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >.

SERPRO / DENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
18.422.603/0001-47 **MATRIZ**		**04/07/2013**

NOME EMPRESARIAL
LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
LOGIC PRO TECNOLOGIA	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
42.21-9-04 - Construção de estações e redes de telecomunicações
42.21-9-05 - Manutenção de estações e redes de telecomunicações
46.14-1-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves
52.29-0-99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente
61.10-8-01 - Serviços de telefonia fixa comutada - STFC
61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM
61.20-5-01 - Telefonia móvel celular
61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo
61.43-4-00 - Operadoras de televisão por assinatura por satélite
61.90-6-02 - Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP
61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BELO HORIZONTE	**1568**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.057-060	**ADRIANOPOLIS**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FINANCEIRO@LOGICPRO.COM.BR	**(92) 3090-4000/ (92) 3091-4010**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**04/07/2013**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **26/07/2022** às **18:29:04** (data e hora de Brasília). Página: **1/2**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
18.422.603/0001-47 **MATRIZ**		**04/07/2013**

NOME EMPRESARIAL
LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BELO HORIZONTE	**1568**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.057-060	**ADRIANOPOLIS**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FINANCEIRO@LOGICPRO.COM.BR	**(92) 3090-4000/ (92) 3091-4010**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**04/07/2013**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **26/07/2022** às **18:29:04** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
18.422.603/0001-47 **MATRIZ**		**04/07/2013**

NOME EMPRESARIAL
LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
LOGIC PRO TECNOLOGIA	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
42.21-9-04 - Construção de estações e redes de telecomunicações
42.21-9-05 - Manutenção de estações e redes de telecomunicações
46.14-1-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves
52.29-0-99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente
61.10-8-01 - Serviços de telefonia fixa comutada - STFC
61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM
61.20-5-01 - Telefonia móvel celular
61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo
61.43-4-00 - Operadoras de televisão por assinatura por satélite
61.90-6-02 - Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP
61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BELO HORIZONTE	**1568**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.057-060	**ADRIANOPOLIS**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FINANCEIRO@LOGICPRO.COM.BR	**(92) 3090-4000/ (92) 3091-4010**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**04/07/2013**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **01/03/2023** às **10:50:47** (data e hora de Brasília). Página: **1/2**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
18.422.603/0001-47 **MATRIZ**		**04/07/2013**

NOME EMPRESARIAL
LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BELO HORIZONTE	**1568**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.057-060	**ADRIANOPOLIS**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FINANCEIRO@LOGICPRO.COM.BR	**(92) 3090-4000/ (92) 3091-4010**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**04/07/2013**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **01/03/2023** às **10:50:47** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
18.422.603/0001-47
NOME EMPRESARIAL:
LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R$3.000.000,00 (Tres milhões de reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Qualificação:
05-Administrador

Nome/Nome Empresarial:
IVAIR FERREIRA
Qualificação:
05-Administrador

Nome/Nome Empresarial:
CLAUDIONEY ALVES DA SILVA
Qualificação:
22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:
MARA LENILMA LIMA CORREA
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:
SG ENGENHARIA LTDA
Qualificação:
22-Sócio

Nome do Repres. Legal:
FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Qualif. Rep. Legal:
05-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **01/03/2023** às **10:51** (data e hora de Brasília).

PREFEITURA DE MANAUS
SECRETARIA DE FINANÇAS,TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO - SEMEF

CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INFORMAÇÕES DO CONTRIBUINTE

Razão Social: **LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**
Nome Fantasia: **LOGIC PRO TECNOLOGIA**
Logradouro: **RUA 24 DE MAIO**
Número: **220**
Bairro: **CENTRO**

CNPJ: **18.422.603/0001-47**
Área Ocupada: **102.20**
Complemento: **EDIF RIO NEGRO CENTER SALA 918 ANDAR 9**
CEP: **69010080**
Nota: **------**

Inscrição Municipal: **20867001**
Cadastro Imobiliário: **2069519**
Protocolo: **AMP2000185656**
Data da Expedição: **29/07/2020**

ATIVIDADE(S) EXERCIDA(S) NO LOCAL

CNAE:	Descrição
4614-1/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves
9511-8/00.01	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
6203-1/00.03	Licenciamento de programas de informática não-customizáveis
6202-3/00.01	Desenvolvimento de programas de computador customizáveis
6202-3/00.02	Licenciamento de programas de computador customizáveis
6203-1/00.01	Desenvolvimento de programas de computador não-customizáveis
9512-6/00.01	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação

ATIVIDADE(S) NÃO EXERCIDA(S) NO LOCAL

CNAE:	Descrição
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública
6209-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
6311-9/00.01	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
6319-4/00.01	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
4221-9/04	Construção de estações e redes de telecomunicações
6120-5/01	Telefonia móvel celular
7112-0/00.01	Serviços de engenharia
6141-8/00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo
6190-6/99.99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente
6110-8/01	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC
6143-4/00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite
6110-8/03	Serviços de comunicação multimídia - SCM
6399-2/00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
6190-6/02	Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP
5229-0/99.99	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente
7739-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
4221-9/05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações
8020-0/01.01	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
7733-1/00.01	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório
6190-6/01	**Provedores de acesso às redes de comunicações**

OBSERVAÇÕES

- Este documento é somente o comprovante de sua inscrição fiscal junto a Prefeitura de Manaus.
- O mesmo não representa e nem substituí a obrigatoriedade de obtenção do licenciamento aplicável as suas atividades econômicas, bem como, do Alvará de Localização e Funcionamento.
- Para consultar a autenticidade deste documento acesse o link: **https://portal-slim.manaus.am.gov.br/s/autenticidade/TJG2THUP**

Scan QR Code

GOVERNO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE DO ICMS

CARTÃO DE INSCRIÇÃO DO CONTRIBUINTE

INSCRIÇÃO	C.N.P.J	VIA
05.340.677-0	18.422.603/0001-47	22

RAZÃO OU DENOMINAÇÃO SOCIAL
LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

NOME FANTASIA
LOGIC PRO TECNOLOGIA

REGIME	CADASTRAMENTO	EMISSÃO	VALIDADE
Normal	01/08/2013	07/08/2020	07/08/2022

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA NA AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO
RUA 24 DE MAIO, NRO 220, CENTRO, EDIF RIO NEGRO CENTER SALA 918 ANDAR 9, MANAUS - AM CEP 69.010-080

ATIVIDADE ECONÔMICA NA SEFAZ
6141-8/00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo, desde 03/09/2019
6143-4/00 - Operadoras de televisão por assinatura por satélite, desde 03/09/2019

OBSERVAÇÃO
Comércio ou Indústria Não Incentivada

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
001596806334696

PREFEITURA DE MANAUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO - SEMEF

CND Nº
39768/2023

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

CONTRIBUINTE : **LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**
ENDEREÇO : **RUA BELO HORIZONTE, Nº: 1568, CEP: 69057060**
BAIRRO: **ADRIANÓPOLIS** COMPLEMENTO:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL : **20867001**
CNPJ/CPF : **18422603000147**

Declara-se para os devidos fins que, em nome do sujeito passivo, CONSTAM DÉBITOS lançados relativo a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

14/02/2023

Observação:
****
****
****

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, de acordo com o disposto no Art. 206 C/C o Art. 151 do CTN.
Certidão expedida com base no Decreto nº. 7007/2003 c/c Dec. 883/2011

VÁLIDA ATÉ 16/03/2023

A FAZENDA MUNICIPAL PODERÁ COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE CONSTATADAS, MESMO REFERENTES A PERÍODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.

VALIDAÇÃO

CND N°39768/2023

Para comprovar a veracidade desta certidão, utilize o QR CODE ou visite o Portal de Informações e Serviços SEMEF ATENDE (http://semefatende.manaus.am.gov.br/) e infome a chave de validação **FD8.488.F7D.17C**. A Certidão emitida abrange todos os cadastros inscritos no Município de Manaus no CNPJ/CPF do contribuinte acima qualificado.
Cadastrado em: 14/02/2023

Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016003 / pg. 279

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 18.422.603/0001-47
Certidão nº: 163964/2023
Expedição: 03/01/2023, às 03:20:08
Validade: 02/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **18.422.603/0001-47**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016003 / pg. 280

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.422.603/0001-47

Razão Social: LOGIC PRO SERV DE TECNO DA INFOR LTDA

Endereço: R 24 DE MAIO 220 ED R NEGRO C SL 918 / CENTRO / MANAUS / AM / 69010-080

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:31/01/2023 a 01/03/2023

Certificação Número: 2023013102174715370500

Informação obtida em 06/02/2023 09:36:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016003 / pg. 281

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 18.422.603/0001-47
Razão social: LOGIC PRO SERV DE TECNO DA INFOR LTDA
Nome fantasia: LOGIC PRO TECNOLOGIA

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
19/02/2023	19/02/2023 a 20/03/2023	202302190213533293825 8
31/01/2023	31/01/2023 a 01/03/2023	20230131021747153705 00
09/01/2023	09/01/2023 a 07/02/2023	20230109014419786133 64
21/12/2022	21/12/2022 a 19/01/2023	202212210203191611520 6
02/12/2022	02/12/2022 a 31/12/2022	20221202015639807281 78
13/11/2022	13/11/2022 a 12/12/2022	2022111303345056085341
25/10/2022	25/10/2022 a 23/11/2022	202210250220423098200 4
06/10/2022	06/10/2022 a 04/11/2022	20221006015933891078 36
17/09/2022	17/09/2022 a 16/10/2022	2022091702020005790855
29/08/2022	29/08/2022 a 27/09/2022	202208290145496137210 8
10/08/2022	10/08/2022 a 08/09/2022	202208100205146747101 0
22/07/2022	22/07/2022 a 20/08/2022	2022072201563714489716
03/07/2022	03/07/2022 a 01/08/2022	202207030456133177845 4
14/06/2022	14/06/2022 a 13/07/2022	202206140209323017459 6
26/05/2022	26/05/2022 a 24/06/2022	202205260159076327449 1
07/05/2022	07/05/2022 a 05/06/2022	202205070201249359950 4
18/04/2022	18/04/2022 a 17/05/2022	202204180140307225915 0
30/03/2022	30/03/2022 a 28/04/2022	202203300204572378323 4
11/03/2022	11/03/2022 a 09/04/2022	20220311015111185575 57
20/02/2022	20/02/2022 a 21/03/2022	2022022002182820663813
01/02/2022	01/02/2022 a 02/03/2022	202202010514368273990 2
10/01/2022	10/01/2022 a 08/02/2022	202201100235337123539 3
18/12/2021	18/12/2021 a 16/01/2022	202112180207200338383 1
29/11/2021	29/11/2021 a 28/12/2021	202111290155336812760 0
10/11/2021	10/11/2021 a 09/12/2021	20211110015816013105 73
22/10/2021	22/10/2021 a 20/11/2021	202110220208008084955 4
03/10/2021	03/10/2021 a 01/11/2021	20211003014239920805 58
14/09/2021	14/09/2021 a 13/10/2021	202109140207385442840 1
26/08/2021	26/08/2021 a 24/09/2021	202108260214388192219 8
07/08/2021	07/08/2021 a 05/09/2021	202108070210562994901 5
20/04/2021	20/04/2021 a 17/08/2021	202104200220526967454 0

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
01/04/2021	01/04/2021 a 30/04/2021	202104010221584200093 5
13/03/2021	13/03/2021 a 11/04/2021	202103130208162954538 9

Resultado da consulta em 01/03/2023 13:21:17

Voltar

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.422.603/0001-47

Razão Social: LOGIC PRO SERV DE TECNO DA INFOR LTDA

Endereço: R 24 DE MAIO 220 ED R NEGRO C SL 918 / CENTRO / MANAUS / AM / 69010-080

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:19/02/2023 a 20/03/2023

Certificação Número: 2023021902135332938258

Informação obtida em 01/03/2023 13:22:10

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA
CNPJ: 18.422.603/0001-47

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:13:29 do dia 01/02/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 31/07/2023.
Código de controle da certidão: **7329.61DC.76F5.D82D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação

Certidão Nº: 52140146
Data: 06/02/2023
Hora: 08:39:15
Válida até: 08/03/2023

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

C.N.P.J: 18.422.603/0001-47 - LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

Inscrição: 05.340.677-0 - **Situação:** Ativo

CNAE: 6141-8/00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, encontramos débito e/ou restrições em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

- Contribuinte possui débitos a vencer de parcelamento

Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016003 / pg. 286

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-AM

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

942528/2018

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - Crea-AM, o Acervo Técnico do profissional **CLAUDIONEY ALVES DA SILVA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **CLAUDIONEY ALVES DA SILVA**
Registro: **0407103287** RNP: **0407103287**
Título profissional: ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÕES

Número da ART: **AM20180117224** Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO Registrada em: 15/03/2018 Baixada em: 26/03/2018
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME**

Contratante: **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SEC** CPF/CNPJ: **01.801.623/0001-26**
Endereço do contratante: AVENIDA 7 DE SETEMBRO Nº: 1546
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: MANAUS UF: AM CEP: 69005141
Contrato: 12/2017-SEC Celebrado em: 01/08/2017
Valor do contrato: R$ 84.960,00 Tipo de contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: AVENIDA 7 DE SETEMBRO Nº: 1546
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: MANAUS UF: AM CEP: 69005141
Data de início: 01/08/2017 Conclusão efetiva: 27/01/2018
Finalidade: Infraestrutura
Proprietário: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SEC CPF/CNPJ: 01.801.623/0001-26

Atividade Técnica: **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - ELÉTRICA -> INSTRUMENTAÇÃO -> #1939 - PROVEDOR DE ACESSO A INTERNET 39 - INSTALAÇÃO 180.00 dia; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - ELÉTRICA -> SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES -> SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO PARA NAVEGAÇÃO -> #1990 - POR FIBRA OPTICA 39 - INSTALAÇÃO 180.00 dia; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - ELÉTRICA -> SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES -> CENTRAL TELEFÔNICA -> #2029 - PABX 39 - INSTALAÇÃO 180.00 dia;

Observações

PRESTAÇÃO EM TELEFONIA FIXA LOCAL. LDN (LONGA DISTANCIA NACIONAL) E LDI (LONGA DISTANCIA INTERNACIONAL) E INTERNET BANDA LARGA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SEC E SUAS UNIDADES PELO PERIODO DE 180 DIAS, de acordo com o projeto básico.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 942528/2018
26/03/2018, 18:53
b1Da3

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: b1Da3

GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos e declaramos para os devidos fins, que a empresa **LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **18.422.603/0001-47**, estabelecida neste município à Av. Theomário Pinto, nº 811, sala 806, edifício Skye Platino Office, bairro Chapada, executou para **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.801.623/0001-26, serviços conforme o abaixo discriminado, tendo como Responsável Técnico o Engº de Comunicações, Sr. **CLAUDIONEY ALVES DA SILVA**, CPF nº **639.734.212-34,** CREA-AM nº **14280-D** e RNP nº **040710328-7**:

1.0 - Natureza:

Serviços de Tecnologia;

2.0 - Número do Contrato:

Nº 12/2017-SEC

3.0 - Data de Assinatura do Contrato:

01 de agosto de 2017;

4.0 - Prazo de Execução:

180 (Cento e oitenta) Dias;

5.0 - Data de Início do Serviço:

01 de agosto de 2017;

6.0 - Data de conclusão do Serviço:

27 de janeiro de 2018;

7.0 - Trabalhos Executados:

Prestação de serviço em telefonia corporativa, contemplando PABX IP Virtual com 200 (duzentos) Ramais DDR (Discagem Direta a Ramal) , portabilidade numérica, controle de tarifação, chamadas telefônicas fixa local, móvel , LDN (Longa Distância Nacional) , LDI (Longa Distância Internacional), 50 Mbps (Mega bits por segundo) de Internet Dedicada , 200 (duzentos) Telefones IP e Rede Privada de Dados (VPN) para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Cultura - SEC e suas 17 (dezessete) unidades interligadas através de um anel redundante de 22,7 km (vinte e dois quilômetros e setecentos metros) em fibra ótica com tecnologia Metro Ethernet 10/100/1000, podendo trafegar a velocidade de 10 (dez) Gbps (Giga bits por segundo) com disponibilidade de 99,99% (noventa e nove, noventa e nove por cento) pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Avenida Sete de Setembro, 1546 - Centro

SECRETARIA DE
ESTADO DE CULTURA

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 942528/2018, emitida em 26/03/2018

Certidão nº 942528/2018
03/04/2018, 14:22
Chave de Impressão: b1Da3
O documento neste ato registrado foi emitido em 26/03/2018 e contém 2 folhas

GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

8.0 - Local:

Av. Sete de Setembro, nº 1546, Bairro Centro, Vila Ninita, anexo ao Centro Cultural Palácio Rio Negro, Manaus/AM.

9.0 - Contrato:

E empresa prestou o serviço através do contrato nº 12/2017, firmado conforme extrato nº 51/2017, publicado no DOE do dia 09/08/2017, provocado pelo processo nº 1574/2017-SEC.

O processo licitatório ocorreu na modalidade Dispensa de Licitação, conforme portaria nº 07/2017/SEC/DAF, publicada no DOE em 01/08/2017, provocado pelo processo nº 1574/2017-SEC, uma vez que se tratava de serviço essencial, justificando o caráter emergencial.

Atestamos também que a referida empresa teve um desempenho a contento, cumprindo rigorosamente os termos do contrato firmado, executando as obras de total acordo com os projetos e especificações técnicas, dentro do prazo previsto, não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos serviços.

Manaus/AM, 19 de março de 2018.

Elaborado por	*Assinatura:*
Sandro de Souza Silva *CPF: 446.049.632-15* *Gerente de TI.*	Gerente de Informática Secretaria de Estado de Cultura
Fiscal do Contrato:	*Assinatura:*
Rômulo César Coelho de Castro *CPF: 638.132.5422-91* *Assistente Técnico*	
Contratante:	*Assinatura:*
Denilson Vieira Novo *CPF: 513.120.342-20* *Secretário de Estado de Cultura*	Denilson Novo Secretário de Cultura

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 942528/2018, emitida em 26/03/2018

Certidão nº 942528/2018
03/04/2018, 14:22
Chave de Impressão: b1Da3
O documento neste ato registrado foi emitido em 26/03/2018 e contém 2 folhas

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Lei Federal Nº 6496 de 07 de Dezembro de 1977

CREA-AM

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

966131/2020

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - Crea-AM, o Acervo Técnico do profissional **CLAUDIONEY ALVES DA SILVA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **CLAUDIONEY ALVES DA SILVA**
Registro: **0407103287AM** RNP: **0407103287**
Título profissional: ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÕES

Número da ART: **AM20200221823** Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO Registrada em: 18/08/2020 Baixada em: 20/08/2020
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME**

Contratante: **INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS** CPF/CNPJ: **04.624.888/0001-94**
Endereço do contratante: AVENIDA MÁRIO YPIRANGA Nº: 3280
Complemento: Bairro: PARQUE 10 DE NOVEMBRO
Cidade: MANAUS UF: AM CEP: 69050030
Contrato: 004/2019 Celebrado em: 29/08/2019
Valor do contrato: R$ 199.740,00 Tipo de contratantee: Pessoa Juridica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: AVENIDA MÁRIO YPIRANGA Nº: 3280
Complemento: Bairro: PARQUE 10 DE NOVEMBRO
Cidade: MANAUS UF: AM CEP: 69050030
Data de início: 29/08/2019 Conclusão efetiva: 29/02/2020
Finalidade: Infraestrutura
Proprietário: INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS CPF/CNPJ: 04.624.888/0001-94

Atividade Técnica: **1 - DIRETA** OBRAS E SERVIÇOS - ELÉTRICA > ELETRÔNICA E COMUNICAÇÃO > #1709 - FIBRA ÓPTICA 39 - INSTALAÇÃO 180.00 dia; **1 - DIRETA** OBRAS E SERVIÇOS - ELÉTRICA > SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES > SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO PARA NAVEGAÇÃO > #1990 - POR FIBRA OPTICA 39 - INSTALAÇÃO 180.00 dia;

Observações

SERVIÇO DE CFTV, CENTRAL DE ALARME E DE CONTRLO DE ACESSO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: A) INSTALAÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA DE PRESENÇA, INTERNOS E EXTERNOS INSTALADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMVIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS - IPAAM-AM, PARA A DETECÇÃO E COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA, POR MEIO DE SIRENES QUE COMPLEMENTA O SISTEMA E ENVIA O EVENTOS DE ALARMES PARA CENTRAL DE MONITORAMENTO. B) O ARMAZENAMENTO DEVERÁ SER EXECUTADO EM STORAGE E SERVIDOR PARA RAPIDO ACESSO POR 15 DIAS, E MAIS DE 30 DIAS EM MIDIA MAGNÉTICA. EQUIPAMENTOS: 02 CAMERA SPEED DOME PTZ, 2.0 megapixel, 30x, 30 Fps, IP67, IK10 do tipo - 09 CAMERA MINI DOME - 31 CAMERA BULLET - 04 CAMERA FISH EYE - TODOS AS CAMERAS COM LICENÇAS PARA SISTEMA DE MONITORAMENTO: - TRANSPORTE DE DADOS VPN 100MB - TRECHO ENTRE IPAAM/PF; - CENTRAL DE MONITORAMENTO COM VIDEO WALL

Informações Complementares

- Conforme atestado anexo (2 páginas, emitido em 21/05/2020), circunscrito APENAS às atividades inerentes à sua modalidade, ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÕES em coerência com as suas atribuições profissionais. Obs.: O referido atestado foi objeto de Laudo Técnico (02 páginas, referente à ART Nº Nº AM20200215778), elaborado pelo ENGENHEIRO ELETRICISTA. ADRIANO DE CAMPOS CHAGAS, CPF Nº 213.906.518-27, RNP Nº 2607811724, cuja qual é profissional habilitado no âmbito do Sistema Confea-Crea. CERTIFICAMOS, finalmente, que a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações declaradas constantes nos documentos que se encontram vinculados à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, cabe aos seus emissores.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Lei Federal Nº 6496 de 07 de Dezembro de 1977

CREA-AM

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

966131/2020

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 966131/2020
28/08/2020, 14:25
Ww1yb

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Ww1yb

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto e declaro para os devidos fins, que a empresa **LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **18.422.603/0001-47**, estabelecida neste município à Av. Dr Theomário Pinto da Costa, 811, Edifício Skye Platinum, Sala 101, Chapada, Manaus/AM, executou para a **INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS**, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.624.888/0001-94, serviços conforme o abaixo discriminado, tendo como Responsável Técnico o Eng.º de Comunicações, Sr. **CLAUDIONEY ALVES DA SILVA**, CPF N.º **639.734.212-34** e RNP N.º **040710328-7**, conforme a discriminação do serviço abaixo:

1.0 - Natureza:

Contratação Emergencial de empresa especializada para prestação de serviços de locação, implantação, instalação e manutenção de sistema integrado de vídeo monitoramento nas instalações do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM-AM, e nos Containers instalados na Sede da Polícia Federal, em Manaus.

2.0 - Número do Contrato: 004/2019 - IPAAM

3.0 - Data de Assinatura do Contrato: 29 de agosto de 2019;

4.0 - Prazo de Execução: 180 (cento e oitenta) dias corridos;

5.0 - Data de Início do Serviço: 29 de agosto de 2019;

6.0 - Data de conclusão do Serviço: 29 de fevereiro de 2020;

7.0 - Prazo Executado: 29 de agosto de 2019 à 29 de fevereiro de 2020.

8.0 - Trabalhos Executados:

8.1 - Serviços de Locação de Equipamentos e Monitoramento de Câmaras para atender o IPAAM, Locação, implantação, instalação e manutenção de sistema integrado de vídeo monitoramento com sala NOC.

8.2 - Descrição: Instalação de cabeamento estruturado para atender a instalação de 55 pontos de rede logica/elétrica das câmeras e sala NOC de monitoramento, instalação e locação de 02 câmeras Speed Dome, 09 Câmeras Mini Dome, 31

Av. Mario Ypiranga Monteiro, 3280 - Parque 10
Fone: (92) 2123-6721 / 2123-6731
Manaus-AM - CEP 69050-030

IPAAM
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 966131/2020, emitida em 28/08/2020

Certidão nº 966131/2020
28/08/2020, 17:46
Chave de Impressão: Ww1yb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/08/2020 e contém 2 folhas

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

câmeras Bullet, 04 câmeras Fish Eye, todas com licença de uso para monitoramento interno no Digifort, Transporte de dados VPN de 100MB entre IPAAM/PF, Instalação e Locação de sistema de Alarme Eletrônicos, a instalação de Botão de pânico conectado a central de alarme e monitoramento, a armazenamento em storage com capacidade de 15 dias e as imagem com 30 dias gravada em mídia Magnética, foi realizado Montagem de Sala de Monitoramento interno.

9.0 - Local:

Município de Manaus/AM;

Local	Latitude	Longitude
Av. Mário Ypiranga, 3280 - Flores, Manaus - AM, 69050-030, Brasil	3°04'57.22"S	60°01'22.54"O

Atesto também, que a referida firma teve um desempenho a contento, cumprindo rigorosamente os termos do contrato firmado, executando as obras de total acordo com os projetos e especificações técnicas, dentro do prazo previsto, não existindo nenhum fato que desabone sua Idoneidade Técnica.

Manaus/AM, 21 de maio de 2020.

JULIANO MARCOS VALENTE DE SOUZA
CPF: 383.690.602-34 / CREA 7.420 D/AM
Diretor Presidente do Instituto de
Proteção Ambiental do Amazonas

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 966131/2020, emitida em 28/08/2020

Certidão nº 966131/2020
28/08/2020, 17:46
Chave de Impressão: Ww1yb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/08/2020 e contém 2 folhas

Av. Mario Ypiranga Monteiro, 3280 - Parque 10
Fone: (92) 2123-6721 / 2123-6731
Manaus-AM - CEP 69050-030

IPAAM
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto e declaro para os devidos fins, que a empresa **LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **18.422.603/0001-47**, estabelecida neste município à rua 24 de maio, 220, Edifício rio negro center, Sala 918, centro, Manaus/AM, executou para a **GEA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **01.736.193/0001-06**, serviços conforme o abaixo discriminado, tendo como Responsável Técnico o Eng.º de Comunicações, Sr. **CLAUDIONEY ALVES DA SILVA**, CPF N.º **639.734.212-34** e RNP N.º **040710328-7**, conforme a discriminação do serviço abaixo:

1.0 - **Natureza:**

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA (SCM), COM FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET DEDICADO, PROTEGIDO COM SISTEMA ANTI-DDOS, SISTEMA DE BACKUP CLOUD/SITEMA BACKUP VEEAM, VPN ENTRE MATRIZ E FILIAL, TELEFOFONIA FIXA STFC COM PORTABILIDADE, PABX VIRTUAL/TRONCO E1/SIP/VOIP/COMODATO DE APARELHO DIGITAL.

2.0 - **Número do Contrato:** 20200102-01

3.0 - **Data de Assinatura do Contrato:** 02 de JANEIRO de 2020;

4.0 - **Prazo de Execução:** 12 meses;

5.0 - **Data de Início do Serviço:** 02 de JANEIRO de 2020;

6.0 - **Data de conclusão do Serviço:** 02 de JANEIRO de 2021;

7.0 - **Prazo Executado:** 02 de JANEIRO de 2020 à 02 de JANEIRO de 2021.

8.0 - **Trabalhos Executados:**

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA (SCM), LINK DE INTERNET DEDICADO, PROTEGIDO COM SISTEMA SNTI-DDOS, SISTEMA DE BACKUP CLOUD/SITEMA BACKUP VEEAM, VPN ENTRE MATRIZ E FILIAL, TELEFOFONIA FIXA STFC COM PORTABILIDADE, PABX VIRTUAL/TRONCO E1/SIP/VOIP/COMODATO DE APARELHO DIGITAL.

1.1 Descrição:

REFERENTE AO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA (SCM), COM O FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET DEDICADO DE 30MB EM DUPLA ABORDAGEM (METRO ETHERNET), PROTEGIDO COM SISTEMA ANTI-DDOS, SISTEMA DE BACKUP CLOUD COM FORNECIMENTO DE SISTEMA DE BACKUP VEEAM, SOFTWARE SUITE, ESPAÇO EM NUVEM EM NOSSO DATACENTER, VPN DE DADOS DE 200MB ENTRE OS SERVIDORES, SERVIÇO DE PONTO A PONTO (VPN) ENTRE A MATRIZ E 7 FILIAS COM 10MB, SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA STFC COM

FORNECIMENTO DE PBX VIRTUAL COM TRONCO E1 COM SUPORTE SIP/VOIP, FORNECIMENTO DE 39 APARELHOS DIGITAIS COM TECNOLOGIA IP,COM A PORTABILIDADES DOS NUMEROS NO TOTAL DE 100 DDR'S.

1.2 - Local:

município de Manaus/AM;

Local	Latitude	Longitude
Av. Autaz Mirim, 5979 A - São José Operário Manaus – AM 69085-000	- 3.0648562657467204	- 59.951694909806065
R. Mal. Deodoro, 175 - SALA 01 E 03 - Centro, Manaus - AM, 69005000, Brasil	- 3.1359248902652292	- 60.0244459488117
Avenida Coronel Teixeira, 5705 Loja 12, Piso 1 - Ponta Negra, Manaus AM, 69037-000, Brasil	- 3.0847238017786234	- 60.07240279162081
Avenida Margarida, 1359 Térreo - Loja SUC 131 133 - Cidade Nova, Manaus - AM, 69097-305, Brasil	- 3.003010135594715	- 59.98077104812477
Av. Noel Nutels, 1762 - Cidade Nova, Manaus - AM, 69095-000, Brasil	- 3.0305137843319545	- 59.977481969219355
Av. Djalma Batista, 482 - SHOP 351 / 352 - Parque Dez de Novembro, Manaus - AM, 69050-010, Brasil	-3.0946694343212804	- 60.022645744030555
Av. Mário Ypiranga, 1300 - Adrianópolis, Manaus - AM, 69057-002, Brasil	**- 3.1033686509510554,**	**- 60.01294882153752**
R. Dr. Moreira, 72 , A - Centro, Manaus - AM, 69005-250, Brasil (MATRIZ)	**-3.137193589838767,**	**-60.02279403980962**

Atesto também, que a referida firma teve um desempenho a contento, cumprindo rigorosamente os termos do contrato firmado, executando as obras de total acordo com os projetos e especificações técnicas, dentro do prazo previsto, não existindo nenhum fato que desabone sua Idoneidade Técnica.

Manaus/AM, 12 de Abril de 2021.

AUTORIZADO
AUGUSTO ALMEIDA

GEA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
CNPJ Nº 01.736.193/0001-06
RAIMUNDO AUGUSTO DA SILVA ALMEIDA
CPF Nº 192.384.802-10

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-AM

Nº 988461/2022
Emissão: 13/04/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: D5b4c

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-AM.

Interessado(a)

Profissional: CLAUDIONEY ALVES DA SILVA
Registro: 0407103287
CPF: 639.734.212-34
Endereço: AVENIDA CORONEL TEIXEIRA, 6225, Cond Reserva Inglesa London, PONTA NEGRA RESERVA INGLESA, MANAUS, AM, 69037000
Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 06/03/2009

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÕES
Atribuição: ARTIGO 9º DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA, COM OBSERVANCIA AO SEU ARTIGO 25 E PARAGRAFO UNICO.
Instituição de Ensino: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR FUCAPI-CESF
Data de Formação: 26/09/2008

ANOTAÇÕES DE CURSOS

ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
Atribuição: SEM ACRÉSCIMO DE ATRIBUIÇÕES
Instituição de Ensino: SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS-UNINORTE
Data de Formação: 05/03/2015

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME
Registro: 0000005550
CNPJ: 18.422.603/0001-47
Data Ínicio: 08/02/2017
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: D5b4c
Impresso em: 19/08/2022 às 08:23:42 por: adapt, ip: 192.141.13.110

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO N.º 6872 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto no art. 156 e incisos, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 73, de 25 de novembro de 1998, no Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução n.º 614, de 28 de maio de 2013, e, ainda, o que consta do processo nº 53500.018474/2013;

CONSIDERANDO que, conforme dispõe o parágrafo único do art. 10 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, não haverá limite ao número de autorizações para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, o que caracteriza hipótese de inexigibilidade de licitação, por configurar-se desnecessária;

R E S O L V E :

Art. 1º Expedir autorização à LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 18.422.603/0001-47, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Parágrafo único. O uso de radiofrequência, quando necessário, tendo ou não caráter de exclusividade, dependerá de prévia outorga da Agência, mediante autorização, nos termos da regulamentação e da respectiva consignação, que se dará mediante ato da Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação desta Agência.

Art. 2º Estabelecer que o preço devido pelo direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º é de R$ 400,00 (quatrocentos reais), de acordo com o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, da Anatel.

Parágrafo único. A quantia referida no *caput* deste artigo será recolhida na forma e no prazo estabelecidos em notificação da Anatel à autorizada, sob pena de revogação automática deste Ato e a consequente extinção da presente autorização.

Art. 3º Estabelecer que os equipamentos que compõem as estações de telecomunicações do serviço devem ter certificação expedida ou aceita pela Anatel, segundo as normas vigentes.

Art. 4º Estabelecer que o prazo para o início da operação comercial do serviço, quando este depender de sistema radioelétrico próprio, não poderá ser superior a dezoito meses, contado a partir da data de publicação do ato de autorização de uso de radiofreqüência no Diário Oficial da União.

§ 1º O prazo previsto no *caput* poderá ser prorrogado uma única vez, por no máximo doze meses, se as razões apresentadas para tanto forem julgadas relevantes pela Anatel.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação

SICAP: **2013.901.979.52**
DATA: **18/11/2013**

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

EXTRATO DO ATO N.º 6872 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

Processo nº 53500.018474/2013. Expede autorização à LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 18.422.603/0001-47, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-AM

Nº 987514/2022
Emissão: 31/03/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: 0byy4

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME

CNPJ: 18.422.603/0001-47

Registro: 0000005550

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 3.000.000,00

Data do Capital: 26/11/2020

Faixa: 6

Objetivo Social: 42.21-9-04 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES; 42.21-9-05 - MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES; 61.90-6-01 - PROVEDORES DE ACESSO ÀS REDES DE COMUNICAÇÕES; 61.10-8-01 - SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA - STFC; 61.10-8-03 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA ? SCM; 61.20-5-01 - TELEFONIA MÓVEL CELULAR; 61.41-8-00 - OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR CABO; 61.43-4-00 - OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR SATÉLITE; 61.90-6-02 - PROVEDORES DE VOZ SOBRE PROTOCOLO INTERNET - VOIP; 61.90-6-99 - OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE; 63.11-9-00 - TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET; 63.19-4-00 - PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET; 80.20-0-01 - ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICO; 95.11-8-00 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS; 95.12-6-00 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO; 71.12-0-00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA: ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO E ENG. DE COMUNICAÇÕES; 71.12-0-00 - Serviços de Engenharia (Elétrica e Segurança do Trabalho). NO LIMITE DAS ATRIBUIÇÕES DO RESPONSÁVEL TÉCNICO.

Restrições do Objetivo Social:

Endereço Matriz: RUA 24 DE MAIO, 220, EDIF RIO NEGRO CENTER SALA 918 ANDAR 9, CENTRO, MANAUS, AM, 69010080

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 22/07/2013

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 6493

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: ERICK MICHAEL VIANA TEIXEIRA DA SILVA

Registro: 0412987759

CPF: 530.450.412-72

Data Início: 06/07/2020

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA

Atribuição: ARTIGO (S) 8Â° DA RESOLUÃ?Ã?O NÂº 218/73 DO CONFEA, COM OBSERVÃ?NCIA AO SEU ARTIGO 25 E PARÃ?GRAFO Ã?NICO.

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuição: ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO 359/91, ACRESCIDO DO ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO Nº 437/99, AMBAS DO CONFEA`, SEM INTERFERÊNCIA ESPECÍFICA NAS COMPETÊNCIAS LEGAIS E TÉCNICAS ESTABELECIDAS PARA AS DIVERSAS MODALIDADES DA ENGENHARIA E AGRONOMIA, CONFORME ARTIGO 25 DA RESOLUÇÃO Nº 218/73 DO CONFEA

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: CLAUDIONEY ALVES DA SILVA

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: 0byy4
Impresso em: 23/08/2022 às 11:26:12 por: adapt, ip: 131.255.82.117

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-AM

Nº 987514/2022
Emissão: 31/03/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: 0byy4

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

Registro: 0407103287
CPF: 639.734.212-34
Data Início: 08/02/2017
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÕES
Atribuição: ARTIGO 9º DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA, COM OBSERVANCIA AO SEU ARTIGO 25 E PARAGRAFO UNICO.

ESPECIALISTA EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
Atribuição: SEM ACRÉSCIMO DE ATRIBUIÇÕES

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Sócios

Sócio: CLAUDIONEY ALVES DA SILVA
CPF: 639.734.212-34
Função: SOCIO

Sócio: MARA LENILMA LIMA CORREA
CPF: 582.380.772-49
Função: SOCIA

Sócio: SG ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 10.452.088/0001-36
Função: SOCIO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: 0byy4
Impresso em: 23/08/2022 às 11:26:13 por: adapt, ip: 131.255.82.117

ANEXO II

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.ASSOCIACAO AJURICABA RADIO TAXI	50404271588	07.338.076/0001-70
002.ASSOCIACAO DOS TAXISTAS DE GARANHUNS	50001407295	02.216.963/0001-52
003.ASSOCIACAO TRIANGULO SOCIAL ENTRE COLEGAS COMUM RADIO TAXI -TRISCOL	50403998557	06.912.773/0001-20
004.ASSOCIOCAO DA RADIO TAXI DE JUNDIAI - ARTJUSP	50405347600	09.047.553/0001-74
005.CENTRAL RADIO TAXI BETIM LTDA	50406335486	10.263.013/0001-07
006.COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE TAXI ELITE NITEROI LTDA	50404297200	07.729.835/0001-26

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL
NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 6.946, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Expede autorização à PORTONAVE S/A - TERMINAIS PORTUARIOS DE NAVEGANTES, CNPJ nº 01.335.341/0001-80 para exploração do serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto

ATO Nº 6.950, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Outorga autorização para uso de radiofrequência à FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A., CNPJ nº 01.629.083/0002-26 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL
NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 6.995, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à BIANCHINI SA INDUSTRIA COMERCIO E AGRICULTURA, CNPJ nº 87.548.020/0020-42 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

ATO Nº 6.998, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à SAO LEOPOLDO PREFEITURA, CNPJ nº 89.814.693/0001-60 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

ATO Nº 6.999, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à BRENNTAG QUIMICA BRASIL LTDA., CNPJ nº 33.391.434/0016-03 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

ATO Nº 7.001, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CERANCOMPANHIA ENERGETICA RIO DAS ANTAS , CNPJ nº 04.237.975/0001-99 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

ATO Nº 7.002, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à TECON RIO GRANDE S/A, CNPJ nº 01.640.625/0001-80 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

ATO Nº 7.003, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Expede autorização à CONSERVADORA DE PREDIOS SAVATIELI LTDA - ME, CNPJ nº 94.378.569/0001-39 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

ATO Nº 7.009, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à OXITENO NORDESTE SA INDUSTRIA E COMERCIO, CNPJ nº 14.109.664/0008-74 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

ATO Nº 7.011, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Expede autorização à LINHA EMILIA ENERGETICA S.A., CNPJ nº 04.502.673/0002-81 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

ATO Nº 7.024, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Expede autorização à JOSE DIRCEU LEMOS MARIMON, CPF nº 242.831.850-00 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

ATO Nº 7.026, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CACHOEIRINHA PREFEITURA MUNICIPAL, CNPJ nº 87.990.800/0001-85 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

ATO Nº 7.027, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Expede autorização à LUIZ MOREIRA ALARMES, CNPJ nº 09.627.072/0001-38 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

ATO Nº 7.033, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Expede autorização à HENRIQUE & HENRIQUE LTDA - EPP, CNPJ nº 01.234.167/0001-80 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 6.688. DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013

Processo n.º 53500.007699/2012. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia, expedida à ANTONIO RICARDO DE OLIVEIRA COMPUTADORES -ME, CNPJ nº 00.816.107/0001-02, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133, I e 139 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.836, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013

Processo no 53500.003033/2003. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S. A., CNPJ no 33.530.486/0001-29, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 31 de Dezembro de 2015, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.871, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

Processo nº 53500.016307/2013. Expede autorização à Ola Telecom Comércio, Representações e Serviços LTDA - ME, CNPJ/MF nº 17.948.797/0001-56, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.872, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

Processo nº 53500.018474/2013. Expede autorização à LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 18.422.603/0001-47, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.873, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

Processo nº 53500.018126/2011. Expede autorização à GABISAT SERVICOS DE TV A CABO E TELECOMUNICACOES EM GERAL LTDA ME, CNPJ/MF nº 07.025.721/0001-03, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 6.906, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

Processo nº 53500.024334/2013. Expede autorização à TV FILME SISTEMAS LTDA., CNPJ/MF nº 02.194.067/0001-30, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 7.029, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Autorizar MUCA - ASSESSORIA E PROMOCOES LTDA., CNPJ nº 01.318.702/0002-61 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, , no período de 08/11/2013 a 12/11/2013.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 7.030, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013

Autorizar CHIMENTAO & DUARTE SOLUTION PROVIDERS LTDA, CNPJ nº 02.595.218/0001-61 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Mata de São João/BA, , no período de 02/12/2013 a 09/12/2013.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.312, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.060212/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TV UNIÃO DE MINAS LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de IBIÁ, estado de Minas Gerais, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012013112200090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016003 / pg. 303

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200616308	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AME2200197351

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

MANAUS
Local

19 Abril 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/019.148-4	AME2200197351	19/04/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
337.832.922-04	FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES	20/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
729.290.142-53	MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA	20/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000 - 305

LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

BALANÇO PATRIMONIAL

31/12/2021

CNPJ: 18.422.603/0001-47

NIRE: 13200616308

ENDEREÇO: RUA 24 DE MAIO, Nº 220, EDIF. RIO NEGRO CENTER SALA 918, ANDAR 9

BAIRRO: CENTRO

CEP: 69.010-080

MUNICIPIO: MANAUS/AM

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000[illegible]206

LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTD
CNPJ: 18422603000147 NIRE: 13200616308 Data: 04/07/2013
Balanço Patrimonial de 01/01/2021 até 31/12/2021 Diário: 8 Folha: 1

Classificação	Descrição	31/12/2021	31/12/2020
1	**ATIVO**	**9.952.880,13D**	**4.454.648,14D**
1.01	**ATIVO CIRCULANTE**	**5.176.050,55D**	**3.559.943,48D**
1.01.01	**DISPONIBILIADADES**	**3.026.916,09D**	**1.316.796,20D**
1.01.01.01	**CAIXA GERAL**	**0,00D**	**510.889,79D**
1.01.01.01.01	CAIXA MATRIZ	0,00D	510.889,79D
1.01.01.02	**DEPÓSITOS BANCÁRIOS A VISTA**	**3.026.916,09D**	**805.906,41D**
1.01.01.02.01	BANCO CONTA MOVIMENTO - NO PAIS	3.026.916,09D	805.906,41D
1.01.02	**CRÉDITOS**	**2.149.134,46D**	**2.243.147,28D**
1.01.02.01	**ADIANTAMENTOS**	**235.343,18D**	**639.445,09D**
1.01.02.01.01	ADIANTAMENTO A FORNECEDORES - NO PAÍS - CIRCULANTE	235.343,18D	9.445,09D
1.01.02.01.04	ADIANTAMENTO A TERCEIROS - CIRCULANTE	0,00D	630.000,00D
1.01.02.02	**DUPLICATAS A RECEBER**	**769.362,54D**	**779.624,46D**
1.01.02.02.01	DUPLICATAS A RECEBER - COM PARTE NAO RELACIONADA	792.938,29D	944.823,29D
1.01.02.02.52	PERDAS ESTIMADAS EM CRED. DE LIQUID. DUVIDOSA-DUPL	23.575,75C	165.198,83C
1.01.02.04	**TRIBUTOS A COMPENSAR**	**320.351,01D**	**0,00D**
1.01.02.04.01	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	93.437,16D	0,00D
1.01.02.04.02	IRPJ RECOLHIDO POR ESTIMATIVA	122.221,78D	0,00D
1.01.02.04.04	CSLL RETIDA NA FONTE	52.253,84D	0,00D
1.01.02.04.05	CSLL RECOLHIDA POR ESTIMATIVA	52.438,23D	0,00D
1.01.02.09	**OUTROS CRÉDITOS CIRCULANTE**	**824.077,73D**	**824.077,73D**
1.01.02.09.02	MÚTUOS COM PARTES RELACIONADAS - CIRCULANTE	824.077,73D	824.077,73D
1.02	**ATIVO NÃO CIRCULANTE**	**4.776.829,58D**	**894.704,66D**
1.02.01	**REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**	**21.742,40D**	**21.742,40D**
1.02.01.15	OUTROS CRÉDITOS - LONGO PRAZO	21.742,40D	21.742,40D
1.02.02	**INVESTIMENTOS**	**8.100,00D**	**7.000,00D**
1.02.02.10	**OUTROS INVESTIMENTOS**	**8.100,00D**	**7.000,00D**
1.02.02.10.10	OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES	8.100,00D	7.000,00D
1.02.03	**IMOBILIZADO**	**4.727.776,60D**	**855.271,68D**
1.02.03.01	IMOBILIZADO - AQUISIÇÃO	4.724.733,20D	855.271,68D
1.02.03.02	IMOBILIZADO - LEASING FINANCEIRO	3.043,40D	0,00D
1.02.05	**INTANGÍVEL**	**19.210,58D**	**10.690,58D**
1.02.05.01	ATIVOS INTANGÍVEIS	19.210,58D	10.690,58D

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que foi me entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Manaus, 31 de dezembro de 2021.

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Sócio Administrador
CPF: 33783292204
RG: 0896638-9

MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA
Tec.Contábil
CPF:729.290.142-53 CRC/AM:010107/O-8
RG:14609973

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...207 LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

Classificação	Descrição	31/12/2021	31/12/2020
2	**PASSIVO**	**9.952.880,13C**	**4.454.648,14C**
2.01	**PASSIVO CIRCULANTE**	**3.994.589,90C**	**1.788.144,83C**
2.01.01	**OBRIGAÇÕES DO CIRCULANTE**	**3.994.589,90C**	**1.788.144,83C**
2.01.01.01	**BENEFICIOS E ENCARGOS SOCIAIS - CIRCULANTE**	**26.068,39C**	**0,00C**
2.01.01.01.01	SALÁRIOS A PAGAR	8.445,18C	0,00C
2.01.01.01.03	INSS A RECOLHER	13.857,70C	0,00C
2.01.01.01.04	FGTS A RECOLHER	3.765,51C	0,00C
2.01.01.03	**FORNECEDORES - CIRCULANTE**	**2.478.759,39C**	**937.932,14C**
2.01.01.03.01	FORNECEDORES - NACIONAIS	2.478.759,39C	937.932,14C
2.01.01.05	**CONTAS A PAGAR - CIRCULANTE**	**0,00C**	**4.000,00C**
2.01.01.05.01	ADIANTAMENTO DE CLIENTES	0,00C	4.000,00C
2.01.01.07	**EMPRESTIMOS OU FINANCIAMENTOS - CIRCULANTE**	**811.489,64C**	**282.049,33C**
2.01.01.07.02	EMPRESTIMOS OU FINANCIAMENTOS - NO PAIS - CIRCULAN	811.489,64C	282.049,33C
2.01.01.09	**OBRIGAÇÕES FISCAIS - CIRCULANTE**	**643.397,94C**	**501.610,16C**
2.01.01.09.01	IRRF A RECOLHER	2.400,32C	1.117,21C
2.01.01.09.04	PIS A RECOLHER	44.172,97C	6.026,21C
2.01.01.09.05	COFINS A RECOLHER	203.875,22C	117.099,72C
2.01.01.09.08	TRIBUTOS MUNICIPAIS A RECOLHER	190.986,24C	40.486,90C
2.01.01.09.09	IMPOSTOS PARCELADOS A RECOLHER - CIRCULANTE	197.529,77C	333.967,97C
2.01.01.09.28	OUTROS IMPOSTOS A RECOLHER	4.433,42C	2.912,15C
2.01.01.15	**PROVISÕES - CIRCULANTE**	**7.306,19C**	**12.899,46C**
2.01.01.15.01	PROVISAO PARA IMPOSTO DE RENDA	0,00C	1.191,02C
2.01.01.15.02	PROVISAO PARA CSLL	0,00C	11.708,44C
2.01.01.15.03	PROVISAO DE FÉRIAS	7.306,19C	0,00C
2.01.01.17	**OUTRAS OBRIGAÇÕES - CIRCULANTE**	**27.568,35C**	**49.653,74C**
2.01.01.17.01	MÚTUOS - PARTES NAO RELACIONADAS - CIRCULANTE	0,00C	45.142,20C
2.01.01.17.28	OUTRAS OBRIGAÇÕES - CIRCULANTE	27.568,35C	4.511,54C
2.02	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**478.513,46C**	**40.133,92C**
2.02.01	**OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO**	**478.513,46C**	**40.133,92C**
2.02.01.01	**OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO**	**478.513,46C**	**40.133,92C**
2.02.01.01.06	EMPRESTIMOS OU FINANCIAMENTOS - NO PAÍS - LONGO PR	478.513,46C	40.133,92C
2.03	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**5.479.776,77C**	**2.626.369,39C**

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que foi me entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Manaus, 31 de dezembro de 2021.

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Sócio Administrador
CPF: 33783292204
RG: 0896638-9

MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA
Tec.Contábil
CPF:729.290.142-53 CRC/AM:010107/O-8
RG:14609973

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...208
LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

Classificação	Descrição	31/12/2021	31/12/2020
2.03.01	**CAPITAL SOCIAL**	**3.000.000,00C**	**3.000.000,00C**
2.03.01.01	**CAPITAL REALIZADO - RESIDENTES NO PAÍS**	**3.000.000,00C**	**3.000.000,00C**
2.03.01.01.01	CAPITAL SUBSCRITO DE DOMICILIADOS NO PAÍS	3.000.000,00C	3.000.000,00C
2.03.02	**RESERVAS**	**2.479.776,77C**	**328.313,58C**
2.03.02.03	**RESERVAS DE LUCROS**	**2.479.776,77C**	**328.313,58C**
2.03.02.03.01	RESERVA LEGAL	2.479.776,77C	328.313,58C
2.03.04	**OUTRAS CONTAS DO PATRIMONIO LIQUIDO**	**0,00C**	**701.944,19D**
2.03.04.01	**OUTRAS CONTAS DO PATRIMONIO LIQUIDO**	**0,00C**	**701.944,19D**
2.03.04.01.11	(-) PREJUIZOS ACUMULADOS	0,00C	701.944,19D

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que foi me entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Manaus, 31 de dezembro de 2021.

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Sócio Administrador
CPF: 33783292204
RG: 0896638-9

MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA
Tec.Contábil
CPF:729.290.142-53 CRC/AM:010107/O-8
RG:14609973

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...209
LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

Descrição	Classificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA LÍQUIDA			
RECEITA BRUTA			
Receita da Prestação de Serviços no Mercado Intern	3.01.01.01.01.0	26.772.309,32C	12.891.334,18C
=RECEITA BRUTA		***26.772.309,32C**	***12.891.334,18C**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
(-) ICMS	3.01.01.01.02.0	115,17D	235,37D
(-) COFINS Sobre a Receita Bruta	3.01.01.01.02.0	801.449,60D	379.001,20D
(-) PIS Sobre a Receita Bruta	3.01.01.01.02.0	173.647,41D	82.116,92D
(-) ISS Sobre Serviços Prestados	3.01.01.01.02.0	1.322.803,04D	642.697,30D
=DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		****2.298.015,22D**	****1.104.050,79D**
=RECEITA LÍQUIDA		***24.474.294,10C**	***11.787.283,39C**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DA ATIVIDADE GERAL			
Descontos Obtidos	3.01.01.05.01.0	1.900,39C	1.058,26C
Outras Receitas Financeiras	3.01.01.05.01.0	7.156,58C	388,35C
Receita Com Juros e Multas - Cobrados de Clientes	3.01.01.05.01.0	10.717,81C	13.680,50C
=OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DA ATIVIDADE GERAL		******19.774,78C**	******15.127,11C**
=OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		******19.774,78C**	******15.127,11C**
= Total - Receitas		***24.494.068,88C**	***11.802.410,50C**

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Manaus, 31 de dezembro de 2021.

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Sócio Administrador
CPF: 33783292204
RG: 0896638-9

MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA
Tec.Contábil
CPF:729.290.142-53 CRC/AM:010107/O-8
RG:14609973

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...210
LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

Descrição	Classificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
CUSTOS DOS BENS E SERVIÇOS			
CUSTOS DOS BENS E SERVIÇOS DA ATIVIDADE GERAL			
(-) Custos dos Serviços Prestados	3.01.01.03.01.0	7.684.967,84D	6.371.441,37D
=CUSTOS DOS BENS E SERVIÇOS DA ATIVIDADE GERAL		****7.684.967,84D**	****6.371.441,37D**
=CUSTOS DOS BENS E SERVIÇOS		****7.684.967,84D**	****6.371.441,37D**
= Total - Custos		****7.684.967,84D**	****6.371.441,37D**

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Manaus, 31 de dezembro de 2021.

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Sócio Administrador
CPF: 33783292204
RG: 0896638-9

MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA
Tec.Contábil
CPF:729.290.142-53 CRC/AM:010107/O-8
RG:14609973

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...211

Descrição	Classificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
DEPESAS OEPRACIONAIS			
DEPESAS OPERACIONAIS DA ATIVIDADE GERAL			
(-) Ordenado,Salários,Gratificações e Outras Remun	3.01.01.07.01.0	171.117,89D	0,00C
(-) Outros Gastos com Pessoal	3.01.01.07.01.0	11.871,56D	0,00C
(-) Serviços Prestados Por Pessoa Física e Jurídic	3.01.01.07.01.0	3.157.455,45D	1.977.949,89D
(-) Encargos Sociais - Previdencia Social (INSS)	3.01.01.07.01.0	55.292,71D	0,00C
(-) Encargos Sociais - FGTS	3.01.01.07.01.0	15.602,36D	0,00C
(-) Doações a Entidades Civis	3.01.01.07.01.0	0,00C	1.600,00D
(-) Alimentação do Trabalhador	3.01.01.07.01.0	32.183,77D	0,00C
(-) Demais Impostos e Taxas	3.01.01.07.01.0	603.595,38D	247.651,14D
(-) Aluguéis	3.01.01.07.01.0	477.133,81D	251.327,61D
(-) Despesas com Veiculos e Manutenção de Bens	3.01.01.07.01.0	337.566,54D	157.946,21D
(-) Propaganda, Publicidade e Patrocíno	3.01.01.07.01.0	5.409,80D	0,00C
(-) Multas	3.01.01.07.01.0	132.414,42D	73.954,00D
(-) Encargos de Depreciação	3.01.01.07.01.0	393.610,98D	12.565,13D
(-) Perdas em Operaçõs de Créditos	3.01.01.07.01.0	27.617,00D	166.157,11D
(-) Provisao de Férias	3.01.01.07.01.0	29.074,50D	0,00C
(-) Provisao de 13º Salários	3.01.01.07.01.0	17.927,50D	0,00C
(-) Assistencia Médica, Odontológica e Farmaceutic	3.01.01.07.01.0	3.618,51D	7.697,51D
(-) Bens de Pequeno Valor	3.01.01.07.01.0	19.721,20D	3.180,00D
(-) Despesas com Energia Elétrica	3.01.01.07.01.0	586.485,79D	411.192,30D
(-) Despesas com Água e Esgoto	3.01.01.07.01.0	5.368,24D	1.601,96D
(-) Despesas com Telefone e Internet	3.01.01.07.01.0	753.942,38D	587.908,40D
(-) Despesas com Correios e Malotes	3.01.01.07.01.0	373,14D	559,19D
(-) Despesas com Seguros	3.01.01.07.01.0	22.605,08D	4.298,27D
=DEPESAS OPERACIONAIS DA ATIVIDADE GERAL		****6.859.988,01D**	****3.905.588,72D**
=DEPESAS OEPRACIONAIS		****6.859.988,01D**	****3.905.588,72D**
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS			
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DA TIVIDADE GERAL			
(-) Juros, Taxas e Outras Despesas Financeiras	3.01.01.09.01.0	273.898,34D	80.753,74D
(-) Demais Despesas Operacionais Não Classificadas	3.01.01.09.01.0	3.833.696,59D	882.318,89D

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Manaus, 31 de dezembro de 2021.

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Sócio Administrador
CPF: 33783292204
RG: 0896638-9

MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA
Tec.Contábil
CPF:729.290.142-53 CRC/AM:010107/O-8
RG:14609973

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.0160002-212
LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

Descrição	Classificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Descontos Concedidos	3.01.01.09.01.1	12.690,03D	39.903,80D
=OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DA TIVIDADE GERAL		****4.120.284,96D**	****1.002.976,43D**
=OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		****4.120.284,96D**	****1.002.976,43D**
DEMAIS RECEITAS E DESPESAS-NÃO LIGADAS A			
DEMAIS RECEITAS E DESPEAS-NÃO LIGADAS A ATIVIDADE			
(+) Receita Decorrente da Alienação de Bens e Dire	3.01.01.11.01.0	3.199,04C	50.000,00C
(-) Valor Contábil dos Bens e Direitos Alienados	3.01.01.11.01.0	3.998,87D	25.833,33D
=DEMAIS RECEITAS E DESPEAS-NÃO LIGADAS A ATIVIDADE		**********799,83D**	*******24.166,67C**
=DEMAIS RECEITAS E DESPESAS-NÃO LIGADAS A ATIVIDADE		**********799,83D**	*******24.166,67C**
PROVISAO PARA IRPJ E CSLL			
PROVISAO PARA IRPJ E CSLL			
(-) Provisão da CSLL	3.02.01.01.01.0	0,00C	34.433,95D
(-) Provisao do IRPJ	3.02.01.01.01.0	0,00C	57.389,92D
=PROVISAO PARA IRPJ E CSLL		************0,00C**	*******91.823,87D**
=PROVISAO PARA IRPJ E CSLL		************0,00C**	*******91.823,87D**
= Total - Despesas		***10.981.072,80D**	****4.976.222,35D**

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS----------> 24.494.068,88C

DESPESAS + CUSTO----------> 18.666.040,64D

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: ***5.828.028,24

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Manaus, 31 de dezembro de 2021.

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Sócio Administrador
CPF: 33783292204
RG: 0896638-9

MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA
Tec.Contábil
CPF:729.290.142-53 CRC/AM:010107/O-8
RG:14609973

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.01600[illegible]213
LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Capital Social		
Capital Social Subscrito	R$0,00C	R$0,00C
Capital Social Integralizado	R$3.000.000,00C	R$3.000.000,00C
Reservas		
Reserva de Capital	R$0,00C	R$0,00C
Reserva de Lucros	R$2.479.776,77C	R$328.313,58C
Lucros		
Lucros ou Prejuízos Acumulados	R$0,00C	R$701.944,19D
TOTAL	**R$5.479.776,77C**	**R$2.626.369,39C**

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Manaus, 31 de dezembro de 2021.

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Sócio Administrador
CPF: 33783292204
RG: 0896638-9

MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA
Tec.Contábil
CPF:729.290.142-53 CRC/AM:010107/O-8
RG:14609973

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...214 LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo do Início do Período	**R$ 701.944,19 D**	**R$ 0,00 C**
Ajustes de exercícios anteriores	**R$ 57.669,01 C**	**R$ 8.198,75 D**
Efeitos da mudança de critérios contábeis	R$ 0,01 C	R$ 0,00 C
Retificação de erro de exercícios anteriores	R$ 57.669,00 C	R$ 8.198,75 D
Resultado do período		
Lucro/Prejuízo do Exercício	R$ 5.828.028,24 C	R$ 454.746,78 C
Proposta Administração do Lucro		
Reserva de Capital	R$ 0,00 C	R$ 0,00 C
Reservas de Lucro	R$ 2.151.463,19 D	R$ 298.974,33 D
Distribuição de Lucros	R$ 3.032.289,87 D	R$ 0,00 D
Saldo Atual	**R$ 0,00 D**	**R$ 701.944,19 D**

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Manaus, 31 de dezembro de 2021

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Socio Administrador
CPF: 337.832.922-04
RG: 0896638-9

MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA
Tec.Contabil
CPF:729.290.142-53 CRC: 010107/O-8
RG: 14609975

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...215 LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Atividades Operacionais	**R$ 26.751.666,37**	**R$ 12.665.247,41**
Recebimento de Clientes	R$ 26.740.948,56	R$ 12.664.189,15
Recebimento de Juros	R$ 10.717,81	R$ 1.058,26
Duplicatas Descontadas	R$ 0,00	R$ 0,00
PAGAMENTOS	**R$ 25.320.705,14**	**R$ 13.165.345,53**
(-)Fornecedores	R$ 22.269.222,14	R$ 7.221.420,40
(-)Impostos	R$ 2.215.512,30	R$ 1.433.434,12
(-)Salários	R$ 0,00	R$ 0,00
(-)Juros	R$ 275.096,75	R$ 121.224,85
(-)Outras contas a pagar	R$ 560.873,95	R$ 4.389.266,16
Caixa Líquido Consumido Nas Atividades Operacionais	**R$ 1.430.961,23**	**-R$ 500.098,12**
Atividades de Investimento		
Reconhecimento Pela Venda de Imobilizado	R$ 0,00	R$ 0,00
Pagamento Pela Compra de Imobilizado	R$ 0,00	R$ 270.721,29
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**R$ 0,00**	**R$ 270.721,29**
Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	R$ 0,00	R$ 900.000,00
Empréstimo de Curto Prazo	R$ 279.158,66	R$ 144.139,72
Pagamento de Dividendos	R$ 0,00	R$ 0,00
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	**R$ 279.158,66**	**R$ 1.044.139,72**
Aumento Líquido No Caixa E Equivalente de Caixa	**R$ 1.710.119,89**	**R$ 814.762,89**
Saldo De Caixa + Equivalente de Caixa No Ano Anterior	**R$ 1.316.796,20**	**R$ 502.033,31**
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa do Ano Atual	**R$ 3.026.916,09**	**R$ 1.316.796,20**

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Manaus, 31 de dezembro de 2021

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Socio Administrador
CPF: 337.832.922-04
RG: 0896638-9

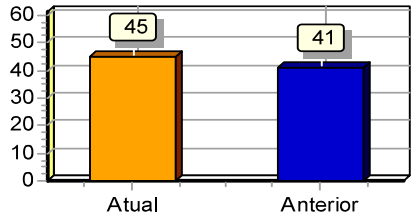
MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA
Tec.Contabil
CPF:729.290.142-53 CRC: 010107/O-8
RG: 14609975

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.01600 216
LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

Endividamento Total

Passivo Circulante + Passivo não Circulante (Obrigações a LP)	4.473.103,36	
Ativo	9.952.880,13	= 0,45

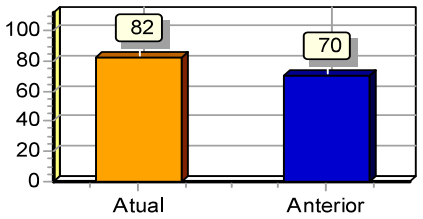
Quanto menor, melhor. O capital de terceiros representa 45% do ativo total.



Grau de Endividamento

Passivo Circulante + Passivo não Circulante (Obrigações a LP)	4.473.103,36	
Patrimônio Líquido	5.479.776,77	= 0,82

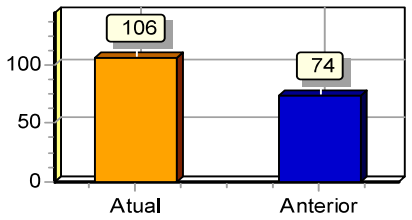
Quanto menor, melhor. O capital de terceiros equivale a 82% do capital próprio.



Capital de Giro Próprio

Patrimônio Líquido	5.479.776,77	
Ativo Circulante	5.176.050,55	= 1,06

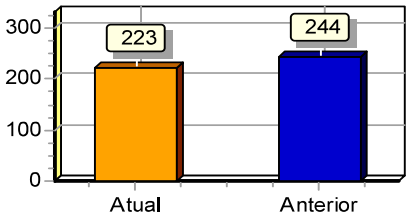
Quanto maior, melhor. O Capital Próprio representa 106 % do ativo Circulante.



Solvência Geral

Ativo	9.952.880,13	
Passivo Circulante + Passivo não Circulante (Obrigações a LP)	4.473.103,36	= 2,23

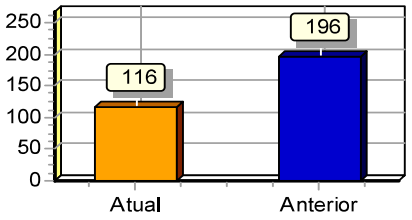
Quanto maior, melhor. O investimento total equivale a 223 % do capital de terceiros.



Liquidez Geral

Ativo Circulante + Ativo Realizável a LP	5.197.792,95	
Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante (Obrigações a LP)	4.473.103,36	= 1,16

Quanto maior, melhor. A empresa possui R$1,16 de ativo Circulante e ativo realizável a longo prazo para cada R$1,00 de dívida total.

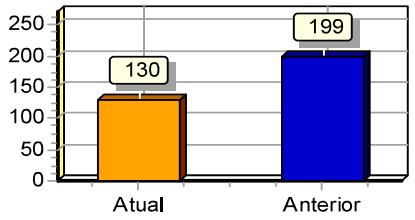


Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...217

Liquidez Corrente

Ativo Circulante	5.176.050,55	
Passivo Circulante	3.994.589,90	= 1,30

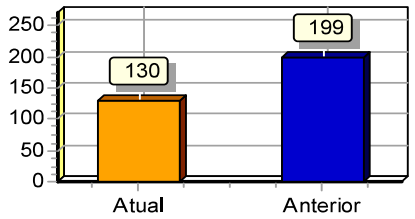
Quanto maior, melhor. A empresa possui R$1,30 de ativo circulante para cada R$1,00 de dívida de curto prazo.



Liquidez Seca

Ativo Circulante - Estoques	5.176.050,55	
Passivo Circulante	3.994.589,90	= 1,30

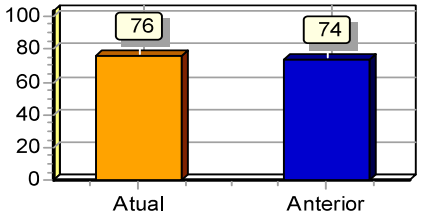
Quanto maior, melhor. A empresa possui R$1,30 de ativo circulante para cada R$1,00 de dívida de curto prazo, sem comprometer os estoques.



Liquidez Imediata

Ativo Disponível	3.026.916,09	
Passivo Circulante	3.994.589,90	= 0,76

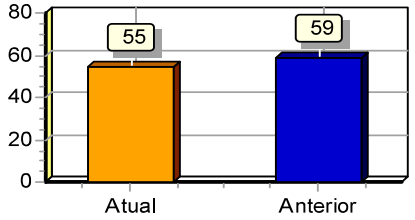
Quanto maior, melhor. A empresa possui R$0,76 de disponibilidades para cada R$1,00 de dívida de curto prazo.



Capitalização

Patrimônio Líquido	5.479.776,77	
Ativo	9.952.880,13	= 0,55

Quanto maior, melhor. O capital próprio equivale a 55% do investimento total.



Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...218

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Manaus, 31 de dezembro de 2021.

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Sócio Administrador
CPF: 33783292204
RG: 0896638-9

MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA
Tec.Contábil
CPF:729.290.142-53 CRC/AM:010107/O-8
RG:14609973

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

[1] NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

a) Atividades
Logic Pro Serviços de Tecnologia da informação Ltda, é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Rua 24 de Maio, nº 220, edif. Rio Negro Center, sala 918 andar 9º, Bairro Centro, CEP 69.010-080, Manaus/AM, devidamente cadastrada no CNPJ/MF sob nº 18.422.603/0001-47.

Atuando com atividade operacional preponderante de Provedores de acesso às redes de comunicações - conforme CNAE 6190-6/01.

b) Regime Tributário
A empresa enquadra-se no regime de tributação na modalidade do lucro real com recolhimento do IRPJ e CSLL pela modalidade Real Estimativa, obedecendo aos preceitos do Decreto 3.000/99.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) as quais abrangem a Legislação Societária e outros dispositivos legais posteriores que disciplinam esta forma societária, conforme definido na Lei 6.404/76 e alterações, e Resoluções 1.255/09; 1.285/10; e 1.319/10 - CPC Pronunciamento Técnico PME, por não se enquadrar no Parágrafo único do Art. 3º da Lei 11.638/2007, e podem ser resumidas como segue:

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

[2] **Disponibilidades**

Incluem dinheiro em caixa e contas bancárias de liquidez imediata.

[3] **Créditos**

Os adiantamentos a fornecedores são para garantir o fornecimento de insumos e materiais de reposição para máquinas e equipamentos, uso e consumo e decorrem da aquisição de mercadoria, aguardando a emissão do documento fiscal.

A conta de duplicatas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadoria no decurso normal da atividade da empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD").

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que foi me entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Manaus, 31 de dezembro de 2021.

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Sócio Administrador
CPF: 33783292204
RG: 0896638-9

MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA
Tec.Contábil
CPF:729.290.142-53 CRC/AM:010107/O-8
RG:14609973

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...230 LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

inadimplência ocorrida no passado.

O saldo do imposto de renda retido na fonte a compensar é proveniente dos rendimentos resgatados ou não, oriundos de aplicações financeira.

O saldo do Imposto de renda e contribuição social a compensar, foram apurados e recolhidos, antecipadamente por estimativa e demostrados através de balanços ou balancetes levantados mensalmente pela empresa.

As contribuições para o programas de integração social (PIS) e a contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS) a compensar, são registradas de acordo com a legislação que autoriza a pessoa jurídica a descontar, do valor da contribuição incidente sobre o faturamento de bens ou serviços que forneça, os créditos das contribuições incidentes sobre os insumos e despesas de produção incorridos e pagos a pessoa jurídica domiciliada no País.

Outros créditos do ativo circulante e não circulante, são registros tendo por base as condições contratuais:

- **Mútuos:** saldos decorrentes de empréstimos realizados à pessoas jurídicas e física com partes relacionadas.

4 Investimentos

Estão registrados os investimentos em empresas controladas e coligadas avaliados pelo método de equivalência patrimonial, os demais estão registrados pelo custo, deduzido de provisão para perdas, contabilizados em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 18.

5 Imobilizado

O imobilizado e registrado pelo custo de aquisição e formação. A depreciação do ativo imobilizado é registrada pelo método linear às taxas fixadas em função da estimativa de vida útil dos bens, sendo: veículos 20%, equipamentos e instalações 10%, móveis e utensílios 10% e edificações 4%.

6 Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais. A empresa possui registrado os direitos de uso de software e programas de computadores ao custo de aquisição deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis, além de marcas de sua propriedade e direitos adquiridos pela cessão de uso operacional.

7 Benefícios e Encargos sociais

Representado, substancialmente, pelos valores relativos às férias devidas aos funcionários que estão provisionadas proporcionalmente ao período aquisitivo e incluem os correspondentes encargos sociais, bem como por saldos de valores a pagar a funcionários e/ou terceiros advindos da apropriação mensal da folha de pagamentos. Como encargos sociais, são reconhecidas as contribuições sobre a folha de pagamentos de

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que foi me entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Manaus, 31 de dezembro de 2021.

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Sócio Administrador
CPF: 33783292204
RG: 0896638-9

MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA
Tec.Contábil
CPF:729.290.142-53 CRC/AM:010107/O-8
RG:14609973

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000...221 LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

funcionários e terceiros (INSS e FGTS).

8 **Obrigações com Fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores nacionais e do exterior, no curso normal dos negócios, demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos valores correspondentes a encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo classificadas como Passivo Circulante uma vez que a liquidação é de curto prazo.

9 **Empréstimos ou financiamentos**

Registra o saldo a pagar de duplicatas descontadas em operações financeiras junto as instituições bancárias. Os juros debitados pelos Bancos foram contabilizados como encargos financeiros a transcorrer, já que se trata de despesas antecipadas, sendo debitada por ocasião do desconto e creditadas no momento em que a despesa é incorrida, observando-se o regime de competência. Embora a propriedade dos títulos negociados seja transferida para a instituição, a empresa é corresponsável pelo pagamento dos mesmos em caso de não liquidação pelo devedor.

Os empréstimos e financiamentos estão registrados tendo por base as condições contratuais e considerando os encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, incorridas até a data do fechamento do balanço patrimonial. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos das transações) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, apropriados em função do prazo decorrido do contrato.

10 **Obrigações Fiscais (Impostos e Contribuições)**

Representado por valores a serem recolhidos às Administrações Tributárias Municipais, Estaduais e Federais, apurados segundo a legislação aplicável, e correspondem aos tributos sobre as receitas (PIS/COFINS/ICMS/ISS), tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL) e tributos retidos por responsabilidade legal (INSS, IRF, CSRF).

A conta de impostos parcelados a recolher, registra os contratos de parcelamentos simplificados não previdenciários junta a Receita Federal do Brasil

O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, sofre acréscimo de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19 de julho de 2002)

11 **Provisão de Férias**

Os valores relativos a férias devidas aos empregados (inclusive os cedidos) estão provisionados proporcionalmente ao período aquisitivo.

12 **Outras obrigações**

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que foi me entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Manaus, 31 de dezembro de 2021.

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Sócio Administrador
CPF: 33783292204
RG: 0896638-9

MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA
Tec.Contábil
CPF:729.290.142-53 CRC/AM:010107/O-8
RG:14609973

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.0160002-22

A conta outras obrigações no circulante e não circulante, são registros tendo por base:

- As condições contratuais do aluguel a pagar do imóvel, onde estão instaladas as unidades comerciais;

13 **Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados, acrescido dos ajustes de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado, que compreende:

Ajuste de exercícios anteriores e Inconsistência de saldo contábil, que conforme a Lei 6.404, em seu artigo 186, foram escriturados no patrimônio os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior ou mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela entidade.

Capital social da empresa, que evidencia o valor de R$3.000.000,00 (três milhões de reais) representado por 3.000.000, (três milhão) de quotas de capital, no valor nominal de R$ 1,00 (um real cada quota), estando totalmente subscrito e integralizado pelos sócios.

Reservas, que se refere à conta de reservas de lucros, registrando:

- **Reserva legal**, destinados futuramente ao aumento de capital social, distribuição aos sócios ou para contingência de resultados negativos, cujo valor apresentado em 31/12/2021 é de R$ 3.124.051,95 (três milhões, cento e vinte e quatro mil, cinquenta e um reais e noventa e cinco centavos).

Prejuizos acumulados, que evidencia o saldo negativo acumulado de -701.994,19 (setessentos e um, novecentos e noventa e quatro reais e dezenove centavos) decorrente de exercicios anteriores.

15 **Apuração do Resultado**

As Receitas, Custos e Despesas operacionais, seguem o regime de competência para apropriação no sistema de resultado.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que foi me entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Manaus, 31 de dezembro de 2021.

FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES
Sócio Administrador
CPF: 33783292204
RG: 0896638-9

MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA
Tec.Contábil
CPF:729.290.142-53 CRC/AM:010107/O-8
RG:14609973

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.0160002223 LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETARIA GERAL

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/019.148-4	AME2200197351	19/04/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
337.832.922-04	FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES	20/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
729.290.142-53	MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA	20/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - AMAZONAS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - AMAZONAS** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - AMAZONAS

Certidão n.º: AM/2022/00000998
Nome: MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA CPF: 729.290.142-53
CRC/UF n.º AM-010107/O Categoria: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Validade: 08.06.2022
Finalidade: BALANÇO PATRIMONIAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL

Confirme a existência deste documento na página https://www3.cfc.org.br/spwAM/ConsultaCadastral/Principal.aspx, mediante número de controle a seguir:

CPF : **729.290.142-53** Controle : **2593.5103.6672.7927**

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/019.148-4	AME2200197351	19/04/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
729.290.142-53	MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA	20/04/2022

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI

Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking

Junta Comercial do Estado do Amazonas

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, de CNPJ 18.422.603/0001-47 e protocolado sob o número 22/019.148-4 em 20/04/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1192222, em 20/04/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Olinda Travasso Marques.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Lycia Fabíola Santos de Andrade. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
337.832.922-04	FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES	20/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
729.290.142-53	MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA	20/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
337.832.922-04	FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES	20/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital		
729.290.142-53	MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA	20/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
729.290.142-53	MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA	20/04/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Banco do Brasil - Internet Banking, Selo Prata - Biometria Facial, Selo Prata - Cadastro via Internet Banking		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 20/04/2022

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 22/019.148-4.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Documento assinado eletronicamente por Olinda Travasso Marques, Servidor(a) Público(a), em 20/04/2022, às 14:06.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 22/019.148-4.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.

Junta Comercial do Estado do Amazonas

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
720.917.462-15	LYCIA FABIOLA SANTOS DE ANDRADE

Manaus. quarta-feira, 20 de abril de 2022

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1192222 em 20/04/2022 da Empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ 18422603000147 e protocolo 220191484 - 20/04/2022. Autenticação: 2C3B174D8022527BDD6CE412F1397DCDF8427A4. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/019.148-4 e o código de segurança iORS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/04/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade – Secretário-Geral.
Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016000[illegible]329

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTD

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 18.422.603/0001-47

Número de Ordem do Livro: 8

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 4.454.648,14	R$ 9.952.880,13
ATIVO CIRCULANTE		R$ 3.559.943,48	R$ 5.176.050,55
DISPONIBILIADADES	2	R$ 1.316.796,20	R$ 3.026.916,09
CAIXA GERAL		R$ 510.889,79	R$ 0,00
CAIXA MATRIZ	2	R$ 510.889,79	R$ 0,00
DEPÓSITOS BANCÁRIOS A VISTA		R$ 805.906,41	R$ 3.026.916,09
BANCO CONTA MOVIMENTO - NO PAIS	2	R$ 805.906,41	R$ 3.026.916,09
CRÉDITOS	3	R$ 2.243.147,28	R$ 2.149.134,46
ADIANTAMENTOS	3	R$ 639.445,09	R$ 235.343,18
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES - NO PAÍS - CIRCULANTE		R$ 9.445,09	R$ 235.343,18
ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIOS - CIRCULANTE		R$ 0,00	R$ 0,00
ADIANTAMENTO A TERCEIROS - CIRCULANTE		R$ 630.000,00	R$ 0,00
DUPLICATAS A RECEBER	3	R$ 779.624,46	R$ 769.362,54
DUPLICATAS A RECEBER - COM PARTE NAO RELACIONADA		R$ 944.823,29	R$ 792.938,29
(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRED. DE LIQUID. DUVIDOSA-DUPL	3	R$ (165.198,83)	R$ (23.575,75)
TRIBUTOS A RECUPERAR	3	R$ 0,00	R$ 0,00
ICMS A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 0,00
TRIBUTOS A COMPENSAR	3	R$ 0,00	R$ 320.351,01
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		R$ 0,00	R$ 93.437,16
IRPJ RECOLHIDO POR ESTIMATIVA		R$ 0,00	R$ 122.221,78
CSLL RETIDA NA FONTE		R$ 0,00	R$ 52.253,84
CSLL RECOLHIDA POR ESTIMATIVA		R$ 0,00	R$ 52.438,23
PIS RETIDO NA FONTE		R$ 0,00	R$ 0,00
COFINS RETIDO NA FONTE		R$ 0,00	R$ 0,00
OUTRO TRIBUTOS A COMPENSARA		R$ 0,00	R$ 0,00
OUTROS CRÉDITOS CIRCULANTE	3	R$ 824.077,73	R$ 824.077,73
MÚTUOS COM PARTES RELACIONADAS - CIRCULANTE		R$ 824.077,73	R$ 824.077,73
ESTOQUES		R$ 0,00	R$ 0,00
ESTOQUE DE SERVIÇOS		R$ 0,00	R$ 0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 894.704,66	R$ 4.776.829,58
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R$ 21.742,40	R$ 21.742,40
OUTROS CRÉDITOS - LONGO PRAZO	3	R$ 21.742,40	R$ 21.742,40
INVESTIMENTOS	4	R$ 7.000,00	R$ 8.100,00
OUTROS INVESTIMENTOS		R$ 7.000,00	R$ 8.100,00
OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES		R$ 7.000,00	R$ 8.100,00
IMOBILIZADO	5	R$ 855.271,68	R$ 4.727.776,60
IMOBILIZADO - AQUISIÇÃO		R$ 855.271,68	R$ 4.724.733,20
IMOBILIZADO - LEASING FINANCEIRO		R$ 0,00	R$ 3.043,40
INTANGÍVEL	6	R$ 10.690,58	R$ 19.210,58
ATIVOS INTANGÍVEIS		R$ 10.690,58	R$ 19.210,58
PASSIVO		R$ 4.454.648,14	R$ 9.952.880,13
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 1.788.144,83	R$ 3.994.589,90
OBRIGAÇÕES DO CIRCULANTE		R$ 1.788.144,83	R$ 3.994.589,90
BENEFICIOS E ENCARGOS SOCIAIS - CIRCULANTE	7	R$ 0,00	R$ 26.068,39
SALÁRIOS A PAGAR		R$ 0,00	R$ 8.445,18
INSS A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 13.857,70
FGTS A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 3.765,51
FORNECEDORES - CIRCULANTE	8	R$ 937.932,14	R$ 2.478.759,39
FORNECEDORES - NACIONAIS		R$ 937.932,14	R$ 2.478.759,39
CONTAS A PAGAR - CIRCULANTE		R$ 4.000,00	R$ 0,00
ADIANTAMENTO DE CLIENTES		R$ 4.000,00	R$ 0,00
EMPRESTIMOS OU FINANCIAMENTOS - CIRCULANTE	9	R$ 282.049,33	R$ 811.489,64
EMPRESTIMOS OU FINANCIAMENTOS - NO PAIS - CIRCULAN		R$ 282.049,33	R$ 811.489,64
OBRIGAÇÕES FISCAIS - CIRCULANTE	10	R$ 501.610,16	R$ 643.397,94
IRRF A RECOLHER		R$ 1.117,21	R$ 2.400,32
ICMS A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 0,00
PIS A RECOLHER		R$ 6.026,21	R$ 44.172,97
COFINS A RECOLHER		R$ 117.099,72	R$ 203.875,22
TRIBUTOS MUNICIPAIS A RECOLHER		R$ 40.486,90	R$ 190.986,24
IMPOSTOS PARCELADOS A RECOLHER - CIRCULANTE		R$ 333.967,97	R$ 197.529,77
OUTROS IMPOSTOS A RECOLHER		R$ 2.912,15	R$ 4.433,42
PROVISÕES - CIRCULANTE		R$ 12.899,46	R$ 7.306,19
PROVISAO PARA IMPOSTO DE RENDA	10	R$ 1.191,02	R$ 0,00
PROVISAO PARA CSLL	10	R$ 11.708,44	R$ 0,00
PROVISAO DE FÉRIAS	11	R$ 0,00	R$ 7.306,19
PROVISAO DE 13º SALÁRIOS		R$ 0,00	R$ 0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES - CIRCULANTE	12	R$ 49.653,74	R$ 27.568,35
MÚTUOS - PARTES NAO RELACIONADAS - CIRCULANTE		R$ 45.142,20	R$ 0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES - CIRCULANTE		R$ 4.511,54	R$ 27.568,35
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R$ 40.133,92	R$ 478.513,46
OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO		R$ 40.133,92	R$ 478.513,46
OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO		R$ 40.133,92	R$ 478.513,46
EMPRESTIMOS OU FINANCIAMENTOS - NO PAÍS - LONGO PR	9	R$ 40.133,92	R$ 478.513,46
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	R$ 2.626.369,39	R$ 5.479.776,77
CAPITAL SOCIAL	13	R$ 3.000.000,00	R$ 3.000.000,00
CAPITAL REALIZADO - RESIDENTES NO PAÍS		R$ 3.000.000,00	R$ 3.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO DE DOMICILIADOS NO PAÍS		R$ 3.000.000,00	R$ 3.000.000,00
RESERVAS	13	R$ 328.313,58	R$ 2.479.776,77
RESERVAS DE LUCROS		R$ 328.313,58	R$ 2.479.776,77
RESERVA LEGAL		R$ 328.313,58	R$ 2.479.776,77
(-) OUTRAS CONTAS DO PATRIMONIO LIQUIDO	15	R$ (701.944,19)	R$ 0,00
(-) OUTRAS CONTAS DO PATRIMONIO LIQUIDO		R$ (701.944,19)	R$ 0,00
LUCROS ACUMULADOS		R$ 0,00	R$ 0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (+/-)	13	R$ 0,00	R$ 0,00
(-) (-) PREJUIZOS ACUMULADOS	13	R$ (701.944,19)	R$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número DC.FB.85.36.27.6A.D1.39.7E.46.DC.7C.99.40.32.29.54.5C.AA.62-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016003 / pg. 330

de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.0

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Sped CONTÁBIL

Entidade: LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTD

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 **CNP** 18.422.603/0001-47 **Número de Ordem do Livro:** 8

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido			Total (R$)
	CAPITAL SOCIAL REALIZADO (R$)	RESERVA LEGAL (R$)	LUCROS E/OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (R$)	
Saldo Inicial em 01.01.2021	3.000.000,00	328.313,58	(-)701.944,19	2.626.369,39
Retificação de Exercício Anterior	0,00	0,00	57.669,00	57.669,00
Efeitos da mudança de critérios contábeis	0,00	0,00	0,01	0,01
Capital Integralizado por Subscrição Realizada	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital Integralizado c/ Lucros e Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros e/ou Prejuízos do Exercício	0,00	0,00	5.828.028,24	5.828.028,24
Reservas de Lucros	0,00	5.183.753,06	(-)5.183.753,06	0,00
Lucros Distribuidos	0,00	(-)3.032.289,87	0,00	(-)3.032.289,87
Reservas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final em 31.12.2021	3.000.000,00	2.479.776,77	0,00	5.479.776,77
Notas			13,00	

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número DC.FB.85.36.27.6A.D1.39.7E.46.DC.7C.99.40.32.29.54.5C.AA.62-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTD

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 18.422.603/0001-47

Número de Ordem do Livro: 8

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R$ 12.891.334,18	R$ 26.772.309,32
RECEITA BRUTA		R$ 12.891.334,18	R$ 26.772.309,32
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (1.104.050,79)	R$ (2.298.015,22)
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (1.104.050,79)	R$ (2.298.015,22)
RECEITA LÍQUIDA		R$ 11.787.283,39	R$ 24.474.294,10
(-) CUSTO DAS VENDAS/SERVIÇOS		R$ (6.371.441,37)	R$ (7.684.967,84)
(-) CUSTOS DOS BENS E SERVIÇOS DA ATIVIDADE GERAL		R$ (6.371.441,37)	R$ (7.684.967,84)
LUCRO BRUTO		R$ 5.415.842,02	R$ 16.789.326,26
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (3.905.588,72)	R$ (6.859.988,01)
(-) DEPESAS OPERACIONAIS DA ATIVIDADE GERAL		R$ (3.905.588,72)	R$ (6.859.988,01)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		R$ (1.002.976,43)	R$ (4.120.284,96)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DA TIVIDADE GERAL		R$ (1.002.976,43)	R$ (4.120.284,96)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		R$ 15.127,11	R$ 19.774,78
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DA ATIVIDADE GERAL		R$ 15.127,11	R$ 19.774,78
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO		R$ 522.403,98	R$ 5.828.828,07
(-) RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS		R$ 24.166,67	R$ (799,83)
(-) DEMAIS RECEITAS E DESPEAS-NÃO LIGADAS A ATIVIDADE		R$ 24.166,67	R$ (799,83)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		R$ 546.570,65	R$ 5.828.028,24
(-) PROVISÃO PARA IR E CSLL		R$ (91.823,87)	R$ (0,00)
(-) PROVISAO PARA IRPJ E CSLL		R$ (91.823,87)	R$ (0,00)
RESULTADO LÍQUIDO		R$ 454.746,78	R$ 5.828.028,24
RESULTADO LÍQUIDO APÓS PARTICIPAÇÕES		R$ 454.746,78	R$ 5.828.028,24

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número DC.FB.85.36.27.6A.D1.39.7E.46.DC.7C.99.40.32.29.54.5C.AA.62-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

Documento(s) de HABILITAÇÃO - LOGIC PRO TECNOLOGIA (0991812) SEI 2022.016003 / pg. 332

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
13200616308	18.422.603/0001-47	

NOME EMPRESARIAL
LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTD

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/01/2021 a 31/12/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral	8

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
DC.FB.85.36.27.6A.D1.39.7E.46.DC.7C.99.40.32.29.54.5C.AA.62

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Signatário da ECD com e-CNPJ ou e-PJ	18422603000147	LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LT:18422603000147	892869392962633596 1	27/10/2021 a 27/10/2022	Sim
Contador	72929014253	MARCO ANTONIO ABREU MOREIRA:72929014253	425340577374009689 2	06/04/2022 a 06/04/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

DC.FB.85.36.27.6A.D1.39.7E.46.DC.7C
.99.40.32.29.54.5C.AA.62-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 25/04/2022 às 23:13:20

AE.64.AA.CF.63.57.3A.9A
13.99.88.28.90.2E.7D.CD

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTD

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 18.422.603/0001-47

Número de Ordem do Livro: 8

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTD
NIRE	13200616308
CNPJ	18.422.603/0001-47
Número de Ordem	8
Natureza do Livro	Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Município	Manaus
Data do arquivamento dos atos constitutivos	04/07/2013
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	127152

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTD
Natureza do Livro	Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Número de ordem	8
Quantidade total de linhas do arquivo digital	127152
Data de inicio	01/01/2021
Data de término	31/12/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número DC.FB.85.36.27.6A.D1.39.7E.46.DC.7C.99.40.32.29.54.5C.AA.62-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO

Nome Empresarial:	LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTD				
CNPJ:	18.422.603/0001-47	Nire:	13200616308	Scp:	
Período da Escrituração:	01/01/2021 a 31/12/2021				
Forma de Escrituração Contábil:	Livro Diário				
Natureza do Livro:	Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral				
Identificação do arquivo(hash):	DC.FB.85.36.27.6A.D1.39.7E.46.DC.7C.99.40.32.29.54.5C.AA.62-				

Consulta Realizada em: 25/04/2022 19:15:14

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

P O D E R J U D I C I Á R I O

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

C E R T I D Ã O E S T A D U A L D E D I S T R I B U I Ç Ã O

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

CERTIDÃO Nº: 006592665 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no período de 20 anos anteriores a data de 01/02/2023, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, residente na RUA BELO HORIZONTE, 1568, , ADRIANOPOLIS, CEP: 69057-060, Manaus - AM, vinculado ao CNPJ: 18.422.603/0001-47. ******** **********

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, quinta-feira, 2 de fevereiro de 2023.

0006592665

PEDIDO N°:

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa LOGICPRO SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇAO LTDA, CNPJ n° 18.422.603/0001-47, com sede em RUA BELO HORIZONTE, 1568, ADRIANOPOLIS – MANAUS/AM, por intermédio de seu representante, infra-assinado, para cumprimento a Edital referente ao procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 4003/2023, DECLARA sob as penas da lei que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.o e seus incisos da Lei n.o 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;

6. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Manaus, 23 de fevereiro de 2023

gov.br Documento assinado digitalmente
DIEMISSON DOS SANTOS SOUSA
Data: 22/02/2023 18:06:58-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

CNPJ: 18.422.603/0001-47
LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
Rua 24 de Maio Nº 220 Ed. Rio Negro Center
Sala 918
Centro- CEP 69.010-080
Manaus AM

Diemisson dos Santos Sousa
CPF 995.714.632-72
RG 2629687-0
Representante

LOGIC PRO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ: 18.422.603/0001-47
Rua Belo Horizonte, 1568 - Bairro: Adrianopolis
CEP 69057-060 – MANAUS /AM
FONE: (92) 3090 4000
E-mail: contato@logicpro.com.br

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**18.422.603/0001-47**	DUNS®:	**902360571**
Razão Social:	**LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**		
Nome Fantasia:	**LOGIC PRO TECNOLOGIA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**31/07/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**31/07/2023**
FGTS		Validade:	**01/03/2023**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**31/07/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**08/03/2023**
Receita Municipal	Validade:	**16/03/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

CPF: 760.245.632-72 Nome: SARAH MADALENA BARBOSA CORTES DE MELO
Ass: _____

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 01/03/2023 10:14:22

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**
CNPJ: **18.422.603/0001-47**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **18.422.603/0001-47**

Razão Social: **LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**

Atividade Econômica Principal:

6190-6/01 - PROVEDORES DE ACESSO ÀS REDES DE COMUNICAÇÕES

Endereço:

RUA BELO HORIZONTE, 1568 - ADRIANOPOLIS - Manaus / Amazonas

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

Anexo CRC e Relatório de Credenciamento_SICAF- LOGIC PRO (0992610) SEI 2022.016003 / pg. 340

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: **18.422.603/0001-47** DUNS®: **902360571**
Razão Social: **LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**
Nome Fantasia: **LOGIC PRO TECNOLOGIA**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **31/07/2023**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: **Demais**
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** MEI: **Não**
Capital Social: **R$ 3.000.000,00** Data de Abertura da Empresa: **04/07/2013**
CNAE Primário: **6190-6/01 - PROVEDORES DE ACESSO ÀS REDES DE COMUNICAÇÕES**

CNAE Secundário 1: **4221-9/04 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE**
CNAE Secundário 2: **4221-9/05 - MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE**
CNAE Secundário 3: **4614-1/00 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO**
CNAE Secundário 4: **5229-0/99 - OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES**
CNAE Secundário 5: **6110-8/01 - SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA - STFC**
CNAE Secundário 6: **6110-8/03 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA - SCM**
CNAE Secundário 7: **6120-5/01 - TELEFONIA MÓVEL CELULAR**
CNAE Secundário 8: **6141-8/00 - OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR CABO**
CNAE Secundário 9: **6143-4/00 - OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR**
CNAE Secundário 10: **6190-6/02 - PROVEDORES DE VOZ SOBRE PROTOCOLO INTERNET -**
CNAE Secundário 11: **6190-6/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES NÃO**
CNAE Secundário 12: **6202-3/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS**
CNAE Secundário 13: **6203-1/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS**
CNAE Secundário 14: **6209-1/00 - SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS**
CNAE Secundário 15: **6311-9/00 - TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE**
CNAE Secundário 16: **6319-4/00 - PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS**
CNAE Secundário 17: **6399-2/00 - OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE**
CNAE Secundário 18: **7112-0/00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA**
CNAE Secundário 19: **7320-3/00 - PESQUISAS DE MERCADO E DE OPINIÃO PÚBLICA**
CNAE Secundário 20: **7733-1/00 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA**
CNAE Secundário 21: **7739-0/99 - ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

Anexo CRC e Relatório de Credenciamento_SICAF- LOGIC PRO (0992610) SEI 2022.016003 / pg. 341

CNAE Secundário 22: **8020-0/01 - ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE**
CNAE Secundário 23: **9511-8/00 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE**
CNAE Secundário 24: **9512-6/00 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE**

Dados para Contato

CEP:	**69.057-060**		
Endereço:	**RUA BELO HORIZONTE, 1568 - ADRIANOPOLIS**		
Município / UF:	**Manaus / Amazonas**		
Telefone:	**(92) 30904000**	Telefone:	**(92) 30914010**
E-mail:	**FINANCEIRO@LOGICPRO.COM.BR**		

Dados do Responsável Legal

CPF:	**337.832.922-04**
Nome:	**FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES**

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF:	**188.056.802-06**
Nome:	**CINTIA MARIA PEREIRA ROCHA**
E-mail:	**cintia.rocha@logicpro.com.br**

Anexo CRC e Relatório de Credenciamento_SICAF- LOGIC PRO (0992610) SEI 2022.016003 / pg. 342

Relatório de Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF:	**639.734.212-34**	Participação Societária:	**16,67%**
Nome:	**CLAUDIONEY ALVES DA SILVA**		
Número do Documento:	**1355714-9**	Órgão Expedidor:	**SSP/AM**
Data de Expedição:	**05/02/2004**	Data de Nascimento:	**06/06/1980**
Filiação Materna:	**FRANCISCA ALVES PEREIRA**		
Estado Civil:	**Solteiro(a)**		
CEP:	**69.037-000**		
Endereço:	**AVENIDA CORONEL TEIXEIRA, 6225 - CONDOM RESERVA INGLE -**		
Município / UF:	**Manaus / Amazonas**		
Telefone:	**(92) 32382837**		
E-mail:	**claudioney@logicpro.com.br**		

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF:	**582.380.772-49**	Participação Societária:	**25,00%**
Nome:	**MARA LENILMA LIMA CORREA**		
Número do Documento:	**1508140**	Órgão Expedidor:	**SSP/AM**
Data de Expedição:	**05/08/1999**	Data de Nascimento:	**02/11/1977**
Filiação Materna:	**LELIA MARIA LIMA CORREA**		
Estado Civil:	**Solteiro(a)**		
CEP:	**69.037-000**		
Endereço:	**AVENIDA CORONEL TEIXEIRA, 370 - TORRE NICE AP132 - PONTA**		
Município / UF:	**Manaus / Amazonas**		
Telefone:	**(92) 91264120**		
E-mail:	**financeiro@logicpro.com.br**		

Dados do Sócio/Administrador 3

CNPJ:	**10.452.088/0001-36**	Participação Societária:	**58,33%**
Nome:	**SG ENGENHARIA LTDA**		
Data Abertura Empresa:	**22/10/2008**		
CEP:	**69.054-285**		
Endereço:	**AVENIDA GOVERNADOR JOSE LINDOSO, 1574 - PARQUE 10 DE**		
Município / UF:	**Manaus / Amazonas**		
Telefone:	**(92) 33084495**		
E-mail:	**COMERCIAL@SGENGENHARIA.COM**		

Anexo CRC e Relatório de Credenciamento_SICAF- LOGIC PRO (0992610) SEI 2022.016003 / pg. 343

Dados do Sócio/Administrador 4

CPF:	**484.320.919-87**		
Nome:	**IVAIR FERREIRA**		
Número do Documento:	**42125776**	Órgão Expedidor:	**SSP/PR**
Data de Expedição:	**06/11/1984**	Data de Nascimento:	**02/10/1966**
Filiação Materna:	**FRANCISCA RABELO FERREIRA**		
Estado Civil:	**Divorciado(a)**		
CEP:	**69.037-000**		
Endereço:	**AVENIDA CORONEL TEIXEIRA, 1346 - APTO 151 CANNES - PONTA**		
Município / UF:	**Manaus / Amazonas**		
Telefone:	**(92) 99814004**		
E-mail:	**cintia.rocha@logicpro.com.br**		

Dados do Sócio/Administrador 5

CPF:	**337.832.922-04**		
Nome:	**FRANCILAIS AFONSO LUCAS GUIMARAES**		
Número do Documento:	**00394681463**	Órgão Expedidor:	**DETRAN/AM**
Data de Expedição:	**14/12/2018**	Data de Nascimento:	**27/08/1970**
Filiação Materna:	**RAIMUNDA GARCILONILDA LUCAS**		
Estado Civil:	**Solteiro(a)**		
CEP:	**69.060-085**		
Endereço:	**AVENIDA VIA LACTEA COND VISTA DO SOL 1401, 669 - TORRE**		
Município / UF:	**Manaus / Amazonas**		
Telefone:	**(92) 91862011**		
E-mail:	**cintia.rocha@logicpro.com.br**		

Linhas Fornecimento

Serviços

582 - Estudos e Projetos de Telecomunicações - Transmissão

1988 - Manutenção / Instalação / Montagem / Ampliação - Equipamen-tos de Telecomunicações

2143 - Instalação e Montagem de Redes Aéreas - Telecomunicações

2178 - Instalação e Montagem para Equipamentos de Processamento deDados

2712 - Manutenção de Equipamentos de Comunicação de Dados

2887 - Manutenção de Redes Aéreas - Telecomunicações

4065 - Locação de Equipamentos de Telecomunicações

13447 - Prestação de Serviços de Telefonista

13935 - Disponibilização de Linha para Comunicação / Transmissão deDados

14958 - Informática - Internet

18104 - Consultoria e Assessoria - Telecomunicação

19615 - Informática - Instalação / Manutenção Comunicação Dados

19690 - Fusão Fibra Óptica

20354 - Serviço Telefonia Via Satélite

21121 - Hospedagem Servidor - Internet / Sistemas

21210 - Informática - Diagnóstico e Projeto Rede Dados

Anexo CRC e Relatório de Credenciamento_SICAF- LOGIC PRO (0992610) SEI 2022.016003 / pg. 344

Relatório de Credenciamento

Serviços

21644 - Consultoria e Assessoria - Internet

21873 - Telefonia Fixa Comutada / Convencional

22357 - Comunicação de Dados e Frame Relay Com Roteadores

22365 - Serviços de Telecomunicações

24783 - Implantação / Remanejamento/ Infovia / Fibra Óptica

25135 - Serviço Rede Comunicação Dados e Imagem

25739 - Prestação de Serviços de Técnico de Telecomunicações

DECLARAÇÕES

UASG 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Pregão Nº 40032023 **- (Decreto Nº 10.024/2019)**

CNPJ/CPF	Razão Social/Nome	Porte da Empresa
13.645.308/0001-36	CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES LTDA	ME/EPP

Data Declarações: 16/02/2023 16:11 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

08.804.362/0001-47 FACHINELI COMUNICACAO LTDA ME/EPP

Data Declarações: 16/02/2023 17:13 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

46.756.549/0001-01 P A R FRANCA INFORMATICA ME/EPP

Data Declarações: 20/02/2023 10:06 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

01.432.068/0001-02 APIS SOLUCOES TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA ME/EPP

Data Declarações: 22/02/2023 11:07 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

13.667.968/0001-18 AMAZON+ SERVICOS DE INTERNET LTDA ME/EPP

Data Declarações: 22/02/2023 15:37 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

18.182.577/0001-27 SITELBRA SISTEMA DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA ME/EPP

Data Declarações: 22/02/2023 18:10 **Declaração MEE/EPP:** NÃO **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

08.219.232/0001-47 MENDEX NETWORKS TELECOMUNICACOES LTDA ME/EPP

Data Declarações: 22/02/2023 22:46 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

26.605.545/0001-15 SIDI SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA ME/EPP

Data Declarações: 22/02/2023 23:31 **Declaração MEE/EPP:** NÃO **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

35.368.181/0001-98 MARQUES TECNOLOGIA LTDA ME/EPP

Data Declarações: 23/02/2023 00:17 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

07.244.008/0002-23 EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM S.A. Demais (Diferente de ME/EPP)

Data Declarações: 23/02/2023 08:53 **Declaração MEE/EPP:** NÃO **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

18.422.603/0001-47 LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 23/02/2023 09:26 **Declaração MEE/EPP:** NÃO **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

07.017.934/0001-85 VALE DO RIBEIRA INTERNET LTDA ME/EPP
Data Declarações: 23/02/2023 09:31 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

Imprimir o Relatório

Fechar

Relatório de Declarações - Propostas COMPRASNET (0992617) SEI 2022.016003 / pg. 347

Pregão/Concorrência Eletrônica

925849.40032023 .16750 .4395 .6123755197728

Procuradoria Geral de Justiça

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 04003/2023

Às 10:00 horas do dia 23 de fevereiro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal ATO PGJ 161/2022 de 12/07/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 2022.016003, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 04003/2023. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, pelo período de 12 (doze) meses.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1
Descrição: Serviço de Link Via Cabo
Descrição Complementar: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e anexos.
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 12
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Valor Estimado: R$ 254.199,9800
Situação: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,50

Aceito para: LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 74.999,0000 **e com valor negociado a** R$ 74.998,9600 .

Histórico

Item: 1 - Serviço de Link Via Cabo

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
07.244.008/0002-23	EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM S.A.	Não	Não	12	R$ 10.696,6600	R$ 128.359,9200	23/02/2023 08:53:35
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e anexos. **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
13.667.968/0001-18	AMAZON+ SERVICOS DE INTERNET LTDA	Sim	Sim	12	R$ 13.333,2500	R$ 159.999,0000	22/02/2023 15:37:33
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Amazon+: Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B. Capacidade Total de 500 Mbps. **Porte da empresa:** ME/EPP						
18.422.603/0001-47	LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	Não	Não	12	R$ 17.000,0000	R$ 204.000,0000	23/02/2023 09:26:16
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses **Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)						
35.368.181/0001-98	MARQUES TECNOLOGIA LTDA	Sim	Sim	12	R$ 33.000,0000	R$ 396.000,0000	23/02/2023 00:17:45
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses **Porte da empresa:** ME/EPP						
26.605.545/0001-15	SIDI SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA	Sim	Não	12	R$ 39.000,0000	R$ 468.000,0000	22/02/2023 23:31:28
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e anexos. **Porte da empresa:** ME/EPP						
01.432.068/0001-02	APIS SOLUCOES TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	Sim	Sim	12	R$ 67.000,0000	R$ 804.000,0000	22/02/2023 11:07:57
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e anexos. **Porte da empresa:** ME/EPP						
07.017.934/0001-85	VALE DO RIBEIRA INTERNET LTDA	Sim	Sim	12	R$ 84.166,6700	R$ 1.010.000,0400	23/02/2023 09:31:15
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze)						

meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e anexos.
Porte da empresa: ME/EPP

08.804.362/0001-47	FACHINELI COMUNICACAO LTDA	Sim	Sim	12	R$ 95.330,0000	R$ 1.143.960,0000	16/02/2023 17:13:02

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e anexos.
Porte da empresa: ME/EPP

13.645.308/0001-36	CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES LTDA	Sim	Sim	12	R$ 106.000,0000	R$ 1.272.000,0000	16/02/2023 16:11:19

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidadede Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B. Capacidade Total de 500 Mbps Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas) Remanejamento do link de dados (unidades descentralizadas)
Porte da empresa: ME/EPP

08.219.232/0001-47	MENDEX NETWORKS TELECOMUNICACOES LTDA	Sim	Sim	12	R$ 128.000,0000	R$ 1.536.000,0000	22/02/2023 22:46:29

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e anexos.
Porte da empresa: ME/EPP

18.182.577/0001-27	SITELBRA SISTEMA DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA	Sim	Não	12	R$ 174.583,3300	R$ 2.094.999,9600	22/02/2023 18:10:57

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e anexos.
Porte da empresa: ME/EPP

46.756.549/0001-01	P A R FRANCA INFORMATICA	Sim	Sim	12	R$ 1.000.000.000,0000	R$ 12.000.000.000,0000	20/02/2023 10:06:56

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e anexos.
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente indicam que foram excluídos)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 12.000.000.000,0000	46.756.549/0001-01	23/02/2023 10:00:03:740
R$ 2.094.999,9600	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:00:03:740
R$ 1.536.000,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:00:03:740
R$ 1.272.000,0000	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:00:03:740
R$ 1.143.960,0000	08.804.362/0001-47	23/02/2023 10:00:03:740
R$ 1.010.000,0400	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:00:03:740
R$ 804.000,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 10:00:03:740
R$ 468.000,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 10:00:03:740
R$ 396.000,0000	35.368.181/0001-98	23/02/2023 10:00:03:740
R$ 204.000,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 10:00:03:740
R$ 159.999,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 10:00:03:740
R$ 128.359,9200	07.244.008/0002-23	23/02/2023 10:00:03:740
R$ 128.358,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 10:11:16:903
R$ 450.000,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:14:42:887
R$ 128.000,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 10:15:41:157
R$ 395.990,0000	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:16:00:060
R$ 127.999,5000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 10:16:15:113
R$ 159.000,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 10:16:21:950
R$ 282.000,0000	35.368.181/0001-98	23/02/2023 10:17:38:253
R$ 803.999,0000	08.804.362/0001-47	23/02/2023 10:18:27:143
R$ 281.900,0000	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:18:40:893
R$ 126.500,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 10:18:42:370
R$ 127.999,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 10:19:55:373
R$ 803.989,0000	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:20:05:997
R$ 126.000,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 10:21:05:157
R$ 126.499,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 10:21:35:203
R$ 125.950,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 10:21:39:527
R$ 125.500,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 10:21:57:670
R$ 124.500,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 10:22:16:630
R$ 280.000,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:22:16:890
R$ 279.990,0000	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:22:36:253
R$ 118.200,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 10:23:52:757
R$ 250.000,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:24:04:243
R$ 803.988,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:24:08:413
R$ 117.500,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 10:24:13:203
R$ 803.978,0000	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:25:15:700
R$ 803.977,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:25:29:420
R$ 249.000,0000	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:26:46:923

R$ 803.967,0000	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:26:51:067
R$ 111.600,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 10:27:05:557
R$ 803.966,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:27:33:623
R$ 110.000,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 10:27:47:417
R$ 104.480,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 10:29:12:323
R$ 803.956,0000	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:29:15:063
R$ 803.955,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:29:35:737
R$ 101.000,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 10:30:47:043
R$ 803.945,0000	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:30:48:767
R$ 803.944,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:31:22:733
R$ 240.000,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:31:42:490
R$ 803.934,0000	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:32:38:537
R$ 239.000,0000	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:33:42:477
R$ 230.000,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:33:50:053
R$ 229.000,0000	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:34:12:963
R$ 220.000,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:34:25:370
R$ 126.000,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 10:34:45:007
R$ 219.000,0000	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:35:13:013
R$ 209.000,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:35:36:933
R$ 95.900,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 10:37:06:737
R$ 803.933,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:37:23:460
R$ 93.500,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 10:37:34:720
R$ 803.923,0000	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:37:56:730
R$ 218.000,0000	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:39:24:953
R$ 88.810,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 10:39:26:323
R$ 803.922,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:39:35:567
R$ 87.350,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 10:39:43:013
R$ 803.912,0000	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:39:54:223
R$ 803.910,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:41:01:283
R$ 803.900,0000	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:41:01:537
R$ 803.890,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:41:10:170
R$ 200.000,0000	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:41:57:450
R$ 803.880,0000	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:42:08:910
R$ 185.000,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:43:32:463
R$ 180.000,0000	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:43:49:337
R$ 170.000,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:44:07:650
R$ 169.999,9900	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:44:28:570
R$ 803.870,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:44:44:450
R$ 160.000,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:45:01:437
R$ 125.999,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 10:45:11:333
R$ 803.860,0000	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:45:13:883
R$ 159.999,9900	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:45:15:333
R$ 155.000,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:45:27:550
R$ 154.999,9900	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:45:38:507
R$ 150.000,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:45:50:750
R$ 149.999,9900	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:46:14:043
R$ 803.850,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:46:15:527
R$ 803.840,0000	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:46:21:407
R$ 149.000,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:46:39:810
R$ 148.999,9900	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:46:54:577
R$ 141.900,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:47:16:800
R$ 803.830,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:47:30:533
R$ 141.899,9900	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:47:44:133
R$ 803.820,0000	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:47:51:877
R$ 140.580,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:48:16:587
R$ 140.579,9900	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:48:31:490
R$ 135.300,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 10:49:09:580
R$ 125.850,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 10:49:36:147
R$ 87.000,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 10:51:08:477
R$ 803.810,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:51:19:153
R$ 130.000,0000	13.645.308/0001-36	23/02/2023 10:51:50:947
R$ 803.800,0000	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:51:56:137
R$ 86.980,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 10:52:16:037
R$ 802.810,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:52:29:333
R$ 802.800,0000	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:53:06:207
R$ 802.790,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:53:41:607
R$ 802.780,0000	07.017.934/0001-85	23/02/2023 10:53:58:303
R$ 490.000,0000	08.219.232/0001-47	23/02/2023 10:54:24:413
R$ 86.900,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 10:55:55:947

R$ 125.849,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 10:56:31:483
R$ 86.899,5000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 10:56:40:567
R$ 125.840,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 10:56:57:510
R$ 125.835,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 10:58:22:347
R$ 125.834,5000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 10:58:46:360
R$ 85.800,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 11:00:18:307
R$ 125.800,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:00:24:557
R$ 124.000,0000	35.368.181/0001-98	23/02/2023 11:01:33:963
R$ 123.900,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:01:44:710
R$ 85.450,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:01:54:120
R$ 123.800,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 11:02:24:830
R$ 124.999,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:04:12:597
R$ 85.000,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 11:05:57:450
R$ 123.700,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:06:54:883
R$ 123.650,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 11:07:14:693
R$ 123.600,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:07:26:383
R$ 83.500,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:08:24:640
R$ 123.649,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 11:09:10:043
R$ 122.000,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 11:09:29:470
R$ 121.900,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:10:19:430
R$ 121.800,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 11:11:13:167
R$ 120.000,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 11:11:40:350
R$ 121.700,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:11:42:007
R$ 119.500,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 11:12:27:037
R$ 119.400,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:12:40:673
R$ 110.000,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 11:12:50:320
R$ 119.300,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 11:12:55:107
R$ 119.000,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 11:13:12:293
R$ 109.500,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 11:13:26:017
R$ 100.000,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 11:14:17:347
R$ 99.900,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:14:37:453
R$ 99.660,0000	18.182.577/0001-27	23/02/2023 11:15:07:717
R$ 99.500,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 11:15:12:787
R$ 109.999,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:15:32:197
R$ 99.400,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:15:49:507
R$ 99.300,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 11:16:01:373
R$ 99.200,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:17:11:677
R$ 99.000,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 11:17:29:823
R$ 98.900,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:17:41:780
R$ 98.700,0000	01.432.068/0001-02	23/02/2023 11:19:06:290
R$ 84.999,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:19:45:140
R$ 83.499,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:20:50:300
R$ 84.900,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:21:31:890
R$ 83.489,5000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:21:53:720
R$ 83.489,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:22:31:227
R$ 83.450,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:23:07:433
R$ 83.449,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:23:29:093
R$ 83.448,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:24:00:337
R$ 83.447,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:24:12:710
R$ 83.200,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:24:33:553
R$ 83.199,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:25:53:907
R$ 82.500,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:26:04:773
R$ 82.499,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:26:16:660
R$ 82.498,5000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:27:26:420
R$ 82.498,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:27:34:643
R$ 81.900,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:28:11:530
R$ 81.899,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:28:39:703
R$ 81.500,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:28:56:800
R$ 81.499,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:29:13:680
R$ 81.100,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:29:31:383
R$ 81.099,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:29:52:440
R$ 81.050,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:30:10:657
R$ 81.049,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:30:24:623
R$ 81.000,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:30:38:790
R$ 80.999,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:30:51:513
R$ 80.500,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:31:09:270
R$ 80.499,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:31:39:647
R$ 80.350,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:32:36:717
R$ 80.349,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:33:21:080

R$ 84.890,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 11:33:29:337
R$ 80.250,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:33:44:173
R$ 80.249,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:33:53:140
R$ 80.248,5000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:34:13:800
R$ 80.248,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:34:26:953
R$ 80.100,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:35:00:050
R$ 80.099,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:35:11:913
R$ 84.800,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:36:51:790
R$ 79.000,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:38:18:527
R$ 78.999,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:39:52:313
R$ 78.500,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:40:16:023
R$ 78.499,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:40:51:480
R$ 84.700,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 11:42:43:340
R$ 84.500,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:44:19:283
R$ 84.000,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 11:44:45:573
R$ 75.000,0000	13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:45:06:760
R$ 74.999,0000	18.422.603/0001-47	23/02/2023 11:46:46:187
R$ 83.900,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:48:23:150
R$ 83.800,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 11:49:51:547
R$ 83.750,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:50:26:927
R$ 83.700,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 11:51:02:820
R$ 83.650,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:52:15:523
R$ 83.600,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 11:53:47:720
R$ 83.550,0000	26.605.545/0001-15	23/02/2023 11:53:57:770
R$ 83.500,0000	07.244.008/0002-23	23/02/2023 11:54:32:053

Desempate de Lances ME/EPP

CPF/CNPJ	Data/Hora Inicial Desempate	Data/Hora Final Desempate	Situação do Lance	Valor do Lance
13.667.968/0001-18	23/02/2023 11:56:33:053	23/02/2023 12:01:33:053	Tempo para envio de lance expirou	-

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	23/02/2023 10:02:29	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	23/02/2023 10:11:03	Item aberto para lances.
Encerramento etapa aberta	23/02/2023 11:56:33	Item com etapa aberta encerrada.
Desempate - Início do desempate	23/02/2023 11:56:33	Item está em 1º desempate Me/Epp, aguardando lance.
Desempate - Tempo do lance expirado	23/02/2023 12:01:34	O Item teve o 1º desempate Me/Epp encerrado às 12:01:33 de 23/02/2023. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor AMAZON+ SERVICOS DE INTERNET LTDA, CPF/CNPJ: 13.667.968/0001-18.
Encerramento	23/02/2023 12:01:34	Item encerrado para lances.
Abertura do prazo - Convocação anexo	23/02/2023 12:19:10	Convocado para envio de anexo o fornecedor LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ/CPF: 18.422.603/0001-47.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	23/02/2023 12:46:39	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ/CPF: 18.422.603/0001-47.
Aceite de proposta	01/03/2023 11:17:22	Aceite individual da proposta. Fornecedor: LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ/CPF: 18.422.603/0001-47, pelo melhor lance de R$ 74.999,0000 e com valor negociado a R$ 74.998,9600. Motivo: Preço ajustado, conforme proposta escrita apresentada.
Habilitação de fornecedor	01/03/2023 14:47:00	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ/CPF: 18.422.603/0001-47, pelo melhor lance de R$ 74.999,0000 e com valor negociado a R$ 74.998,9600.

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	23/02/2023 10:00:05	A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 3 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Pregoeiro	23/02/2023 10:02:51	Bom dia, Senhores licitantes. Estamos iniciando a sessão pública do pregão eletrônico n.º 4003/2023, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas. Antes de iniciar a fase competitiva, peço a atenção de todos para alguns breves avisos a respeito da presente licitação.
Pregoeiro	23/02/2023 10:03:03	Sejam bem-vindos à sessão pública do pregão eletrônico n.º 4003/2023, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital do certame e anexos.
Pregoeiro	23/02/2023 10:03:15	A licitação será realizada em LOTE ÚNICO, formado por 3 (três) itens. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL, pelo período da contratação (12 meses).

Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 4003/2023 (0992626) SEI 2022.016003 / pg. 352

Pregoeiro	23/02/2023 10:03:27	É importante deixar claro que são de responsabilidade do licitante todas as transações efetuadas em seu nome, especialmente o cadastramento de proposta e o oferecimento de lances, ainda que o acesso ao sistema seja realizado por terceiros.
Pregoeiro	23/02/2023 10:03:38	Na presente licitação será adotado o modo de disputa ABERTO, previsto no art. 32 e parágrafos do decreto n.º 10.024/2019.
Pregoeiro	23/02/2023 10:03:46	O envio de lances, sejam eles intermediários ou destinados a cobrir a melhor oferta, devem respeitar o intervalo mínimo de R$0,50 (cinquenta centavos) , de modo que as ofertas em desacordo com este critério não serão processadas pelo sistema.
Pregoeiro	23/02/2023 10:03:55	Conforme disposição contida no art. 26, §2º, do Decreto n.º 10.024/2019, o licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, cabendo ao interessado em participar do pregão o envio, juntamente com a proposta, dos documentos de habilitação não disponíveis no mencionado cadastro.
Pregoeiro	23/02/2023 10:04:04	Após a etapa de lances, o pregoeiro poderá realizar diligência, com fundamento no art. 43, §3º, da Lei n.º 8.666/93, destinada a esclarecer ou complementar informações sobre a proposta ajustada ao lance vencedor e/ou documentos de habilitação.
Pregoeiro	23/02/2023 10:04:35	Nos termos do art. 49, inciso V, do Decreto Federal n.º 10.024/19, o fornecedor que não mantiver sua proposta poderá ficar impedido de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos, razão pela qual os licitantes devem formular seus lances com prudência e responsabilidade.
Pregoeiro	23/02/2023 10:04:42	A exclusão de lance pelo pregoeiro durante a fase competitiva é medida excepcional e somente será promovida quando houver fortes indícios de inexequibilidade do preço.
Pregoeiro	23/02/2023 10:04:52	As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas pelo pregoeiro no sistema (chat), com indicação da data e horário para a sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.
Pregoeiro	23/02/2023 10:06:38	Prezados, compatibilizados as especificações e os valores iniciais, informo que em breve passaremos à fase de disputa.
Pregoeiro	23/02/2023 10:08:05	Informo que será aberta a disputa para o GRUPO.
Pregoeiro	23/02/2023 10:08:11	Alerto para os cuidados necessários quanto à exequibilidade de suas propostas. Ademais, observem a logística de envio dos produtos e/ou execução dos serviços para o Estado do Amazonas!
Pregoeiro	23/02/2023 10:08:18	Nos últimos tempos, estamos enfrentando sérios problemas com fornecedores de outros Estados, quanto ao atraso na entrega o que tem gerado a punição severa dos faltosos!
Pregoeiro	23/02/2023 10:08:25	Quanto aos lances, relembro que os mesmos podem ser inferiores ao próprio lance, no intuito de permanecer em melhor posição na ordem de classificação.
Sistema	23/02/2023 10:10:03	Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.
Sistema	23/02/2023 10:10:03	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Pregoeiro	23/02/2023 10:10:17	Vamos dar início aos lances!
Sistema	23/02/2023 10:11:03	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	23/02/2023 10:40:13	Senhores, observem que a proposta deve considerar todos os custos relativos aos serviços, insumos, consumíveis e equipamentos necessários para a plena execução do objeto contratado, bem como aqueles referentes a impostos, taxas, mão de obra, encargos sociais, transporte, prêmios de seguro, acidente de trabalho e emolumentos decorrentes da obrigação assumida.
Pregoeiro	23/02/2023 10:41:57	Novamente, destaco que o critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL, pelo período da contratação, que será de DOZE MESES.
Sistema	23/02/2023 11:56:33	O item 1 terá desempate Me/Epp do lance. Mantenham-se conectados.
Sistema	23/02/2023 11:56:33	Sr. Fornecedor AMAZON+ SERVICOS DE INTERNET LTDA, CPF/CNPJ 13.667.968/0001-18, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1 até às 12:01:33 do dia 23/02/2023. Acesse a Sala de Disputa.
Pregoeiro	23/02/2023 11:59:55	O sistema verificou a ocorrência de empate ficto.
Pregoeiro	23/02/2023 12:00:13	Continua aberta a fase de lances.
Pregoeiro	23/02/2023 12:00:30	Temos mais 1min para desempate.
Sistema	23/02/2023 12:01:34	O item 1 teve o 1º desempate encerrado às 12:01:33 de 23/02/2023. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor AMAZON+ SERVICOS DE INTERNET LTDA, CPF/CNPJ 13.667.968/0001-18.
Sistema	23/02/2023 12:01:34	O item 1 está encerrado.
Sistema	23/02/2023 12:01:52	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".
Pregoeiro	23/02/2023 12:08:24	Para LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - Bom dia, Sr. licitante. Está logado?
18.422.603/0001-47	23/02/2023 12:08:34	Bom dia
Pregoeiro	23/02/2023 12:11:21	Para LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - Em razão do disposto no art. 38 do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e também da condição do item 9.30.1 c/c item 10.1 do Edital, solicito que verifique a possibilidade de reduzir o valor da sua última oferta.
18.422.603/0001-47	23/02/2023 12:14:27	Sr(a) Pregoeiro(a), ja estamos em nosso limite. sendo assim, nao sera possivel conceder desconto.
Pregoeiro	23/02/2023 12:16:57	Para LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - Entendo. Então, solicito o envio, no prazo de 02 (duas) horas, da proposta de preços adequada ao seu último lance, acompanhada das Declarações Complementares e Documentação Técnica (Folders, Catálogo e etc) em arquivo único ou pasta compactada, por meio da opção enviar anexo do sistema, conforme modelo contido no Anexo VII do Edital.
Pregoeiro	23/02/2023 12:18:11	Para LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - Caso não seja possível o envio pelo sistema, a empresa, sob sua conta e risco, poderá enviar a proposta, excepcionalmente, para a caixa postal eletrônica institucional licitacao@mpam.mp.br.

Pregoeiro	23/02/2023 12:18:45	Para LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - Se esta for a opção, peço a gentileza de confirmar o recebimento do e-mail, através dos telefones constantes do Edital e, desde que dentro do prazo, sem prejuízo de posterior encaminhamento da documentação por meio do sistema, garantindo-se, assim, amplo acesso aos arquivos apresentados.
Sistema	23/02/2023 12:19:10	Senhor fornecedor LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ/CPF: 18.422.603/0001-47, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	23/02/2023 12:46:39	Senhor Pregoeiro, o fornecedor LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ/CPF: 18.422.603/0001-47, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	23/02/2023 13:03:58	Para LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - Sr. Licitante, em análise preliminar da proposta, verifico que o valor para os itens 2 e 3 está bem abaixo do apresentado em sua oferta inicial.
Pregoeiro	23/02/2023 13:07:39	Para LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - Para prosseguirmos, gostaria apenas de confirmar se o sr. levou em consideração todos os custos, conforme item 9.2 do Edital.
Pregoeiro	23/02/2023 13:08:44	Para LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - Estamos aguardando sua manifestação.
18.422.603/0001-47	23/02/2023 13:14:39	Um moment
18.422.603/0001-47	23/02/2023 13:15:42	Sim, consideramos. Em analise posterior, verificamos que todos os pontos encontram-se próximos a rede metro e teremos certa facilidade para atender os pontos com dupla abordagem.
Pregoeiro	23/02/2023 13:18:48	Para LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - Ainda assim, informo que será necessário realizar uma análise mais acurada da proposta, e demais documentos, pelo SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÃO – SIET / DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTIC, nos termos do subitem 11.1.2. do instrumento convocatório.
Pregoeiro	23/02/2023 13:21:53	Senhores licitantes, diante da necessidade de análise mais acurada da proposta apresentada por LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. pelo setor técnico, decido pela suspensão da presente sessão. A reabertura será comunicada com a antecedência necessária para fins de divulgação do resultado do julgamento da proposta. Agradeço a atenção!
Pregoeiro	28/02/2023 10:29:05	Senhores licitantes, bom dia! Informo que procederemos com a reabertura da sessão amanhã, dia 1º/03/23, às 11:00h (horário de Brasília), para fins de divulgação do resultado do julgamento da proposta pelo setor técnico responsável.
Pregoeiro	28/02/2023 10:45:37	Na ocasião, destaco que a área técnica emitiu o Parecer Nº 2.2023.SIET sobre a proposta de preços apresentada pela empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.
Pregoeiro	28/02/2023 10:45:58	Referido documento está disponível para consulta no portal da PGJ/AM – endereço: https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/15780-pe-4003-2023-cpl-mp-pgj-servico-de-conectividade-ponto-a-ponto
Pregoeiro	01/03/2023 09:43:09	Bom dia, Senhores! Aguardo vocês hoje, dia 1º/03/23, às 11:00h (horário de Brasília), para darmos continuidades ao certame.
Pregoeiro	01/03/2023 11:03:44	Olá, Senhores. Conforme informado, vamos dar continuidade ao certame.
Pregoeiro	01/03/2023 11:05:39	Senhores Fornecedores, como providência anterior, havíamos suspendido a sessão para que a proposta apresentada pela empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. (e demais documentos) passasse pelo crivo do SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÃO – SIET / DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTIC desta PGJ.
Pregoeiro	01/03/2023 11:09:26	Então, recebemos o Parecer Nº 2.2023.SIET.0989160.2022.016003, a seguir transcrito: 1. Relatório: Trata-se de pedido de análise de proposta (0987763) apresentada pela pretensa licitante LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, recebida em 23/02/2023. (...)
Pregoeiro	01/03/2023 11:09:49	(...) 2. Da Análise: Em atenção ao pedido de manifestação técnica relativa à proposta encaminhada pela pretensa licitante, a empresa LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA (doc. 0987763), informo que a proposta está de acordo com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003. É o parecer.
Pregoeiro	01/03/2023 11:12:44	Portanto, considerando o cumprimento de todas as exigências descritas no instrumento convocatório e o Parecer do Setor Técnico, esta Pregoeira decide ACEITAR a proposta da Empresa LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA , CNPJ Nº 18.422.603/0001-47.
Pregoeiro	01/03/2023 11:20:17	Dando prosseguimento ao certame, procederemos ao exame dos documentos de habilitação da LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA , CNPJ Nº 18.422.603/0001-47.
Pregoeiro	01/03/2023 12:10:43	Senhores, daremos um intervalo para almoço. Retornaremos às 14:00h (horário de Brasília).
Pregoeiro	01/03/2023 14:04:55	Boa tarde, Senhores. Estamos finalizando a análise dos documentos de habilitação da LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA , CNPJ Nº 18.422.603/0001-47.
Pregoeiro	01/03/2023 14:17:01	Senhores fornecedores, informo que a empresa LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ Nº 18.422.603/0001-47, comprovou atender às exigências editalícias.
Pregoeiro	01/03/2023 14:17:50	Nessa etapa, verificou-se a autenticidade das certidões negativas de débitos (ou positivas com efeitos de negativa) mediante SICAF, bem como da ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, junto à Justiça Estadual de domicílio da licitante melhor classificada.
Pregoeiro	01/03/2023 14:18:04	Da mesma sorte procedeu-se com os demais documentos de habilitação da interessada que permitiam a convalidação eletrônica.
Pregoeiro	01/03/2023 14:23:58	Na ocasião, permitam-me registrar que dispensarei a apresentação dos documentos originais e/ou cópias autenticadas, sobretudo, diante da possibilidade de convalidação do Contrato Social e Balanço no sítio da JUCEA; dos Atestados via Sistemas respectivos; das Inscrições Estaduais/Municipais e CND Municipais/Estaduais, e dos demais documentos anexados ao SICAF
Pregoeiro	01/03/2023 14:31:56	Observou-se, ainda, as condições da licitante quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do Comprasnet, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE, na Relação de Licitantes Inidôneos do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU.
Pregoeiro	01/03/2023 14:32:25	Igualmente, na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU, no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.
Pregoeiro	01/03/2023 14:33:17	Ademais, diligenciou-se à Relação de Pessoas Jurídicas Impedidas de contratar com a Administração Pública da SEFAZ-AM, NÃO sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.
Pregoeiro	01/03/2023 14:37:10	Cabe citar que, com o objetivo de atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, presentes nas Leis nº 12.965/14 e nº 13.460/18, e no Decreto nº 8.638/2016, o Tribunal de Contas da União - TCU passou a disponibilizar ferramenta que permite a consulta consolidada de Pessoas Jurídicas.

Pregoeiro	01/03/2023 14:37:55	Logo, em relatório único, tem-se as Licitantes Inidôneos do TCU, CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas ambos do Portal da Transparência.
Pregoeiro	01/03/2023 14:40:59	Assim, será promovida a juntada da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica e SICAF da empresa LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ N.º 8.422.603/0001-47, nos autos do procedimento interno desta Instituição, bem como no sítio eletrônico desta PGJ (na página de acompanhamento da Licitação).
Pregoeiro	01/03/2023 14:42:31	Portanto, concluída a análise dos documentos de habilitação da LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ N.º 8.422.603/0001-47, conforme item 12 do instrumento convocatório e, estando todos conforme e de acordo com a previsões do Edital, esta Pregoeira decide HABILITAR a empresa.
Pregoeiro	01/03/2023 14:43:21	Sendo assim, promoverei a habilitação da empresa LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ N.º 18.422.603/0001-47, no sistema, momento no qual será aberto o prazo de 30 (trinta) minutos para registro de eventual intenção recursal.
Pregoeiro	01/03/2023 14:45:18	Na hipótese de alguma empresa manifestar interesse recursal, será realizado o exame de admissibilidade da intenção. Caso o(a) pregoeiro(a) aceite a intenção, será aberto o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentação das razões recursais no sistema, seguido de igual prazo para as contrarrazões.
Pregoeiro	01/03/2023 14:45:40	Se o(a) pregoeiro(a) julgar procedente o recurso, será realizado o retorno do pregão para a fase de julgamento, retificando-se os atos inquinados de irregularidades/ilegalidades, repetindo-se as fases subsequentes.
Pregoeiro	01/03/2023 14:46:44	Outrossim, solicito prudência e bom senso, a fim de evitarmos recursos meramente protelatórios. Desde já, gostaria de agradecer a todos pela participação neste Pregão.
Sistema	01/03/2023 14:47:00	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ´aceito e habilitado´ ou ´cancelado no julgamento´.
Pregoeiro	01/03/2023 14:48:39	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 01/03/2023 às 15:15:00.
Pregoeiro	01/03/2023 14:51:44	Foi informado nova data de fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 01/03/2023 às 15:20:00.

Eventos da Licitação

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	17/02/2023 16:13:58	
Alteração equipe	17/02/2023 16:14:04	
Abertura da sessão pública	23/02/2023 10:00:05	Abertura da sessão pública
Encerramento da análise de propostas	23/02/2023 10:10:03	Etapa de análise de propostas encerrada.
Julgamento de propostas	23/02/2023 12:01:52	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	01/03/2023 14:47:00	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	01/03/2023 14:48:39	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 01/03/2023 às 15:15:00.
Fechamento do prazo	01/03/2023 14:51:44	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso reagendado para: 01/03/2023 às 15:20:00. Justificativa:

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45 , do Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 15:32 horas do dia 01 de março de 2023, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

SARAH MADALENA BARBOSA CORTES DE MELO
Pregoeiro Oficial

CLEITON DA SILVA ALVES
Equipe de Apoio

FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA
Equipe de Apoio

MAURICIO ARAUJO MEDEIROS
Equipe de Apoio

Imprimir o Relatório

Voltar

Resultado por Fornecedor

Procuradoria Geral de Justiça

Pregão Nº 04003/2023 - (Decreto Nº 10.024/2019)

RESULTADO POR FORNECEDOR

18.422.603/0001-47 - LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
1	Serviço de Link Via Cabo	UNIDADE	12	R$ 254.199,9800	R$ 6.249,9133	R$ 74.998,9600

Marca:
Fabricante:
Modelo / Versão:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses

Total do Fornecedor: R$ 74.998,9600

Valor Global da Ata: R$ 74.998,9600

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.

Imprimir o Relatório

Voltar

Anexo Resultado por Fornecedor- PE Nº 4003/2023 (0992629) SEI 2022.016003 / pg. 356

Pregão/Concorrência Eletrônica

Visualização de Propostas

UASG: 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Pregão nº: 40032023 - **(Decreto Nº 10.024/2019)**

Modo de Disputa: Aberto

Menu Voltar

Fornecedor assinalado com (*) teve sua proposta desclassificada para o item.
Na coluna "Declaração", os fornecedores que estão assinalados com 'SIM', declaram que estão cientes e concordam com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

Item: 1 - Serviço de Link Via Cabo **Qtde Solicitada:** 12 **Qtde Aceita: 0** **Valor Estimado:** R$ 254.199,9800 **Recurso:** Sem

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,50

Fornecedor	Qtde Ofertada	Proposta (R$)	Melhor Lance (R$)	Data Melhor Lance	Valor (R$) Negociado	Situação da Proposta	Anexo	Declaração
18.422.603/0001-47 - LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	12	204.000,0000	74.999,0000	23/02/2023 11:46:46:187	74.998,9600	Adjudicado	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses...

Porte da Empresa: Demais (Diferente de ME/EPP) **Declaração ME/EPP:** NÃO

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM **Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM

13.667.968/0001-18 - AMAZON+ SERVICOS DE INTERNET LTDA	12	159.999,0000	75.000,0000	23/02/2023 11:45:06:760	-		Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Amazon+: Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B. Capacidade Total de 500 Mbps. ...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM **Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM

07.244.008/0002-23 - EYES NWHERE SISTEMAS INTELIGENTES DE IMAGEM S.A.	12	128.359,9200	83.500,0000	23/02/2023 11:54:32:053	-		Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um perí...

Porte da Empresa: Demais (Diferente de ME/EPP) **Declaração ME/EPP:** NÃO

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM **Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM

26.605.545/0001-15 - SIDI SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA	12	468.000,0000	83.550,0000	23/02/2023 11:53:57:770	-		Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um perí...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** NÃO

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM **Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM

01.432.068/0001-02 - APIS SOLUCOES TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	12	804.000,0000	98.700,0000	23/02/2023 11:19:06:290	-		Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um perí...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM

Anexo Ordem de Classificação GERAL - PE Nº 4003/2023 (0992651) SEI 2022.016003 / pg. 357

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM **Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM

18.182.577/0001-27 - SITELBRA SISTEMA DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA	12	2.094.999,9600	99.660,0000	23/02/2023 11:15:07:717	-	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um perí...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** NÃO

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM **Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM

35.368.181/0001-98 - MARQUES TECNOLOGIA LTDA	12	396.000,0000	124.000,0000	23/02/2023 11:01:33:963	-	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM **Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM

13.645.308/0001-36 - CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES LTDA	12	1.272.000,0000	130.000,0000	23/02/2023 10:51:50:947	-	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidadede Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B. Capacidade Total de 500 Mbps Instalação e ativação do link de dad...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM **Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM

08.219.232/0001-47 - MENDEX NETWORKS TELECOMUNICACOES LTDA	12	1.536.000,0000	490.000,0000	23/02/2023 10:54:24:413	-	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um per...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM **Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM

07.017.934/0001-85 - VALE DO RIBEIRA INTERNET LTDA	12	1.010.000,0400	802.780,0000	23/02/2023 10:53:58:303	-	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um perí...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM **Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM

08.804.362/0001-47 - FACHINELI COMUNICACAO LTDA	12	1.143.960,0000	803.999,0000	23/02/2023 10:18:27:143	-	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um perí...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM **Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM

46.756.549/0001-01 - P A R FRANCA INFORMATICA	12	12.000.000.000,0000	12.000.000.000,0000	23/02/2023 10:00:02:237	-	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um perí...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM

Anexo Ordem de Classificação GERAL - PE Nº 4003/2023 (0992651) SEI 2022.016003 / pg. 358

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM **Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM

Para mais informações sobre o porte da empresa, clique **aqui**.

Menu Voltar

Imprimir o Relatório

Anexo Ordem de Classificação GERAL - PE Nº 4003/2023 (0992651) SEI 2022.016003 / pg. 359

Pregão/Concorrência Eletrônica

Procuradoria Geral de Justiça

Termo de Adjudicação do Pregão

Nº 04003/2023

Às 15:33 horas do dia 01 de março de 2023, após analisado o resultado do Pregão nº 04003/2023, referente ao Processo nº 2022.016003, o Pregoeiro, Sr(a) SARAH MADALENA BARBOSA CORTES DE MELO, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

**OBS: Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação

Item: 1
Descrição: Serviço de Link Via Cabo
Descrição Complementar: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e anexos.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 12 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
Valor Estimado: R$ 254.199,9800 **Intervalo Mínimo entre Lances:** R$ 0,50
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 74.999,0000 **, com valor negociado a** R$ 74.998,9600 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	01/03/2023 15:33:04	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, CNPJ/CPF: 18.422.603/0001-47, Melhor lance: R$ 74.999,0000, Valor Negociado: R$ 74.998,9600

Fim do documento

Termo de ADJUDICAÇÃO - PE Nº 4003/2023 - COMPRASNET (0992656) SEI 2022.016003 / pg. 360

RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 3.2023.CPL.0992657.2022.016003

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ.

PROCESSO SEI N.º 2022.016003

Excelentíssima Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

A Pregoeira, Senhora **SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CÔRTES**, designada por força da PORTARIA N° 109/2023/SUBADM, de 06/02/2023 (doc. 0977086), vem apresentar e submeter à apreciação de Vossa Excelência o relatório circunstanciado do Pregão Eletrônico n.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ, tipo **MENOR PREÇO** GLOBAL, concernente ao **Processo SEI N.º 2022.016003**, que tem por objeto a ***contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses.***

1. DA EVOLUÇÃO DOS AUTOS

A evolução dos autos ocorreu conforme descrição e datas constantes no **Histórico do Processo 2022.016003,** disponível para consulta na rotina "Consultar Andamento".

2. DA PUBLICIDADE

Os Avisos da Licitação foram publicados no *Comprasnet*, aos 06/02/2023 (doc. 0976373 e 0976378), a fim de ser disponibilizado a partir do dia 07/02/2023; no matutino local "Jornal do Commercio", Edição n.º 43.728, de 07/02/2023 (doc. 0977240); no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, Edição n.º 2544, no dia 06/02/2023 (doc. 0977233) e no sítio institucional do MPE/AM (www.mpam.mp.br).

3. DA SESSÃO PÚBLICA

3.1. Do Credenciamento – As licitantes credenciaram-se na Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamente e Gestão, através das regras do sistema *Comprasnet*, no sítio eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

3.2. Da Proposta – As propostas foram enviadas pelos licitantes através da internet desde 07/02/2023 até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, a saber, dia 23/02/2023, às 10h (horário de Brasília/DF).

Iniciada a sessão, as propostas foram analisadas conforme prescrição do item 9 do Edital (doc. 0975148), compatibilizando-as com as especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC.**0896967.2022.016003**.**

A Pregoeira ressaltou pontos do Edital reputados importantes e alertou os participantes para que observassem com cautela as disposições concernentes às convocações emitidas e aos prazos previstos para implementação das providências por ela requeridas, comunicando a todos que os eventos seriam devidamente informados no próprio sistema (*chat*), para o adequado acompanhamento do cotejo.

Informou-se, também, que o Pregão Eletrônico n.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ seria realizado conforme os ditames do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

Nessa etapa, ainda, recomendou-se aos interessados que considerassem atentamente, quando da oferta dos lances, as condições de fornecimento dos materiais e/ou prestação dos serviços reclamados, uma vez que deveriam ser rigorosamente cumpridas quando da execução, com destaque aos prazos estabelecidos, sob pena de eventual aplicação de sanções administrativas.

3.3. Da Fase de Lances – Antes de iniciar os lances, a Pregoeira pontuou quanto ao modo de oferta de lances (ABERTO), bem como acerca da prorrogação automática pelo Sistema Comprasnet, conforme se verifica na **ATA DA SESSÃO** do Pregão Eletrônico em epígrafe (doc. 0992626).

3.4. Da Aceitação – Logo em seguida, a Pregoeira convocou para apresentação a proposta da licitante mais bem colocada na ordem de classificação dos lances do grupo único, quem seja, **LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.** 18.422.603/0001-47, conforme itens 9 e 10, do instrumento convocatório.

Uma vez verificado o cumprimento dos prazos fixados e, também, a todos os aspectos formais reclamados pela Administração, inclusive figurando abaixo do valor estimado pela Administração, quando comparado ao **QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 5.2023.SCOMS.0959694**.2022.016003 e às **NOTAS DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS/ADJUDICAÇÃO - NAD Nº** 41.2023.DOF - ORÇAMENTO.0965973.2022.016003 e Nº 42.2023.DOF - ORÇAMENTO.0966052.2022.016003, levantou-se a necessidade de análise técnica da proposta apresentada pela empresa **LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.,** CNPJ Nº 18.422.603/0001-47.

Desta feita, foi a documentação nº 0987763 encaminhada para exame acurado pelo SETOR DE INFRAESTRUTURA E TELECOMUNICAÇÃO – SIET / DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO –DTIC, nos termos do subitem **11.1.2.** do instrumento convocatório, conforme Ofício Nº 68.2023.CPL.0987732.2022.016003, de 23/02/2023.

Em resposta, a área técnica emitiu o **Parecer Nº 2.2023.SIET** .0989160.2022.016003, para "informar que a proposta encaminhada pela empresa **LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.** (doc. 0987763) está de acordo com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência nº 13.2022.DTIC.0896967.2022.016003".

Destarte, a proposta de preços apresentada pela licitante **LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.,** CNPJ Nº 18.422.603/0001-4 7 , foi devidamente **aceita** pela Pregoeira, conforme registrado na **ATA DE REALIZAÇÃO** (doc. 0992626) do certame em cotejo.

Nesse ponto, permita-me abrir um parêntese para esclarecer que esta Pregoeira deixou de exigir a comprovação de exequibilidade, considerando que as 6 (seis) melhores propostas das Licitantes participantes, permaneceram abaixo de **R$100.000,00** (*cem mil reais*), conforme **ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO** GERAL (doc. 0992651), o que demonstra, salvo melhor juízo, que não haverá comprometimento na potencial prestação do serviço a ser contratado, embora o valor orçado e estimado pela Administração, via **QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 5.2023.SCOMS**.0959694.2022.016003, seja bastante superior.

3.5. Da Habilitação – Na sequência, esta subscrevente examinou a documentação de habilitação da licitante melhor classificada, enviada no mesmo momento da cadastro da proposta, seguindo-se a orientação do subitem 7.1 do Edital.

Recebidos os documentos, procedeu-se à fase de julgamento das condições de habilitação, utilizando-se, inclusive, das informações do **Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF** da empresa **LOGIC PRO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.,** inscrita no CNPJ sob nº 18.422.603/0001-47, dentre eles, Certificado de Registro Cadastral - **CRC** - Comprasnet; Relatório Nível I - Credenciamento e Situação do Fornecedor - SICAF, devidamente anexados aos autos (docs. 0992610 e 0991946).

Nessa etapa, verificou-se a autenticidade das certidões negativa de débitos (ou positiva com efeitos de negativa), mediante SICAF, bem como da de ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, junto à Justiça Estadual de domicílio de cada licitante (doc. 0991812, pág. 93). Da mesma sorte procedeu-se com os demais documentos de habilitação (doc. 0991812) da interessada que permitiam a convalidação eletrônica, conforme consta dos autos.

Os documentos de habilitação (doc. 0991812) interpostos permitiam a convalidação via *internet*, razão pela qual a Pregoeira deixou de exigir seus originais e/ou cópias autenticadas, tendo por corolário os *Princípios da Celeridade e Finalidade dos Atos Públicos.*

Passo seguinte, passou-se à verificação das condições da licitante quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do *Comprasnet*, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE**, na Relação de Licitantes Inidôneos do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU,** na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da **COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL**, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da **CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU**, no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ** e na Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da **SEFAZ-AM**, **NÃO** sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.

Oportunamente, cumpre destacar que com o objetivo de atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, presentes nas Leis nº 12.965/14 e nº 13.460/18; e no Decreto nº 8.638/2016, o **Tribunal de Contas da União - TCU** passou a disponibilizar ferramenta que permite a consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne, em um só lugar – e em relatório único - a relação de Licitantes Inidôneos do TCU; CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, ambos do Portal da Transparência. Assim, esta subscrevente promoveu a juntada da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica da empresa vencedora (doc. 0991948).

Concluída a análise dos documentos de habilitação, conforme item 12 do instrumento convocatório e, estando todos conforme e de acordo com a previsão editalícia, a Pregoeira decidiu

HABILITAR a empresa **LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, CNPJ Nº 18.422.603/0001-47.

3.6. Do Recurso – Logo após, concedeu-se o prazo de **30 (trinta) minutos** para registro de intenção de recurso por parte das demais licitantes, quanto aos itens vencidos pelas empresa habilitada, **não** havendo nenhuma manifestação nesse sentido.

4. DA ADJUDICAÇÃO

Inexistindo manifestação de interposição recursal da parte dos interessados, foi encerrada a sessão pública do cotejo e, de acordo com o Ato PGJ n.º 389/2007, em seu artigo 8.º, inciso X, a Pregoeira decidiu **ADJUDICAR** o objeto do Pregão Eletrônico n.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ à licitante que, concomitantemente, obteve o menor preço e atendeu integralmente às exigências do Edital, conforme se vê do **TERMO DE ADJUDICAÇÃO** (doc. 0992656). Segue o detalhamento do resultado:

- **LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, CNPJ Nº 18.422.603/0001-47, no **VALOR GLOBAL de R$74.998,96** (*setenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos*).

FORNECEDOR: LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., CNPJ Nº 18.422.603/0001-47.					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QTD MENSAL**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR SUBTOTAL**
1	Serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B. Capacidade Total de 500 Mbps.	Mês	12	R$ 6.200,00	R$ 74.400,00
2	Instalação e ativação do link de dados (unidades descentralizadas)	Unidade	6	R$ 74,87	R$ 449,22
3	descentralizadas)	Unidade	2	R$ 74,87	R$ 149,74
VALOR TOTAL = R$74.998,96 (*setenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos*)					

5. DA ECONOMICIDADE

Destaque-se que o valor estimado para a prestação do serviço objeto deste certame foi de **R$254.199,98** (*duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e noventa e nove reais e noventa e oito centavos*), e o valor total da adjudicação decorrente do êxito do certame em comento foi de **R$74.998,96** (*setenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos*). Logo, a realização deste Pregão significou uma **economia de R$179.201,02** (*cento e setenta e nove mil, duzentos e um reais e dois centavos*) ou seja, uma **redução de aproximadamente 70,49% do valor estimado pela Administração**.

É o Relatório.

Manaus, 02 de março de 2023.

Sarah Madalena Barbosa Santos Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - PORTARIA N° 109/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 02/03/2023, às 17:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0992657** e o código CRC **D07446F4**.

MINUTA

MINUTA Nº DE DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

PROCESSO SEI N.º 2022.016003
Pregão Eletrônico n.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ

H O M O L O G A Ç Ã O

C O N S I D E R A N D O a solicitação constante do **Memorando Nº 662.2022.DCCON.**0878869.2022.016003, bem como o teor do **Termo de Referência Nº 13.2022.DTIC**.0896967.2022.016003;

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na Ata da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 23/02 a 02/03/2023, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a ***contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses,*** descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital do certame e seus Anexos;

CONSIDERANDO a adjudicação do objeto à empresa **LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, CNPJ Nº 18.422.603/0001-47, no valor global de **R$74.998,96** (*setenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos*);

CONSIDERANDO o **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 3.2023.CPL**.0992657.2022.016003, no qual demonstra-se que a realização deste Pregão significou uma **economia de R$179.201,02** (*cento e setenta e nove mil, duzentos e um reais e dois centavos*), ou seja, uma redução de aproximadamente 70,49% do valor estimado pela Administração;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal nº 10.520/2002, dos Atos PGJ nº 322/2007 e nº 389/2007, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

CONSIDERANDO a **não** interposição de Recurso, por parte dos interessados, no prazo e condições de que trata o artigo 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

R E S O L V E:

I – **HOMOLOGAR** o resultado do procedimento licitatório, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ**, em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, para as providências cabíveis;

III – Após, à **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**, para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), XX de março de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Ordenadora de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 02/03/2023, às 17:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0993076** e o código CRC **7F93D5AE**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 19.2023.CPL.0993077.2022.016003

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica, na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses.

Considerando a realização do Pregão Eletrônico n.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ, iniciado em 23 de fevereiro e encerrado em 1º de março do corrente ano;

Considerando que, dentre os requisitos de validade, o resultado do certame necessita de homologação pelo Ordenador de Despesas desta Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, do Ato PGJ nº 389/2007, Decreto Federal nº 10.024/2019 e do Decreto Estadual nº 24.818/2005;

Encaminhem-se os autos do Processo em epígrafe a Exma. Sra. Dra. **SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, para análise e pronunciamento decisório quanto à homologação do objeto do certame licitatório em espeque à empresa vencedora, caso assim entenda.

Manaus, na *data da assinatura eletrônica.*

Sarah Madalena Barbosa Santos Côrtes
Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - PORTARIA N° 109/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 02/03/2023, às 17:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0993077** e o código CRC **992B22E4**.

DESPACHO Nº 254.2023.01AJ-SUBADM.0993594.2022.016003

PROCESSO SEI Nº 2022.016003

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ

H O M O L O G A Ç Ã O

CONSIDERANDO a solicitação constante no **MEMORANDO Nº 662.2022.DCCON** (0878869), bem como o teor do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC** (0896967);

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na Ata da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 23/02 a 02/03/2023, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a ***contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses,*** descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital do certame e seus Anexos;

CONSIDERANDO a adjudicação do objeto à empresa **LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, CNPJ Nº 18.422.603/0001-47, no valor global de **R$74.998,96** (*setenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos*);

CONSIDERANDO o **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 3.2023.CPL** (0992657), no qual demonstra-se que a realização deste Pregão significou uma **economia de R$ 179.201,02** (*cento e setenta e nove mil, duzentos e um reais e dois centavos*), ou seja, uma redução de aproximadamente 70,49% do valor estimado pela Administração;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal nº 10.520/2002, dos Atos PGJ nº 322/2007 e nº 389/2007, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

CONSIDERANDO a **não** interposição de Recurso, por parte dos interessados, no prazo e condições de que trata o artigo 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

R E S O L V E:

I – **HOMOLOGAR** o resultado do procedimento licitatório, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ**, em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, para as providências cabíveis;

III – Após, à **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DOF**, para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 03 de março de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Ordenadora de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 06/03/2023, às 13:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0993594** e o código CRC **3CD6A0A6**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CERTIDÃO Nº 220.2023.SUBADM.0996050.2022.016003

Certifico, para todos os fins, que o documento 0993594 foi inserido, nesta data, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, seguindo para publicação conforme fila do referido sistema eletrônico.

Manaus-AM, data da assinatura eletrônica.

Wilson Ribeiro Junior

Agente de Apoio - Administrativo da SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Wilson Ribeiro Júnior**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 07/03/2023, às 23:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0996050** e o código CRC **E5BA6F0F**.

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso XXX, primeira parte, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

AUTORIZAR a Exma. Sra. Dra. SUZETE MARIA DOS SANTOS, Procuradora de Justiça, a deslocar-se à cidade de Belo Horizonte/MG, no período de 09 a 10 de março de 2023, a fim de participar da Solenidade de Posse da Nova Diretoria do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União - CNOMP, que ocorrerá em 10 de março de 2023 (sexta-feira), às 11 horas, na Associação Mineira do Ministério Público, concedendo-lhe passagem aérea no trecho Manaus / Belo Horizonte / Manaus e fixando em 01 (uma) as suas diárias, na forma da Lei.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 08 de março de 2023.

NICOLAU LIBÓRIO DOS SANTOS FILHO
Procurador-Geral de Justiça, por substituição legal.

ATOS DA SUBPROCURADORIA-GERAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

REQUERIMENTO Nº 202729/2023

Interessado: Rodrigo Miranda Leão Júnior
A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 30 dia(s) de férias ao(à) Exmo. Sr. Promotor de Justiça de Entrância Final em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 1º/2022, para fruição no período de 20/03/2023 a 18/04/2023.
Nicolau Libório dos Santos Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

REQUERIMENTO Nº 215031/2023

Interessado: Mauro Roberto Veras Bezerra
A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 10 dia(s) de férias ao(à) Exmo. Sr. Procurador de Justiça em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 1º/2022, para fruição no período de 05/04/2023 a 14/04/2023.
Nicolau Libório dos Santos Filho
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

ATOS DA SUBPROCURADORIA-GERAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

DESPACHO Nº 248.2023.01AJ-SUBADM.0992811.2022.012921

PROCESSO SEI Nº 2022.012921
TOMADA DE PREÇOS Nº 2.004/2022-CPL/MP/PGJ

H O M O L O G A Ç Ã O E A D J U D I C A Ç Ã O

CONSIDERANDO a solicitação inicial constante no MEMORANDO Nº 158.2022.DEAC (0852154), bem como o teor da última versão do PROJETO BÁSICO Nº 14.2022.DEAC (0923762);

CONSIDERANDO o disposto na Lei, nas atas das sessões públicas de realização da Tomada de Preços n.º 2.004/2022-CPL e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 16/12 a 14/02/2022, bem como, em especial, o teor do Relatório Circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto contratação de empresa especializada para realizar o serviço de reforma da edificação onde está instalada a Promotoria de Justiça da Comarca de Lábrea, situada no seguinte endereço Rua Doutor João Fábio de Araújo s/n.º - Centro, Lábrea/AM, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e materiais de reposição necessários para execução dos serviços.

CONSIDERANDO que o menor preço global classificado foi apresentado pela empresa ORION SERVIÇOS TÉCNICO EIRELI, CNPJ N.º 28.254.636/0001-89, no valor de R$ 596.387,80 (quinhentos e noventa e seis mil trezentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos);

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.1993 e do Ato PGJ n.º 345/2007;

CONSIDERANDO a NÃO interposição de Recurso, por parte das licitantes participantes, no prazo e condições de que trata o art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/93;

CONSIDERANDO o RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 2.2023.CPL (0990236), no qual demonstra que a realização desta Tomada significou uma economia de R$ 92.936,38 (noventa e dois mil novecentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos), ou seja, uma redução de aproximadamente 13,48% do valor estimado pela Administração.

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR o resultado do procedimento licitatório, referente à TOMADA DE PREÇOS N.º 2.004/2022-CPL/MP/PGJ, em consonância com as atas de realização do cotejo e demais documentações;

II – ADJUDICAR o objeto da licitação em favor da licitante ORION SERVIÇOS TÉCNICO EIRELI, CNPJ N.º 28.254.636/0001-89, no valor de R$ 596.387,80 (quinhentos e noventa e seis mil trezentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos), para que produza seus jurídicos e legais efeitos;

III – À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, para as providências cabíveis;

IV – Após, à DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (Am.), 02 de março de 2023.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Promotora de Justiça de Entrância Final
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

DESPACHO Nº 254.2023.01AJ-SUBADM.0993594.2022.016003

PROCESSO SEI Nº 2022.016003
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ

H O M O L O G A Ç Ã O

CONSIDERANDO a solicitação constante no MEMORANDO Nº

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Procurador-Geral de Justiça: Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais: Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos: Lílian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público: Sílvia Abdala Tuma
Secretário-Geral do Ministério Público: George Pestana Vieira

PROCURADORES DE JUSTIÇA
Câmaras Cíveis: Mara Nóbia Albuquerque da Cunha; Sandra Cal Oliveira; Jussara Maria Pordeus e Silva; Pedro Bezerra Filho; Suzete Maria dos Santos; Maria José da Silva Nazaré; Delisa Olívia Vieiralves Ferreira; Jorge Michel Ayres Martins; Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza; Sarah Pirangy de Souza
Câmaras Criminais: Carlos Lélio Lauria Ferreira; Rita Augusta de Vasconcellos Dias; Mauro Roberto Veras Bezerra; Flávio Ferreira Lopes; Aguinelo Balbi Júnior; Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues; Adelton Albuquerque Matos; Nicolau Libório dos Santos Filho
Câmaras Reunidas: Karla Fregapani Leite; Públio Caio Bessa Cyrino; Sílvia Abdala Tuma; José Bernardo Ferreira Júnior; Neyde Regina Demósthenes Trindade; Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente); Sílvia Abdala Tuma; Aguinelo Balbi Júnior; Silvana Nobre de Lima Cabral; Suzete Maria dos Santos; Neyde Regina Demósthenes Trindade; Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
OUVIDORIA: Jussara Maria Pordeus e Silva

662.2022.DCCON (0878869), bem como o teor do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13.2022.DTIC (0896967);

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na Ata da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 23/02 a 02/03/2023, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade ponto a ponto em fibra óptica na cidade de Manaus, através de conexão entre redes de dados nas pontas A e B, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital do certame e seus Anexos;

CONSIDERANDO a adjudicação do objeto à empresa LOGIC PRO SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., CNPJ Nº 18.422.603/0001-47, no valor global de R$74.998,96 (setenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos);

CONSIDERANDO o RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 3.2023.CPL (0992657), no qual demonstra-se que a realização deste Pregão significou uma economia de R$ 179.201,02 (cento e setenta e nove mil, duzentos e um reais e dois centavos), ou seja, uma redução de aproximadamente 70,49% do valor estimado pela Administração;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal nº 10.520/2002, dos Atos PGJ nº 322/2007 e nº 389/2007, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

CONSIDERANDO a não interposição de Recurso, por parte dos interessados, no prazo e condições de que trata o artigo 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR o resultado do procedimento licitatório, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ, em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, para as providências cabíveis;

III – Após, à DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DOF, para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 03 de março de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ordenadora de Despesas

ATOS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA/CSMP

PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLENDO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, A SER REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA EM 10 DE MARÇO DE 2023, ÀS 09 HORAS.

I – Abertura, conferência de “quorum” e instalação da reunião;

II – Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

III – Leitura do expediente e comunicações do Presidente:

IV – Comunicações dos Conselheiros;

– Comunicações da douta Corregedoria-Geral do Ministério Público:

1. OFÍCIO N.° 0091/2023/CGMP (SEI_2023.003781), a Exma. Sra. Corregedora-Geral, em substituição, Dra. Rita Augusta de Vasconcellos Dias, encaminha o Relatório Final da Correição Ordinária n.º 10.2023.00000001-9, efetuada na Promotoria Eleitoral com atuação na 58ª Zona Eleitoral de Manaus.

2. OFÍCIO N.° 0101/2023/CGMP (SEI_2023.003802), a Exma. Sra. Corregedora-Geral, Dra. Silvia Abdala Tuma, encaminha o Relatório Final da Correição Ordinária n.º 10.2022.00000138-0, efetuada na Promotoria de Justiça da Comarca de Pauini.

3. OFÍCIO N.° 0119/2023/CGMP (SEI_2023.004139), a Exma. Sra. Corregedora-Geral, Dra. Silvia Abdala Tuma, encaminha o Relatório Final da Correição Ordinária n.º 10.2022.00000138-0, efetuada na Promotoria Eleitoral com atuação na 40ª Zona Eleitoral de Manaus.

4. OFÍCIO N.° 0122/2023/CGMP (SEI_2023.004199), a Exma. Sra. Corregedora-Geral, Dra. Silvia Abdala Tuma, encaminha o Relatório Final da Correição Ordinária n.º 10.2023.00000015-2, efetuada na Promotoria Eleitoral com atuação na 1ª Zona Eleitoral de Manaus.

5. OFÍCIO N.° 0129/2023/CGMP (SEI_2023.004202), a Exma. Sra. Corregedora-Geral, Dra. Silvia Abdala Tuma, encaminha o Relatório Final da Correição Ordinária n.º 10.2023.00000015-2, efetuada na Promotoria Eleitoral com atuação na 37ª Zona Eleitoral de Manaus.

6. OFÍCIO N.° 0113/2023/CGMP (SEI_2023.004364), a Exma. Sra. Corregedora-Geral, Dra. Silvia Abdala Tuma, encaminha o Relatório Final da Correição Ordinária n.º 10.2022.00000102-5, efetuada na 75.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Manaus.

7. OFÍCIO N.° 0140/2023/CGMP (SEI_2023.004495), a Exma. Sra. Corregedora-Geral, Dra. Silvia Abdala Tuma, encaminha o Relatório Final da Correição Ordinária n.º 10.2023.00000003-0, efetuada na Promotoria Eleitoral com atuação na 31ª Zona Eleitoral de Manaus/Careiro da Várzea.

V - Demais comunicações:

A) DEMANDAS AJUIZADAS
(EM ANEXO)

B) PRORROGAÇÕES
(EM ANEXO)

VI – Leitura da ordem do dia:

VII – Discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia;

A) PROCESSOS PARA DELIBERAÇÃO

1. Assunto: Eleição do Secretário do Conselho Superior do Ministério Público para o biênio 2023/2025, na forma do art. 8.º do Regimento Interno.

2. Reclamação Disciplinar (RD) n.º 10.2022.00000078-1
Assunto: Apurar suposta inércia no Controle Externo da Atividade

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lílian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretário-Geral do Ministério Público:
George Pestana Vieira

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Aguinelo Balbi Júnior
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva